

revista da

AAAL

{ ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS }

REVISTA DA ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS

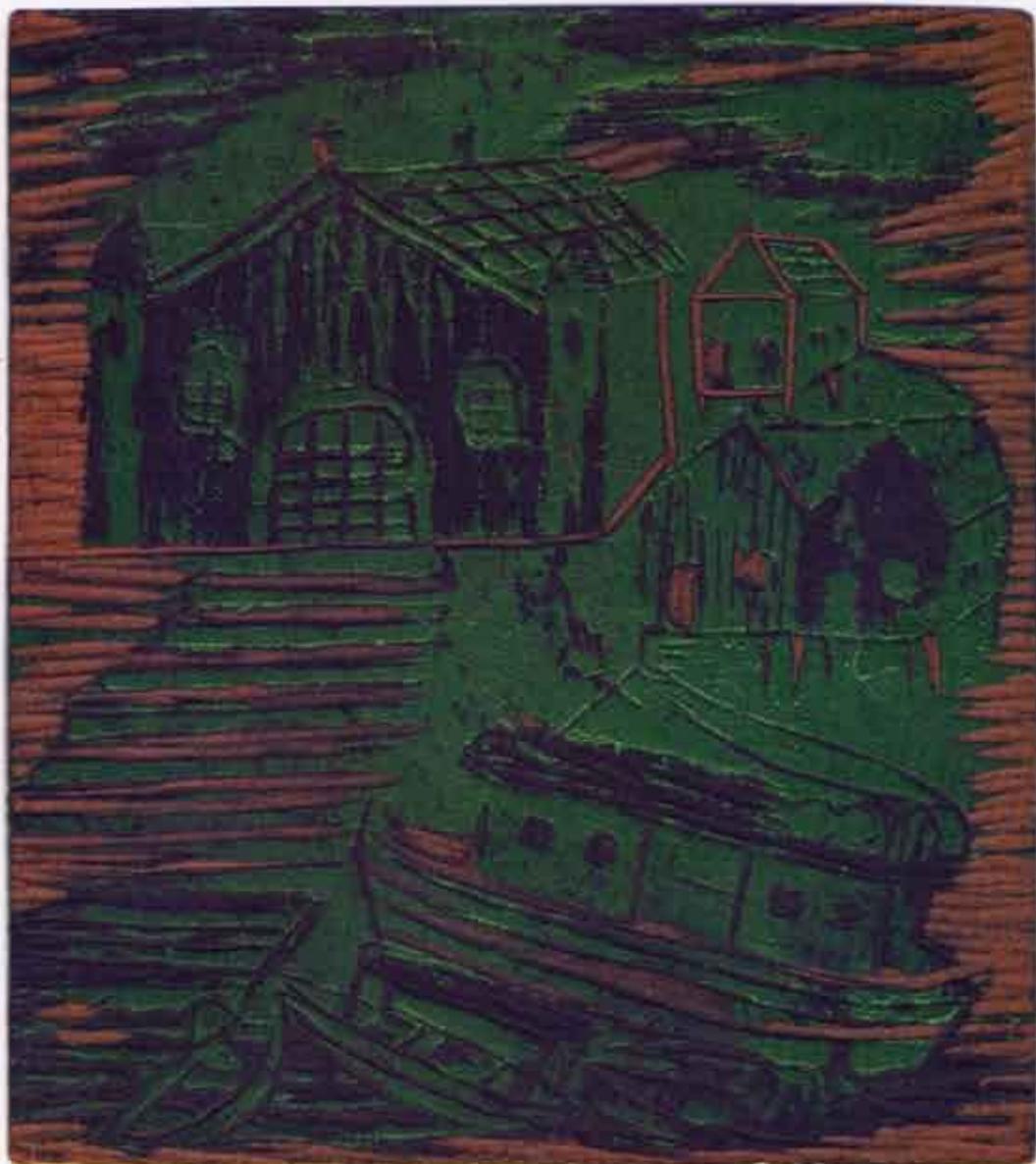


Nº 35

ISSN 1676-9043

5º ANO ACADÊMICO CENTENÁRIO Djulma Batista





— *Série Igrejinhas do Interior* [matriz de xilogravura]. Zuazo, s/d · Acervo da artista.



Vendedor de Tucumã [xilogravura]. Zuazo, 1978. Publicado em *Made in Amazonas*







revista da

AAL

{ ACADEMIA AMAZONENSE de LETRAS }



número 35

fundada em 1º de janeiro de 1918

ANO 98 5 2016

9 DIRETORIA DA ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
Biênio 2016/2017

Presidente · ROSA MENDONÇA DE BRITO

Vice-Presidente · ABRAHIM SENA BAZE

Secretária-Geral · MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS

Secretária-Adjunta · CARMEN NOVOA SILVA

Tesoureiro · JOSÉ GERALDO XAVIER DOS ANJOS

Tesoureiro-Adjunto · MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO NETO

Diretora de Patrimônio · MAZÉ MOURÃO

Diretor de Promoções e Eventos · MÁRCIO GONÇALVES BENTES DE SOUZA

Diretor de Edições · EULER ESTEVES RIBEIRO

Conselho Fiscal

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

ANTONIO JOSÉ SOUTO LOUREIRO

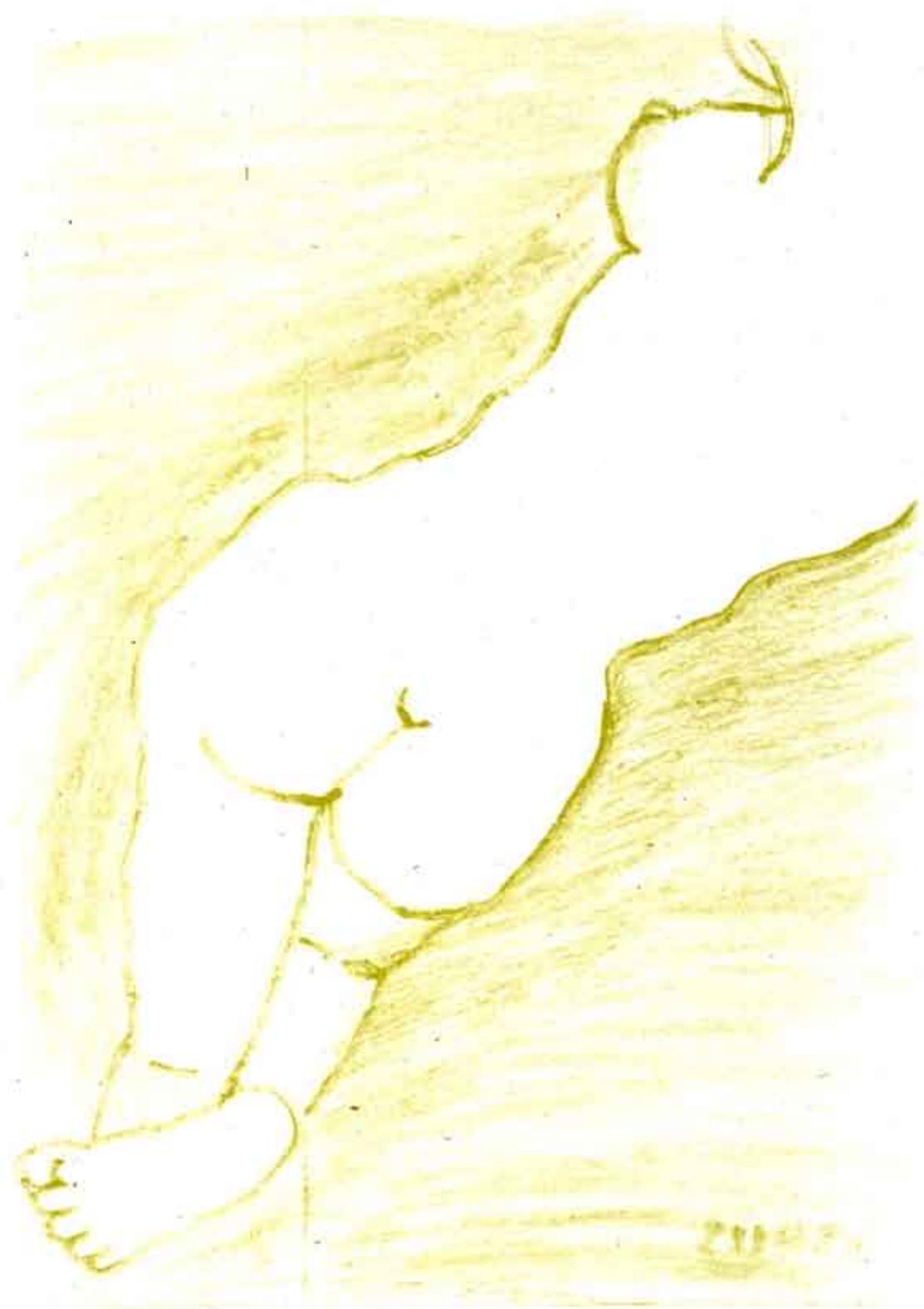
ERNESTO RENAN FREITAS PINTO

Suplentes

LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA

LUIZ MAXIMINO DE MIRANDA CORRÊA NETO

ARLINDO AÛGUSTO DOS SANTOS PORTO



COPYRIGHT © ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS, 2016

COORDENAÇÃO EDITORIAL

José Braga

COMISSÃO EDITORIAL

*Marcus Barros · Jorge Tufic · Newton Sabbá Guimarães · José Braga
· Zemaria Pinto · Aldísio Filgueiras · Euler Ribeiro · Marilene Corrêa
· Renan Freitas Pinto · Márcia Perales · Antônio Paim · Rosa Brito*

DESIGN E DIREÇÃO DE ARTE

Rômulo Nascimento

· Capa: *Mulheres na janela [aquarela], 1995. Zuazo – Acervo particular.*

REVISÃO

Marcos Sena

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Mazé Mourão {reg. profissional 16700/101/48}

REVISTA DA ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS.

Ano 98, nº 35 (2016). Manaus: Academia Amazonense
de Letras, 2016.

ISSN 2236-9643

296 p.

1. Literatura – 1. Título: Revista da Academia Amazonense de Letras

AAL

Filiada à Federação das Academias de Letras do Brasil

Av. Ramos Ferreira, 1.009

Centro. CEP: 69010 120

TEL/FAX: (92) 3342 5381

academiadeletras.am@gmail.com

Manaus 5 Amazonas

¶ QUADRO DE PATRONOS E ACADÊMICOS EFETIVOS DA
Academia Amazonense de Letras

1	Péricles Moraes	José Bernardo Cabral
2	Euclides da Cunha	Moacir Couto de Andrade †
3	Gonçalves Dias	Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto
4	Sílvio Romero	Newton Sabbá Guimarães
5	Araújo Filho	Almir Diniz de Carvalho
6	Adriano Jorge	Rosa Mendonça de Brito
7	Maranhão Sobrinho	Aldisio Gomes Filgueiras
8	Torquato Tapajós	Euler Esteves Ribeiro
9	Machado de Assis	José dos Santos Pereira Braga
10	Barão do Rio Branco	Mário Ypiranga Monteiro Neto
11	José Veríssimo	Marcus Luiz Barroso Barros
12	Olavo Bilac	Elson José Bentes Farias
13	Estelita Tapajós	Abrahim Sena Baze
14	Barão de Sant'Anna Nery	Cláudio do Carmo Chaves
15	Graça Aranha	Almino Monteiro Álvares Affonso
16	João Leda	Tenório Nunes Telles de Menezes
17	Francisco de Castro	José Geraldo Xavier dos Anjos
18	Jonas da Silva	Jorge Tufic Alaúzo
19	Coelho Neto	Lafayette Carneiro Vieira
20	João Ribeiro	Francisco Gomes da Silva
21	Tenreiro Aranha	Márcia Perales Mendes Silva
22	Farias Brito	Robério dos Santos Pereira Braga
23	Cruz e Sousa	Júlio Antonio de Jorge Lopes
24	Joaquim Nabuco	Marilene Corrêa da Silva Freitas
25	Araújo Lima	Márcio Gonçalves Bentes de Souza
26	Rui Barbosa	José Roberto Tadros
27	Tavares Bastos	José Maria Pinto de Figueiredo
28	Aníbal Teófilo	Maria José Mazé Santiago Mourão

· 29	Castro Alves	Amadeu Thiago de Mello
· 30	Araripe Júnior	Armando Andrade de Menezes
· 31	Raimundo Monteiro	Max Carphentier Luiz da Costa
· 32	Bernardo Ramos	Renan Melo de Freitas Pinto
· 33	Antônio Brandão de Amorim	Carmen Novoa Silva
· 34	Ermanno Stradelli	Antonio José Souto Loureiro
· 35	Dom Frederico Costa	Arlindo Augusto dos Santos Porto
· 36	Inglês de Souza	Dom Luiz Soares Vieira
· 37	Benjamin Lima	Luiz Maximino de Miranda Corrêa Neto
· 38	Barbosa Rodrigues	William Antônio Rodrigues
· 39	Alfredo da Matta	Mário Augusto Pinto de Moraes †
· 40	Paulino de Brito	Francisco Marques de Vasconcelos Filho

Sumário

— Nossa edição 11

{Academia de portas abertas}

— A imortalidade acadêmica na Academia Amazonense de Letras 15
GLECIANE KINEBRE · ALLISON LEÃO

{Patronos}

— Antônio Brandão de Amorim 23
CARMEN NOVOA SILVA

— O patrono da cadeira nº 20: João Ribeiro 39
FRANCISCO GOMES DA SILVA

— Maranhão Sobrinho e a gravata de Malarmé 52
ALDISIO FILGUEIRAS

— Torquato Tapajós 58
EULER RIBEIRO

— Aníbal Teófilo 60
MAZÉ MOURÃO

— Graça Aranha, meu patrono 62
EULER RIBEIRO

— Joaquim Nabuco e a inteligência estratégica na formação
intelectual 75

MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS

— Bernardo da Silva Ramos 101
ERNESTO RENAN FREITAS PINTO

{Oratória}

PRESIDÊNCIA DA ACADEMIA AMAZONESE DE LETRAS

— Discurso de posse 123

ACADEMIA DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

— Discurso de posse 127

MONUMENTO AO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS

— Homenagem 131

{Alguma poesia}

— Minha Lenda, VIOLETA BRANCA 137

— Ode à palavra, ELSON FARIAS 139

— Soneto para Juarez Leitão, JORGE TUFIC 141

— Venho do rio, JOSÉ BRAGA 142

— Soneto à Rosa Mendonça de Brito, MAX CARPHENTIER 143

- Minha mãe, LAFAYETTE VIEIRA 144
- Abrem duas janelas para a rua, BERNADINO DA COSTA LOPES 146
- Imortalidade, MITHRIDATES CORRÊA 147

{Ensaio}

- Como a filosofia brasileira reage ao virtual desaparecimento dos sistemas
ANTONIO PAIM 149
- A Panamazônia em foco 170
IRMÃ MARÍLIA MENEZES
- Como um livro se torna um clássico? Achegas a um velho tema 178
NEWTON SABBÁ GUIMARÃES
- Raymundo Palhano: um pouco de história e herança 202
ROBÉRIO BRAGA
- O advogado na construção da Constituinte 218
BERNARDO CABRAL
- Quinhentos anos da Filosofia no Brasil 227
ROSA MENDONÇA DE BRITO
- Uma pergunta e duas afirmações: a crítica exógena ao Clube da Madrugada 245
ZEMARIA PINTO

{Medalha Péricles Moraes 2016 }

- Abertura 255
- Agradecimento 257
- Saudação 259

{Portfólio}

- Xilos de Zuazo registram memórias da floresta, LEYLA LEONG 269

{Crônica}

- Mário Ypiranga Monteiro 275
ARMANDO DE MENEZES
- O cronista Waldemar B. de Salles 279
ALMIR DINIZ
- O anel de brilhante 284
ANTONIO LOUREIRO
- José Fernandes Gomes Novo, o artista português no Amazonas 286
ABRAHIM BAZE

{Conto}

- Mesmo assim, ainda valia a pena sonhar 291
FRANCISCO VASCONCELOS

— Nossa edição

ROSA BRITO, *presidente*

Nada é mais angustiante do que um pensamento que escapa a si mesmo, ideias que fogem, que desaparecem apenas esboçadas ou corroídas pelo esquecimento.

Deleuze e Guattari

A *Revista da Academia Amazonense Letras*, criada para fazer a ultrapassagem de seus muros, configura-se como vigoroso instrumento de divulgação que faz chegar à sociedade, com toda a diversidade, o pensamento de seus membros, não apenas como mero saber, mas como visões de mundo que favorecem um modo de pensar aberto e livre para além das fronteiras históricas de disciplinas e áreas de conhecimento.

Cumprindo a sua função primordial de preservar e divulgar idéias e conhecimentos para que perdurem no tempo – sentido da imortalidade do pensamento e das letras – sem levar em conta a separação entre a cultura das humanidades e a cultura científica iniciada no século XX com sérias consequências para ambas, este nono número da *Revista da AAL* contempla e alimenta a inteligência geral, estimula a reflexão sobre o saber e favorece a integração pessoal, dos conhecimentos e das formas de expressão que nos chegam através da oratória, da poesia, do ensaio, da crônica, do conto.

Trazendo vozes de ontem e de hoje, de integrantes e não integrantes da Casa de Adriano Jorge, Péricles Moraes e Benjamin Lima, a *Revista* chega até nós em primorosa feição gráfica, trazendo no bojo belíssimo portfólio composto por “xilografuras de traços fortes, com temáticas amazônicas e humanas” da artista plástica Auxiliadora Zuazo que nos doa, como diz Leyla Leong “as imagens do Amazonas guardadas nas memórias de uma infância à beira de um rio que passava em frente de sua casa no Seringal Santa Vitória, onde papagaios, periquitos azuis e verdes, araras, tucanos de bico preto

12 voavam em bando anunciando fartura no repiquete do rio Purus e seus afluentes”.

Através da palavra e domínio de suas capacidades criadoras, estão presentes nesta edição: Aldisio Filgueiras, Allisson Leão, Almir Diniz, Antonio Paim, Auxiliadora Zuazo, Armando Menezes, Antonio Loureiro, Abraham Baze, Bernardino Lopes, Bernardo Cabral, Carmen Novoa Silva, Cláudio Chaves, Elson Farias, Euler Ribeiro, Francisco Gomes, Francisco Vasconcelos, Gleciane Kinebre, Irmã Marília Menezes, Jorge Tufic, José Braga, Lafayette Vieira, Luís Antonio Rodrigues Hecht, Marcus Barros, Marilene Corrêa, Max Carphentier, Mazé Mourão, Mithridates Corrêa, Newton Sabbá, Renan Freitas Pinto, Robério Braga, Rosa Brito, Sarah Rodrigues, Violeta Branca, Zemaria Pinto.

Além da publicação da *Revista*, a Academia editou e entregou ao público em 2016, dois livros e um vídeo para festejar o *Ano Acadêmico Djalma Batista* e celebrar o centenário de nascimento do ilustre membro desta Casa, figura exponencial da medicina e das letras no Amazonas.

Aos leitores, através da *Revista*, um novo contributo do pensamento e das letras acadêmicas.



{ *Academia de PUERTAS ABERTAS* }

— A imortalidade acadêmica na Academia Amazonense de Letras¹

GLECIANE KINEBRE, *graduada em Letras*

ALLISON LEÃO, *professor*

O presente texto intenta uma reflexão sobre a morte e a imortalidade do ponto de vista das agremiações políticas e simbólicas das Academias Literárias, trazendo investigações vinculadas a alguns conceitos e definições dentro de várias abordagens, como a histórica, a filosófica e alguns aspectos científicos. Abordou-se a simbologia representativa da imortalidade dentro da Academia Amazonense de Letras, mencionando a Academia Francesa de Letras, a qual foi inspiração e modelo para as demais Academias, como é o caso da Academia Brasileira de Letras (ABL), principal e mais ativa instituição cultural desse tipo no Brasil.

A escolha do tema deve-se ao reconhecimento da importância das Academias de Letras e suas representativas atividades no intuito de promover a cultura em todos os seus aspectos, mediante ação individual ou coletiva dos chamados *Imortais*. A razão de o enfoque ser dado a Academia Amazonense de Letras é decorrente do interesse do cultivo das letras e da difusão da cultura local, e pelo interesse de relevar um aspecto da literatura e da cultura amazonense que é muito pouco discutida cientificamente.

Buscou-se marcar a imortalidade acadêmica por meio da perspectiva da lembrança e da palavra, através das obras que foram fontes de investigação e que contribuíram para a construção do texto, como os livros e documentos pertencentes à própria Academia. Outra perspectiva abordada foram as marcas da imortalidade dentro da

¹ Texto produzido a partir do TCC apresentado por Gleciane, secretária da AAL, em 12 de fevereiro de 2016, na Universidade do Estado do Amazonas.

- 16 AAL, podendo citar a ritualística acadêmica, a qual envolve os discursos de posse, as salas-memórias, enfim, a sua história.

— 1. A MORTE: O PRIMEIRO PASSO PARA A IMORTALIDADE

Se vista ao longo da história, encontra-se o entendimento sobre a morte em contextos diferenciados. Conforme comenta Ariès (2003), as ações frente à morte foram ao longo do tempo sofrendo sutis mudanças pela sociedade. Ainda segundo o autor, a morte, além de ser esperada, era motivo de discussão em cerimônia pública, assim como era organizada pelo próprio moribundo. Nessas cerimônias participavam parentes, amigos e vizinhos. O autor diz ainda que até mesmo as crianças participavam, o que para eles acabava resultando em um ritual comum. Dessa forma, é possível perceber que a morte em público poderia ser vista como uma defesa contra a angústia da morte, cujo envolvimento em vários rituais, baseados em suas crenças, poderia fortalecer a visão de que haveria uma continuidade.

Joaquim (2009) também comenta o fato de o homem medieval tratar a morte mais de forma pública do que como um assunto privado, diferente dos tempos mais modernos, em que é feito um esforço para evitar que as crianças passem por essa angústia, evitando mencionar esse tipo de assunto, ao contrário dos tempos antigos.

Outro ponto importante de mencionar é trazido por Aranha e Martins (2003), que dizem que desde os primórdios das civilizações surgem as primeiras angústias metafísicas, podendo ter como registro o culto aos mortos. Segundo Gurgel (2007), desde o período dos romanos, na antiguidade, o termo “morte” foi tratado com a utilização de perífrase, tais como: parou de viver, viveu, se foi, faleceu.

Quando o tema da morte é tratado do ponto de vista filosófico, percebe-se que tem sido comum estudar o problema da morte, e pode até parecer redundante, mas ao investigar mais profundamente é fácil identificar que existe distinção entre alguns conceitos sobre o entendimento do problema (Cunha, 2010).

Ainda sob a ótica filosófica, Cunha (2010) comenta que vários filósofos foram dedicados à tratativa do tema da morte e alguns até chegaram a afirmar ou atestar que existia uma ligação intrínseca

entre a filosofia e o fim da vida, ou até mesmo a coincidência sobre a morte e a história do pensamento racional.

A noção de morte está presente na espécie humana desde o homem de Neandertal, conforme Kovács *et al* (1992). Desde essa época são feitos jazigos aos mortos, o que torna possível dizer que a morte está no cotidiano do ser humano, e é real e importante, e nesse sentido se observa também que a crença na imortalidade esteve presente há tempos ao lado do homem.

Se aqui for feita uma proposição sobre uma reflexão ou mesmo uma análise contextualizada do tema, é possível dizer que existe um medo e uma angústia em se saber que tudo tem um fim, e que o homem sempre buscou entender e explicar o fenômeno da morte, e uma dessas explicações pode ter sido buscada na filosofia, religião ou na própria história como já citado.

Segundo Ariès (2003), durante metade da Alta Idade Média, e até metade do século XIX, foram acontecendo muitas mudanças, e a morte passa a ser tratada de maneira diferenciada, e hoje se evita falar nela, e o moribundo, que antes, além de saber de seu estado, tratava do assunto de maneira pública, já nos tempos atuais é poupado e busca-se ocultar a criticidade de seu estado.

A morte, portanto, tem sido objeto de estudo desde os primórdios da humanidade, e sua descoberta, segundo já foi citado, é considerada a primeira descoberta do homem. E assim como a humanidade, a ideia de morte também passou por vários processos de desenvolvimento, no sentido do ritualismo, desde ter sido um espetáculo público, aos tempos atuais, quando é tratada com mais privacidade. Por outro lado, também existe a ilusão da continuidade; a essa continuidade pode-se chamar de imortalidade.

1.1 MORTE E IMORTALIDADE

Morte e imortalidade caminham lado a lado, e a ciência ainda busca um entendimento a respeito do assunto. Se de um lado a morte causa dor e sofrimento, do outro lado, a imortalidade pode ser um desejo entre os seres humanos, por isso muito tem se instigado a pesquisar sobre o tema da imortalidade.

18 Explica Oliveira (2007), que as respostas para os questionamentos considerados fundamentais para o homem têm uma história longa, assim como também se percebe que estão ligadas às crenças de cada povo, haja vista as religiões estarem comprometidas em explicar causas e fins do universo, de modo particular a imortalidade da alma. No entanto, explica o autor, em dado momento da história, aconteceu um abandono dos argumentos religiosos e buscou-se utilizar argumentos racionais, citando os pensadores do século VI a.C. na tentativa de resolver questionamentos sobre o universo, o pensamento e a morte, onde se destaca Platão.

Ainda na Grécia, segundo Silva, Melo e Marinho Neto (2003), os debates em torno da morte, alma e imortalidade causavam um grande choque de ideias. Nesse sentido, alguns saíam em defesa da alma, afirmando que ela era sujeita ao corpo e dessa forma ao imobilismo e imutabilidade. No entanto atribuíam à alma predicados iguais aos da matéria. Nesse choque de ideias, existiam os que não acreditavam na alma ou qualquer característica especial ou divina. Em Arendt (2007), retomando o pensamento clássico grego, a mortalidade é apontada como o emblema da existência humana.

Segundo Cunha (2010), é preciso dizer que desde os períodos pré-socráticos até os pensadores atuais, se percebe que uma sombra parece acompanhar todo o desenvolvimento do pensamento racional. O autor atribui isso à própria morte ser considerada a primeira grande descoberta do homem, haja vista que ele passou a saber de sua finitude, ou seja, que em algum momento a vida dele deixa de existir.

Se a morte é considerada o fim, Arendt (2007, p. 26) explica que imortalidade “é a continuidade no tempo, vida sem morte nesta terra e neste mundo, tal como foi dada, segundo o consenso grego, à natureza e aos deuses do Olimpo”.

Para Nahra (2013) é preciso, ao abordar o tema da imortalidade, focar primeiramente no questionamento ético-filosófico, por excelência, ou seja, de que a imortalidade é algo considerado bom e também desejado. Sobre esse questionamento:

John Harris responde a questão. Ele diz que dado que as pessoas desejam a vida e temem a morte é difícil não ver a longevidade, e talvez a imor-

talidade, como um bem palpável. Ampliando o argumento em termos de direitos, Harris afirma que proibir a extensão da vida pode ser descrito como uma violação do direito à vida, afirmando que temos não apenas o direito (negativo) à vida, o direito de não sermos mortos, mas também o direito positivo de estender nossas vidas. Para Harris, se salvar uma vida é adiar a morte, e adiar a morte nada mais é do que estender a vida, então, salvar uma vida é estendê-la. Entretanto, se estendemos a vida indefinidamente, teríamos a imortalidade (Harris, 2007, apud Nahra, 2013, p. 93-94).

A autora comenta, ainda, que a imortalidade parece só fazer sentido como algo bom quando se considera o sofrimento humano diante da morte, devido o grau de intensidade desse sofrimento. Outro ponto que já foi comentado, mas aqui é reforçado pela autora, é de que os seres humanos são os únicos seres que têm consciência de seu fim.

Em outra perspectiva, Joaquim (2009) diz que a busca pela imortalidade não é algo que surgiu no século xx, pode-se dizer que é algo que é buscado há muito tempo e ao longo da história era visto como um privilégio dos deuses, e logo passou a ser também um desejo dos estadistas, e pouco a pouco passou ser um desejo das pessoas consideradas comuns. Em um contexto mais atual, Joaquim (2009) fala que o homem contemporâneo, mesmo vendo a morte como algo de que não se pode escapar, deposita sua confiança na ciência e na busca pela imortalidade.

Segundo Arendt (2007), a mortalidade do homem está atrelada aos fatos de sua história desde o seu nascimento até a sua morte, que é oriunda de sua vida biológica. Então, a mortalidade pode ser vista como um movimento em uma linha reta, dentro de um universo que está em constante movimento de forma cíclica. Arendt (2007) vê como tarefa grande dos mortais a capacidade na produção de coisas, como obras, feitos e palavras, e esses por sua vez pertencem à eternidade, é por meio dessas ações que os mortais podem conseguir um lugar no cosmos, onde tudo é imortal. Dessa forma, o homem mortal pode, por meio de sua mortalidade individual, ou seja, seus feitos como indivíduo, deixar vestígios considerados imorredouros e dessa forma atingir sua própria imortalidade.

20 Nessa perspectiva que aborda os vestígios dos feitos do homem deixando sua marca individual, torna-se possível fazer uma ligação da imortalidade dos membros das academias de letras, observando a capacidade de produção de cada membro de forma individual, quando as palavras podem ser consideradas imorredouras e capazes de atingir o lugar no cosmos, tornando-os imortais, mesmo sabendo que eles fazem parte de um universo cíclico, onde a natureza biológica pode não durar muito tempo, mas ficam as marcas de sua vida individual até a sua morte. E dessa forma se tornariam imortais, por meio de suas obras.

Se a natureza impõe suas regras, o homem busca por outros meios alcançar o seu sonho de imortalidade. Nesse sentido, Abreu (1996) em seu livro *A fabricação do imortal*, diz que uma das soluções modernistas encontradas pelos artistas para a imortalidade é o registro de suas obras. Para o autor é importante salvar do esquecimento os feitos individuais, ou seja, a eternização fica gravada na memória de outros sujeitos, onde ficam guardados e arquivados testemunhos de suas obras.

O autor diz ainda que a imortalidade pode ser uma conquista por meio das obras do indivíduo, e outros aspectos que devem ser mencionados, são as sucessivas revoluções da tecnologia. Dentre elas, é possível citar a fotografia. Abreu (1996) diz que a revolução ocorrida na tecnologia permitiu que fossem realizados vários registros, como o arquivamento e impressão de imagens, sem esquecer as biografias e filmes. Ainda segundo Abreu (1996), as fotografias ganham um lugar de destaque nesse novo cenário; é importante dizer que essa invenção tornou capaz registrar a trajetória dos indivíduos e de forma especial de suas obras e suas realizações.

No entanto, um pouco antes dessas revoluções também é possível encontrar alguns registros que marcam a eternização das obras do homem, seja em sua individualidade ou coletividade, conforme é afirmado por Trinchão e Oliveira (1998), dizendo que por meio do desenho é possível fazer a releitura de várias histórias. O autor ao mencionar essa releitura feita por meio dos desenhos, ressalta um questionamento existente, ou que teria levado o homem pré-histórico a fazer o registro de seu cotidiano nas pedras e grutas em que

viveu. Algumas dessas gravuras foram analisadas de forma exaustiva, por várias perspectivas, dentre elas alguns defendem a ideia da perpetuação.

Na perspectiva de Trinchão e Oliveira (1998), o homem pode ter percebido que tanto suas palavras como suas obras, podem perecer através dos tempos e que era necessário transformar suas obras em algo permanente, ou seja, imortal. Dessa maneira, os autores também entrariam para a imortalidade. A partir daí, dá-se início à distinção entre o que é mortal e o que é imortal: o homem passa a ter a certeza e o conhecimento de sua mortalidade e reconhece que precisa recorrer à capacidade humana em recordações.

Com base nos fatos históricos e na recordação humana, o homem vem perpetuando sua existência, utilizando ferramentas tecnológicas, desde os tempos dos homens primitivos, que deixaram suas marcas em pedras e grutas. Na contemporaneidade esses registros se perpetuam, com as obras literárias, como é o exemplo das academias de letras. No entanto é preciso referenciar um pouco desse contexto histórico.

Segundo Braga (2009), as primeiras referências sobre o termo “academia” são encontradas em Platão, ele próprio fundou uma escola, que funcionava nos jardins que podem ter pertencido ao herói *Akademus*, um local onde se poderia buscar o saber por meio dos questionamentos e debates.

Ainda segundo Braga (2009), foi nessa visão que engrandecia o debate que diversas instituições surgiram na França, no período de 1620 a 1630, o que deu origem para as que existem nos tempos atuais.

Um expressivo rol poderia ser feito com as academias antigas: Academia do Palácio – em Paris de 1570 – a primeira a receber o nome de ‘Academia francesa’; no reinado de Carlos IX; Academia de Florença- de 1582, chamada de ‘della Crusca’ ou do ‘Farelo’; Academia dei Licei, também na Itália, de 1609 [...]. Embora uma extensa lista possa ser ainda elaborada com as mais variadas instituições do gênero, e algumas variações (Braga, 2009, p. 13).

22 Ainda nessa visão de historicidade, é possível dizer, conforme Braga (2009), que no Brasil as referências, embora remotas, devem considerar a Academia Brasílica dos Esquecidos (Bahia, no ano de 1724); Academia dos Felizes (Rio de Janeiro em 1736); Academia Brasílica dos Renascidos (Bahia, no ano de 1759). No Amazonas, as instituições literárias, assim como artísticas, tiveram vida curta, e com uma forte presença dos europeus, podendo citar, mesmo de forma breve, A Sociedade Atheneu das Artes, no ano de 1874, que funcionou na casa de um juiz de paz e também vereador, José Justiniano Braule Pinto.

Conforme Braga (2009), embora tenham existido outras academias, deve-se destacar a Associação Literária, de 23 de dezembro de 1906. Dela surgiram nomes que mais tarde influenciariam na fundação da Academia Amazonense de Letras, podendo ser citados os nomes de Jonas da Silva, Octávio Sarmento, Th. Vaz, Maranhão Sobrinho, Adriano Jorge, Cariolano Durand, Virgílio Barbosa, Araújo Lima e João Leda.

— 2. RITUALÍSTICA NA ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS

A história da Academia Amazonense de Letras surge no mesmo período em que se conta o declínio dos preços da borracha, o que tornou a cidade pouco atrativa e sem a movimentação social urbana de um tempo atrás, conforme Braga (2009). Vale comentar que a exploração da borracha gerou um rápido desenvolvimento econômico da capital amazonense, criando um centro urbano através da riqueza obtida pela exploração da seringa. Essa riqueza proporcionou grandes mudanças na cidade, tanto na questão dos suntuosos projetos arquitetônicos, quanto na questão cultural, através, por exemplo, da construção do Teatro Amazonas e do processo de embelezamento e modernização da cidade.

Todas essas transformações no conjunto chamado de *belle époque* amazônica sofreram, no início do século xx, um forte declínio, em virtude da concorrência promovida pelo látex explorado no continente asiático. Foi nesse momento que, ainda segundo Braga (2009), como uma forma de mudar o ânimo, três intelectuais (Benjamin

Lima, Péricles Moraes e José Chevalier), se reuniram para discutir a ideia de criar uma Associação de Homens de Letras. 23

Alguns intelectuais amazonenses, influenciados pelo ideário de pensadores brasileiros que haviam fundado a Academia Brasileira de Letras em 1897, depois de várias tentativas frustradas, consideraram oportuno o momento de se aglutinar em torno da ideia associativa, visando o fortalecimento do embrião literário local. Assim no dia 1º de janeiro de 1918, com o nome de Sociedade Amazonense de Homens de Letras, um ano depois do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, nove anos após a Escola Universitária Livre de Manaus e vinte e um anos depois da criação da Academia Brasileira de Letras, nasce a Academia Amazonense de Letras, que só passou a ter esse nome em 1920, por sugestão de Raul de Azevedo.

Fazendo uma ressalva, o também imortal da AAL Zemaria Pinto, na *Revista da AAL* nº 29 da Academia Amazonense de Letras, chama atenção para os desencontros a respeito da data de fundação da referida Academia. Segundo ele, esses desencontros foram notados inicialmente em um ensaio que escrevera sobre o fundador Octávio Sarmiento. No trabalho em questão, sobre o também fundador Paulo Eleutério, Zemaria Pinto comenta que as datas diferem, assim como suas fontes, aparecendo os dias 1º, 7 e 17 de janeiro de 1918. Sobre isso Zemaria Pinto explica que com base no jornal diário *A Capital*, em suas edições datadas de 6, 9, 10 e 11 do referido ano, é possível afirmar com convicção que a sessão solene de instalação da Sociedade Amazonense de Homens de Letras aconteceu no dia 9 de janeiro de 1918. Diz ainda que por ser o jornal uma fonte primária, não deixa dúvida, nem quanto à veracidade e nem quanto à possibilidade de erros de interpretação.

As primeiras reuniões aconteciam na residência de Benjamin Lima, que abrigou nomes ilustres, como os de Heliodoro Balbi, Adriano Jorge, Araújo Filho, Jorge de Moraes, Araújo Lima, Agnello Bittencourt, João Leda, Raul de Azevedo e Jonas da Silva, entre outros. Passando a ter uma sede própria somente após decisão do Governo do Estado de doar, através do Ato 3.708, de 5 de junho de 1934, do Interventor Federal Nelson de Mello, distinguido com o título de Presidente Perpétuo do Silogeu, o prédio que hoje é a sede da Academia,

24 situada na Avenida Ramos Ferreira nº 1009, com o nome de Casa Adriano Jorge, em homenagem ao primeiro presidente (AAL, 1920).

Também em forma de reconhecimento, através da Lei nº 1.050, de 22 de setembro de 1920, a AAL é considerada instituição de utilidade pública, e mais tarde com o Decreto nº 5.218, de 3 de outubro de 1980, foi tombada como Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas, assim como todo o seu acervo bibliográfico e documental (AAL, 1920).

Inicialmente, a Academia era composta por 30 membros efetivos, tendo cada cadeira um Patrono com valor intelectual já consagrado nacionalmente, conforme o primeiro Estatuto (Braga, 2009).

O cenário da Academia perpassa o período da borracha e seu declínio, sobrevive e convive em meios as mais diversas formas de imortalidade na contemporaneidade. Em reconhecimento a essa expressão da cultura intelectual do Estado no cenário literário, com base no estatuto será feita uma breve descrição e análise da ritualística de posse, conforme Seção III Da Posse do Membro Efetivo.

No Art. 43, segundo o estatuto, o candidato, uma vez eleito, toma posse em um período de 6 (seis) meses. Esse prazo tem seu início a partir da comunicação oficial da eleição. Ainda sobre o prazo de posse, este poderá ser prorrogado por um período igual, ficando a critério do Presidente, quando houver uma solicitação do interessado.

Com relação ao prazo, existe ainda um PARÁGRAFO ÚNICO, que diz que, esgotado o prazo de doze meses, ainda existe a possibilidade de a Assembleia Geral decidir pela prorrogação do prazo, quando houver uma justificativa relevante, do contrário pode declarar vaga à cadeira.

Em continuidade o Art. 43, quando eleito o candidato, será designado pelo Presidente da Academia um dos membros efetivos para fazer a saudação oficial. Nesse sentido, o artigo diz que o recipiendário, ou seja, o escritor que é recebido pela Academia, deve fazer a entrega do discurso, pelo menos 30 (trinta dias) antes da investidura. Ainda o Art. 43 – o § 1º diz que, em discurso de posse, o eleito fará um estudo crítico, tanto da personalidade como da obra do seu patrono, assim como do seu antecessor imediato.

O § 2º do Art. 43, quanto ao do discurso de recepção, deverá versar sobre a vida e obra do recipiendário.

Fazendo uma releitura do texto, vida e obra são elementos importantes para a imortalidade, assim como o fazer recordar a memória humana, trazendo de volta os feitos do patrono e seu antecessor, reafirmando a imortalidade por meio da obra do acadêmico.

2.1 A ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS E AS MARCAS DA IMORTALIDADE

A busca pelas marcas da imortalidade pode se tornar um giro em círculos. Nesse sentido, é preciso que se esclareça que o trabalho objetiva mostrar que por meio de seus feitos e de suas obras o homem pode sim encontrar a imortalidade, do ponto de vista histórico. Dessa forma, as homenagens podem ser uma evidência disso, haja vista que seus nomes ficam na memória e lembranças das pessoas, assim como na história, o que estimula os leitores a buscar por respostas dos feitos e obras dos intelectuais focados.

As marcas da imortalidade podem ser vistas na própria Academia Amazonense de Letras, representadas em toda sua simbologia, conforme explica Braga (2009), na estruturação formal das academias em cadeiras, assim como a eleição com vitaliciedade, que asseguram a imortalidade, uma tradição desde a Academia Francesa.

Quando o acadêmico toma posse, passa a ser considerado “imortal”. Essa expressão é originada de “à l’immortalité” que traduzida significa (para a imortalidade). Essa inscrição está no selo oficial da Academia Francesa, ressaltando que ele foi dado por Richelieu ao membro mais antigo, ou seja, o “Decano da Academia”.

Dentre as simbologias existentes, é possível encontrar, conforme Braga (2009), o brasão símbolo da Academia, descrevendo-o como, composto por uma tocha com duas penas entrelaçadas, escrito o nome do silogeu em seu entorno. Esse brasão vem sendo impresso desde a primeira *Revista da Academia* e está presente também no colar acadêmico, assim como nos botons que os acadêmicos usam de maneira informal. No entanto, é necessário chamar atenção para a observação de uma inconsistência no que diz respeito à descrição do referido brasão. Visto que, o autor descreve-o como composto por uma tocha com duas penas entrelaçadas, contudo, ao analisar de

26 perto, se percebeu que não seriam penas, mas algum tipo de ramo, talvez de oliveira. Nesse sentido é sugerido que seja feito um estudo mais detalhado, buscando analisar a representação e o significado dos símbolos presentes no brasão da AAL. Podendo citar a observância de 6 símbolos e que precisarão ser esmiuçados como: a tocha; o laço sob a tocha; os ramos que fazem um x na tocha; o escudo branco onde esses elementos estão; e as folhas (que são diferentes) à esquerda e à direita do escudo.

Segundo Braga (2009), o brasão é um dos mais antigos brasões tradicionais e possui uma significância de representação emblemática da instituição.

Outro símbolo presente na Academia é o colar acadêmico:

Trata-se de colar com corrente portando o brasão da Academia, esmaltado, em cores verde e vermelho, e alto e baixo relevo, produzido em casa especializada no Rio de Janeiro, em peça circular e, de 6,5 cm de circunferência, com fundo dourado, palmas verdes, tendo ao centro em fundo esmaltado de branco a tocha com penas entrelaçadas, conforme brasão original da Academia, e na parte superior a inscrição data de 1ª de janeiro de 1918, correspondente à fundação da entidade, e na parte inferior a expressão Academia Amazonense de Letras. No verso, em alto relevo, a mesma tocha e penas, com o mesmo dígito de denominação da entidade, em fundo dourado (Braga, 2009, p. 56).

Deve-se salientar que como o colar reproduz o brasão, os problemas na necessidade de um estudo mais detalhado quanto à significação dos símbolos, os quais foram levantados antes, são os mesmo.

O colar é outorgado na ocasião da posse, como explica Braga (2009), que na sessão solene, quando o acadêmico é diplomado e toma posse, recebe o colar. Esse tem o uso obrigatório por todos os membros da academia, considerados “imortais”, seguindo as regras do estatuto.

O brasão e o colar estão presentes na simbologia acadêmica e possuem significâncias que perpassam épocas e vão ao longo dos anos deixando suas marcas da perpetuação, ou seja, a imortalidade representada nos símbolos.

A morte pode ser o primeiro passo para a imortalidade. Nesse contexto que envolve a história da Academia, é possível citar, segundo Braga (2009), Ormando Sobreira de Sampaio, empossado *post-mortem*, tendo falecido dias antes de sua posse, mas como forma de reconhecimento de seus méritos e por ter morrido durante uma sessão solene na Academia, foi empossado em 21 de março de 1950.

Essa simbologia retratando feitos e obras está presente por toda academia. As salas e quadros são recordações que ficam na memória. Sobre isso, Braga (2009) apresenta a Galeria de Honra, construída na sede da Academia, desde quando começou a funcionar, sendo uma forma de homenagear os titulares do Silogeu, como o presidente de honra Nelson de Mello, o governador Leopoldo Neves, dentre outros.

Vale mencionar a sede da Academia, ou casa de Adriano Jorge, como foi designada por este ter sido o primeiro presidente, ficando no cargo por 30 anos, entre os anos de 1918 a 1948. De modo igual, a sede da Academia Brasileira é designada como “Casa de Machado de Assis”, uma forma de imortalizar seus nomes na memória e na história, deixando evidente o reconhecimento por suas obras.

As obras e os feitos podem representar a eternização, como a homenagem, uma prova da lembrança viva na memória dos que visitam a Academia, uma prova da imortalidade, decorrente de toda a história que envolve o acadêmico.

No interior da Academia, existe o Salão do Pensamento Amazônico – Péricles Moraes, que homenageia o segundo presidente da Academia, que ocupou a cadeira de nº 1. Outro espaço que pode ser encontrado na Academia é a sala Aristophano Antony, sendo destinada à secretaria administrativa, assim como aos diversos serviços técnicos da instituição.

As salas homenageiam alguns imortais, e seus nomes ficam gravados na memória das pessoas que visitam a Academia e buscam por meio da história saber um pouco mais sobre os feitos de cada um deles.

A sala José Chevalier é o espaço onde acontecem as reuniões da diretoria, onde ocorrem também os debates administrativos. As salas tem o nome em homenagem a um dos idealizadores e fundadores da entidade, que foi o secretário a ocupar o cargo por mais tempo.

Deixando a sala José Chevalier, segue-se ao Gabinete Nelson de Mello, que é o gabinete de trabalho do presidente da Academia, e recebe o nome do primeiro sócio benemérito, e também presidente de honra da instituição. Dele é o ato que doou a Academia o prédio sede do Silogeu.

A biblioteca da instituição, que surgiu junto com a AAL, possui uma coleção especializada, com obras dos fundadores, assim como dos demais acadêmicos, referenciando todos os escritores que tenham vínculo com a entidade, como é o caso da biblioteca Genesino Braga, que homenageia um de seus notáveis membros, que juntamente com os demais citados, fazem a história da entidade.

Outro espaço que pode sintetizar melhor todo esse contexto de imortalidade está representado na Sala Memória Mário Ypiranga Monteiro. De acordo com Braga (2009), esta sala possui o registro da memória da Academia, possuindo fotos, documentos, placas, álbuns, hemeroteca, assim como outras formas de registro. Esta sala homenageia Mário Ypiranga Monteiro, ex-presidente, e que alcançou o jubileu de ouro, como acadêmico atuante.

Registre-se então, que a busca por evidências da imortalidade foram encontradas em várias dependências da Academia Amazonense de Letras. Eternizados em seus nomes, pelo conjunto de suas obras, os muitos imortais aqui citados, deixaram suas marcas e tornam-se vivos, nas lembranças e na memória das pessoas que visitam a entidade.

— CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer uma abordagem sobre Academia Amazonense de Letras é um desafio de grande complexidade, haja vista a Academia não se resumir apenas a uma estrutura física, mas um conjunto de fatores e pessoas que consideram estimular a inteligência e promover o engrandecimento moral e espiritual da coletividade, e que ao longo do tempo perpetuam a possibilidade da imortalidade.

O tema da *Imortalidade* envolve uma discussão milenar, de perspectivas diferentes, tratando e vendo a morte de maneira diferenciada, e ao mesmo tempo discutida desde o início da humanidade.

A busca pela imortalidade pode ser um dos maiores objetivos a serem alcançados pelo homem. Essa busca vem ganhando forma ao longo da história, enquanto a ciência ainda procura soluções para o fim da morte, o que faz com que os pensamentos e ensinamentos, assim como as obras realizadas, ganhem o aspecto da simbologia da imortalidade.

A Academia é um exemplo de que obras e feitos por grandes homens e mulheres podem ser imortalizados, deixando suas marcas não apenas na história, mas na memória e nas lembranças das pessoas. Esse grande cenário, que poderia parecer sombrio, o da morte, deu espaço às lembranças, que tornam as pessoas capazes de refletir e recordar.

Compartilhar as memórias desses homens e mulheres é o que torna esses pensamentos eternos, sendo passados de geração em geração. Deste modo, a Academia Amazonense de Letras é vista como um símbolo da imortalidade presente na história, demonstrando firmeza ao aproximar o homem do seu objetivo de vencer a morte, através dos seus feitos e obras, projetando na instituição o incansável interesse na perpetuação do conhecimento.

— REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. *A fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco; Lapa, 1996.
- ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS. *Documentos Diversos referentes à fundação*: Instituição de Utilidade Pública e Histórico de Doação.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: Introdução à filosofia*. 3. ed. revista São Paulo: Moderna, 2014. Disponível em: < http://www.famescbji.edu.br/famescbji/biblioteca/livros_filosofia/Filosofando.pdf >. Acesso em: 15 de Set. 2014.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente*. Tradução: Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- BRAGA, Robério. *Academia Amazonense de Letras*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado da Cultura, 2009.

- 30 CHEVALIER, Ramayana; BATISTA, Djalma. *Discursos Acadêmicos* – 2 ed. Manaus: Academia Amazonense de Letras/ Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2012.
- CUNHA, Anderson Santana. *Finitude Humana: A perplexidade do homem diante da morte*. 5º Encontro de Pesquisa na Graduação em Filosofia da Unesp. Disponível em: < [http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/AndersonSantanaCunha\(182-193\).pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/AndersonSantanaCunha(182-193).pdf)>. Acesso em: 18 de Set. 2014.
- GURGEL, Wildoberto Batista. – A morte como questão social. Barbarói. Santa Cruz do Sul. *Revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia*. N.º 27, jun-dez 60-91, 2007. Disponível em: < <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/138>>. Acesso em: 29 de Set. 2014.
- JOAQUIM, Cláudia Maria Guedes. *Imortalidade Técnica: A Modernidade Rumo Sua Última Consequência*. 2009. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
- KOVÁCS, Maria Júlia. *Morte e Desenvolvimento Humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992. Disponível em: < https://www.google.com.br/search?q=ISBN+85-85141-21-2&oq=ISBN+85-85141-21-2&aqs=chrome..69157&sourceid=chrome&es_sm=122&ie=UTF-8>. Acesso em: 16 de Set. 2014.
- NAHRA, Cinara. O dia que a morte morrerá. *Veritas. Revista Quadri-mestral de Filosofia da PUC-RS*. ISSN: 0042-3955 e ISSN: 1984-6746. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/viewArticle/12988>>. Acesso em: 19 de Set. 2014.
- OLIVEIRA, Anselmo Carvalho de. O Conceito De Psykhé No Fédon. *Existência e Arte* – Revista Eletrônica do Grupo PET – Ciências Humanas, Estética e Artes da Universidade Federal de São João Del-Rei. Ano III, número III – janeiro a dezembro de 2007. Disponível em: < http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/existenciaearte/Edicoes/3_Edicao/Anselmo%20Chacal%20FILOSOFIA.pdf>. Acesso em: 18 de Set. 2014.
- PINTO, Zemaria. Paulo Eleutério. In: *Revista da Academia Amazonense de Letras*, Ano 92, nº 29 (dezembro de 2010). Manaus: Editora Valer e Academia Amazonense de Letras, 2010.

- SILVA, Marcos Figueira; MELO, Jorge Dantas de; MARINHO NETO, 31
Djalma Aranha. *Argumentos sobre a imortalidade da alma no Fédon de
Platão*. Agosto de 2003. Disponível em: < [http://repositorio.ufrn.br:
8080/jspui/handle/1/8749](http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/1/8749)>. Acesso em: 22 de Set. 2014.
- TRINCHÃO, Gláucia Maria Costa; OLIVEIRA, Lysie dos Reis. A histó-
ria contada a partir do desenho. *Anais do Graphica*, 1998. Disponí-
vel em:< [http://www2.uefs.br/msdesenho/docs/historia-contada-
a-partir-do-desenho.pdf](http://www2.uefs.br/msdesenho/docs/historia-contada-a-partir-do-desenho.pdf)>. Acesso em: 10 de Out. 2014.
- XAVIER, Luiz Felipe. *Da hermenêutica filosófica à hermenêutica bíblica:
uma análise da compreensão de Paul Ricoeur sobre o Mundo do
Texto e sua influência na busca pelo sentido do discurso religioso*
/ Luiz Felipe Xavier. Belo Horizonte, 2011. Disponível em:< [http://
www.faculdadejesuita.edu.br/documentos/091211-WhZUElP9BAeua.
pdf](http://www.faculdadejesuita.edu.br/documentos/091211-WhZUElP9BAeua.pdf)>. Acesso em: 3 de Nov. 2014.



{ PATRONS }

— Antônio Brandão de Amorim¹

CARMEN NOVOA SILVA

Por si só o tempo presente não explica nada; o presente só se explica graças ao passado.

Javier Cercas, escritor e jornalista do jornal *El País*

As fotos antigas passadas no “data show” ao som do “chorinho” são apenas para ratificar a época em que viveu o patrono da cadeira 33, o amazonense Antônio Brandão de Amorim sobre o qual enceto esta palestra que com seu livro *Lendas em Nheengatu e em Português* apresentou-se como tupinólogo, no dedicar seu único escrito aos nativos da terra e suas histórias extraordinárias de magismo e riqueza de conteúdo onde predomina o fantástico.

¹. Palestra proferida em 23 de agosto de 2014, na AAI.

Vou tentar retroagir no mundo do século XIX vivido por Antônio Brandão de Amorim patrono da cadeira 33 da qual sou ocupante efetiva. Ele é um dos poucos patrocinadores das cadeiras deste silogeu que é um amazonense genuíno. Viveu apenas 61 anos. Num contexto de época e que a economia gomífera colocava Manaus no epicentro das lides econômicas mundiais. Era o “boom” do chamado apogeu da borracha ou ouro branco, látex que escorria dos troncos das seringueiras.

As imagens que vimos no “data show” exibem bem a tessitura social, cultural e financeira daquele momento: Prédios públicos e privados executados com suntuosidade, com linhas europeias brotavam de um dia para o outro nos quatro cantos da cidade cuja a espinha dorsal concentrava-se no denominado centro histórico, hoje em degenerescência seja por negligência ou por inconsciência irmã gêmea da ignorância quanto ao valor dado a memória histórica em quaisquer locais sejam do Exterior ou de nosso vizinho Pará.

Nós, a maioria dos que aqui estão, vimos a Catedral de Manaus – o 1º monumento histórico da cidade anterior a construção do Teatro Amazonas. Vimos por décadas sua imponência reinar sobre uma colina e ao seu redor o espelho de uma cidade ordeira que zelava pelo seu código de posturas. Vimos igualmente o prédio centenário do Banco do Brasil. Vimos o prédio da Saúde Pública na Praça do Congresso (Antonio Bittencourt)... Vimos o cine Alcazar, depois Guarany, todos hoje demolidos e neles erguidas aberrações que intitulam de casa bancárias e correios. Vimos, o castelinho dos Miranda Corrêa, desaparecer da foto antiga para ceder lugar a um prédio de 17 andares que segundo muitos já foi abalado várias vezes por “sísmicos” estruturais que os técnicos e engenheiros isentaram de problemas maiores.

Ah! Vimos árvores! Muitas árvores! As grandes e artisticamente podadas árvores da Av. Eduardo Ribeiro. As mangueiras da R. 24 de Maio, da R. Dez de Julho, etc e etc. Diluíram-se os bondes. Enquanto em Boston, S. Francisco e Portugal mantém esse hábito salutar de andar de bonde. Os bondes de Santa Tereza do Rio de Janeiro tiveram que parar por falta de verba pública para a sua manutenção. Vimos os igarapés de Manaus. Todos foram poluídos. Por isso aterrados. Como o Parque 10 de Novembro, Igarapé de Manaus, Mestre Chico. Sem citar as cloacas do Tarumanzinho e da Ponte da Bolívia que até os anos oitenta ainda faziam a alegria dos manauenses em seus verões causticantes.

Tudo isso desapareceu. Inclusive o Nheengatu (língua geral) entendida por todos os povos indígenas e objeto do livro substancioso de Brandão de Amorim. Seu único livro. E póstumo. Ressalto ter sido um resgate histórico feito pela ACA (Associação Comercial do Amazonas, em 1987) na gestão de Jorge Alberto Loureiro. E diga-se que é um livro raro, pois somente pouquíssimos lugares possuem o exemplar. Do Inpa tomei emprestado um exemplar para principiar meus discurso de posse. Não fosse a generosidade do amigo, filólogo e acadêmico Pe. Nonato Pinheiro, em presentear-me com o único exemplar que possuía em sua vasta biblioteca.

O título do livro único é *Lendas em Nheengatu e em português*. E o autor filho do Comendador Alexandre Paulo de Brito Amorim

português radicado em Manaus e um dos fundadores da centenária ACA. A edição só foi possível porque reproduzida na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* levada a lume em 1928.

A instituição fez um resgate precioso no campo da coleta e distribuição das edições etnológicas “Brandão de Amorim é considerado um marco para estudo das literaturas brasileira e amazonense. Foi em sua pesquisa que Raul Bopp buscou inspiração não só para a linguagem como para a trama de suas obras pioneiras principalmente *Cobra Norato*. É um importantíssimo livro para todos os interessados em mitologia, história e literatura indígena”. Diz a resenha, orelha do livro.

PERGUNTAS QUE ME FAÇO:

1º – Porque o nheengatu foi banido de vez do dia a dia de nosso solo?

Sabe-se que o nheengatu era falado até o final do século dezanove em Manaus. Era língua falada dentro de casa pelos serviços indígenas, proprietários de casarões e sobrados dos anos do látex em abundância. Mas o colonialismo português e espanhol falou mais alto.

Aqui neste livro estão condensados a identidade cultural do Amazonas.

Aqui seu mundo policrômico sua magia.

Aqui sua linguagem perdida e abocanhada pelos colonizadores, que quase a condenaram a extinção e impondo seu idioma.

O Nheengatu é como se fora língua morta. Graças a este documental não o é. Apagar a lembrança dos indígenas é uma necessidade a uma nação que deseja líderes e não minorias no poder. As minorias. São como raça inferior e isso está embutido ao longo dos séculos na cabeça de muitos em forma de preconceito e atos discriminatórios.

A 2ª PERGUNTA QUE ME FAÇO:

Porque a exemplo de outros países não existem a disciplina da língua nativa ao menos para dar noção da fala da ancestralidade?

Lembro aqui que na Espanha terra de meus pais, por 40 anos (ditadura franquista) foram banidos os dialetos galego, catalão e andaluz dos bancos escolares. Tinham a ideia de haver movimen-

36 tos separatistas. A região da Galícia composta por cinco províncias Orense, Lugo, Pontevedra, La Coruña, Santiago de Compostela e Ferrol Del Caudillo, mantém a matéria escolar do galego. Escrevem e falam e galego democraticamente ao lado de quem fala o castellano (espanhol). Não confundir dialeto com intenções separatistas. A Galícia não é uma delas. Não alimenta o terrorismo dos Bascos (Vascongadas) e da facção ETA que todos abominam. Rosalia de Castro poeta da Galícia em seus “Cantares galegos” foi introdutora de cultura galega no panorama da literatura universal. 1863/1880 (Folhas Novas). Brandão de Amorim fez o mesmo com a língua geral, o Nheengatu.

Nesta Casa de Péricles Moraes, o acadêmico Newton Sabbá Guimarães fez um discurso com vários parágrafos em galego. Brandão de Amorim fez o mesmo com a língua geral o nheengatu. Documentou-a. Resta que a disciplina seja utilizada como ferramenta para o imprescindível entendimento de nossas raízes e formação de nossa mais pura identidade. Aquela que trazemos tatuada no peito com o sangue nativo. Brandão de Amorim introduziu a língua geral na literatura nacional.

A galega Rosalia de Castro símbolo do povo da Galícia (Espanha) falava em seus “Cantares galegos” (1863) e em (Follas Novas) de (1880).

*Adiós, rios, adiós, fontes;
adiós regatos pequenos; / adiós vista dos meus
ollos; non sei cándo nos veremos.*

*Adiós gloria! Adiós contento!
Deixo a casa onde nacin,
deixo a aldeá que conoso
por um mundo que non vin!
Adiós, adiós que me vou, herbiñas do camposanto
donde meu pai se enterrou / herbiñas que biquei
tanto, / terriña que vos criou.*

*Xa se oien lonxe, moi lonxe, / as campanas
do Pomar; / para mim aí! coitadiño, / nunca
mais han de tocar.*

*No me olvides terra miña / no me olvides,
queridiña / si morro de soidás / tantas légoas
mar adentro... Minha casaña, meu lar!
(Cantares galegos)*

SÍNTESE SOBRE A FIGURA NOTÁVEL DE ANTÔNIO BRANDÃO DE AMORIM

Enfeixou uma rica coleção de lendas, principalmente peças de sua produção literária. Aprendeu o Nheengatu (a língua geral dos índios). Falava e escrevia nessa língua. Tanto que seu livro é bilíngue com esse imenso fabulário e a mitologia íncola nas malocas do Rio Negro, Waupés e Branco.

Por força do etnocídio cultural proveniente da colonização Brandão Amorim só encontrou quatro pessoas que ainda falavam a língua geral. Isso no início do século XX (vinte). Por isso sua obra é de alta valia científica.

Não fosse o devotamento de seu irmão o General Aurélio de Amorim representante do Amazonas em várias legislaturas na Câmara Federal. Este preservou seus escritos e os ofereceu à *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* que logo publicou o trabalho antevendo seu valor científico. O livro *Lendas em Nheengatu e em Português* de Antônio Brandão de Amorim patrono da cadeira 33 deste Silogeu amazonense foi o grande legado que nos deixou. Morreu aos 62 anos de idade em 27 de outubro de 1926, desgostoso com a perda do filho aos sete anos de idade, e agravado à crise financeira apressarem-lhe o fim de seus dias.

Foi um grande tupinólogo. Ele nascera em Manaus em “berço de ouro” filho do Comendador Alexandre Amorim tendo estudado dois anos de medicina em Coimbra (Portugal). Com o repentino falecimento de seu pai ruíram suas intenções de continuidade dos estudos. A família já não podia mantê-lo na Europa. O Governo

38 Provincial veio em seu socorro levando em consideração os altos serviços prestados ao Estado por seu pai. Quis subsidiar-lhe os estudos na Faculdade de Medicina da Bahia. Brandão recusou a oferta e partiu para sua verdadeira vocação as pesquisas científicas e sempre cercado dos grandes naturalistas e eruditos de época se impôs por sua competência e luz própria.

Eu sou a poeta...

O meu forte não é a antropologia mas permitam ao poeta adentrar nessas silenciosas ruínas da cultura indígena no Amazonas.

Eis-me aqui falando sobre lendas, nheengatu à sombra de Brandão de Amorim.

Eu sou a poeta! A poeta que não traz os pergaminhos dos arqueólogos, nem o fruto das pesquisas dos etnólogos. A poeta que ignora o tecnicismo e muito sabe de sensibilidade.

Sim, saberei guardar num lugar escondido e misterioso todo esse saber onde oculto como um tesouro as recordações sagradas de toda uma vida...

— O patrono da cadeira nº 20: João Ribeiro¹

FRANCISCO GOMES DA SILVA

No final do século XIX para começo do seguinte, a capital amazonense ganhou vários epítetos, alimentava-se de utopias. O boom da borracha transformara a antiga aldeia dos Tarumã na cidade do fausto e dos mitos – segundo Euclides da Cunha (1866-1909), uma cidade “meio caipira, meio europeia”. Além do Teatro Amazonas, dos belos palacetes que enfeitavam seu sítio urbano e do porto construído em cais flutuante, acompanhando o nível das águas do Rio Negro, havia a vocação comercial permitindo exportar para a Europa e os Estados Unidos os frutos extraídos do rio e da floresta, e importar, daqueles mercados, tudo o que era consumido na cozinha, no vestuário, nas construções e na mobilidade urbana e rural.

¹ Palestra proferida em
13 de setembro de 2014,
na AAL

A elite da capital vivia no fausto. O seringalista era o patrão – comenta o acadêmico Márcio Souza – “o dono e senhor absoluto da vida amazonense. Ele era o cavaleiro cidadão em Manaus e o patriarca feudal no seringal (...). Em Manaus, imensas somas de dinheiro corriam livremente. Enquanto isso, terrivelmente isolado, escondido no infinito emaranhado dos rios, o seringueiro vivia nas mais degradantes condições de vida e de trabalho. Era aparentemente livre, mas a estrutura concentradora do seringal o levava a se tornar um escravo econômico e moral do patrão” (in *Breve História da Amazônia*, São Paulo, 1994).

Na lição do acadêmico Antonio Loureiro, “esse tempo áureo do domínio da borracha natural silvestre, extraída nos seringais amazônicos, terminaria pelos idos de 1912, mercê da participação crescente da borracha natural plantada racionalmente no

40 Oriente”, com mudas contrabandeadas da Amazônia. “A Grande Crise de 1908 a 1916, atingindo uma matéria-prima vital para a saúde da economia brasileira – a borracha, traria em seu bojo a efervescência política que caracterizou aqueles anos, desembocando nas sucessivas rebeliões do tenentismo” (in *A grande crise*, Manaus, 1986). O inquietante é que, decorridos mais de cem anos da derrocada da borracha, continuamos amarrados a uma situação de dependência econômica e a instituições político-sociais que, não sendo as mesmas da época colonial, não são também as de Estado-membro de um País capitalista avançado e moderno.

A existência da Academia Amazonense de Letras é uma história em construção. Ninguém mais desconhece o seu papel. Uma certeza acompanha a realização do ciclo de palestras coordenado pelo acadêmico Zemaria Pinto, ora em curso: a Casa de Adriano Jorge é a mais importante instituição cultural do nosso Estado. No início dos anos 1900 foi fundada por um grupo de jovens, motivados – segundo o falecido acadêmico Genesino Braga (1906-1988) – “por um sentido construtivo de espiritualidade e pesquisa intelectual, debaixo da fascinante atração” imposta pela euforia da borracha. Era um grupo de “recém-formados, advogados, médicos, engenheiros, dentistas, farmacêuticos, agrônomos e militares”, nativos da região e/ou chegados dos mais diversos quadrantes do País, ansiosos por movimentar a provinciana Manaus que “vinha se emoldurando de um pronunciado gosto no campo da cultura, entre os ângulos diversos da administração e da sociedade” (in *Nascença e vivência da Biblioteca Pública do Amazonas*, Belém, 1957).

Esses fundadores penetraram em nossa história com a modéstia de trabalhadores intelectuais. Igualmente a seus patronos escreveram belas páginas sobre a evolução política, social, econômica e cultural da Amazônia e do Brasil. Sua lembrança vai ao encontro das ideias do pensador francês Maurice Halbwachs (1877-1945), ao argumentar que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (in *A memória coletiva*, Paris, 1968).

Feitas estas iniciais considerações, posiciono-me a convite do honrado presidente Armando Andrade de Menezes, para discorrer sobre o personagem-título da Cadeira que por eleição coube-

me nesta Casa e na qual fui empossado substituindo ao filólogo 41
padre Raimundo Nonato Pinheiro (1922-1994), justo na sessão so-
lene de 14 de abril de 2000, sob a presidência do acadêmico Max
Carphentier e recepção do acadêmico Robério Braga.

Dita Cadeira foi fundada pelo acadêmico José Chevalier (1882-
1940), originariamente com o número 3, sob o patronato do ju-
rista Affonso Arinos (1868-1916) e, conforme registrado pelo
acadêmico Almir Diniz (in *Dicionário Biográfico Imortais do Ama-
zonas*, Manaus, 2002), foi “posteriormente transformada em 20,
sendo seu atual patrono o filólogo João Ribeiro”.

Foi João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes um dos polí-
grafos mais fecundos da cultura brasileira. Mais conhecido como
João Ribeiro, nasceu em Laranjeiras/Sergipe em 24 de junho de
1860 e faleceu no Rio de Janeiro aos 13 de abril de 1934. Era o se-
gundo filho de Manuel Joaquim Fernandes e de Guilhermina Ri-
beiro Fernandes. Órfão de pai muito cedo, foi residir em casa do
avô Joaquim José Ribeiro, um liberal, admirador de Alexandre
Herculano (1810-1877) e proprietário de excelentes coleções de li-
vros, que o influenciou positivamente em sua formação espiri-
tual e moral.

João Ribeiro concluiu o ensino primário em sua cidade natal
e os estudos de nível secundário em Aracaju/SE. Transferido em
1880 para Salvador/BA, matriculou-se na Faculdade de Medicina.
Constatando falta de vocação, no ano seguinte abandonou o curso
e embarcou para o Rio de Janeiro onde ingressou na Escola Poli-
técnica. Simultaneamente continuava a estudar arquitetura, pin-
tura, música, literatura e filologia. Em 1894 bacharelou-se em
Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Livre de Direito da an-
tiga capital federal. Além de jornalista, foi pintor e tradutor.

Desde 1881 João Ribeiro dedicou-se ao jornalismo e fez parce-
ria com Quintino Bocaiúva (1836-1912), José do Patrocínio (1854-
1905) e Alcindo Guanabara (1865-1918) – os maiores representantes
da categoria, à época. No Rio de Janeiro, trabalhou nos jornais *O
Globo* (1881), *A época* (1887-1888) e *Correio do Povo* (1888). Também
escrevia para a Revista *A Semana*, de Valentim de Magalhães (1859-
1903), ao lado de Machado de Assis (1839-1908), Lúcio de Men-

42 donça (1854-1909) e Rodrigo Octavio (1866-1944), entre outros. Apaixonado pelos assuntos da filologia e da história, desde 1881 exerceu o magistério em colégios particulares. Entre 1885 e 1890 foi oficial da Biblioteca Nacional e, em seguida, professor de História Universal no Colégio Pedro II. Também lecionou na Escola Dramática do Distrito Federal, onde ainda estava em exercício quando faleceu.

Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aos congêneres de Sergipe, São Paulo e Rio de Janeiro e ao Instituto Filológico Brasileiro. Em 1897, ao criar-se a Academia Brasileira de Letras estava ausente do Brasil e por isso não foi incluído no quadro de seus fundadores. Todavia, foi o segundo ocupante da Cadeira nº 31, eleito em 8 de agosto de 1898, na sucessão de Luís Guimarães Júnior (1845-1898), e recebido em 30 de novembro de 1898 pelo acadêmico José Veríssimo (1857-1916). Na Instituição destacou-se como um dos principais promotores da reforma ortográfica de 1907. Em 22 de dezembro de 1927 foi eleito presidente, porém, apresentou imediatamente sua renúncia ao cargo.

Coincidindo com a entrada de João Ribeiro no Colégio Pedro II – segundo a preleção do professor Roosevelt Araújo da Rocha Júnior, da UFPR – “no Rio de Janeiro estava em marcha o processo de valorização do método histórico-comparativo aplicado ao ensino das línguas, especialmente da vernácula – uma verdadeira Renascença dos estudos filológicos no Brasil”, sob a influência de autores alemães e franceses. “A partir de então, os intelectuais começam a introduzir na linguística o critério experimental e positivo e rompem com a tradição e a rotina dos antigos gramáticos portugueses”. Portanto, fazendo-se necessário livrar o estudo da língua dos velhos defeitos e remodelar o aprendizado das humanidades, dando-lhe uma nova orientação, mais segura e mais consoante com as necessidades da época – o governo mandou remodelar o plano de ensino dos cursos preparatórios. A essa orientação aderem os filólogos Fausto Barreto (1852-1908), Alfredo Gomes (1859-1924) e o próprio João Ribeiro – cujas gramáticas ganham notoriedade e rapidamente são adotadas pelos professores de língua portuguesa. “João Ribeiro – completa Araújo Rocha Jú-

nior – levará seus interesses a fronteiras mais largas. Suas gramáticas deram uma contribuição decisiva para a disseminação e a vulgarização das novas doutrinas, por causa do reconhecimento que seus trabalhos alcançaram” (in *João Ribeiro: entre história, gramática e filologia*, 2007).

Em 1895 realizou sua primeira viagem à Europa, em missão oficial, como representante do Brasil no Congresso de Propriedade Literária, realizado em Dresden. Permaneceu um ano na Alemanha. No exercício seguinte, participou do Congresso de Catálogo das Ciências, promovido pela Sociedade Geográfica de Londres. Retornou à Europa em 1901, como assessor da Delegação presidida pelo diplomata Joaquim Nabuco (1849-1910), encarregada das negociações do litígio anglo-brasileiro na questão da Guiana. Em 1914 João Ribeiro seguiu pela última vez para a Europa, onde pretendia fixar residência definitiva, estabelecendo-se em Genebra, Suíça. A eclosão da Primeira Guerra Mundial forçou-o, entretanto, a retornar ao Brasil. Mesmo na Europa, mantinha-se em contato com seus leitores brasileiros através de colaborações no *Jornal do Comércio* e no *O Dia*, de São Paulo. No matutino carioca *Jornal do Brasil*, desde 1925 até à morte, escreveu crônicas, ensaios e crítica.

Em 1911, fora nomeado para reger o ensino de sintaxe portuguesa do Pedagogium – Museu pedagógico brasileiro criado em 1890, segundo o modelo francês. Então, na área da educação brasileira a influência francesa era extremamente significativa. No campo das inovações pedagógicas, muitos autores franceses foram traduzidos pela elite intelectual no nosso País. A necessidade de um embasamento científico para o desenvolvimento da educação fez com que muitos estudiosos brasileiros se apropriassem das ideias gestadas na França.

João Ribeiro possuía larga cultura humanística e era versado nos clássicos de todas as literaturas. Sua sensibilidade estética o fazia inclinado a valorizar os aspectos técnicos, estruturais e formais da obra literária, embora fosse um crítico impressionista, com tendência à tolerância e estímulo aos autores, sobretudo os novos. Como poeta, cronista, crítico literário, historiador, moralista e filólogo, deixou obra vasta – onde se destacam: *Gramática*

44 portuguesa (1887), *Estudos filológicos* (1887), *Dicionário gramatical* (1889), *História do Brasil* (1900), *Páginas de estética* (1905), *Frases feitas I* (1908), *Frases feitas II* (1909), *Fabordão* (1910), *A língua nacional e outros estudos* (1921), *Notas de um estudante* (1921), *Colmeia* (1923), *Cartas devolvidas* (1926), *Curiosidades verbais* (1927) e *Florestas de exemplos* (1931). Suas conferências reunidas sobre o tema resultaram na edição de *O folclore, estudos de literatura popular*, e sua produção poética consta dos livros *Tenebrosa lux*, *Dias de sol*, *Versos e Avena e cítara*. Traduziu *Cuore* (*Coração*), de autoria do escritor italiano Edmondo De Amicis (1846-1908), cujo título na década de 1930 já alcançara a 40ª edição em português.

Sua obra *História do Brasil*, originalmente prefaciada por Araripe Júnior (1848-1911), é modelo de concisão e uma das mais lúcidas interpretações da vida nacional, sobretudo no período colonial, assinalando a contribuição do indígena e do negro na formação brasileira. Ainda de acordo com o professor Araújo Rocha Júnior, esta obra foi um 'divisor de águas' na bibliografia sobre a história brasileira, "até então marcada pelo registro único das alterações políticas ou abordagens restritas da chamada 'história política' com visão centrada no estado e nas disputas de poder". Ribeiro foi o primeiro a introduzir no Brasil a *Kulturgeschichte* (História cultural). A adoção da teoria alemã em nosso País, além da ruptura com o passado, propiciou que esse ramo da ciência perdesse o rótulo de "história dos governantes" passando a "história natural do povo brasileiro" (in obra citada).

A imagem de polígrafo é condizente com João Ribeiro porque ao longo de sua vida ele escreveu acerca de matérias diversas, em grande parte versando sobre a construção nacional, principalmente através do saber historiográfico e linguístico. Sua produção foi tão abundante que a edição completa de suas obras organizadas por Múcio Leão (1898-1969), a partir de 1952, para a Academia Brasileira de Letras, chegou a 59 volumes. Destes, 24 haviam sido editados em vida do autor; os outros 35 foram ordenados a partir do recolhimento de um amplo material que estava disperso por vários jornais e revistas.

As primeiras iniciativas para a publicação desse rico acervo ocorreram nos anos 1940, possivelmente por entusiasmo pela proximidade do aniversário de uma década da morte do escritor. Entre 1941 e 1945, Múcio Leão proferiu discursos e publicou em jornais e revistas textos sobre João Ribeiro. Na década de 1950, a Academia Brasileira aceitou publicar seus trabalhos que, como dito antes, saiu aos poucos de acordo com as conveniências do momento e dos recursos financeiros.

Finalmente, os ventos soprariam favoráveis por ocasião das comemorações dos cem anos do nascimento de João Ribeiro. “A tradição intelectual, ávida por fenômenos comemoráveis, deu ensejo a novos empreendimentos editoriais das obras do mestre” – di-lo o escritor mineiro Rogério Rosa Rodrigues (in *João Ribeiro e a historiografia brasileira: percursos e perspectivas*, Ouro Preto/MG, 2011). Naquela ocasião, o livro *História do Brasil: curso superior* ganhou versão ampliada e comentada por Joaquim Ribeiro (1907-1964), filho do autor. Na série “Nossos clássicos”, a Editora Agir, dirigida por Alceu Amoroso Lima (1893-1983), Roberto Alvim Corrêa (1901-1983) e Jorge de Sena (1919-1978), convidou Múcio Leão para organizar o volume intitulado *João Ribeiro: trechos escolhidos*. No mesmo ano, saiu pela Livraria São José nova edição da obra de ficção denominada *Cartas devolvidas*, cujo prefácio outra vez coube a Joaquim Ribeiro. Por fim, o empreendimento dessa editora confluiria para algo próximo a uma biografia intelectual do mestre elaborada por Múcio Leão e publicada em 1962.

Polígrafo era a condição de João Ribeiro e da maior parte dos intelectuais de sua época (final do século XIX e início do XX). Porque escrever sobre matérias diversas era parte do esforço coletivo de criar um saber próprio sobre o País. Talvez, por isso, na apresentação de uma nova edição do livro *A língua nacional*, Antonio Houaiss (1915-1999) afirmou “que entre nós João Ribeiro é tido como polígrafo fascinante” (in *João Ribeiro redivivo*, Petrópolis, 1979). Para o nonagenário Antônio Cândido “poucas literaturas têm sido tão conscientes da sua função histórica, em sentido amplo. Os escritores neoclássicos são quase todos animados do desejo de construir uma literatura como prova de que os brasi-

46 leiros eram tão capazes quanto os europeus; mesmo quando procuram exprimir uma realidade puramente individual, segundo os moldes universalistas do momento, estão visando este aspecto (...). A ideia de contribuir para construção nacional pode ser estendida para a produção de outros intelectuais que se dedicavam a outras esferas do saber, por exemplo, à história e ao estudo linguístico, como foi o caso de João Ribeiro” (in *Formação da literatura brasileira*, volume 1, Belo Horizonte, 2002).

No que tange à divulgação e à preservação da memória de João Ribeiro, é possível destacar o livro *Nove mil dias com João Ribeiro* que seu filho, Joaquim Ribeiro, escreveu e publicou no ano da morte do escritor. Nessa obra, editada pela Record – segundo Rogério Rosa Rodrigues – “é perceptível o esforço do autor para reabilitar a imagem do mestre de todas as críticas que sofrera em sua trajetória profissional, tanto quanto para lançar um sopro de leve candura humorística a seu perfil” (in obra citada).

Em correspondência de Capistrano de Abreu (1853-1927), escrita a um amigo em 1920, há menção à fama de João Ribeiro mal humorado e afeito a querelas intelectuais. As críticas possuem fundamento, mas Joaquim Ribeiro procura apagar tais impressões. “Como antídoto para o João ranzinza e brigão, por exemplo, Joaquim apresenta o João voltado para as artes, complacente com os novos escritores e crítico da ortodoxia gramatical. Contra o João metódico e totalmente mergulhado no universo intelectual, pincela um sujeito distraído e generoso...” (in obra citada).

Por outro lado, no concernente à biografia que Múcio Leão escreveu sobre João Ribeiro, foram construídos aproximadamente “15 perfis do amigo e mestre distribuídos em 291 páginas, entre eles, os de pintor, viajante, memorialista, acadêmico, crítico, erudito e ensaísta (...). As fontes utilizadas revelam a intimidade do autor com os textos jornalísticos, correspondências, projetos e depoimentos de e sobre João Ribeiro”. No referido livro “não se encontra o zelo verificado [no de] Joaquim Ribeiro de forçar um perfil ‘voltairiano’ para o mestre”. Ao contrário: “Seu João é mais multifacetado e, em alguns momentos, contraditório. Sequer aparece fazendo tantos gracejos. Investe-se na imagem do escritor

versado em humanidades. Sobre o poeta, filólogo, romancista e folclorista João Ribeiro, sobressai o crítico e ensaísta, o precursor do modernismo...” (cf. livro de Rogério Rodrigues, citado).

Nos 20 últimos anos do século XIX, o Brasil foi sacudido por mudanças abruptas na política: a Proclamação da República, a disputa entre radicais e monarquistas, a Revolta da Armada e a Guerra de Canudos agitaram o Rio de Janeiro e todo o País. Isso para ficar apenas no final do século XIX, uma vez que no século XX, em especial o período da década de 30, a situação não seria menos agitada. A despeito da vida na capital federal impor posicionamentos, desde sua chegada ali João Ribeiro procurou manter distância da política. Ainda que não tenha participado das reuniões promovidas pelas elites políticas, tampouco deixou de conviver com intelectuais notórios. Na atividade jornalística certamente manteve contato com homens para quem a convicção política era bandeira desfraldada. Como afirmei antes, atuou em parceria com o republicano histórico Quintino Bocaiúva, o jornalista e político Alcindo Guanabara e o abolicionista José do Patrocínio. Na Academia Brasileira conviveu com políticos atuantes, sem contar a amizade e parceria que estabeleceu com um dos mais polêmicos e politizados intelectuais do seu tempo, Sílvio Romero (1851-1914).

Embora seus biógrafos Joaquim Ribeiro e Múcio Leão silenciem sobre o assunto, João Ribeiro foi militante em prol da Proclamação da República. Ele atuou na imprensa carioca com artigos favoráveis a Floriano Peixoto (1839-1895). No entanto, uma década depois se confessou monarquista. A escritora paulista Patrícia Santos Hansen reproduz fragmento de uma carta enviada por ele a um amigo, dias após a instauração do novo regime, em que declarava: “Sou republicano antigo, bem o sabes; mas hoje há tantos republicanos que tenho quase vergonha de declarar-me tal”. Acompanhando a mudança do seu posicionamento político, a referida autora acerta no diagnóstico ao listar João Ribeiro na fileira dos decepcionados com os rumos republicanos. Escreve: “(...) seria ao longo do período correspondente ao governo de Prudente de Moraes, de 1894 a 1898, que nosso autor iria tornar-se cada vez

48 mais cético e pessimista” (in *João Ribeiro, historiador*, São Paulo, 2000).

Isso resultou provado, realmente ocorreu. Por volta de 1907, questionado sobre o estado da prosa e da poesia contemporâneas, João Ribeiro deixa escapar certa desilusão com o universo intelectual do Brasil. Afirma depositar esperanças em novos prosadores e, sem citar nomes, confessa não ver futuro na poesia do momento. “Prefiro ler um anúncio de leilão a um soneto”. Ao longo do depoimento, embora se demonstre cauteloso, desabafa: “Já transpus os limites da discricção, e numa sociedade primitiva e guerreira como esta, democracia pela força das coisas, mas sem nenhuma educação liberal, e em que a regra é eliminar os discordantes, com o que disse já estou muito mal parado”. A propósito desse desafogo do mestre, Lúcia Lippi Oliveira observa: “Difícil não reconhecer nessa observação uma crítica ao momento político do Brasil, em especial à política oligárquica que tomava conta do País decepcionando diversos intelectuais que apoiaram o novo regime” (in *A questão nacional na Primeira República*, São Paulo, 1990).

Na tentativa de elucidar o justo papel de João Ribeiro na cultura brasileira, retomei o antigo hábito da pesquisa biobibliográfica. Acredito que o estudo da interseção entre o “João Ribeiro filólogo” e o “João Ribeiro historiador” pode ser um bom caminho para demonstrar a importância deste sergipano na cultura nacional. Sobretudo, quando o analisamos dentro do processo da construção do nosso País, a partir de seus escritos sobre as questões relacionadas à língua e à história nacional, no contexto cultural brasileiro desde final do século XIX ao início do XX.

Na construção das biografias de Joaquim Ribeiro e Múcio Leão, acerca desse grande brasileiro, além de fatores subjetivos pesaram questões singulares ao próprio tempo de suas respectivas produções. Talvez motivado pelos laços de sangue, Joaquim foi levado a construir o perfil de um intelectual cheio de gracejos, em oposição ao semblante amargurado e gênio voluntarioso pintado pela sua geração. “Na década de 1930 urgia fixar a imagem do homem irreverente e bem humorado. Em 1960 buscava-se pro-

longar a memória do intelectual, do acadêmico, do homem que soube reconhecer os modernistas e possuía uma formação universal” (in Rogério Rosa Rodrigues, citado).

Pois esse homem de formação universal, multifacetado na arte literária, como que revisitando seus procedimentos de pesquisa e destacando seu diálogo com as linhas de força da produção historiográfica, do ensaio e da crítica, também enveredou para os assuntos da Amazônia. Três ensaios do seu livro *Colmeia*, segunda série, editado originalmente em 1923, reportam temas desta região:

a) As amazonas. Assunto das páginas 57/65. João Ribeiro assim disserta: “Figuras lendárias que [Francisco] Orellana [1511-1546] combateu. As amazonas existiram, e, o que é mais e melhor, há uma vontade surda, difusa e universal, de voltarem de novo. De vez em quando sentimos os calafrios lampos e temporões da formidável renascença que augura a volta de todas elas (...). O que nos importa saber é o quinhão que nos cabe no amazonismo. Temos também a sementeira desses viragos se não mentem os velhos cronistas e viajantes. O capitão Orellana, espanhol, foi talvez o primeiro que lá as viu, no rio-mar, desenvoltas, varonis, guerreiras e invencíveis”.

b) Sobre índios. Inseto às páginas 70/79. Afirma que não se envergonhava deles. Cita o etnógrafo alemão Theodoro Koch-Grümbert [1872-1924] “que gastou muitos anos a se embrenhar nas florestas e a visitar as terras impérvias do Brasil”. Ao referir o naturalista inglês Alfred Russel Wallace [1823-1913], pede aos brasileiros “para que melhor se informem sobre índios, demonstrando de tal sorte que amam a sua terra e guardam com fervor o culto da tradição de todas as raças que aqui formaram o corpo e o espírito da nacionalidade”.

c) Brasil caboclo. Páginas 167/174: “O caboclo é o [tipo] mais lógico e coerente com a terra americana”. Enaltece o caboclo e reporta Lope de Vega [1562-1635], poeta espanhol, autor da comédia intitulada ‘El Brasil restituído’, “...é a primeira vez, na grande literatura, que o Brasil figura simbolicamente com um caboclo (...). O romantismo de Gonçalves Dias [1823-1864] e [José de] Alencar

50 [1829-1877] prolongou a predileção 'de sermos todos caboclos' com as Iracemas, Jacys, Aracys. Ninguém queria ser preto, todos queriam ser caboclos (...) 'El Brasil restituído' foi o primeiro documento literário do símbolo nacional do caboclo, tanto quanto alcançamos saber, pois que data do século XVII (...). O que nos parece mais digno de nota é esse Brasil caboclo de Lope de Vega que profeticamente precede de dois séculos o caboclisto da Independência”.

d) Alfred R. Wallace. Tema das páginas 175/182. Comenta: “O livro de viagens de Wallace no Brasil respira alegria e entusiasmo, pela floresta virgem (...). Um dos tipos mais curiosos, que Wallace conheceu no deserto foi o de um frade, *bonvivant*, pouco amigo da sua religião. Frei José dos Santos Inocentes, que Wallace encontrou no alto Rio Negro, era um pândego, contador de histórias livres ou obscenas, má língua, mas alegre e espirituoso. Ninguém como ele conhecia as anedotas picarescas em que entravam os mais graves personagens da província [do Amazonas]. E arremedava os tics, a fala e o sotaque das pessoas. Mercê de suas operações eclesiásticas, vivia entre os índios de ética indiferente a esses desvarios. Casava, batizava, convertia e, nas horas vagas, biblicamente multiplicava o gentio com a mesma fecundidade do seu gênio anedótico e bocagiano. Respeitava muito a sua batina, dizia sempre; mas costumava acrescentar, olhando sobre os olhos, de dia. De noite, frei José naturalmente perdia o tom e a cor, como todos os gatos. Era assim este apóstolo do Rio Negro”.

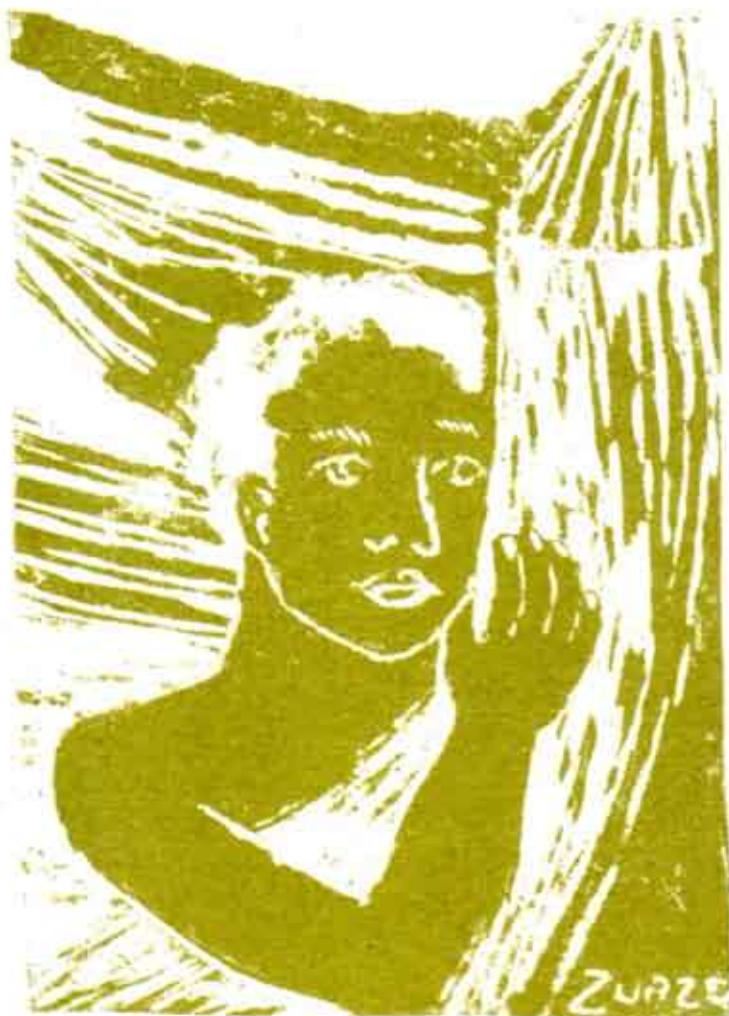
Concluo, senhor presidente, trazendo a plenário a seguinte informação:

Como homenagem ao grande João Ribeiro, seus conterrâneos da cidade sergipana de Laranjeiras mantêm a Casa de Cultura João Ribeiro. Inaugurada em agosto de 1974 e mantida pela Secretaria Estadual de Cultura, funciona em um prédio colonial onde o polígrafo nasceu e viveu, por algum tempo, com sua família. Seu objetivo é preservar o acervo documental, bibliográfico e artístico do homenageado, além de ser fonte de pesquisa, estudo, informação e lazer. O acervo registra a vida pessoal e profissional de João Ribeiro. São correspondências, recortes de jornais, livros,

fotografias, condecorações, diplomas e obras de arte doadas por sua filha, Emma Luzia Ribeiro Aciolly, em nome da família. 51

Induvidosamente, um belo exemplo a ser copiado por tantas outras cidades brasileiras em relação a seus vultos históricos – inclusive do Estado do Amazonas.

Oxalá que, entre nós, um dia venha acontecer.



— Maranhão Sobrinho e a gravata de Malarmé¹

ALDISIO FILGUEIRAS

¹ Palestra proferida em
19 de setembro de 2015,
na AAL

A versão urbana do seringal é a favela. Quando Maranhão Sobrinho se decidiu por cortejar Manaus, a capital do Amazonas, em 1909/1910, começava a viver a fase agônica do fim do ciclo da borracha, que se estenderia até 1917, na precisão histórica de Antonio Loureiro, como relata em *A Grande Crise* (Valer, 1999), e daí para pior, como testemunhamos hoje, mais de um século depois. Era o local ideal para quem tinha 31 anos de idade e manifestava o desejo de morrer antes do 40.

Era o local ideal, também, para quem tinha o destino conformado de ser poeta. Deixa eu explicar: o poeta, no princípio dos tempos era uma espécie de terceiro setor da área produtiva, talvez tão importante quanto o comércio, algo assim como a disciplina de moral e cívica. Ele era o depósito e o pombo correio de hábitos e costumes das sociedades onde surgiam, fixando-lhes as memórias, criando a ilusão da eternidade, porque só o passado conseguiria resistir ao tempo que não pára: aonde fores, só existirás se tiveres um passado no alforje.

Com o letramento dos povos, o poeta e seu produto, a poesia, deixaram a área de entretenimento respeitável da economia e se transformariam na face bandida do mercado. A poesia e o poeta trataram de ser marginais e descobriram uma ideologia antimercado nessa exclusão, que virou atitude elevada a virtude, uma opção trágica de se alienar da realidade, uma pulsão suicida que se realiza aos poucos, porque alguns têm medo de morrer de repente, sem anúncio e sem plateia.

Sofrer pode ser o ópio de certos segmentos da sociedade e a maior felicidade para esses infelizes é, justamente, ser infeliz. Sem dor, não haverá ganho, diz essa religião que não diz o seu nome. Toda a exis-

tência torna-se um engrandecimento do martírio, uma revolta contra estar vivo e pretensão de ser a pessoa certa, no momento errado. Descobre-se o gozo, no sofrer. Algumas vezes, a revolta não passa de uma rendição; ela não combate nada.

Um pouco mais tarde, mas ainda em pleno agonismo, por volta dos anos 1930/40, o modernista Oswald de Andrade revelaria, em São Paulo, que o boêmio é o contrário do revolucionário. E em verdade vos digo: duas, três ou mais cervejas podem fazer um bêbado, mas não um poeta. Maranhão Sobrinho era infeliz e “achava bonito não ter o que comer”, como diria uma canção popular, que ele não teria tempo de conhecer. E Manaus, mais uma vez, que sempre viveu do estelionato de ser o epicentro do Eldorado, o portal do nada, o acolheria de braços abertos, com o pudor de não fechá-los em um abraço. É impossível abraçar um poeta, ele é fugaz demais e, por isso, inconfiável.

Mas como se dá essa atração de mariposa e lâmpada? Que sintomas visíveis podem avalizar esse diagnóstico? Bom, não é, por evidente, um fenômeno observável apenas neste poeta particular, Maranhão Sobrinho. Não lhe era exclusivo esse clima de sedução e perdição.

José Américo Augusto Olímpio Cavalcanti dos Albuquerque Maranhão Sobrinho, poeta, jornalista e funcionário público nasceu em Barra do Corda, Maranhão, em 1879. Há quem sustente, e o próprio poeta parece ter acreditado até a morte, que nascera no dia 25 de dezembro daquele ano, data que construiria a coincidência de ele ter morrido, em Manaus, também no dia de Natal do ano de 1915, aos 36 anos, ou seja, antes dos 40 como sempre quis. Comportamentos românticos têm esse compromisso com a morte e, não raro, são pontuais. Antônio Oliveira, que escreveu, em 1976, sobre a geração do poeta na *Revista das Academias de Letras*, texto que foi replicado no Suplemento Cultural & Literário Guesa Errante do *Jornal Pequeno*, de São Luís, em 2005, defende e se dispôs a prová-lo que o nascimento de Maranhão Sobrinho aconteceu no dia 20 de dezembro, apagando todo o charme que provocaria a coincidência natalina. Sua escassa biografia é rastreada desde Barra do Corda, até São Luís, a capital maranhense, Belém, São Luís, de novo, e por fim, Manaus, para onde o mandaram, com a esperança de lhe curar os porres.

Manaus e São Luís tinham a fama, de acordo com o se informava nos corredores do Gymnasio Amazonense Pedro II, onde estudei, de ser as Atenas do lado esquecido do Brasil, pela qualidade do português falado e escrito nas duas capitais e por seu acesso ao mundo letrado da Europa, particularmente a França, mais do que do Brasil. Mas isso faz já muito tempo, pois Manaus, hoje, tem os olhos voltados para Miami, onde pensa aterrissar nos Estados Unidos, e não na Little Cuba, porto de ressentimentos anticomunistas da Guerra Fria. E São Luís podia ser Antenas, mas bem antes de florescer ali a dinastia Sarney. Nenhuma das duas cidades falam mais ou escrevem tão bem a língua portuguesa, como o atestam os resultados do Enem. Em Manaus e São Luís, a ignorância tem status de honra ao mérito.

Não à toa, Maranhão Sobrinho foi um dos criadores do movimento dos Novos Atenienses, considerado de renovação nas letras maranhenses, o que não esclarece muito, pois sua produção passa ao largo da escritura de outro poeta local, Joaquim de Souza Andrade, o Sousândrade (1832-1902), honrado por justas razões como um dos precursores do modernismo brasileiro, cuja visão, ao contrário da exercida pelos atenienses estava voltada para a república capitalista e industriosa que se instalava nos Estados Unidos, e não mais na França, que perdia a hegemonia cultural, deixando ao inglês a primazia de ser a língua franca que é hoje. Sousândrade é o autor do provocante e inovador “Guesa Errante”, que dá nome ao suplemento do *Jornal Pequeno*, do Maranhão.

O poeta, dramaturgo e agitador cultural Zemaria Pinto, membro desta Academia Amazonense de Letras e mentor desta arqueologia que desenterra os patronos dos acadêmicos (e desenterra também os acadêmicos para falar deles antes que ambos desapareçam no esquecimento) em uma apresentação atualizada de *Papéis velhos... roídos pela traça do Símbolo*, lembra, ao contextualizar, Maranhão Sobrinho, que “A província não tem pudor por não ter cultura, porque sua cultura é a cultura do mundo. De todo o mundo”. O poeta provinciano também não.

A província, na verdade esquece que tem cultura, porque é impossível ao menor conglomerado humano não produzir uma cultura, mesmo que seja uma cultura que honre a ignorância e a mediocri-

dade. No objeto que nos interessa, a província honra os artesãos que importam técnicas de composição e as manejam com perícia extrema. Daí a proliferação daquilo que Roberto Schwarz acertadamente chama de “as ideias fora de lugar”, ao confrontar os desencontros das apropriações brasileiras de invenções alheias, que não se dão, que fique claro, como as realizadas sob o signo da antropofagia defendida por Oswald.

No poeta que nos interessa, mas não só nele, as técnicas e a visão de mundo do Romantismo, do Simbolismo e do Parnasianismo, ao serem apropriadas, não perderiam seus compromissos de origem. Embora essas três correntes sejam rastreadas obra de Maranhão Sobrinho – diz-se que ela apresentava o sentimento romântico de uma ideia simbolista sob uma forma parnasiana –, seu uso significava e ainda significa uma conexão com o mundo da contemporaneidade, que permitiria ao artista assumir a bandeira de “novo ateniense” dentro da província, sem conseguir, no entanto, causar mais que um estranhamento supérfluo, que deixará, cem anos depois da sua provocação, a certeza de que foram bons artesãos do verso ou de qualquer outro instrumento de que se armariam para comunicar o seu desconforto com a modorra da província.

A hegemonia simbolista que se reconhece nos poemas de Maranhão Sobrinho pode ser clarificada, e é, pelo próprio Zemaria Pinto, na apresentação da edição de 1999, nos seguintes termos: “No ensaio ‘Metafísica e Exílio’, Ivan Junqueira inicia uma análise acerca da obra de Cruz e Sousa, afirmando que se deve entendê-lo como um poeta ‘pós-romântico, e não necessariamente um simbolista, etiqueta que não o caracteriza com amplitude nem com precisão’”. E Zemaria abre uma rodada de discussão que se antecipa como profícua – lá se vão as aspas; “Esta é, na verdade, a chave para a compreensão de toda a poesia brasileira produzida no período entre os escritores do Romantismo e o advento do Modernismo. Parnasianos e simbolistas, na França, inclusive, trilham caminhos que se bifurcam num ponto e se entrecruzam num outro”. Do meu ponto de vista, dessa confusão, sobra a artesanaria, a arquitetura do verso.

A influência francesa de Mallarmé e Baudelaire que se costuma aportar ao trabalho poético de Maranhão dá-se precisamente na ar-

56 tesania do verso, não em outro viés. O satanismo, em Baudelaire, por exemplo, tem mais a ver com uma tradição cristã que impregnou a linguagem e funcionará, principalmente como metáfora de oposição crítica a uma realidade traumática do nascimento da modernidade, nascida dos combates de rua de 1848, em Paris. Não é fácil, mesmo para autores que se considerem ateus, e não é o caso de Maranhão Sobrinho, despir a linguagem, em qualquer idioma ocidental, do universo de signos e símbolos religiosos, herdados pela literatura desde as fundações do judaísmo e a democratização do acesso à leitura individual da Bíblia, patrocinada pelo capitalismo, a quarta maior religião do planeta.

Em Maranhão Sobrinho, o inferno e o trauma são religiosos, na melhor tradição cristã. E a forma na poesia de Sobrinho, talvez pela identidade parnasiana, não tem a mesma disposição de combate encontrada, particularmente, no “Lance de dados”, de Mallarmé, de quem o brasileiro herdou a extravagante gravata.

Pode-se também dizer, no mesmo contraponto, que os franceses Baudelaire e Mallarmé são definitivamente, poetas urbanos. No maranhense Maranhão Sobrinho sobram versos de nostalgia pastoral. Nostalgia rural, que não seria possível na urbana e cosmopolita Manaus onde veio desterrar-se o poeta. Mário Ypiranga Monteiro ainda na edição de *Papéis Velhos...* de que me valho, não deixa de observar que “a negligência de Maranhão Sobrinho pela exuberante natureza amazônica assinala o seu repúdio pelo fato positivo, o fato muito para comentar de ser, àquela altura, a Natureza objeto de interesse do positivismo cultivado”.

Para Ypiranga Monteiro, o desinteresse pela natureza exuberante seria provocado pela formação católica do poeta, que preferiria experiências, digamos, mais espirituais. Prefiro entender esse procedimento como a disposição do maranhense de solidarizar-se ao desapego de Manaus às coisas naturais e exuberantes. Para Manaus, nada é exuberante sem asfalto, cimento e pedra.

Maranhão Sobrinho veio para a capital amazonense e não para um seringal por onde na mesma época o português Ferreira de Castro meteu-se a extrair um romance muito ruinzinho chamado *A Selva*. Manaus, o porto luminoso para a gravata borboleta de Mallarmé. A

cidade que cuidou de manter à distância a força produtora da sua riqueza. Uma cidade de classe média, pacata, porto seguro para aquela força – e que força! – de trabalho do terceiro setor, onde se aventuram ainda hoje os poetas.

Escrever bem e saber as quatro operações era o que mais importava para aquele momento da capital amazonense. Manaus não precisava de interpretações metafísicas nem científicas do mundo; contanto que a correspondência oficial e a escritura contábil estivesse com todas vírgulas no lugar, podia-se investir na certeza de que uma, duas cervejas podiam fazer um poeta. Uma gota de látex selava os compromissos.

Eu ainda não me encantara com a promessa de imortalidade da Academia, muito pelo contrário, talvez eu até quisesse mesmo morrer antes dos 40, quando me deparei com Maranhão Sobrinho. Me chamou atenção ele ter sido descoberto aqui, enterrado em Manaus, por Augusto de Campos, que o revelou em um ensaio, publicado no livro *O Anticrítico*. O que Augusto e o irmão Haroldo de Campos e sua tribo falavam e escreviam me interessava a mim, menos pela poesia concreta deles, que nunca me encantou e sempre me pareceu muito Geração 45, e mais pela inquietude intelectual e pelo trabalho arqueológico como esse da nossa Academia, trazendo à tona o DNA dos ossos da melhor inteligência de todos os cantões do Brasil.

Depois que entrei na Academia, descobri que nasci no bairro Cachoeirinha, em uma esquina da rua Urucará, a mesma rua onde morreu Maranhão Sobrinho, em um barraco, o terno roído pelas traças do tempo, a gravata borboleta de Baudelaire e Mallarmé e a se mal-dizer da sorte. Ele está sepultado no cemitério de São João Batista, a maior concentração de gente morta importante por metro quadrado do país. Neste ano, Barra do Corda está a recordar os cem anos da sua morte. Ao se despir de seis da carga dos seus oito nomes, Maranhão Sobrinho conseguiu equilibrar sua asa imortal de artista. Ele é o patrono da cadeira de número sete, que eu ocupo e espero ficar sentado nela por muito tempo, a matutar sobre pessoas roídas pelas traças. Mas sem gravata.

— Torquato Tapajós¹

EULER RIBEIRO

Patrono de uma das cadeiras de assento na Academia Amazonense de Letras, na qual já desfrutam desta proteção intelectual emanada do além por sua inegável sabedoria que transcende o etéreo e chega até nós: O insigne intelectual, engenheiro sanitarista Torquato Xavier Monteiro Tapajós. Estou eu hoje desfrutando com alegria e muita honra deste assento, a qual já pertenceu a tantos intelectuais e ilustres e ilibados conterrâneos. Sendo seu último ocupante que a mim antecedeu foi o Imortal Senador Jefferson Péres, que tão precocemente no deixou.

Nascido em Manaus no dia 3 de dezembro de 1853, no ano seguinte da instalação da Província do Amazonas a 1^o de janeiro de 1852. E morreu no Rio de Janeiro no apogeu da sua intelectualidade aos 44 anos de idade no dia 12 de novembro de 1897. Engenheiro Geógrafo, e bacharel em Matemática, sempre tido competência comprovada. Com inúmeros títulos honoríficos o atestam com os ensaios que produziu que lhe dão proeminência de destaque no cenário da cultura nacional. Era sócio do Instituto Civil de Engenharia de Londres, do Instituto Politécnico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro.

De tudo que produziu destacam-se *Climatologia do Estado do Amazonas*, janeiro de 1890, *Amazonas, Macapá, Tabatinga e São Joaquim*, Rio de Janeiro, 1893, *Limites do Estado do Amazonas*, 1895, *Limites dos Estados do Amazonas e Mato Grosso*, São Paulo, 1896, *A Salubridade do Estado do Amazonas*, Rio de Janeiro, 1897 no ano de sua morte.

Geógrafo, matemático, higienista, meteorologista, poeta e publicista, em todas as suas especialidades deixou trabalhos até hoje consultados por grandes pesquisadores e de grande impacto científico.

Como seus primeiros progressos na ciência encontra-se em *Nevoeiros*, Manaus 1872, *Nuens Medrosas*, Rio de Janeiro, 1874. Bom prosador dá-lhe o quilate de estilo e de roupagem nos livros que nos deixou. O mesmo discorreu com brilhantismo e muita dedicação às questões geográficas, astronômicas, os limites das nossas fronteiras, as indagações históricas e estudos aprofundados a eletricidade. E a respeito desta particularidade científica escreveu Memórias sobre eletricidade da água dos oceanos e sua aplicação prática nos grandes Moles dos esgotos do Rio de Janeiro. Pouca gente sabe, mas foi ele que ajudou com um projeto de drenagem das lâminas d'água no Rio de Janeiro ajudando assim a Oswaldo Cruz sanear o Rio de Janeiro na época da epidemia da febre amarela disseminada pelos *Aedes Egypty* o mosquito transmissor desta terrível febre, como da malária, da dengue e agora do Chinkungunia.

Torquato Tapajós ocupa um dos primeiros lugares na luminosa constelação de valores de as terra, que ele, apesar de viver distante dela, jamais a esqueceu. Teve sempre o espírito voltado para a grandiosidade do Amazonas.

Segundo o Acadêmico Robério Braga afirma que dentre os muitos estudiosos da Amazônia que andam esquecidos pela nova geração um deles é Torquato Tapajós, pois não se encontram facilmente nas prateleiras das livrarias e das bibliotecas. E por este motivo este ilustre amazônida e Secretário de Estado de Cultura manda reeditar o livro *Colonização e Imigração da Amazônia*, que foi primeiramente encomendada em forma de relógio pelo então Governador Fileto Pires no qual o próprio autor define como: "ideias que tenho como mais acertadas e que julgo conveniente sejam postas em prática sobre o grandioso problema".

E ainda hoje nos perguntamos será que está resolvida a questão um dos angustiantes problemas da época que era a ocupação humana com preocupação de preservação, em busca do desenvolvimento da Amazônia?

Assim em poucas palavras quero distinguir este grande amazônida que cuja cadeira que o mesmo é Patrono, ocupo com humildade na ânsia de sempre aprender e poder dividir com os mais jovens a pouca sabedoria que os anos vividos nos proporciona.

— Aníbal Teófilo¹

MAZÉ MOURÃO

1. Palestra proferida em
22 de agosto de 2015,
na AAL

A Escola Parnasiana surgiu na França, na metade do século 19 e leva este nome em homenagem ao Parnaso, nome do Monte do Deus Apolo e das musas da poesia. O estilo se desenvolveu na literatura europeia e chegou ao Brasil onde o poeta Olavo Bilac era o seu maior representante, portanto, não é à toa que o poeta Aníbal Teófilo, também da mesma escola, foi seu amigo pessoal!

CARACTERÍSTICAS

O estilo veio em oposição ao romantismo, valoriza a métrica, a estética e busca a perfeição.

LIVRO: RIMAS

Aníbal Teófilo, escreveu um único livro – *Rimas* – onde a sua primeira edição veio da cidade do Porto, em 1911, dividido em duas partes: *Musa Erradia* e *Folhas De Um Poema*, são sonetos e poemas parnasianos simbolistas. O mais conhecido “A Cegonha”.

TRÍADE NACIONAL DO PARNASIANISMO

Olavo Bilac, Alberto de Oliveira e Raimundo Corrêa

BIOGRAFIA

Aníbal Teófilo nasceu em 21 de julho de 1873, sob o signo de câncer, no Paraguai, mas foi registrado no Brasil, mais precisamente, no Estado do Rio Grande do Sul. Pai militar, carreira que também seguiu, Aníbal veio para Manaus em 1903 e frequentou a casa do seringalista Manoel Lobo, em Humaitá, no Seringal “Três Casas”.

Sua permanência no Amazonas é até 1912, quando seguiu para o Rio de Janeiro. 61

Amigo leal, que vivia as claras sem subterfúgios, Aníbal Teófilo foi brutalmente assassinado a tiros, no saguão do *Jornal do Comercio* do Rio de Janeiro, pelo escritor e deputado federal Gilberto Amado, por críticas que o desafeto fazia aos seus companheiros.

AT é patrono da cadeira 27 da Academia Riograndense de Letras e da 28 da Academia Amazonense de Letras, fundada em 1918. Aníbal Teófilo é nome de rua em São Paulo e de outras vias públicas no País.

CURIOSIDADES

1. A amizade fraterna com Olavo Bilac, foi consolidada quando participou da fundação, no Rio de Janeiro, da Sociedade Brasileira de Homens de Letras, mais precisamente no *Jornal do Comercio* do Rio de Janeiro. Foi nessa data, 19 de junho de 1915, durante o vento de fundação, que ocorreu o assassinato de AT. Curiosamente, o escritor Olavo Bilac teve, por duas vezes, a visão do amigo, em um dos cantos da sala, totalmente ensanguentado. Bilac chegou a avisar o escritor que não levou em conta a premonição de Bilac. Contudo, quando todos estavam já na porta do JC para sair, ouviram os disparos de revólver e, ao retornarem, encontraram Aníbal cravejado de balas no saguão.

2. Por ser um pedido do poeta, antes de fecharem o caixão do escritor, sem nenhuma combinação prévia, porém fieis ao prometido, todos os amigos tiraram do bolso os frascos de perfume francês (1910) "Idéal" de Houbigant e derramaram, um a um no peito do morto.

3. O perfume que os amigos derramaram no peito do escritor, era de origem francesa e datava de 1910, mas a perfumaria Houbigant existia desde o ano de 1887. Reza a lenda que, com o espetáculo perfumando dos amigos de AT, no seu enterro, a fragrância esgotou nas lojas do Rio de Janeiro e virou moda.

— Graça Aranha, meu patrono¹

ALMINO AFFONSO

¹ Palestra proferida em
12 de setembro de 2015,
na AAL

A vida literária de Graça Aranha lhe começara cedo. Quase ao acaso. Depois de um breve estágio em Porto de Cachoeiro, no Espírito Santo, Graça Aranha instalara-se no Rio de Janeiro. Dando destino à sua inquietação, passara a frequentar a *Revista Brasileira*, fundada e dirigida por José Veríssimo, já então reconhecido como crítico literário de inegável valor. Ali, o pátio a céu aberto transformara-se num convite às tertúlias, onde se encontravam, a cada fim de tarde, figuras de expressão intelectual e política. Dentre tantas, cabe destacar Joaquim Nabuco e Machado de Assis, já então ambos os dois na cumeeira de nossas letras. Pelas mãos de Veríssimo, o jovem Graça Aranha lhes ganhara estima e admiração. E logo mais, pelo que tinha de afoito, passa a publicar, na prestigiosa revista, artigos e crônicas encobertos em pseudônimos aos poucos revelados. O fato é que os espaços foram sendo abertos...

No Rio de Janeiro, vindo de todos os recantos do País, concentravam-se poetas e romancistas. Alguns já reconhecidos pelo seu valor. Outros, à espera do amanhecer. Era hora de colher o que o tempo plantara... Assim pensava Lúcio de Mendonça. Por conta dessa ideia que vinha germinando, nasceu na *Revista Brasileira*, em 1897, a Academia Brasileira de Letras, tendo por modelo a Academia da França. Como era natural, impusera-se, como critério de ingresso à “imortalidade”, ter o pretendente ao menos um livro publicado...

Naquele então, Graça Aranha ainda não cumpria esse requisito... Mas Joaquim Nabuco, dando-lhe o respaldo de seu nome, assegurou-lhe o acesso ao silogeu que nascia... Em seu livro de me-

mórias *Meu próprio romance*, Graça Aranha registra com orgulho que aceitara tão honrosa acolhida, tendo em conta a “insistência” de Joaquim Nabuco, Machado de Assis e Lúcio de Mendonça.

É certo que Graça Aranha já escrevera o primeiro capítulo de *Canaã*; e por lê-lo, Joaquim Nabuco se fiava na importância da obra que estaria sendo escrita. De todo modo teria sido legítima a estranheza que, em silêncio talvez, muitos cultivassem... Tenho de mim para mim, senhores acadêmicos, que esse episódio revelava o quanto Graça Aranha já se impunha, pela palavra que lhe brotava luminosa, pela criatividade que ia rompendo os estilos sedimentados... Era como se merecesse a exceção, que a própria natureza lhe propiciava. Dir-se-á que fantasio. Mas, se não fora assim, por que Joaquim Nabuco descera do pedestal para dar-lhe a mão?

Naquele momento, quando a Academia Brasileira de Letras estava sendo fundada, Joaquim Nabuco já convivía com a História. Como parlamentar transfigurara-se como um semideus da palavra! Como homem de visão política, que não se curva às contingências que o rodeiam, ousara ser um combatente da causa abolicionista, com uma grandeza fora do comum! Àquela altura já nos deixava algumas obras de valor incontestes: *Camões e os Lusíadas*; *Abolicionismo*; *Minha Formação*; *Balmaceda*; *Um Estadista do Império*... Uma ponderação talvez se imponha: tendo Joaquim Nabuco tamanha significação, não teria porque expor-se a romper com a norma estatutária, que era irrepreensível, se não entreviesse em Graça Aranha uma razão de grandeza maior...

A mesma linha de raciocínio de que me valho, referindo-me ao grande tribuno, pode ser invocada em relação a Machado de Assis, que já se elevava acima dos mortais, cercado pelo culto que o consagrava. Não por acaso fora aclamado presidente da Academia Brasileira de Letras! Por isso mesmo, não é demais lembrar que também ele concordara em assegurar a Graça Aranha a prerrogativa de ser membro efetivo do silogeu, embora não tivesse um livro publicado! E se correremos os olhos em relação aos 40 membros recém-incorporados à instituição acadêmica? Dentre tantos, permitam-me trazer à memória alguns nomes conotados:

64 Rui Barbosa, José do Patrocínio, Olavo Bilac, José Veríssimo, Visconde de Taunay, Coelho Neto, Alberto de Oliveira, Clóvis Bevilacqua, Raimundo Correia, Aloísio de Azevedo, Sílvio Romero... Pois todos eles (ainda que em silêncio!) por acaso não haviam referendado a prerrogativa concedida a Graça Aranha? Relevem-me que me tenha alongado nessa digressão: se acolheram o futuro autor de *Canaã* (que ainda não o escrevera, valha-me a abundância!) como efetivo membro da Academia Brasileira de Letras, algo lhe viam de especial significação e em nome dela fecharam os olhos à norma impeditiva. Não sou eu quem diz, senhores acadêmicos, mas os fatos que arrolei na esperança de me ajudarem a entender o que me parecia negar a própria lógica.

Graça Aranha não se prendeu à convivência acadêmica. Em março de 1900, já estava residindo em Londres na condição de secretário de Joaquim Nabuco, recém-nomeado ministro do Brasil. Eram duas almas gêmeas, Nabuco e Graça Aranha! Pelo talento, pela cultura, pela elegância, até pela beleza física segundo os biógrafos de ambos! Mas, não me detenho nessa etapa diplomática que passara a viver em Paris, em Roma, em Londres!

Quero acompanhar-lhe o trajeto, o quanto possa, para ver de perto o que o destino lhe estaria traçando no mundo da literatura... Dois anos depois que chegara a Londres, conseguira concluir o romance que vinha engatinhando desde sua estada no Espírito Santo... Por fim, *Canaã* viera a luz! Editado em Paris, foi lançado no Brasil, pela editora Garnier, em 1902... Custa acreditar, porém, há pouco mais de um século *Canaã* irrompera em nosso cenário literário, a um só tempo aplaudido e rejeitado, num confronto sem igual em nossa História!

Recolho, embora parcialmente, a polêmica que foi marcando a trajetória de *Canaã*. José Veríssimo (in *Estudos de Literatura Brasileira*) o festeja com indisfarçada alegria: "Esse livro, do qual desconfio não soube dar ao leitor senão uma insuficiente ideia, não sendo, aliás meu intuito recontá-lo, estreia, como não me lembra outra em nossa literatura, a revelação nela de um grande escritor. Novo pelo tema, novo pela inspiração e concepção, novo pelo estilo, *Canaã* é a primeira e única manifestação benemérita

de apreço das novas correntes espirituais e sociais, que por toda a parte estão influenciando na literatura e na arte”... José Veríssimo, que abrira a Graça Aranha as portas da *Revista Brasileira*, termina seu belo texto de modo consagrador: “*Canaã* é verdadeiramente um livro de talento na mais nobre acepção e na mais rara aplicação da palavra!”.

Em páginas de admirável equilíbrio analítico, Alfredo Bosi (in *História Concisa da Literatura Brasileira*) faz as seguintes ponderações: “Na medida em que Graça Aranha se deixou levar abusivamente pelo romance de tese, não logrou estruturar personagens convincentes. Mas soube descrever com maestria algumas cenas de violência e instinto que servem de contraponto e aguilhão aos ideais pacifistas de Milkau: o enterro do velho caçador cujo cadáver é disputado aos coveiros pelos cães furiosos e corvos famintos; o rito bárbaro dos maquiães, que fecundam a terra com o sangue de um cavalo açoitado até a morte; enfim, o nascimento do filho de Maria em plena mata, entre porcos selvagens que acabam por devorá-lo. Há uma forte dose de naturalismo impessoal e científico, de escola: a sensibilidade do prosador empenha-se ao plasmar a linguagem narrativa que, em certos momentos, atinge alto nível estético”.

A má vontade à flor da pele, sem disfarces, Cyro dos Anjos, em seu discurso de posse na Academia Brasiliense de Letras, escafpela Graça Aranha, o homem e a obra. Desencontro não podia haver maior: Graça Aranha era seu patrono e ele, desde sempre, não o suportara. Confessou sem reboços: “Abandonei *Canaã*, às primeiras páginas, na minha juventude, quando tal romance era tido por uma das mais altas criações de nossa inventiva literária!” São apenas lembranças do passado, talvez se pense. Mas, na contingência de ler a obra de Graça Aranha, tendo em conta o ritual da Academia Brasiliense de Letras para a qual fora eleito, eis o que nos diz Cyro dos Anjos, sem meias tintas: “Identifico, agora, alguns dos ingredientes de *Canaã* que logo de entrada, me fizeram torcer o nariz. Seria o tom declamatório, a eloquência nas falas do autor e dos personagens, a ênfase verbal que se alastrava pela obra toda. E ainda outras ênfases: os esbanjamentos de luz

66 e cor, a luxuriante cenografia, as digressões filosofantes, intermináveis, o transbordamento romântico, o maneirismo simbolista. Nunca mais voltei a Graça Aranha, desde esses velhos tempos. Li-o todo, agora, atendendo às exigências deste discurso. Confirmou-se a reação anterior”.

Não obstante o azedume com a análise da obra de seu patrono, Cyro dos Anjos ainda encontrara serenidade para reconhecer a repercussão de *Canaã* além de nossas fronteiras: “Traduzida para o francês, festivamente acolhido por Edmond Jaloux, Maurice Barrés, Paul Adam, Anatole France, Guglielmo Ferrero”. Mesmo assim – prossigo eu – nos desvãos da alma, às vezes sobram os espinhos... Portanto, faz o contrapeso, evocando a maldade de Brito Broca: “Exercendo nessa época, funções diplomáticas, Graça Aranha, homem hábil em agrados, não descuidara de abeirar-se dos altos escalões da política e das letras. No *grand monde*, a velha polidez francesa é pródiga em elogios”. Custa-me acreditar, senhores acadêmicos, que alguém possa entrever Anatole France, um dos mais admiráveis nomes do romance àquela época, curvando-se às artimanhas da lisonja que falseia, que enoja e que se vende!

Em seu belo discurso de posse acadêmica, Narciso Júlio Freire Lobo (a quem tenho a honra de suceder) de certo modo criou um diálogo imaginário entre autores divergentes sobre Graça Aranha e sua obra renomada. Talvez agora caiba relê-los: Otto Maria Carpeaux, Gilberto Freyre, Roberto Schwarz e Alphonsus de Guimarães Filho. O contraditório, que ali se estampa, sempre enriquece. Se tiverem paciência de entremeá-lo ao que lhes trouxe a lume, *Canaã* quem sabe possa ser relida, com renovado agrado, apesar de centenária, mais ainda viva!

Cessadas suas funções diplomáticas, Graça Aranha regressara ao Brasil, com os lauréis a envolver-lhe o corpo e a alma. Passara cinco anos na Europa. Joaquim Nabuco, em carta dirigida a Machado de Assis, revela o quanto lhe entristece vê-lo afastar-se: “Estou nos últimos dias do Graça Aranha conosco. Por maior que seja o vazio que ele vai deixar, não quisera prolongar a ansiedade de vocês todos aí depois de uma separação de mais de cinco anos. Vai haver lágrimas de alegria aí; eu estou cá e lá. Trouxe-o des-

conhecido do País, restituo glorioso, esperando que todos terão o mesmo orgulho dele aí que eu tenho, a mesma certeza que doravante ele é quem mais pode fazer pelo brilho e nome das nossas letras". Quantos de nós terá recebido, como um ramo de carvalho, consagração tão bela como a que emana dessa carta luminosa?

Fico a lembrar o que Joaquim Nabuco escreveu, em carta a Rui Barbosa, num momento solar da vida de ambos: "Só os que são grandes podem dar de si, sem se despojar!". Pois, Nabuco o fez, nesse testemunho peregrino e, ao fazê-lo, maior ainda se tornou!

Ao longo de sete anos, festejado por tudo que lograra ser, o País também o reveste de galardões: é nomeado procurador da República e professor de Direito. Parece distanciar-se dos burburinhos da vida. Ledo engano. Não tardara muito e retorna às atividades diplomáticas. Em Paris, de imediato envolve-se na beleza da palavra criadora... Escreve, simultaneamente, em português e francês, o drama: *Malazarte*.

Apresentado no "Teatro de l'Oeuvre", a 19 de fevereiro de 1911, teve a alegria de vê-lo consagrado pelos aplausos e pela crítica, sobretudo pelos encômios de Henri de Regnier, Francis de Miomandre e Camile Mauclair. Ao contrário de *Canaã*, o drama não fora acolhido no Brasil de maneira relevante. Como pude lê-lo com verdadeiro encantamento não consigo entender o desinteresse que cercou *Malazarte* em nosso País. Pois o enredo que lhe dá vida, em todo ele, é um mergulho em nossas lendas, as personagens míticas renascendo em diálogos que a mim, pelo menos, me devolveram as histórias dos meus tempos de adolescente... Ali está, nesse drama, como um verdadeiro poema em prosa, a fascinante figura da mãe d'água... Com que alegria pude ver nela "o meu primeiro amor", assim como Graça Aranha também confessa em suas memórias.

Não tenho por que esquivar-me de minha verdade... Sou e continuarei sendo, enquanto a vida alimentar-me os sonhos, um caboclo de Humaitá... Como não relembrar os mistérios da Lara, aflorando das águas em noite de lua cheia? Como não imaginá-la emergindo do texto de Anísio Mello, tão viva e tão ardente, le-

68 vando-me consigo para os encantos do amor? Pois foi assim, dando asas à imaginação, que Graça Aranha virara a última página de *Malazarte*... Ainda agora, enquanto lhes falo, eu me pergunto se a obra literária me seduzira, como se fosse um sortilégio, ou se a lenda ressurgira em mim... Mas não é assim que a própria vida, transfigurada em arte, se ilumina? Dividido entre essas duas verdades, talvez por isso não me tenha agradado a análise de Alfredo Bosi: “A sua criação puramente literária ressentiu-me desse poder filosofante. A experiência teatral de *Malazarte*, na esteira do Simbolismo europeu, é um exemplo inequívoco de quanto o peso das alegorias, quando programadas, pode destruir irremediavelmente a obra de arte”. Dou-me o direito de contrapor: vale a tese; mas não se aplica a *Malazarte*. Para mim fica a singeleza das lendas engrandecidas pela força dramática da palavra, que Graça Aranha sabia ter.

Ainda em Paris escreveu *A estética da vida*, em 1920, quando já se aprestava a regressar ao Brasil. A escritora Maria de Lourdes Teixeira, em sua biografia sumária de Graça Aranha, deixa-nos o seguinte comentário: “Livro de ideias, dos mais importantes de nossa literatura, em que se revela a serenidade de seu espírito humanista e pensador. Dessas páginas ressalta em toda a plenitude e inquietação intelectual que foi um dos traços mais característicos de sua mentalidade, e que veria confirmar-se dentro de pouco no Brasil”.

Com efeito, viera com armas e bagagens. Viera para ficar. Dentre tantos símbolos de sua vida engrandecida na Europa, traz no peito (e na alma!) a Legião de Honra, que a França lhe concedera! Porém, talvez mais que isso, vêm consigo as inquietações que sacudiam a Europa em todos os planos, na poesia, na pintura, na música, na esperança das transformações sociais depois da tragédia da Guerra Mundial... Vem, como escrevera sua biógrafa: com “o desejo insofrido de influir de maneira decisiva nos meios culturais e artísticos brasileiros, cujos figurões usufruíam as vantagens duma glória acadêmica e modorrenta”. Dir-se-ia: a predição de Joaquim Nabuco estava prestes a cumprir-se...

Estávamos em fins de 1921. Reporto-me à síntese que Cyro dos Anjos faz da chegada de Graça Aranha: “Em torno dele, festejando-lhe a grandeza do talento e lhe abrindo as portas do País, já não estavam Joaquim Nabuco, Machado de Assis, José Veríssimo... Contudo os “planos” lhe ferviam a cabeça. Desde 1913, já pregava ao moço Tristão de Athayde um movimento renovador. Do encontro com Di Cavalcanti, na Livraria Jacinto, em São Paulo, nasce uma ideia. O pintor, interessado em mostrar seus quadros, inflamou-se com ela. Graça o apresenta a Paulo Prado. Surge a “Semana de Arte Moderna”.

Mas, nem tudo é tão simples – pondero eu – nos caminhos da História... Terá sido Graça Aranha, em verdade, o idealizador desse movimento de tão grande significação em nossa história cultural? O próprio Cyro dos Anjos se apressa em seu discurso a que me venho referindo, a cimentar essa controvérsia: “Mário de Andrade, Oswald e outros líderes não tardaram a repelir as vaidades de comando, manifestadas pelo velho escritor. Na verdade, ele nunca chefiara o movimento: alcançara-o já em curso, conforme depõe Manoel Bandeira”. Não quero deter-me nessa disputa de bastidores. De todo modo, creio importante relembrar o testemunho de Tristão de Athayde: “Mas Graça Aranha tinha conseguido o seu objetivo. Estava lançada uma nova era para a literatura brasileira e esta rompia com os moldes passados e seguia para novos êxitos ou fracassos. E o nome, a obra, o jeito, o desassombro, a figura cotada de Graça Aranha estava ligada para sempre a esse momento capital das nossas letras”.

Sou advogado por natureza. Para mim, em tudo, mais valem os fatos do que as palavras. Sem aqueles revestidos das provas que os consolidem, a palavra se esfuma. Deixo, portanto, à margem a controvérsia verbal sobre o papel que Graça Aranha desempenhara na formulação do ideário e na articulação da Semana de Arte Moderna. E me reporto àquela noite histórica. No Teatro Municipal de São Paulo, em sessão solene, o movimento modernista se apresentara, corpo e alma, para dizer ao País a razão de ser a sementeira a que se propunha, revolvendo as raízes do que éramos até então: nas letras, na pintura, na música, numa ver-

70 dadeira revolução cultural. Ali estavam as figuras mais representativas, em torno das quais o ideário modernista germinara... Como referir-me a todas elas? Não lhes traria novidade alguma se me pusesse a recordá-las... Cada qual com a grandeza bastante para falar, naquela sessão inaugural, em nome da alma coletiva! No entanto, senhores acadêmicos, permitam-me que eu jogue luz sobre o episódio: o orador, por delegação de seus pares, foi José Pereira da Graça Aranha!

O fato que estou a recordar, por si mesmo, sem que precise retocá-lo com adjetivos, comprova a relevância do papel de Graça Aranha na Semana de Arte Moderna... Pois ele retornara ao Brasil havia dois meses e já se tornara o orador da grande noite! E se me detivesse a ler, em toda a extensão, aquele discurso incendiário, pela eloquência que arrebatava e pela grandeza do pensamento que punha abaixo as muralhas da ordem ultrapassada, então se veria com a clareza do sol nascente, o quanto Graça Aranha fora de fato expoente naquela noite memorável!

Receio alongar-me. Mesmo assim me vejo na contingência de relembrar alguns trechos daquele discurso que ele denominara: *A emoção estética na Arte* e que fincou, até onde posso ver, um marco divisório na literatura brasileira. Espanta-me que, ainda no preâmbulo, Graça Aranha tenha tido a audácia de definir (de modo tão radical!) o rumo de seu ideário: "Ignoro como justificar a função social da academia. O que se pode afirmar para condená-la é que ela suscita o estilo acadêmico, constrange a livre inspiração, refreia o jovem e árdego talento que deixa de ser independente para se vaziar no molde da academia. É um grande mal na renovação estética do Brasil e nenhum benefício trará à língua esse espírito acadêmico, que mata ao nascer a originalidade profunda e tumultuária de nossa floresta de vocábulos, frases e ideias. Ah, se os novos escritores não pensassem na academia, se eles por sua vez a matassem em suas almas, que descortino imenso para o magnífico surto do gênio, enfim liberto de mais esse terror. Esse academicismo não é só dominante na literatura. Também se estende às artes plásticas e à música. Por ele tudo o que a

nossa vida oferece de enorme, de esplêndido, de imortal, se torna 71
mediocre e triste”.

Para Graça Aranha a palavra não se esgotava no silêncio. Ela se projetava na ação, como o rio que vai cavando o próprio leito. A 19 de junho de 1924, esse discurso se desdobra numa conferência na Academia Brasileira de Letras... Pelo seu conteúdo, verdadeiro desafio àquela Casa que ele ajudara a fundar, custa crer que Graça Aranha tenha ousado romper com as tradições que haviam ganho alma pela mansidão de Machado de Assis... Não pedia vênias. Irrompeu como um cavaleiro em pleno combate!

Ei-lo, para que o vejamos de corpo inteiro: “A fundação da academia foi um equívoco e foi um erro. No sentido em que comumente se entende uma academia é esta um corpo de homens ilustres nas ciências, nas letras e nas artes, consagrados pelo talento e trabalhos, sumidades espirituais de uma cultura coletiva. As academias são destinadas a zelar tradições e supõe um povo culto, de que são expoentes. Diante desse conceito, a academia foi um equívoco”. Mais adiante, ataca de maneira fulminante: “A academia será uma reunião de espectros? Ou nesse Brasil, que procuram converter numa China literária para império de todas velhices, a academia será uma casta de imortais, num País de imoriais?... A “Nossa Academia” é brasileira. Por que Brasileira? Para ser um instrumento enérgico de formação nacional, uma alavanca do espírito brasileiro. A sua aparição foi um erro, mas já que existe, que viva e se transforme. Há uma vida espiritual intensa, que a academia desconhece. Deixemos entrar aqui um sopro dessa vida, para despertarmos da sonolência em que afundamos”. E, para concluir, como se jogasse as luvas à face de seus pares, Graça Aranha conclama: “Se a academia se desvia desse movimento regenerador, se a academia não se renova, morra a academia!”

A polêmica foi acesa. Os discursos se sucederam. A começar pela palavra candente de Coelho Neto. Porém Graça Aranha não abandona a liça. Apresenta um Projeto de Resolução, visando re-
moçar a prática institucional da academia. As proposições que formula, a olhos vistos, de tal maneira se chocavam com as tradições da Casa que a recusa era inevitável. Ouso pensar: previsi-

72 vel a tal ponto como se fosse o estopim para justificar sua renúncia à cadeira que honrara... O ofício, em que formaliza seu afastamento, é áspero, talvez injusto: “A Academia Brasileira de Letras morreu para mim, como também não existe para o pensamento e para a vida atual do Brasil. Se fui incoerente aí entrando e permanecendo, separo-me da academia pela coerência”.

Continuava tendo a seu lado uma plêiade de jovens brilhantes: Ronald Carvalho (para quem era um ídolo!), Renato Almeida, Tristão de Athayde, Villa-Lobos... Desde 1923 entregara-se à tarefa de organizar, seletivamente, as cartas de Machado de Assis e Joaquim Nabuco. Logo Monteiro Lobato se apressa a editar o livro: *Correspondência. Machado de Assis e Joaquim Nabuco. Introdução de Graça Aranha*. A rigor, é um verdadeiro estudo da personalidade e da obra dessas grandes figuras de nossa História! E que estudo, senhores acadêmicos! São sessenta páginas incomparáveis! Muitos o consideram a produção literária mais significativa de Graça Aranha! Tendo estado ao lado de ambos, a entrever-lhes o mais íntimo da alma, pode analisar as cartas que escreveram como se fosse um diálogo vivo, que as respectivas respostas propiciavam...

Em certo momento, já não tinha proscênio, o grande combatente! Mas, a luz não se apagara. Trabalhando em silêncio talvez, o fato é que só em 1924 editara *A Viagem maravilhosa...*! Era o segundo romance, vinte e sete anos depois de *Canaã*! Conforme Cyro dos Anjos revela, Tristão de Athayde considera o livro “muito fraco e de absoluta pobreza, do ponto de vista psicológico. Os personagens Felipe e Tereza são símbolos retóricos, sem vida alguma, querendo entretanto, mostrar excessos de vida”.

À margem das letras, entretanto, a vida de Graça Aranha parecia, àquela época, mais fascinante... Namorara durante dezesseis anos com Nazaré Prado, uma encantadora paulista, inteligente e culta, que acabara de editar a biografia de seu pai. Ao longo desse tempo, por mais inacreditável que pareça, lhe teria escrito três mil cartas! Como observa Josué Montello, apesar da obra exígua, “Graça Aranha soube ser epistológrafo copioso!”. Porém esse fato, em si mesmo intrigante, ganha especial calor quando se lê a nota introdutória às “Cartas de Amor”, que Nazaré Prado nos

deixou em livro que ela própria editara... Eis o texto, para que o romance venha à luz com o encanto que merece: “As cartas escritas nos últimos anos, devido aos acontecimentos revolucionários do Brasil, dos quais Graça Aranha foi um doutrinador, e por outras razões mais íntimas, foram destruídas na sua quase totalidade, pela natureza reservada dos assuntos nelas tratados e pela dificuldade de serem conservadas”. E para completar esse enredo, que as próprias circunstâncias haviam escrito, Josué Montello assevera: “Graça Aranha fez de sua paixão o argumento de *A viagem maravilhosa*. Ele é ali, Felipe. Nazaré Prado, Tereza”.

Não sei como dizer-lhes, na inteireza da verdade, o quanto esse episódio me incendiara! A todo custo, entreguei-me à tarefa insana de buscar, por todos os meios a meu alcance, essas *Cartas de Amor*... Precioso volume onde antevejo a vida de Graça Aranha e Nazaré Prado, consagrada em páginas de amor e luz! Contudo, as cartas de fato haviam sido publicadas em edição de 125 exemplares! Como não encontrá-las nas livrarias mais conceituadas, nos sebos, nas bibliotecas em seções de obras raras, nos mistérios da internet? Tudo em vão. Para minha angústia não as encontrei... Para que sintam a importância desse fato para mim, além de seu significado puramente literário, preciso revelar-lhes que as cartas marcaram a minha vida! Cartas que me ligaram a meus pais, até que seus olhos se apagaram... Cartas entre mim e o amor que me iluminou desde sempre, sem as quais não sei se teríamos podido vencer o tempo e o espaço que entre nós se interpunham! Mas, dessas *Cartas de Amor* que estou a referir-me, que talvez revelem a própria grandeza humana de Graça Aranha, com que frustração lhes confesso não tê-las encontrado!

Resta-me evocar o quanto é belo *Meu Próprio Romance*, que Graça Aranha logrou escrever quando a sombra da morte, sem disfarces, se aproximava... Programara quatro tomos... Por onde as memórias reencontrariam os rios e os riachos de sua vida... Mas, o tempo não lhe dera trégua: essa obra, que tinha tudo para ser fascinante, limitou-se ao primeiro volume... Mesmo assim, como é belo ver-lhe a infância ressurgindo, entre as lendas que o enfeitam para sempre e as histórias de Militina, a babá que tanto

74 o encantava e que lhe plantou na alma as sementes do romancista! Como não espantar-se às primeiras luzes de seu talento, vendo-lhe a audácia que vai se impondo, como a árvore que rompe o chão para nascer? Com indisfarçado orgulho, Graça Aranha dissera de si próprio: “Aos doze anos neguei Deus, aos catorze neguei o Direito Natural, aos quinze anos, neguei o princípio monárquico e o direito à escravidão. Dos dezesseis em diante acrescentei às minhas negações a libertação estética. De onde me veio essa fúria destruidora, esta paixão libertadora, que não me abandonou nunca?”

Editado enquanto Graça Aranha já estava em outra dimensão da vida, coube a Nazaré Prado escrever o prefácio ao *Meu Próprio Romance*. Belo texto de verdade biográfica e de amor que a cada linha reponha. Permitam-me que me valha de sua análise, como um testemunho do significado da obra de Graça Aranha em seus aspectos mais amplos: “Toda a sua aspiração era libertar-se, sair do contingente para o absoluto. *Canaã* foi uma evasão. *Malazarte* outra. *A Viagem Maravilhosa*, a libertação de toda relatividade, realizando a unidade do Cosmos pelo amor. *A Estética da Vida*, que nega toda a relatividade, que reduz todo o universo a espetáculo, foi a síntese filosófica da volta à inconsciência cósmica”.

— Joaquim Nabuco e a inteligência estratégica na formação intelectual¹

MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS

— PRÓLOGO

Em 2010 comemorou-se o centenário da morte de Joaquim Nabuco. No conjunto de homenagens, registros, debates sobre sua vida e obra, um traço se destaca quando se rememora este grande homem: a *inteligência estratégica* como característica constituinte que reúne as qualidades do estadista, militante, escritor, diplomata, jornalista, literato. Joaquim Nabuco foi expressão mais evoluída do pensamento político pró-monarquia do século XIX um representante da *intelligentsia* brasileira em plena expansão na emergência da República – é só lembrarmos Rui Barbosa e Barão do Rio Branco –, um intelectual no sentido autêntico da independência de ideias, mesmo quando leal e compromissado com uma causa.

O *enigma* Nabuco ganha densidade na multiplicidade de registros que passam a constituir a sua obra e que se organiza no que se conhece como laboratório vivo. O acúmulo de estudos e a formação de acervos permitem novas pesquisas e a identificação de aspectos e relações inovadores na exploração de fatos, de interpretações de sua vida e pensamento, na identificação de influências e impactos que a cultura nacional recebe a agrega à modernidade mundo que emerge do século XIX. Neste ambiente construído adicionam-se às conhecidas formas de documentos e experimentos outros campos da imaginação que desafiam um repertório inesgotável de novos temas de pesquisas. E que alimentam um debate sobre sua personalidade fazendo permanecer contemporâneos, no pensamento brasileiro, o seu

¹ Palestra proferida em 9 de agosto de 2014, na AAL

76 espírito público e a sua qualidade intelectual constituindo-se mesmo em uma tradição, entre as mentalidades que formam nosso ETHOS.

Estudiosos e curiosos sobre Joaquim Nabuco encontram, hoje, por meio da organização interna da Academia Brasileira de Letras, e de outros órgãos e instituições de pesquisa como a Fundação Joaquim Nabuco, o Canne – Centro Audiovisual Norte-Nordeste, Hemeroteca Digital Brasileira do Jornal do Brasil, Acervo sobre o Negro do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais, Instituto Votorantim e Museu do Homem do Nordeste, além de centros de pesquisas nas principais universidades brasileiras, uma base material ampla que alimenta a pesquisa universitária avançada e estudos experimentais sobre a formação do pensamento político no Brasil.

Teses e dissertações sobre Joaquim Nabuco são frequentes fontes de revelações e desvendamentos da conjuntura especialíssima de sua intervenção na sociedade nacional. Imortal por seu talento, compromisso e convicção política; formulador intérprete e intelectual orgânico da grande transformação que culminou na libertação dos escravos e no fim do sistema escravocrata como base de acumulação econômica e matriz da desigualdade estrutural. Liderança intelectual autêntica em sua tradição iluminista e reformadora social, político de rara habilidade na construção de consensos, alianças, e diálogo com as correntes de opinião de sua época. Joaquim Nabuco é ele próprio uma ilustração empírica de como a formação dos intelectuais e as conjunturas históricas guardam relações de reciprocidade, sentido e determinação.

— ITINERÁRIOS, LUGARES, REPERTÓRIOS

Focos de luzes no itinerário do pensamento de Joaquim Nabuco, instalados na Academia Brasileira de Letras, daquele que é um de seus fundadores e seu primeiro Secretário, organizam o olhar do leitor e dos admiradores em torno de sua biografia, obra, e fragmentos de textos escolhidos.

Os dados biográficos marcam a origem e a formação deste brasileiro, originário do mais genuíno estamento patrimonialista e patriarcal do Nordeste pernambucano e baiano, filho e neto de senadores. Joa-

quim Nabuco (Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo), escritor e diplomata, nasceu em Recife, Pernambuco, em 19 de agosto de 1849, e faleceu em Washington, EUA, em 17 de janeiro de 1910. Era filho do Senador José Tomás Nabuco de Araújo e de Ana Benigna Barreto Nabuco de Araújo, irmã do marquês do Recife, Francisco Pais Barreto. Estudou humanidades no Colégio Pedro II, bacharelando-se em Letras. Em 1865, seguiu para São Paulo, onde fez os três primeiros anos de Direito e formou-se no Recife, em 1870. Foi adido de primeira classe em Londres, depois em Washington, de 1876 a 1879. Deputado pela província de Pernambuco inaugurou a Campanha pelo Abolicionismo na Câmara, causa que se transformou em questão nacional e tema de sua atuação política e reflexão sobre a vida social brasileira. De 1881 a 1884, Nabuco viajou pela Europa e em 1883, em Londres, publicou *O Abolicionismo*. Entre 1900 e 1910 foi diplomata da República Federativa do Brasil.²

2. Site da Academia Brasileira de Letras, 2014.

Suas principais obras em destaque na ABL são *Camões e os Lusíadas* (1872); *Amour et Dieu*, poesias líricas (1874); *O Abolicionismo* (1883); *O erro do Imperador*, história (1886); *Escravos*, poesia (1886); *Porque continuo a ser monarquista* (1890); *Balmaceda*, biografia (1895); *A intervenção estrangeira durante a revolta*, história diplomática (1896); *Um estadista do Império*, biografia, 3 tomos (1897-1899); *Minha formação*, memórias (1900); *Escritos e discursos literários* (1901); *Pensées detachées et souvenirs* (1906); *Discursos e conferências nos Estados Unidos*, tradução do inglês de Artur Bomilcar (1911); *Obras completas*, 14 vols. org. por Celso Cunha (1947-1949).³

3. *Idem*

Sobre os textos escolhidos, *O Ideal Abolicionista* lidera a mostra da ABL, não por acaso, e elege a profissão de fé e a maior conquista política de Joaquim Nabuco e de sua época, símbolo do processo que mobilizou forças, ideias, expectativas que coroaram um projeto transformador da sociedade nacional. Nabuco sublinha seu ideal civilizatório pelo gap que separa o Brasil de outros países mais avançados, posiciona-se contra migração asiática chinesa, conclama a união da América do Sul como bloco político de reafirmação identitária contra as origens coloniais, mobiliza e esclarece para e sobre os ideais abolicionistas, debate a liberdade de escolhas econômicas e políticas. A escravidão mancha o passado, o presente e compromete o fu-

78 turo do Brasil razão pela qual a reforma social sublinha a necessidade de esquecimento daquela que é a maior vergonha nacional. O abolicionista é um brasileiro novo, o americano do futuro que crê na oportunidade e virtude do trabalho livre, com outro ideal de Pátria e civilização, com outra conduta social diante da modernidade, dotado de outra mentalidade que renega a indiferença, condena a acumulação de riqueza sobre a carne humana. Esta mentalidade abolicionista pregada por Joaquim Nabuco define a sua profissão de fé, o ideal político que espera dos brasileiros, aquela conduta cívica que “abrirá espaço a uma ordem de coisas fundadas sobre uma concepção completamente diversa dos deveres, quanto à vida, à propriedade, à pessoa, à família, à honra, aos direitos dos seus semelhantes, do indivíduo para com a nação”.⁴

4. O Ideal Abolicionista, 1883, *op. cit.*

— A FORMAÇÃO NACIONAL ESPERADA PELO GRANDE POLÍTICO
PODE PRODUZIR SUAS PRÓPRIAS ESCOLHAS.

Reforma, revolução, lembrança e esquecimento. Valores e representações moldam a nacionalidade moderna com ordem de crenças coletivas no trabalho produtivo e horror ao modo parasitário de obtenção de fortuna e prestígio. A seqüela da indiferença, presente no torpor da maioria acostumada com a escravidão, pode ser combatida com o ardor cívico do compromisso nacional; a vergonha da exploração humana por seus semelhantes se combate com a economia liberal da iniciativa empreendedora aberta aos brasileiros, incentivada pelo Estado, objeto de atenção com a cidadania. O reformismo social em Nabuco está voltado para a reconstrução nacional fora da economia escravocrata; a questão social deve ser enfrentada pelo Estado e pelo país. Vislumbra uma institucionalidade emergente com valores produtivos modernos, integradores da terra, do trabalho livre, da vida simples sem expropriação, dos valores e crenças nacionais acima das ganâncias individuais. O projeto político inclui a construção de consenso em torno de crenças fundamentais em valores de evolução da nacionalidade. À reforma social corresponde uma reforma moral redentora capaz de produzir o esquecimento da mancha histórica que a escravidão produziu.

Por isso é necessário definir o abolicionismo como um projeto político maior, para além da correlação de forças imediatas entre republicanos e monarquistas, para além das frações políticas, para além da segregação de grupos e segmentos sociais com base na diferença racial de propriedade e bens. O abolicionismo é um ideal civilizatório para o povo e para a Pátria que reconhecem seu lugar no futuro do país, da América, do mundo.

O ideal abolicionista se define pelo consenso que forma a mentalidade abolicionista. O homem portador dessa mentalidade é um abolicionista, definido como tal. Ser abolicionista é assumir essa identidade coletiva pela incorporação de um valor estratégico de construção nacional.

Abolicionistas são todos os que confiam num Brasil sem escravos; os que predizem os milagres do trabalho livre, os que sofrem a escravidão como uma vassalagem odiosa imposta por alguns, e no interesse de alguns, à nação toda, os que já sufocaram nesse ar mefítico, que escravos e senhores respiram livremente; os que não acreditam que o brasileiro, perdida a escravidão, se deite para morrer, como o romano do tempo dos Césares, porque perdera a liberdade.⁵

5. *Idem, op. cit.*

Massangana é a etnografia da formação social, cultural econômica e familiar de Joaquim Nabuco. O engenho é a menor e a mais profunda unidade de análise da sociedade brasileira, morfologia apreendida na síntese de Gilberto Freyre em *Casa-Grande e Senzala*. O engenho tem base material, institucionalidade própria e simboliza o poder local do senhor da propriedade. Simboliza também a expropriação econômica do escravo, sua condição de coisa e casta inferior, a negação do poder de disposição da própria vida. Nabuco descreve a geografia do poder do proprietário da terra, herança das capitânicas hereditárias, matriz do coronelismo nordestino. Demonstra como a funcionalidade do engenho se inscreve na terra e na sociedade senhorial, ou seja, explica como a propriedade da terra se apoia em valores do escravismo e como esses valores justificam o regime da escravidão. Em sua centralidade e isolamento o poder do engenho bem corresponde à imagem do feudo que serviu a Nabuco para ilustrar o caráter do patrimonialismo e do

80 patriarcalismo que deixou raízes profundas na sociabilidade brasileira. A atmosfera do ambiente canavieiro é também escrita nas diferenças de lugares, no panóptico da edificação senhorial e na ocupação dos espaços da senzala, dos rendeiros e do proprietário, na estratificação simples e cruel da ocupação de espaços, do prestígio, da subalternidade, da divisão social e técnica do trabalho. Pinço as passagens mais significativas que ilustram este comentário:

(...) Meus moldes de ideias e de sentimentos datam quase todos dessa época. Estive envolvido na campanha da abolição e durante dez anos procurei extrair de tudo, da história, da ciência, da religião, da vida, um filtro que seduzisse a dinastia; vi os escravos em todas as condições imagináveis; mil vezes li A cabana do Pai Tomás, no original da dor vivida e sangrando; no entanto a escravidão para mim cabe toda em um quadro esquecido da infância, em uma primeira impressão, que decidi, estou certo, do emprego ulterior de minha vida. (...) Eu estava uma tarde sentado no patamar da escada exterior da casa, quando vejo precipitar-se para mim um jovem negro desconhecido, de cerca de dezoito anos, o qual se abraça aos meus pés suplicando-me pelo amor de Deus que o fizesse comprar por minha madrinha para me servir. Ele vinha das vizinhanças, procurando mudar de senhor, porque o dele, dizia-me, o castigava, e ele tinha fugido com risco de vida... Foi este o traço inesperado que me descobriu a natureza da instituição com a qual eu vivera até então familiarmente, sem suspeitar a dor que ela ocultava.

Nabuco viveu a institucionalidade do escravismo no topo da pirâmide social. É admirável como a configuração da fenomenologia do senhor e do escravo está presente em sua apreensão do Brasil sertanejo e urbano. Mais digno de admiração é o esforço psicanalítico de produção de uma catarse coletiva para expurgar o mal do atraso estruturado sobre a exploração da mão de obra escrava que permite ao país institucionalizar a desigualdade. A liberdade, o fim da escravidão é o tratamento político para operar um rito de passagem para o progresso e o lugar do futuro que o Brasil deveria aspirar. “É esse o próprio enigma do destino nacional do Brasil. A escravidão infiltrou-lhe o fanatismo nas veias”⁶ livrar o país da acomodação, da indife-

6. *Idem*, *ibid.*

rença e da doença da exploração humana é uma estratégia de combate às mais profundas formas de brutalidade conhecidas que cobriam de vergonha e tristeza a elite brasileira e tolhiam a possibilidade de mudança como expectativa nacional. 81

Nada mostra melhor do que a própria escravidão o poder das primeiras vibrações do sentimento... Ele é tal, que a vontade e a reflexão não poderiam mais tarde subtrair-se à sua ação e não encontram verdadeiro prazer senão em se conformar... Assim eu combati a escravidão com todas as minhas forças, repeli-a com toda a minha consciência, como a deformação utilitária da criatura, e na hora em que a vi acabar, pensei poder pedir também minha alforria, dizer o meu nunc demitis, por ter ouvido a mais bela nova que em meus dias Deus pudesse mandar ao mundo; e, no entanto, hoje que ela está extinta, experimento uma singular nostalgia, que muito espantaria um Garrison ou um John Brown: a saudade do escravo.

Doze anos depois da morte de sua madrinha, aquela que simbolizou a dimensão mais profunda e próxima da intimidade da casa grande e senzala, o elo de humanidade na manutenção relação entre o senhor e o escravo, Nabuco vê o engenho dissolvido nas suas estruturas materiais e emocionais.

Tornei a visitar doze anos depois a capelinha de São Mateus onde minha madrinha, Dona Ana Rosa Falcão de Carvalho, jaz na parede ao lado do altar, e pela pequena sacristia abandonada penetrei no cercado onde eram enterrados os escravos... Cruzes, que talvez não existam mais, sobre montes de pedras escondidas pelas urtigas, era tudo quase que restava da opulenta fábrica, como se chamava o quadro da escravatura... Embaixo, na planície, brilhavam como outrora as manchas verdes dos grandes canaviais, mas a usina agora fumegava e assobiava com um vapor agudo, anunciando uma vida nova. A almanjarra desaparecera no passado. O trabalho livre tinha tomado o lugar em grande parte do trabalho escravo. O engenho apresentava do lado do "porto" o aspecto de uma colônia; da casa velha não ficara vestígio... O sacrifício dos pobres negros, que haviam incorporado as suas vidas ao futuro daquela propriedade, não existia mais talvez senão na minha lembrança.⁷

82 A evocação reiterada de uma dimensão humanizada da relação entre o poder senhorial do senhor sobre o escravo, descrita por Nabuco no sofrimento dos servos com a morte de sua madrinha, sentimento da mesma proporção que o medo dos escravos diante da possibilidade de um novo senhor não portar a mesma generosidade da proximidade, é um repertório de pesquisa a ser acolhido. A relação de dependência gerada na intimidade dessa interação, como convivência expressa em afeto ou libido, é um constituinte que a socioantropologia de Gilberto Freyre, e Sérgio Buarque retomarão.

O discurso na Sessão inaugural da Academia Brasileira de Letras, em 20 de julho de 1897 pronunciado por Nabuco, na qualidade de Secretário Geral, é uma peça que inclui outro grande repertório ainda pouco trabalhado em ambientes locais das academias. Trata-se da temática da formação das inteligências como segmento autônomo que está presente na sociologia da cultura, na sociologia dos intelectuais, na antropologia da literatura, dentro e fora de uma história das ideias, seja na compreensão da relação mais ampla entre conhecimento e sociedade, seja na compreensão mais específica entre os sujeitos do conhecimento enquanto intelectuais e o poder político. Enfrentar a identidade de um segmento diante da crítica social do presente e da história foi outro desafio sublinhado por Joaquim Nabuco.

Criar uma Academia como espírito de época é tarefa importante e fundamental. Criar uma Academia em ambiente de depressão intelectual e política é manifestação de crença na *intelligentsia estratégica*. A compreensão do “desânimo, da dispersão, do indiferentismo” é meio caminho de equacioná-los. Criar uma instituição que se deseja perene como os seus construtores, está além do debate com a opinião especializada, com a forma e composição de seus quadros, com a dimensão comparativa com a Academia francesa. Criar a Academia Brasileira de Letras é assumir a liderança na construção de um projeto identitário da produção de um campo de forças, de um perfil actancial da inteligência, de instituir uma relação diferenciada com a sociedade na qual a mediação pelo saber se sobrepõe sobre aquelas advindas exclusivamente da economia e da política. Há grande aproximação do que Joaquim Nabuco traduz da condição de acadêmico, e, portanto de portador de uma conduta de intelectual,

e de construtor da ABL, com o que Bourdieu configura como produção de um poder simbólico a ser explicitado pelos conceitos de *campo* e *habitus*. A criação da Academia pode ser pensada como estrutura estruturante de conduta do acadêmico diante da sociedade na qual a imortalidade inclui um processo de acumulação de capital simbólico; ela mesma é o emblema da permanência da força das ideias no campo de lutas sociais para além da materialidade imediata. O intelectual é portador do *habitus* e este próprio é um princípio de ação e de identificação diferenciada da intervenção do intelectual na sociedade. A construção desse espaço, tarefa de muitos em diversos contextos e conjunturas históricas foi bem definido em P. Bourdieu:

*Existe um universo intermediário que chamo o campo literário, artístico jurídico ou científico, isto é o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura e a ciência. Este universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas.*⁸

8. Pierre Bourdieu. Poder simbólico. 2ª ed. revista em ampliada. Lisboa, Edições 70, 2014. Capítulos I, II e III, p. 10-72.

O discurso de Nabuco permite inferir sobre o lugar consciente da formação do campo e da autopercepção de que a Academia indicava o espaço de sua realização. Por outro lado, a disposição de enfrentar a organização desta institucionalidade emergente, se era estranha e até confusa em muitos acadêmicos, não o era para Nabuco. Este era um desafio programático que, tal como o *habitus* em Bourdieu media a estrutura e ação, e apresenta-se como um sistema que gera a materialidade institucional, organiza práticas e representações, e as significa em um segmento de identidade definida, o intelectual.

A análise consciente que Joaquim Nabuco tem todos esses constituintes e outros ainda a serem desvendados:

A nossa formação não passará incólume; seremos acusados de nos termos escolhido a nós mesmos, de nos termos feito Imortais e em número de quarenta. (...) O número de quarenta era quase forçado, por que não dizê-lo? Tinha a medida do prestígio, esse quê simbólico das grandes tradições, o cunho do primi capientis: as proporções justas de qualquer criação humana são sempre as que foram consagradas pelo sucesso. (...) Quanto à

*escolha própria, como podia ser evitada? Nenhum de nós lembrou o seu próprio nome; todos fomos chamados e chamamos a quem nos chamou... (...) E as Academias, as Arcádias todas do século passado? Qualquer pretexto é bom para nascer... Não se deve inquirir das origens. Quando a vida aparece, é que o inconsciente tomou parte na concepção, e com a vida vem a responsabilidade, que enobrece as origens as mais duvidosas. Quem nos lançará em rosto o nosso nascimento, se fizermos alguma coisa; se justificarmos a nossa existência; criando para nós mesmos uma função necessária e desempenando-a? Acaso tem o ator que provar ao público o seu direito de existir? Não basta a emoção que desprende de si e faz passar por todos nós? E o pintor, o escultor, o poeta? Não basta a obra?*⁹

9. Joaquim Nabuco. Discurso na Sessão inaugural da Academia Brasileira de Letras, em 20 de julho de 1897.

A especificidade dessa dinâmica e a racionalização do projeto sobrepõem-se às ambiguidades da formação do *campo* e do *habitus*. Sobrepõem-se, mas não as eliminam.

Não cabe no discurso de Nabuco, ainda que ele demonstre ter clareza do conflito entre o que o intelectual representa e expressa e o que ele deseja realizar por persuasão e convencimento, qualquer dúvida sobre a necessidade de criar a ABL. Mas o lugar da *intelligentsia* na decisão estratégica, este sim, é iluminado pelas escolhas políticas. Dado o primeiro passo, 118 anos depois, as preocupações registradas em o Discurso parecem equacionadas aos mais inocentes. Parecem, mas não são. Em torno deste sugestivo repertório, as relações políticas das Academias com a sociedade são mais ou menos tranquilas em cada bloco histórico. Este é um tema de fôlego que pode movimentar muitos interesses na Academia Amazonense de Letras na proximidade dos seus cem anos.

— ENTRE O INTELECTUAL TRADICIONAL E O INTELECTUAL
ORGÂNICO: HOMOGENEIDADE E CONTRADIÇÃO.

Entre as muitas vidas que o talento de Nabuco exprimiu, a biografia e a história registram o político, o literato e o diplomata. Angela Alonso chamou a atenção para as três vidas de Joaquim Nabuco, e em todas elas sua comunicação com a sociedade elevou-o ao estatuto de celebridade. O entrosamento positivo com opinião pública, é uma das di-

mensões privilegiadas em que o prestígio de Joaquim Nabuco tem sido posto como uma cuidadosa intervenção intelectual dele próprio, dos amigos, correligionários, e da família com os meios disponíveis para torná-lo e mantê-lo em situação de celebridade permanente. Esta situação de conforto diante da crítica histórica não é espontânea; cultivada com zelo e com dedicada gestão de informações produziu-se certa uniformidade interpretativa sobre a vida e a obra de Joaquim Nabuco o que dá um padrão de coerência à compreensão do homem e do mito.

Nessas suas três vidas, de ativista, de intelectual, de diplomata, Nabuco logrou obter o amor do público. De sorte que quase um século depois de sua morte ainda vige sua lenda. Nabuco teve a maestria de se pôr sempre no centro da cena, de pontificar em cenários discrepantes e lograr a admiração pública no Império como na República. Figura híbrida viveu entre dois mundos.

(...) No Império como na República muitos seguiram Nabuco, como que encantados. Primeiro pelo político, depois pelo intelectual, finalmente pelo mito. Nabuco foi heroicizado nos dois regimes por razões diferentes. No auge da campanha abolicionista, construiu sua imagem como político, emblemático do ciclo reformista de fins do Império. Figura desafiadora, anti-establishment, falando de dentro dele; galã sedutor, arrebatando em nome de uma causa transcendente. Nabuco encarnou a reforma-mãe dos anos 1880, a mudança do regime de trabalho e, por consequência, de todas as instituições sociais alicerçadas na escravidão.¹⁰

O político abolicionista, o belo cavalheiro de corte, o escritor de sucesso, o polemista da imprensa, “figura típica do fim do Império” é o mais estudado de sua geração, o mais apoiado por instituições públicas para manutenção de sua memória no imaginário nacional. Com esse avivamento de seus feitos, Nabuco não está entre os vultos nacionais esquecidos, nem poderia. “Há sempre novas edições de suas obras” há uma fundação estatal que zela por seus documentos e que mantém uma editora para difusão de seus escritos. Essa reputação foi produzida no calor da hora por memórias de amigos e correligionários, por textos de elogio fúnebre contemporâneo e, em parte, pelo próprio Nabuco.¹¹

10. Angela Alonso. Problemas e escolhas na reconstrução da biografia de Joaquim Nabuco. Trabalho apresentado no Seminário Interno do Departamento de Sociologia, USP, 2008.

11. Reproduz-se Nota de Angela Alonso pela importância de seu conteúdo. Seus principais livros foram editados pela Garnier e suas Obras Completas saíram entre 1934 e 1941, Companhia Editora Nacional, de

São Paulo, e a Civilização Brasileira, do Rio de Janeiro e, em 1949, pelo Instituto Progresso Editorial. Nessas coleções estão Balmaceda (1895); A Intervenção Estrangeira Durante A Revolta de 1893 (1896). Escritos e Discursos Literários (1901) e uma versão condensada da sua Primeira Memória para a questão de limites das Guianas, sob o título O Direito do Brasil (1904). Também aí se encontram seus Pensamentos Soltos – originalmente publicado pela Hachette, em Paris, em 1906, como Pensées Detachées et Souvenirs. Minha Formação (1901), O Abolicionismo (1883), Um Estadista do Império. Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época. (1897-9) ganharam várias outras edições. Esse último voltou ao público em dois volumes bem cuidados da Topbooks, em 1997. A Escravidão (1870), só saiu em edição póstuma da Nova Fronteira, em 1999. Foi Voulué. Mysterium Fidei (1892-3) foi editada apenas em 1971, pela Université de Provence e saiu em português ainda mais tarde, em 1985, como Minha Fé, pela Fundaj /Editora Massangana.

12. Angela Alonso, p. 20-30.

O centenário de nascimento de Nabuco e o controle de dados sobre vida pessoal, escolhas, impasses e contradições, ampliaram a difusão de sua obra e ao mesmo tempo deram homogeneidade às leituras e estudos sobre ele. Alonso sublinha ainda a ausência de estudos empíricos livres, ou seja, fora do rígido controle de fontes não autorizadas pela família não há possibilidade de manuseio dos dados para além da seleção de fontes provenientes do mesmo controle, e de uma gestão de informações que tende a apresentá-lo publicamente como um perfil mais menos homogêneo, visão que parece inquietar-lhe.

A identificação de fontes matriciais para as interpretações sobre Joaquim Nabuco e o prestígio intelectual dessa matriz de informações envolvem Gilberto Freyre, Luiz Vianna Filho e Carolina Nabuco. Obras advindas destas fontes mantêm a aura de fascínio pela personalidade, do homem público exemplar, do historiador do Império e do proto-sociólogo. O jovem Joaquim Nabuco tem preeminência nessas interpretações sobre o Joaquim Nabuco maduro e o de mais idade salvo quando pouco se trata de sua vida afetiva e seu anticlericalismo. Assim, o homem arrojado, crítico do Império, parlamentar e militante da causa do abolicionismo, problematizador da questão social é apresentado como herói civilizador da causa maior que culminou com a libertação dos escravos e fim do regime escravocrata. O escritor e intelectual é apresentado como intérprete do Brasil imperial e do Brasil senhorial profundo; o diplomata é um intelectual orgânico do pan-americanismo e do multilateralismo das funções emergentes da diplomacia republicana.

A “radicalidade” do pensamento de Nabuco tem explicação em Alonso pelo uso da análise marxiana sobre o discurso e ação parlamentar no quadro da monarquia e no campo da negação ao regime escravocrata. O reformador social aparece, neste quadro, como um revolucionário, “crítico contumaz da formação patrimonial e escravista brasileira”, aquele que inaugura o confronto com o Império com base na questão social e da liberdade, repertório além e acima do de seu tempo.

Esse Nabuco “pensador radical” comparece em Joaquim Nabuco: Teoria e Práxis (1973), de Paula Beiguelman, na análise que Roberto Schwarz (1977) fez de sua polêmica com José de Alencar, e, sobretudo, em As Des-

venturas do Liberalismo Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República (1984), de Marco Aurélio Nogueira. Os escritos de Nabuco são tomados como lente para a leitura das contradições do Brasil oitocentista, sobretudo das incompatibilidades e tensões entre escravidão e capitalismo. 87

A análise de Alonso aponta e sugere que, na construção intelectual de Joaquim Nabuco, cortinas de opacidade sobre sua vida e obra integram a estratégia do homem e do mito. A dialética da lembrança e do esquecimento reforça essa construção. Tal é o fato da produção de uma autobiografia precoce, aos 40 anos, em *Minha Formação*, a seleção de fatos da infância, da origem de classe, da família, do ambiente senhorial, da socialização no engenho. Idêntica inferência é feita sobre outro produto de sua escritura, *Um Estadista no Império* de calorosa recepção pelos “monarquistas saudosos” e pelos “republicanos decepcionados”. A imagem idealizada de si próprio e de sua atuação política no segundo reinado o consagram como intelectual o ser humano contraditório é subsumido no memorialismo; o militante político de uma causa maior, o abolicionismo, elide o confronto entre as frações ideológicas monarquistas e republicanas e as ambiguidades de ser oposição e constituinte de um mesmo regime político.

*Escrito durante os primeiros anos da República, o livro joga a neblina pasteurizante do memorialismo sobre as discórdias mortais entre liberais e conservadores, católicos e livre-pensadores, para ressaltar a divisão então mais potente entre republicanos e monarquistas. Politicamente derrotado, Nabuco busca com suas memórias – assim como com a biografia de seu pai – acertar contas com os republicanos, ressaltando as qualidades civilizatórias da monarquia. É por isso que em *Minha Formação*, Nabuco seleciona como momentos decisivos de sua trajetória as próprias marcas de seu grupo social: a infância na família patriarcal escravista; a conformação do gosto estético e das preferências intelectuais na vida de corte; e a experiência político-institucional como abolicionista como um subproduto do parlamentarismo brasileiro de inspiração inglesa.¹³*

13. Angela Alonso, *op. cit.*, p. 6-10.

O que parece ser estratégia deliberada de privilegiar um ângulo do homem público é também motivo para imprimir mais controvérsia

88 e fascínio à personalidade de Joaquim Nabuco. Assim o vê Celso Amorim em discurso memorável em que faz em homenagem aos cem anos de falecimento do Embaixador Joaquim Nabuco.¹⁴ Longe de ser decifrado, o “Enigma Nabuco” (sic) confere mais curiosidade a quem de perto examina sua intervenção social e identifica a complexidade dos desafios políticos e particulares enfrentados por ele. A atualidade de seu impulso reformador, o convívio com os contrários, as contradições de pertencimento a uma classe e defender interesses contrários a ela, a angústia do sentimento antiescravista e a ligação sentimental e leal à monarquia faz de Nabuco um personagem ‘sartreano’, um moderno existencialista que a vida constantemente fez confrontar-se com escolhas frequentemente difíceis.¹⁵ E que Nabuco as enfrentou sem vender a sua liberdade.

Nabuco é produto do seu tempo, este mesmo de grande elaboração intelectual e grandes paradoxos, e no qual a inteligência estava em descompasso com a economia e com os desafios da formação nacional. Tempo de grandes desejos e de poucas oportunidades de realizações, tempo de exigências de propostas e crença no futuro, móvel do espírito de Reforma. Sobre a reforma política o próprio Nabuco a substituiu pela reforma social. Imprimir trabalho livre, bem-estar e empreendedorismo ao povo brasileiro, em suma enfrentar a questão social ao mesmo tempo a questão agrária. Ao situá-lo como um revolucionário no campo das ideias, Amorim evoca Hegel e o seu convencimento de que “o trabalho teórico logra mais êxito do que o trabalho prático. Uma vez que o campo das ideias é revolucionado o estado atual das coisas não continua a resistir”.¹⁶ Visto sob esta ótica a estratégia de Nabuco ilustra sua especial inteligência.

Gilberto Freyre¹⁷ indagara como teria surgido tal espécie de argúcia parlamentar, política e de intérprete das aspirações brasileiras em Joaquim Nabuco. A resposta ele mesma configura em três fatores: a Faculdade de Direito do Recife, antiga Faculdade de Estudos Sociais e Jurídicos, o autodidatismo e a sua condição de ser brasileiro de Pernambuco.¹⁸

Ampliando esta interpretação em outras interlocuções pode ser dito que a origem social e o treinamento estruturam a qualidade da formação dos intelectuais. Pierre Bourdieu configura as condições

14. Celso Amorim. As duas vidas de Joaquim Nabuco: o reformador e o diplomata. Brasília, Funag, 2010, 104 p.

15. *Idem*, p. 3-4.

16. Hegel, G.W.F. *Letters of January, 1807 and 1808*. In: *Hegel's Theory of the Modern State*. Cambridge University Press, 1992, p. 68.

17. Gilberto Freyre. “Introdução”. In: *Perfis Parlamentares*. Joaquim Nabuco. Brasília, Câmara dos Deputados, 1893, p. 34.

18. *Cf.* Amorim, p. 15.

de aquisição de capital social e simbólico no processo de formação contemporânea de identidades intelectuais. O volume do capital social é definido pela amplitude e qualidade dos contatos sociais que constituem a posição social de um indivíduo e de uma classe. Com esta base, o capital simbólico representa o prestígio ou a reputação em um campo específico e na sociedade em geral.

O debate em Gramsci tem inflexão em outro registro. O intelectual orgânico de uma causa constrói identidades de pertencimento na luta contra as estruturas da tradição que se definem contra as mudanças. Cada bloco histórico produz e define os campos e os sentidos da ação intelectual pela legitimação ou transformação. Reforma e Revolução apresentam-se como possibilidades de escolhas aos sujeitos da ação política. A rede de relações sociais que Joaquim Nabuco construiu permitiu mediações entre diferentes regimes e a construção de pontes entre distintos patamares históricos. Ora como intelectual do império ou simplesmente como pensador do Brasil imperial, ora como liderança parlamentar do mais importante movimento histórico brasileiro a atuação social de Nabuco desliza entre fronteiras do antigo regime e a emergência da república com foco no futuro. Nisto reside a força do seu pensamento e o legado de sua ação ao Brasil.

— A PROPÓSITO DE UMA INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

O conhecimento da história e o uso político das informações históricas são traços do perfil de Joaquim Nabuco recentemente postos em evidência. Izabel Andrade Marson¹⁹ desvenda essa dimensão relacionando o político e o historiador e o uso preciso e estratégico da informação histórica na construção do discurso que alimenta o jornalista, o militante e o literato que o talento de Nabuco reunia em uma só pessoa. A conceituação das categorias escravidão, liberdade e revolução é destacada por ela ao examinar as suas obras *A Escravidão, O Abolicionismo, Um Estadista do Império, Balmaceda, A intervenção estrangeira durante a Revolta da Armada e Minha Formação*. Desvela-se nesse exame o perfil estratégico de Nabuco: o jornalismo lhe permite difundir suas ideias e alimentar o debate; a polêmica afina a esgrima contra adversários e delimita o campo da divergência, aviva pontos

19. Izabel Andrade Marson, *História, Escravidão e Liberdade na argumentação política e historiográfica de Joaquim Nabuco. Texto de pesquisa financiada pelo CNPq*. São Paulo, Revista de História, Cia. Editora Nacional, Edição especial, 2010, p. 165-186.

90 de vista; a elegância da escrita e a precisão de fatos e dados tornam os argumentos políticos irresistíveis na agregação de adeptos e construção de alianças; em conjunto, esses esforços retiravam o movimento abolicionista e reformador do isolamento nacional e o inscreviam no cenário internacional.

Tais características identificadas e analisadas em Nabuco por Marson (2010) apresentam novos sentidos à interpretação sobre o dilema político de sua trajetória política, sobre o que pode chamar-se mesmo de dois estados distintos de sua vida intelectual, como monarquista de conhecida lealdade ao Império, e como funcionário da República que viu nascer em 1889 e a quem serviu como diplomata até o fim de sua vida.

A habilidade literária é exercitada por meio da reflexão histórica que se apresenta sob a forma do uso retórico de imagens da escravidão, da servidão e do aviltamento da exploração de força de trabalho escrava; o pensamento e ação do homem público pavimenta a carreira política de Nabuco e aprimora suas convicções. Argumentos se constroem pela demonstração de contradições do passado, de ilustração das experiências históricas de Roma e Grécia antigas, sobretudo o apogeu e a decadência da aristocracia, e da evolução de sociedades mais avançadas nas quais a condenação à institucionalidade da escravatura já se constituía consenso de um determinado patamar civilizatório. A escrita é embasada em autores latinos – “*Anais e Germânia*, de Tácito) e na *História de Roma*, do jurista, político e historiador liberal alemão Theodor Mommsen”.²⁰ E a escritura da história articula o diálogo entre política e conhecimento em uma propositiva disposição militante.

20. Cf., p. 3-4.

A argumentação se realiza mediante a resignificação do sentido de experiências passadas, a proposição de leis e por meio do convencimento de segmentos distintos da sociedade. Nabuco recorre ao exame de conjunturas determinadas, ao lugar da exposição mais adequada das relações Estado e Sociedade, às melhores formas de propriedade, de trabalho e de integração social com o olhar dirigido presente político do Brasil do século XIX.

O projeto da inteligência estratégica articula a compreensão lógica à realidade histórica. E o faz mediante a apreensão do diálogo

entre história e política. Na primeira dimensão Nabuco expande clareza e erudição sobre as sociedades antigas, especialmente Roma e Grécia, para comparar a evolução institucional do direito e da liberdade e para sublinhar a barbaridade de fundamentos e dinâmicas da escravidão. Na segunda dimensão transporta essa compreensão lógica para as necessidades históricas da realidade brasileira. Combater a escravidão tem sentido amplo, desde o exame e a intervenção parlamentar sobre superestrutura jurídico-política até a base da economia agrária e urbana do sertão ao litoral. Demonstrar a imoralidade, a improdutividade e a ausência de justificativa moral da apropriação do trabalho escravo tinha função também de minar as bases da institucionalidade do regime escravocrata.

Nabuco dialoga e combate em várias frentes. Aos monarquistas²¹ mostra riscos e perigos que a ordem social ancorada na escravidão representava para o Império, para a Nação brasileira, para as indústrias nacionais, para o instituto da terra. Aos republicanos²² apresenta suas discordâncias com as rupturas da guerra civil americana, a destruição de unidades produtivas, as fugas desordenadas de escravos e às propostas de indenização aos proprietários de terra e senhores de escravos.

A natureza de sua atuação é parlamentar e social, pois a ordem de convencimento é aliada à reforma social, às campanhas abolicionistas e ao processo de reforma que substitui, aos poucos, a ideia de revolução pacífica. Esta, ganha sentido operatório no discurso reformador e um programa de princípios que se distingue de estratégias mais radicais dos republicanos.

A abolição institucional do cativeiro é conceituada e articulada internacionalmente à luz da bula Papal e da orientação da Anti-Slavery Society.²³ A finalização do regime de escravidão não pode subordinar-se ao controle dos escravos nem dos proprietários, propõe a intervenção ponderada do Estado e da Sociedade em lugar e tempo adequados. Aos ricos propõe e discute o caráter do atraso econômico pelo custo imposto à manutenção da escravidão, prega a libertação de proprietários das mãos do tráfico negreiro. Aos comerciantes fala de possibilidades de financiamento da lavoura, da quebra de monopólio da terra e de sua valorização, de parcelamento hipotecário e da

92 viabilização da pequena propriedade. Em comícios falava em lei agrária, em imposto territorial que possibilitaria à classe média tornar-se pequena proprietária e produtora de cana. Discurso para a cidade e para o campo. Aos moradores livres e urbanos propunha o trabalho livre, a instrução técnica, e a formação de uma classe operária genuína. Mas, como acentua Marson,²⁴ a tarefa mais ambiciosa era a reeducação da elite.

24. *Op. cit.*, p. 14-15.

O curso da história concedeu a Joaquim Nabuco o reconhecimento da função de intelectual do Império e a vitória do movimento abolicionista. A manutenção da monarquia exigia reformas no formato do exercício do poder. Politização dos ministérios pelos partidos, poderes executivos aos ministérios, deslocamento do eixo parlamentar do Senado vitalício para Câmara, vinculação federalista das Províncias à União, e finalmente, eleições livres.

A república emerge com suas virtudes e defeitos, Joaquim Nabuco recolhe-se à reflexão, reelabora com nostalgia toquevileana o que o regime monárquico poderia ter sido em outro estado da inteligência estratégica. A razão do seu desconforto ulterior com a reforma fracassada e com a realização de propostas contraditórias indica a composição de outro bloco histórico no qual a função de intelectual orgânico estava entre as forças republicanas. Racionaliza o lugar do Brasil no mundo entre a nostalgia de uma reforma que não se realizou e a nova correlação de forças a indicar realinhamento de forças continentais entre a América e a Europa. Sua interpretação do Brasil continua.

— CRONOLOGIA AUXILIAR

As biografias de Joaquim Nabuco guardam homogeneidade gerenciada por acervos e matriz interpretativa de informações. “Luiz Vianna Filho, único biógrafo a ter acesso à documentação pessoal até hoje sob guarda da família”²⁵ assinalou aspectos de sua via afetiva o estilo *bon-vivant* e os casos amorosos²⁶ mas prevalece o modelo de homem público. Por outro lado, os estudos biográficos propriamente ditos desapareceram e a gestão das fontes conta com a intervenção familiar e institucional. É neste contexto que a cronologia é auxiliar

25. Angela Alonso. Problemas e escolhas na reconstrução biográfica de Joaquim Nabuco, São Paulo, 2008, p. 15.

26. *Idem.*

ao pesquisador porque demarca, no tempo, traços da biografia e da história do indivíduo e da sociedade. E torna-se imprescindível para a compreensão do sentido das ações do sujeito e da explicação dos dados e fatos que articulam a trajetória pessoal com a história coletiva.

A Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj reproduz em seu site uma cronologia de Joaquim Nabuco elaborada por Manuel Correia de Andrade²⁷ e que serve de fonte ao texto Pesquisa Escolar. Talvez pela homogeneidade de informações discutida neste artigo, a mesma cronologia está contida no perfil de Joaquim Nabuco exposto na Academia Brasileira de Letras. A finalidade de reproduzi-la neste artigo é instrumental na fixação de pontos de referência da biografia e da história de Nabuco.

²⁷ Ilustre geógrafo e pesquisador universitário no Brasil e no exterior, Doutor honoris causa de diversas universidades brasileiras, Diretor de pesquisa da Fundação Joaquim Nabuco. Colaborador de Caio Prado Júnior em vários empreendimentos intelectuais, autor de mais de 40 obras e membro da Academia Pernambucana de Letras. Faleceu em 2007.

1849, agosto, 19. Nasceu às 8h30 da manhã, em velho sobrado na Rua do Aterro da Boa Vista (atual Rua da Imperatriz Tereza Cristina), filho do futuro senador José Tomás Nabuco de Araújo e de sua esposa, Ana Benigna de Sá Barreto. Era um rebento de estirpe ilustre, de vez que os Nabucos de Araújo eram uma influente família baiana que dava senadores ao Império desde o Primeiro Reinado, e os Paes Barreto se constituíam em uma família de grande influência em Pernambuco, desde o século XVI, estando a ela vinculado Francisco Paes Barreto, último morgado do Cabo e marquês do Recife.

1849, dezembro, 8. Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo foi batizado no Cabo, tendo como padrinhos os senhores do Engenho Massangana, Joaquim Aurélio Pereira de Carvalho e d. Ana Rosa Falcão de Carvalho. Esta madrinha teria uma grande influência na sua formação, pois muito criança ainda ficou sob seus cuidados quando os pais viajaram para a Corte. Em Massangana ele passou a infância, até a morte da madrinha, tendo contato direto com a escravidão, podendo compreender a sua crueldade e o mal que fazia ao País.

1857. Com a morte de d. Ana Rosa transferiu-se para a residência dos pais, no Rio de Janeiro, onde realizou os estudos de nível primário e secundário, este último feito na cidade de Nova Friburgo, em colégio dirigido pelo famoso barão de Taubthoeus.

1866. Iniciou os estudos de Direito na Faculdade de São Paulo, destacando-se entre os colegas, como orador. Assim, a 2 de abril de 1868, foi o orador

que saudou José Bonifácio, o moço, quando este regressou à sua cidade, após perder o lugar de ministro, com a queda do Gabinete Zacarias.

- 1869.** Transferiu-se para a Faculdade de Direito do Recife, onde se aproximou dos seus parentes maternos e de amigos; escreveu *A escravidão*, que permaneceu inédito até 1988, quando foi publicado pela Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, e escandalizou a elite local, por defender, em um júri, um escravo negro que assassinara o seu senhor.
- 1870,** janeiro, 28. Diplomou-se no Recife em Ciências Sociais e Jurídicas. Após a formatura retornou ao Rio, tentando advocacia – o pai tinha um excelente escritório – e iniciando-se no jornalismo em *A Reforma*, defendendo princípios monárquicos.
- 1872.** Publicou o seu primeiro livro *Camões e os Lusíadas*, com 294 páginas. Anteriormente publicara dois opúsculos: *O gigante da Polônia*, em 1864, e *O povo e o trono*, em 1869; publicou ainda, neste ano, um outro trabalho *Le droit du meurtre*, em homenagem a Renan, que exercia grande influência no seu espírito.
- 1872.** Com o dinheiro obtido com a venda do Engenho Serraria, herdado de sua madrinha, passou um ano na Europa, viajando, fazendo contatos com intelectuais e políticos e se preparando para o futuro.
- 1876,** abril, 26. Obteve o seu primeiro cargo público, o de adido de legação nos Estados Unidos, cargo que lhe proporcionou um melhor conhecimento do país, onde na velhice seria embaixador, contatos e estudos em Nova Iorque (onde viveu a maior parte do tempo) e em Washington.
- 1878.** Foi eleito, graças ao apoio do Barão de Vila Bela, deputado geral pela província de Pernambuco, passando no ano seguinte a participar do parlamento, com destaque, em face da sua origem, ao valor de sua oratória e da independência frente ao governo Sinimbu, do seu próprio partido. Ele, ao lado de outros jovens deputados, iniciou então a campanha contra a escravidão, em favor da abolição da escravatura. Nessa legislatura Nabuco combateu um projeto de exploração do Xingu, defendendo os direitos dos indígenas (1º de abril) e criticou o envio de uma missão governamental à China, visando estimular à migração de chineses que deveriam substituir os escravos nas fainas agrícolas. Nabuco verberou este projeto que classificou de tentativa de “mongolização do país”.

- 1880.** *Comemoração do terceiro centenário de Camões, no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, tendo Nabuco sido o orador oficial, realizando brilhante discurso.*
- 1880,** setembro, 7. *Nabuco organizou e instalou em sua residência a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, desafiando a elite conservadora da época, que considerava a escravidão uma instituição indispensável ao desenvolvimento do Brasil. Assim ele aprofundou as divergências com o seu partido, o Liberal, e inviabilizou a sua reeleição.*
- 1882,** fevereiro, 1. *Derrotado nas eleições para a Câmara dos Deputados, quando disputou um lugar pela Corte, como representante dos abolicionistas, partiu para a Europa, para o que chamou de exílio voluntário. Em Londres viveu como advogado e jornalista (representante do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro) e escreveu um dos seus principais livros, O abolicionismo, publicado em 1884.*
- 1884.** *Realizou a campanha para a eleição, por Pernambuco, à Câmara dos Deputados, defendendo ao lado de José Mariano, a causa do abolicionismo. Seus discursos e conferências foram reunidos no livro A campanha abolicionista, publicado em 1885, onde defendeu ideias bastante avançadas. Vitorioso sobre o candidato conservador, Machado Portela, foi, entretanto expurgado pela Câmara.*
- 1885,** julho, 7. *O expurgo de Nabuco causou a maior revolta em Pernambuco, e o 5º Distrito, por decisão dos chefes liberais Ermírio Coutinho e Joaquim Francisco de Melo Cavalcanti, que renunciaram a disputa da vaga de deputado, elegeu Joaquim Nabuco para a Câmara. O 5º Distrito era formado pelos municípios de Nazaré e Bom Jardim.*
- 1885.** *Atuação de Nabuco na Câmara dos Deputados, defendendo o Gabinete Dantas e o seu projeto de libertação dos sexagenários, apesar de considerá-lo muito moderado. Em seguida à queda de Dantas, ele atacou as modificações feitas ao projeto pelo novo presidente do Conselho, J. A. Saraiva, que seria transformado em lei pelo Gabinete Cotejipe, a 28 de setembro.*
- 1885,** setembro, 14. *Nabuco apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de lei em favor da federação das províncias, tentando concretizar velha aspiração regionalista brasileira.*
- 1886,** janeiro, 15. *Nabuco foi derrotado em eleição para a Câmara dos deputados ao tentar eleger-se pelo Recife. Dedicou-se ao jornalismo escre-*

- vendo uma série de opúsculos, em que identificou a Monarquia com a escravidão e fez sérias críticas ao governo. Estes opúsculos se intitulavam *O erro do Imperador*, *O Eclipse do Abolicionismo* e *Eleições liberais e eleições conservadoras*, publicados em 1886.
- 1887**, setembro, 14. Nabuco derrotou Machado Portela em eleição memorável no Recife, quando este, ministro do Império, tentava confirmar o seu mandato, voltando à Câmara para concluir o seu apostolado em favor da abolição.
- 1888**, fevereiro, 10. Teve audiência particular com o papa Leão XIII e relatou a luta pelo abolicionismo no Brasil, tendo possivelmente influenciado o grande pontífice na elaboração de uma encíclica contra a escravidão.
- 1888**, março, 10. O Gabinete João Alfredo assume o governo com o propósito deliberado de abolir a escravatura no Brasil. Nabuco, apesar de o Gabinete ser conservador, o apoiou e deu uma grande contribuição à aprovação da Lei Áurea. Em seguida, quando os ressentidos com a abolição se lançaram contra João Alfredo, Nabuco veio em sua defesa, realizando, a 22 de maio de 1889, um dos seus mais memoráveis discursos na Câmara dos Deputados.
- 1889**, abril, 28. Casou-se com d. Evelina Torres Soares Ribeiro, filha do barão de Inhoã e fazendeiro em Maricá, na então província do Rio de Janeiro.
- 1889**, agosto, 21. Nabuco foi eleito deputado por Pernambuco, para a última legislatura do Império, sem ir ao Recife e sem solicitar o apoio do eleitorado. Começava a se desiludir dos processos políticos no País e temia pela queda da Monarquia, a quem era fiel, embora procurasse liberalizá-la e não poupasse críticas à instituição e ao próprio Imperador.
- 1889**, novembro, 15. Proclamação da República e posicionamento de Nabuco em favor da Monarquia, recusando-se inclusive, apesar de solicitado, a postular uma cadeira na Assembleia Constituinte de 1891. Justificou sua posição no opúsculo *Por que sou monarquista*.
- 1891**, junho, 29. Surgiu o *Jornal do Brasil*, fundado por Rodolfo Dantas, com a finalidade de bem informar a população e de defender, de forma moderada, a restauração da Monarquia. Nabuco, convidado, tornou-se colaborador desse jornal. Naquela ocasião, lutando pela vida, voltou à advocacia, abrindo escritório em sociedade com o conselheiro João Al-

fredo. Não foram bem sucedidos na profissão e um ano depois fecharam o escritório. 97

1892. Viajou à Inglaterra com a família, aí permanecendo por alguns anos. Fazendo um balanço de sua vida, voltou à Igreja Católica, que havia abandonado na juventude, passando a frequentar as cerimônias religiosas e se confessando, em 28 de maio, na Capela de Nossa Senhora das Dores. Sua comunhão só seria feita no Rio de Janeiro a 22 de dezembro do mesmo ano. O livro *Minha Fé*, publicado em 1986 pela Fundação Joaquim Nabuco, relata o processo de conversão do ilustre estadista.

1895. No auge das disputas entre monarquistas e republicanos escreveu um opúsculo, *O dever dos monarquistas*, em resposta a outro escrito pelo almirante Jaceguai, favorável ao novo regime intitulado *O dever do momento*.

1896, janeiro, 12. Foi publicado no *Jornal do Commercio* um manifesto do Partido Monarquista, recém-fundado, tendo como signatários, além de Nabuco, os conselheiros João Alfredo, Lafaiete Pereira, o visconde de Ouro Preto, Afonso Celso e outros.

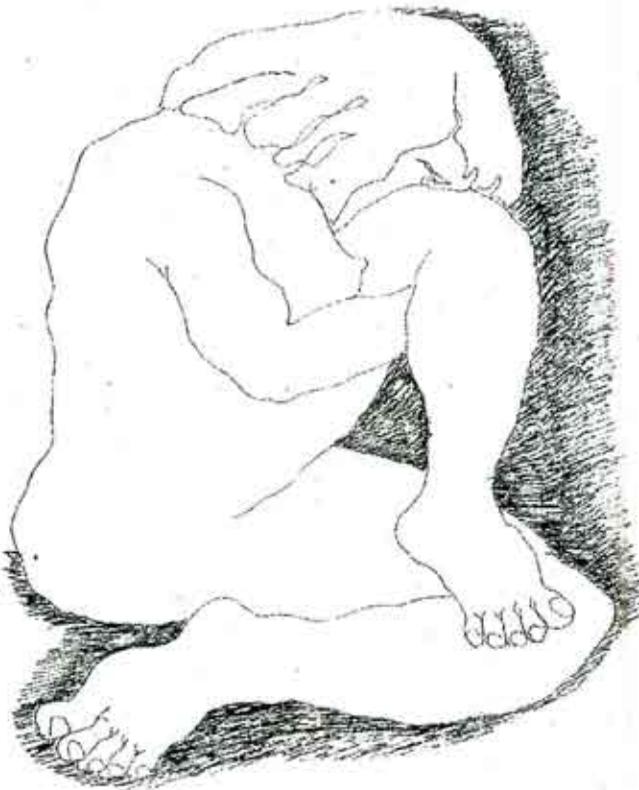
1893/1899. Período de intensa atividade intelectual de Nabuco. Não aceitando os cargos nem encargos da República, Nabuco dedicou-se às letras, escrevendo livros e artigos para jornais e revistas. Alguns livros foram escritos inicialmente para publicação de seus capítulos, como artigos, nos jornais e na *Revista do Brasil*. Estes livros, quase sempre de comentários políticos, foram *Balmaceda* (publicado em 1895) sobre a guerra civil no Chile e *A intervenção estrangeira na Revolta de 1893* (publicado em 1896) onde, além de analisar o desenrolar da luta, faz confronto entre Saldanha da Gama, maior líder da Revolta, e Floriano Peixoto, que encarnava a legalidade. Também deste período é *Um estadista do Império* (1896), seu principal livro, em que analisa a vida do senador Nabuco de Araújo e a vida política, econômica e social do País durante a atuação do mesmo. Ainda desta época é o seu livro de memórias, intitulado *Minha formação*, publicado parcialmente na imprensa e reunido em livro em 1900.

1896. Participou da fundação da Academia Brasileira de Letras, que teve Machado de Assis como seu primeiro presidente e Nabuco como secretário perpétuo.

- 98 **1896**, janeiro, 25. Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- 1899**, março, 9. Aceitou convite do governo da República para defender o Brasil na questão de limites com a então Guiana Inglesa de que seria árbitro o rei Victor Emanuel da Itália. Iniciou um processo de afastamento do grupo monarquista e a sua conciliação com a República.
- 1900**, março. Morte de Sousa Correia, ministro brasileiro na Inglaterra, provocando o convite do gabinete do governo para que Nabuco aceitasse este lugar, passando a ser funcionário da República. Nabuco inicialmente aceitou ser "plenipotenciário em missão especial" deixando a chefia da legação com o encarregado de negócios.
- 1900**, agosto. Aceitou o cargo de chefe da legação em Londres e tornou-se, finalmente, funcionário da República.
- 1900**, dezembro. Proferiu, no Rio de Janeiro, em banquete que lhe foi oferecido, discurso considerado como a sua declarada adesão à República.
- 1903**. Publicou-se em Paris o livro O direito do Brasil (primeira parte) em que analisou as razões do Brasil na contenda com a Inglaterra a respeito de uma área territorial fronteiriça com a Guiana Inglesa.
- 1904**, junho, 14. O rei Victor Emanuel da Itália deu o laudo arbitral na questão da Guiana Inglesa, dividindo o território disputado em duas partes – 3/5 para a Grã-Bretanha e 2/5 para o Brasil – o que foi considerado por todos, inclusive por Nabuco, como uma derrota para o Brasil.
- 1905**. Criada a Embaixada do Brasil em Washington, Nabuco foi nomeado embaixador do Brasil, apresentando suas credenciais ao presidente Theodoro Roosevelt, a 25 de maio. Como embaixador em Washington ligou-se muito ao governo norte-americano e defendeu uma política pan-americana, baseada na doutrina de Monroe. Também viajou bastante pelos Estados Unidos e proferiu dezenas de conferências em universidades americanas.
- 1906**, julho. Organizou a III Conferência Pan-americana, realizada no Rio de Janeiro, com a presença do secretário de Estado dos Estados Unidos.
- 1910**, janeiro, 17. Faleceu em Washington, como embaixador, após um longo período de doença.

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (www.academia.edu.br).
- ALONSO, Angela. Problemas e escolhas na reconstrução da biografia de Joaquim Nabuco. Trabalho apresentado no Seminário Interno do Departamento de Sociologia, USP, 2008.
- ALMINO, João. O pote de barro e o pote de ferro: a utopia de Nabuco para as duas Américas. In: *Política Externa*. São Paulo, Editora Paz e Terra, v. 18, 2008.
- AMORIM, Celso. *As duas vidas de Joaquim Nabuco: o reformador e o diplomata*. Brasília, Funag, 2010.
- BARBOSA, Rui; NABUCO, Joaquim. *Meu caro Rui, meu caro Nabuco. Correspondência*. Rio de Janeiro, Coleções Casa Ruy Barbosa, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *Contre-feux 2*. Paris, Raisons d'Agir Éditions, 2002.
- _____. *Poder simbólico*. 2ª ed. revista em ampliada. Lisboa, Edições 70, 2014. C. capítulos I, II e III, p. 10-72.
- DURAND, Jean-Pierre; WEIL, Robert. *Sociologie contemporaine*. 3ª édition revue et augmentée. Paris, Vigot, 2006.
- FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. O tempo, o retrovisor, os intérpretes e suas ideias. In: *Revista da AAL*, v. 31, p. 55-66. Manaus: Academia Amazonense de Letras, 2011.
- FREYRE, Gilberto. "Introdução". In: *Perfis Parlamentares. Joaquim Nabuco*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1893.
- FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. (www.fundaj.gov.br).
- HEGEL, G. W. F. Letters of January, 1807 and 1808. In: *Hegel's Theory of the Modern State*. Cambridge, Cambridge University Press, 1992.
- LEITE, Beatriz de Cerqueira. *Joaquim Nabuco*. São Paulo, Ícone, 2001.
- MARSON, Izabel Andrade. História, Escravidão e Liberdade na argumentação política e historiográfica de Joaquim Nabuco. Texto de pesquisa financiada pelo CNPq. In: *Revista de História*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, edição especial, 2010.
- MORIN, Edgard. *Mon chemin*. Paris, Fayard, 2008.
- NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. Cia. Editora Nacional. 2ª edição, 1929.
- NABUCO, Joaquim. *Discurso na Sessão inaugural da Academia Brasileira de Letras*, em 20 de julho de 1897.

- 100 SAID, Edward W. *Representações do Intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- SERRES, Michel. *Temps des crises*. Paris: Le Pomier, 2009.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *O Antigo Regime e a Revolução*. Coleção e Ciência Política. Brasília, 1994.



— Bernardo da Silva Ramos¹

ERNESTO RENAN FREITAS PINTO

Certos indivíduos, parece não haver dúvida de que expressam de forma especial o que chamamos o “espírito de uma época”. Da mesma forma que há certas épocas, certos momentos em que as forças materiais e espirituais se encontram concentradas em determinados aspectos da vida social e contribuem de modo marcante para a formação e manifestação desse espírito.

Bernardo Ramos, à medida em que vamos conhecendo melhor sua vida, suas diferentes experiências, seus projetos, suas ideias, chegamos à inevitável conclusão de que ele personificou melhor de que todos os seus contemporâneos, a época mais produtiva e mais promissora da Amazônia. Essa noção de produtiva referindo aos mais diversos sentidos associados à modernidade.

Bernardo Ramos, também sob vários aspectos, não somente a personificação de seu tempo, mas se antecipou às próprias possibilidades projetadas pela sociedade, em particular em termos sociais e culturais, pois na verdade construiu várias utopias para sua região e seu país, entre elas a da presença da ciência como um dos fundamentos de seu desenvolvimento e a prosperidade da região fundada no conhecimento de seu potencial econômico resultante do aproveitamento de sua diversificada riqueza na projeção de uma Amazônia cosmopolita, conectada intensamente com a navegação e as comunicações em processo de desenvolvimento.

Para a apresentação das breves anotações introdutórias que aqui apresentamos sobre Bernardo Ramos escolhemos seguir um roteiro que contemplasse as quatro faces que nos pareceram se destacar ao longo de sua vida pública como homem de ação e como intelectual e estudioso, com a convicção de que um estudo

¹ Palestra proferida em 25 de abril de 2015, na AAL.

102 mais aprofundado sobre sua vida, época e obras torna-se algo necessário para uma melhor compreensão das fontes da modernidade relacionada com Manaus e com a Amazônia.

E com esses objetivos definidos, buscamos nos informar basicamente sobre os seguintes temas e experiências que se destacam na sua biografia.

A primeira delas que nos chamou a atenção é a do homem de ação, ou seja, de sua experiência de vida pública, exercendo vários cargos e funções e também na condição de um organizador da cultura e nesse particular cabe destacar que ele foi o fundador do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, o IGHA, tendo sido seu primeiro presidente.

Além disso, é também o responsável por outra destacada instituição da vida cultural do Amazonas, a sua coleção numismática, que deu origem ao Museu de Numismática do Amazonas.

Como estudioso e autor é o responsável por uma investigação de caráter arqueológico, paleontológico e linguístico que resultou na publicação de sua obra mais importante, mais conhecida e estudada, intitulada *Inscrições e Tradições da América pré-histórica, especialmente do Brasil*.

Para esta apresentação recorri à biblioteca do IGHA para localizar as obras do autor, disponíveis em seu acervo. E com a especial atenção do Dr. Antonio Loureiro, e do Sr. Sebastião Gomes da Silva, responsável pelo acesso do público à biblioteca e a seu acervo, tive a oportunidade de manusear três títulos de autoria de Bernardo Ramos, ou seja, o primeiro volume de sua obra maior, que acabei de citar, e mais duas publicações mais breves: o *Relatório da Junta Comercial do Amazonas*, que assina na condição de seu presidente, publicado em 1903 e dirigido ao governador do Estado, o coronel Silvério José Nery. A outra publicação a que tive acesso é de 1912, impressa em Paris e tem o título de *O Egipto*. Essa publicação resulta de uma conferência que pronunciou em ciclo de palestras organizado pelo Arcebispado de Manaus e que traz em sua parte final um conjunto de belas fotografias.

Para apresentar sua obra mais discutida, as *Inscrições e Tradições da América pré-histórica, especialmente do Brasil*, selecionei de-

liberadamente fontes acadêmicas recentes com o propósito de demonstrar que Bernardo da Silva Ramos não foi esquecido mas, ao contrário, encontra-se presente na discussão sobre a arqueologia e a paleontologia brasileiras, no âmbito que abrange a questão, por exemplo, do papel dessas ciências no debate sobre a identidade histórica brasileira. Além da discussão sobre a pré-história do Brasil e da existência de vestígios da presença de povos como os fenícios e egípcios em vários pontos da América, com destaque para o Brasil e o vale do Amazonas.

Da mesma forma, procuramos evidenciar, através de produção acadêmica atual disponível, a presença de suas atividades como colecionador e organizador de uma das mais ricas coleções numismáticas da atualidade, cuja riqueza, como bem lembrou Geraldo dos Anjos, se estende até a própria biblioteca do Museu, que possui exemplares raros e únicos de algumas obras sobre esse campo de investigação.

Em todas as suas referências biográficas está a informação de que foi também um próspero e bem sucedido homem de negócios, atuando no setor mais emblemático das ligações do comércio das cidades de Belém e Manaus, ou seja, o setor da moda e de artigos finos. Os dados sobre suas atividades pessoais como comerciante são bastante escassos, mas podemos supor que desempenhasse uma posição reconhecida pelo mundo dos negócios de seu tempo, pois foi presidente da Junta Comercial do Amazonas.

É dessa forma que também abordamos a “belle époque” em Manaus e Belém, nos valendo de ensaios e artigos que abordam o papel das lojas de departamentos e de estabelecimentos especializados em moda e em artigos finos de origem estrangeira, especialmente francesa e que criaram uma sociabilidade e uma visualidade em que se mesclavam produtos parisienses e ingleses com mercadorias locais, produzindo uma singular *fisiognomia* com traços europeus e tropicais.

Daí ser possível constatar a presença de vários estúdios fotográficos em Belém e Manaus na época em que Bernardo Ramos atuou como homem de negócios, homem público e pesquisador. E esses fotógrafos produziram também, além do farto registro

104 urbanístico e arquitetônico das duas cidades, importantes acervos etnológicos e arqueológicos ao longo de toda a Amazônia.

Assim é possível reconhecer que alguns dos antropólogos que contribuíram para fundar a antropologia brasileira na verdade foram financiados por museus etnológicos para coletar material de povos indígenas, como é o caso de Karl von den Steinen, Koch-Grünberg e Curt Nimuendaju. Esses antropólogos também se dedicaram ao estudo de arqueologia e paleontologia no Brasil, trazendo contribuições importantes para o mapeamento de sítios arqueológicos e a própria fundação dessas ciências.

— BERNARDO RAMOS, HOMEM DE CIÊNCIA E DE NEGÓCIOS

Exerceu sua condição de homem de ciência sobretudo como estudioso da arqueologia, paleontologia e linguística, assim como em viagens em busca das origens remotas de nossas raízes pré-colombianas em suas passagens pelo Oriente Próximo e o Egito.

Essas viagens de exploração e também de aquisição de peças numismáticas e arqueológicas foram custeadas por suas atividades como homem de negócios em uma época em que a exportação de borracha produzia receita suficiente não apenas para a construção de obras, urbanização e implantação e manutenção de serviços através de companhias de eletricidade, de telefonia, de bondes, águas e esgotos, limpeza pública etc., como a importação de uma grande variedade de mercadorias provenientes da Europa, para que prosperasse o setor de comércio ao qual estava ligado Bernardo Ramos como um dos prósperos homens de negócio.

O setor da moda e de artigos finos provenientes de Paris e de outros centros produtores foi muito bem representado por nossas duas cidades, Manaus e Belém, que tiveram suas identidades marcadas de modo especial pelo estilo de vida conhecido como “belle époque”, tema que vem despertando o interesse de historiadores e pesquisadores de ambos os estados e mesmo de outros países.

Samuel Benchimol em *Mandós-do-Amazonas: memória empresarial*, em edição do Governo do Estado, Universidade do Amazonas e Associação Comercial do Amazonas, de 1994, relaciona os prin-

cipais estabelecimentos do comércio lojista da cidade, tendo como fontes o *Indicador Ilustrado do Amazonas de 1910* e o *Anuário de Manaus*, de 1913-1914, entre os quais destacamos aqui:

- A la mode de Paris (L. Aslan), na Avenida Joaquim Nabuco.
- Au Bon Marché (Lifsitsch & Russo), na rua Municipal c. Joaquim Sarmento.
- Parisiense, na rua Henrique Martins.
- Madame Marie (Rouaix & Cie.) na rua Municipal.

As duas lojas mencionadas como o provável endereço do estabelecimento de Bernardo da Silva Ramos aparecem, respectivamente com o nome de outros proprietários, ou seja, a loja A Noiva (M. Lopes de Matos) e o Pacote de Novidades (Jaime Jorge & Irmão). Benchimol, portanto, não menciona, talvez em face do período levantado, nenhuma loja associada ao nome de Bernardo Ramos.

Em Belém, há também vários estabelecimentos comerciais que vendem artigos de moda e de fazendas finas e outras mercadorias estrangeiras, destacando-se na capital paraense a loja Paris N'América, que permanece como importante patrimônio histórico e referência principal da "belle époque" em Belém e que se transformou em tema para estudos e pesquisas. A loja ainda funciona em Belém, mas sem a sofisticação de uma "loja parisiense" nos trópicos.

Outro registro necessário é a publicação do primeiro livro sobre moda no Brasil, de autoria do comendador João Affonso do Nascimento (1855-1924) intitulado *Três séculos de moda*, tendo o Conselho Estadual de Cultura patrocinado sua segunda edição em 1976.

O historiador Aldrin Moura de Figueiredo publicou a respeito do livro um artigo intitulado "Vestir a História: Pintura, moda e identidade nacional da Amazônia", c. 1916-1923. Nele destaca a preocupação do autor em mostrar que a moda é um elemento esclarecedor da história e esse seria o principal traço da exposição de 1917 que,

pesar do conteúdo da mostra e das inúmeras possibilidades de leitura das explicações de seu autor, é possível destacar alguns pon-

tos centrais para a discussão da história e da identidade nacional, então formuladas a partir da moda.

Certamente, como sugere o historiador Aldrin Moura de Figueiredo, o livro de João Affonso se destaca pelo seu toque retrospectivo, ao voltar o olhar para o passado com o cuidado do colecionador e do historiador dos modos de vestir do Norte do Brasil, assimilando em plenos trópicos, com as inevitáveis adaptações, os modos europeus de vestir.

Os historiadores paraenses da nova geração envolvida com as questões da história cultural vem dando portanto um destaque particular à história da moda na Amazônia. É por exemplo, o caso do artigo intitulado “A loja Paris N’América na Época da Belle Époque” de autoria de Maria Henriques Ferreira (Unama) e Fernando Hage (Unama). O trabalho tem como tema principal a loja fundada por Francisco da Silva Castro, apresentada como um dos mais significativos exemplos do patrimônio histórico-cultural da Amazônia. O artigo é ricamente ilustrado com fotografias e fragmentos da memória social relacionada com esse setor de negócios e utilizamos essa referência no sentido de evocar o ambiente comercial em que atuou com reconhecido êxito o nosso personagem Bernardo da Silva Ramos.

É portanto dessa forma que abordamos esse momento da história social e cultural da Amazônia representado não apenas pela existência dessas lojas em ambas as cidades, de artigos finos de origem francesa e europeia que criaram uma visualidade urbana inconfundível, mas da criação de novos modos de consumo e de comportamento que certamente marcaram as nossas cidades até o presente, lembrando que uma das características da moda, para Walter Benjamin, é a de antecipar o futuro.

— BERNARDO RAMOS, HOMEM DE AÇÃO

Em praticamente todas as anotações biográficas que encontramos sobre Bernardo da Silva Ramos menciona-se que ele exerceu vários cargos públicos entre os quais o de funcionário dos Cor-

reios, o de Intendente Municipal, ou seja, de Vereador, presidente da Junta Comercial do Amazonas, fundador e primeiro presidente do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, sem esquecer de mencionar também o fato de ter sido um dos fundadores do Clube Republicano do Amazonas.

Apesar de serem ainda bastante limitadas as fontes historiográficas a seu respeito, é possível reconstituir as linhas básicas de seu pensamento político a partir, por exemplo, da informação de que foi um dos promotores intelectuais das ideias republicanas no Amazonas. Isso implica em reconhecer que ele lutava em prol de uma transformação que, na visão de intelectuais e cientistas políticos brasileiros como Florestan Fernandes, implicava em verdadeira revolução política, mesma que promovida por setores ligados e mesmo pertencentes às elites. Portanto, juntamente com a luta pelo fim da escravidão, a República era o que havia de mais inovador em termos de mudanças sociais e políticas. Essas lutas, mesmo que promovidas ou lideradas por setores políticos vinculados ao pensamento conservador, não deixavam de possuir sentidos e conteúdos revolucionários.

Sabemos que o processo de instituição e reconhecimento do regime republicano no norte esteve marcado por intensas e controvertidas disputas que já, de certa forma, eram uma marca da política local. Especificamente sobre o Clube Republicano não encontrei nenhum trabalho que o examinasse em detalhe. Mas podemos deduzir que em termos da propagação de seus princípios norteadores, o Clube deve ter desempenhado algum papel.

A hipótese de que Bernardo Ramos representava um pensamento político comprometido com a modernidade e a mudança pode ser confirmada ao lermos com atenção os escritos de sua autoria que se encontram disponíveis. E aqui quero destacar particularmente o *Relatório da Junta Comercial*, que concluiu em 1902 e publicou em 1903, dirigido ao Governador Silvério Nery.

Nesse documento, o presidente da Junta Comercial alerta o Governador sobre os principais problemas enfrentados pelo comércio, não apenas em Manaus, mas em todo o interior do Estado. A primeira questão que merece a atenção de Bernardo Ramos

108 é a necessidade do estabelecimento de regras mais rigorosas para a navegação, o transporte e a entrega e recebimento de mercadorias no interior do Estado. O trecho seguinte que se encontra na p. 13 do *Relatório* é bastante ilustrativo não apenas da situação, mas das preocupações da Junta Comercial a respeito:

Envolvendo gravíssimo abuso contra as leis comerciais sobre navegação, o fato quase frequente no rio Purus e alguns rios do interior, do abandono das cargas e passageiros em lugares distantes do porto de seu respectivo destino, sem plausível motivo, as vezes com excessivos prejuízos aos consignatários, procurei incorporar as coligações dos estilos e usos comerciais do nosso distrito algumas disposições como meio de repressão futuro.

E prossegue concluindo na página seguinte:

Semelhante abuso vem de longa data. Creio se ter originado em princípios do ano de 1870, na Boa Vista, no baixo Purus, pouco acima da ilha Guajaratuba, pelo vapor Madeira, alegando o respectivo comandante, impossibilidade de navegação por falta d'água, quando é notório ser o período o da máxima enchente daquele rio.

A Junta Comercial desde aquela época até o presente, tem sob sua responsabilidade um quadro de profissionais direta e indiretamente a ela subordinados. A referência a esses profissionais constitui uma das preocupações evidentes do *Relatório*, pois deles depende grandemente não apenas o bom funcionamento da Junta Comercial, mas de todo o conjunto de atividades do comércio. Há recomendações pontuais quanto à necessidade não apenas da contratação de novos profissionais para atender ao aumento considerável dos encargos da Junta Comercial e dos diferentes setores e agentes a ela vinculados como guarda-livros, trapicheiros, corretores, despachantes, intérpretes e outros.

Anotamos a propósito alguns trechos referentes a esse tópico, pois avaliamos que eles são esclarecedores para a própria história social do Amazonas. O primeiro exemplo trata dos chamados

ali intérpretes do comércio, ou seja, os tradutores. E anotamos a respeito a seguinte passagem: 109

Na vaga aberta pelo falecimento do intérprete Jaime Baird, que se achava licenciado, foi nomeado no dia 14 de novembro último o cidadão Guilherme Baird... (p. 18). O registro, portanto de indivíduos pertencentes a uma família de origem inglesa, que teve uma presença na vida institucional e social do Amazonas até o presente.

Outro exemplo semelhante é o da nomeação do cidadão Negib Khaled como “corretor de fundos, mercadorias e navios para esta praça, visto ter satisfeito as exigências da lei”.

Há um registro relacionado ao setor da indústria que desperta uma especial atenção na leitura do documento, pelos registros que faz Bernardo Ramos da situação enfrentada naquele momento por proprietários e trabalhadores. Eis a importante passagem do Relatório:

Ocorre-me o seguinte sobre a fábrica de Phosphoros de Segurança de Wan-Hulle, Sebill & Co. Da exposição que me fizeram os seus dignos proprietários, conclui-se que há dois anos, quando o comércio permanecia em melhores e mais próprias condições, animadamente fundaram nesta Capital esta fábrica (p. 20).

...Em sua instalação tiveram de manter uma turma de habilitados operários estrangeiros, com o fim de adestrar outros porventura nacionais que dedicados a este ramo de indústria fossem nela procurar trabalho e admitidos. Em pouco tempo porém foram aqueles estrangeiros, por infelicidade acometidos de febres, das quais vieram a falecer quase todos.

...Contudo não desanimaram ...procurando contemporizar suas dificuldades, mais agravadas ainda pela crise atual, para não vê-la desaparecer por completo (p.21).

E o autor do Relatório, buscando destacar a importância do estímulo a novas indústrias como medida de superação da própria crise, recomenda ao Governador que tome iniciativas junto ao

110 Poder Legislativo, “como estímulo à indústria amazonense e benefício da classe operária que em maior escala, desse modo encontrará trabalho e conforto às suas duras privações (p. 21).

Na conclusão do documento, Bernardo Ramos faz referência ao comércio amazonense “no qual longos anos permaneci”.

Essa referência parece bem clara ao indicar que já se afastara de suas atividades no comércio local, dedicando-se naquele momento às atividades da Junta Comercial como seu Presidente.

Encontra-se também na Biblioteca do IGHA exemplar da conferência intitulada *O Egito* que Bernardo Ramos apresentou em 1912 e publicada no ano seguinte.

Há no texto publicado uma breve Introdução que informa o leitor ser esta “a 10ª Conferência que se tem realizado no Consistório da Catedral de Manaus, sob os auspícios da Benemerita Sociedade de S. Vicente de Paulo”.

Lê-se também que o Coronel Bernardo Ramos não é um desconhecido e que

a alta operosidade de sua alta capacidade intelectual se tem afirmado em delicadas comissões que há exercido, conservando sempre a linha reta do patriota e do homem de bem. A este digno amazonense se deve a notável coleção numismática que enriquece nossa Biblioteca Pública e para mostrar o grande valor dessa coleção basta dizer que é considerada a 4ª Coleção numismática do mundo. Em 10 de junho de 1912.

Nesta conferência fica evidenciada a concepção historiográfica que orienta os seus escritos, não apenas dessa época, mas os posteriores. Bernardo Ramos apresenta um conjunto de informações e apreciações pessoais sobre o Egito que ele sugere ao longo do texto serem resultantes de suas viagens àquelas terras impregnadas de história e de vestígios, monumentos e ruínas dessa história. A leitura um pouco mais atenta do texto entretanto, indica claramente que, além do conhecimento proporcionado por suas viagens, o autor oferece um conjunto de elementos historiográficos que só poderiam ser obtidos através de leituras e consultas

bibliográficas relacionadas com os temas especializados que vai apresentando e buscando desvendar. Já na época de sua conferência existe um volume considerável de obras sobre o Egito publicadas na Europa. Essas obras entretanto não são mencionadas, o que na verdade não constitui uma situação excepcional, pois muitos autores não costumavam citar as fontes de suas pesquisas em seus respectivos textos. O próprio Bernardo Ramos, em sua obra publicada na década de 1930, com o objetivo de dar fundamentação às suas pesquisas e respectivas teorias menciona um grande número de autores e obras, sobretudo estrangeiros, mas também brasileiros.

Um aspecto que deve ser anotado em relação à sua conferência é o fato de ali estabelecer uma nítida distinção entre o Egito moderno e o Egito do passado. E isso fica bem claro quando o Cairo é apresentado como a expressão do Egito que assimilou fortemente a modernidade ocidental, apresentando todas as marcas do progresso e da civilização como os meios de comunicação e transportes, do comércio que exhibe sofisticadas lojas, da indústria que exporta seus produtos para os países da Europa e outras regiões e em especial da vida cultural com suas universidades e centros de formação profissional e de seu grande museu, tudo isso imprimindo ao Cairo, um estilo cosmopolita ao Egito.

Da outra parte, a dos monumentos, das cidades históricas, das ruínas e mesmo da memória do passado recente e remoto, Bernardo Ramos reconstitui esses diferentes elementos através de quadros, dos quais selecionamos alguns de seus recortes.

Assim ele comenta:

Temos de deixar o Cairo moderno com o seu alentado progresso para voltarmos as vistas aos seus arredores, fontes de preciosíssimos assuntos, desde a mais remota antiguidade.

É assim que passamos a Heliópolis, uma das cidades mais célebre e antigas do Egito... Heliópolis figura em toda a linha como cidade principal de um dos Cantões do Baixo Egito, mas não parece ter tido grande importância política e não se elevou nunca ao grau de capital (p. 13).

Sabe-se que seu prestígio era ainda grande no século v antes de Cristo, que atraiu ao Egito os filósofos gregos, curiosos de vir estudar as ciências em sua origem (p. 13).

Encaminhemos nossas observações agora para Memphis, uma das mais antigas e grandiosas cidades do Egito, a 20 quilômetros do Cairo.

Se alguma coisa de suntuoso, de extraordinariamente majestoso merece Alexandria nessa remota antiguidade, muito mais fora Memphis com o infinito esplendor de seus palácios reais e sede dos Faraós (p. 16).

Expôr as vicissitudes pelas quais passou Memphis durante o período das guerras dinásticas até a invasão persa, seria demasiado longo. Apenas diremos que foi uma das primeiras a sofrer os males da guerra, como a colher os benefícios da paz.

Vamo-nos ocupar agora das Necrópolis, que encerram por assim dizer uma parte preponderante das artes egípcias.

As pirâmides ocupam parte essencial, porque não são menos que túmulos reais, e eram consideradas entre as sete maravilhas do mundo. Quase todas elas estão sobre a margem esquerda do Nilo (p. 18).

Descreve em seguida as florestas petrificadas localizadas em planalto arenoso próximo à montanha de Mokattan, constituídas sobretudo de madeiras fósseis, predominando as palmeiras da espécie *Nicholia Nilótica*, fornecendo aos seus observadores uma imagem singular. Prossegue seu roteiro fornecendo elementos sobre as cidades de Tebas, Karnak e Luksor e suas respectivas fundações, apogeus e declínios.

Encerra sua conferência com os seguintes comentários:

Aqui terminamos a nossa modesta conferência... nossas gratas impressões de simples viajante. A nós ressalta o pesar de, sobre um País como o Egito que estudando-o o sábio Heródoto perto de 60 anos, não o pode definir como desejava (p. 30).

E é nos vastos desertos do Egito, no momento em que tenho como único cenário a abóboda celeste, sobre um oceano de areias, que nos sentimos maravilhados e ao mesmo tempo humilhados, e só uma ideia salvadora alimenta a alma: a grandeza da Providência e seu infinito poder (p. 31).

Nosso interesse nesse momento se volta para a sua obra mais conhecida e mais discutida. Trata-se obviamente das *Inscrições e Tradições da América pré-histórica*. Dela tive contato apenas com o seu primeiro volume que faz parte do acervo da biblioteca do IGHA.

Essa obra de Bernardo Ramos foi publicada pela Imprensa Nacional, em 1930 o primeiro volume, e em 1939, o segundo volume. Os dois volumes somam mais de 1.000 páginas, contendo mais de 2.000 ilustrações.

A obra possui entretanto um problema em sua editoração, tratando-se de um trabalho apoiado na reprodução de centenas de imagens, sejam elas, desenhos, gravuras e fotografias. A qualidade dessas reproduções não apenas compromete o conteúdo estético da obra, mas também prejudica a clareza e a definição dos diferentes temas representados imagetivamente. Fica evidente que o livro não foi realizado com o melhor do que se dispunha tecnicamente na época para a boa reprodução das imagens, que são imprescindíveis para o completo aproveitamento da obra por parte do leitor. Estamos nos referindo ao fato de que na década de 1930 o Brasil já dispunha de experiência reconhecida no campo das artes gráficas e editoriais, pois já se produziam aqui livros de alta qualidade do ponto de vista da arte da ilustração. Compare-se, por exemplo, essa obra com os vários álbuns de fotografia produzidos sobre Manaus, algumas décadas antes desse livro.

Esta observação tem o propósito de introduzir o primeiro aspecto positivo em favor do ambicioso projeto de Bernardo Ramos, ou seja, de que seu trabalho constitui um importante inventário dos sítios arqueológicos, principalmente do Brasil, além do levantamento extenso das inscrições paleográficas que ele reúne, buscando utilizá-las como provas para as suas hipóteses. Isso significa dizer que, mesmo não sendo facilmente aceitas muitas de

114 suas hipóteses e métodos de interpretação paleográfica, o levantamento do vasto material inventariado e geograficamente situado já justificaria o seu empenho em publicá-lo.

O que pretendemos também destacar é que essa obra encontra-se presente no debate científico e acadêmico e é a esse debate que voltamos a nossa atenção porque, a nosso ver, é através dele que é possível perceber o alcance e a repercussão que o autor pretendia conferir à sua obra e ao seu reconhecimento no debate científico atual.

É fato comprovado que a obra vem despertando um crescente interesse em estudiosos da arqueologia e da pré-história do Brasil, tendo contribuído com outras obras para a retomada da questão do alcance das longas viagens empreendidas por povos como os fenícios e egípcios, antes da chegada de espanhóis e portugueses em terras do outro lado do Atlântico.

Guilherme Dias da Silva, mestre em História pela UFRGS participando do X Encontro Estadual de História em julho de 2010, apresentou um trabalho sobre a obra de Bernardo Ramos, propondo um conjunto de questões para análise. E nesse sentido explica que:

Nosso foco principal nesta análise será destacar a representatividade deste trabalho como uma tentativa de Ramos de afirmar a importância para a história do Brasil (principalmente, embora o trabalho de Ramos pretenda abarcar todo o continente) de acordo com um modelo interpretativo de matriz europeia, vinculando a antiguidade brasileira à antiguidade do Oriente Médio e da Grécia, na sequência de trabalhos anteriores. Da mesma forma, observaremos seu método de interpretação. Embora, nos dias de hoje, as hipóteses e conclusões de Ramos soem curiosas, seguir a trajetória deste modelo interpretativo, pode nos dizer muito a respeito da percepção que o autor e o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, instituição a qual este era vinculado, possuíam acerca do material pictográfico e epigráfico que os cercava na região. A impressão da obra na Imprensa Nacional, por determinação governamental (conforme se lê nas primeiras páginas das Inscrições atesta, além disso, que as ideias de Ramos receberam certa atenção nessa esfera (p. 1).

O autor do artigo propõe em sua leitura da obra de Bernardo Ramos, assinalar os principais vínculos que ela possui, sendo o primeiro deles o de incorporar a teoria arqueológica do difusionismo cultural. A partir dessa teoria era possível afirmar que povos que dominavam a navegação como fenícios e gregos tivessem atravessado o Oceano Atlântico e a principal evidência desses povos com civilizações pré-colombianas seria a da “similaridade de palavras entre o fenício, o hebraico ou o grego e os idiomas indígenas”. Essas semelhanças linguísticas se justificariam sobretudo com apoio nas teorias difusionistas.

Ao consultarmos o exemplar existente no IGHA, anotamos da introdução escrita pelo próprio Bernardo Ramos a seguinte passagem:

Notadamente, foi o sábio filólogo Onffroy de Thoron, com sua magnífica e valiosa oferta em 15 de fevereiro de 1876 “antiguidade da Navegação do Oceano” à nossa municipalidade, que mais nos demoveu, com ardor, ao presente alvitre (p. XXVIII).

Certamente Bernardo Ramos está se referindo ao fato de haver Thoron traduzido e publicado seu texto sobre os navegadores do oriente e suas viagens ao Amazonas, em português e em Manaus, conforme registra em sua própria obra (p. 46-47).

Bernardo Ramos, portanto, toma a obra de Thoron como sua principal base filológica para desenvolver suas próprias hipóteses sobre a epigrafia grega e fenícia das inscrições que também passaram a ser identificadas pela arqueologia brasileira que se impunha, como “arte rupestre indígena”.

O autor refere-se também ao prefácio escrito por Vivaldo Lima em que “afirma ter Ramos viajado pelo Egito, Síria e Grécia estudando antiguidades” e que é sua experiência como numismata e de seu conhecimento de idiomas como o fenício e o grego antigo que vão lhe permitir o trabalho de decifração do material que estudara.

O autor do artigo “Traços da antiguidade na selva: uma leitura das “Inscrições e Tradições da América pré-histórica” de Bernardo

116 Ramos”, empreende uma análise em que consegue apreender as premissas em que se baseia o nosso pesquisador para dar curso ao seu trabalho. Buscaremos assinalar os principais momentos dessa sua leitura crítica e um deles é quando reconhece no trabalho de campo de Bernardo Ramos, “um procedimento metódico: geralmente as inscrições são agrupadas por localidade. Se possível, são anexas fotografias do local, muito embora sua qualidade seja, por vezes, escassa. A inscrição é desenhada, e os múltiplos traços que a formam são separados e lidos como letras. Sequências de letras são unidas, então, em palavras, e a inscrição se forma. Em seguida há a transliteração dos caracteres para o grego ou hebraico e a tradução. No caso do hebraico/fenício, abaixo de seus caracteres segue a letra romana correspondente”, como no exemplo da página 68 de Ramos, 1930.

Como fica várias vezes afirmada, a convicção de Bernardo Ramos não reconhecia a presença de idiomas indígenas nas inscrições com as quais se deparou, pois na verdade possuía o firme propósito de encontrar vestígios de povos anteriores aos dos povos indígenas da América. Em várias passagens afirmava que os indígenas seriam incapazes de produzir esse material epigráfico e a própria eliminação dos povos indígenas aparece em seu limite como uma contingência da ocupação dos conquistadores e que não seriam capazes de produzir os sinais descobertos e decifrados.

Entre as inúmeras inscrições encontradas e inventariadas há uma delas, encontrada em Itacoatiara que narra em fenício-hebraico a chegada dos colonizadores. Da mesma forma que a cerâmica marajoara, considerada uma das manifestações mais depuradas da arte indígena, na verdade está repleta de inscrições gregas dissimuladas sob formas geométricas (p. 8).

Guilherme Dias prossegue sua exposição assinalando pontos que produzem inevitáveis controvérsias como é a situação em que Bernardo Ramos não reconhece o nível de desenvolvimento dos povos andinos e das civilizações do antigo México indígena, atribuindo a todos os sinais encontrados uma origem.

Este, como vários outros estudos sobre a história das ideias no Brasil, consideram a fundação do Instituto Histórico e Geo-

gráfico do Brasil em 1838 e que, sob os auspícios de D. Pedro II se organizará um movimento de ideias cujo objetivo principal é descobrir e revelar as fontes de uma cultura e de uma história do Brasil.

Esse objetivo termina por coincidir com o desenvolvimento de achados arqueológicos aos quais se atribui serem vestígios da presença de povos distantes em vários pontos da América e do Brasil. Daí o Instituto Histórico e Geográfico estimular expedições científicas a sítios arqueológicos correspondentes às antigas cidades perdidas em distintos pontos de nosso país. É o caso do Morro da Gávea no Rio de Janeiro e das formações rochosas de Vila Velha no Paraná, como também de uma cidade perdida que se encontraria em algum ponto do Estado da Bahia.

Essas buscas arqueológicas e epigráficas evidenciam que elas possuíam um papel, digamos ao mesmo tempo científico e ideológico. Ideológico como afirmação das raízes profundas que teriam dado origem o Brasil e ao povo brasileiro.

Conclui Guilherme Dias seu ensaio afirmando que ao lermos hoje “um volume das Inscrições, não vemos as provas de uma América greco-fenícia. Em lugar disto vemos o testemunho de uma proposta identitária para o país. Apesar de acreditarmos hoje, na improbabilidade de suas interpretações, algumas das preocupações de Ramos parecem muito atuais, como a insistência na preservação das inscrições e da urgência de seu registro. Tomada estritamente no plano da apresentação do material reunido, a obra constitui um impressionante trabalho de documentação. E mesmo se considerada enquanto formulação teórica, representa um marco importante no processo de recepção do imaginário da Antiguidade Clássica no Brasil”.

Johnni Langer é outro autor fundamental para compreendermos as várias dimensões da obra de Bernardo Ramos e da arqueologia brasileira, sua contemporânea. E para não nos alongarmos quanto a sua vasta quantidade de ensaios sobre essa temática, queremos apenas mencionar seu ensaio intitulado “A arqueologia e as origens imaginárias da nação brasileira” publicado na revista *Labirinto*, do Centro de Estudos do Imaginário, da Universidade

118 Federal de Rondônia. E ainda seu artigo publicado no *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, em 2002 intitulado “Vestígios na Hileia: a arqueologia amazônica durante o segundo Império”.

Uma obra que não podemos deixar de mencionar é de autoria de uma autodidata – Lídice Canella, juíza federal na Paraíba – que realizou um notável trabalho sobre a mesma temática da obra *Inscrições de Bernardo Ramos*, intitulada “as Viagens dos vassalos do Rei Salomão ao rio das Amazonas” e publicada recentemente, ou seja, em 2011. É um livro que nas palavras de seu apresentador, o artista plástico e escritor amazonense Roberto Evangelista:

Lídice, arguta argonauta, investigadora extremamente generosa, nos brinda com um acervo riquíssimo: um amplo e rigoroso trabalho de pesquisa, um substancial painel de dados – suas notas explicativas são reluzentes! – inédito em língua portuguesa.

Assinalando ainda que as fontes dos descobridores trabalhadas pela autora certamente deveriam trazer muitas dúvidas sobre as tradicionais certezas históricas, pois não há memória sem conteúdo imaginativo, como não há imaginário que não contenha memória (p. 14).

A Autora menciona entre suas leituras sobre a Amazônia, os relatos de Carvajal, Acuña, La Condamine, Castelnau, La Porte e também de Bernardo Ramos a sua obra *Inscrições e Tradições da América pré-histórica, especialmente do Brasil*, de 1930 (p. 140).

Gostaríamos de concluir as nossas anotações sobre o Museu de Numismática do Amazonas, um dos importantes legados de Bernardo Ramos para a história e a cultura brasileira e em particular para o Amazonas.

Devo agradecer a especial atenção com que fui recebido e atendido em minha visita durante esta semana ao Museu por sua gerente, Poliana Grequi e pelo guia Dean Batista dos Santos que me acompanhou e me forneceu importantes sobre o acervo.

Visitei esse acervo em vários lugares, pois ele mudou endereço inúmeras vezes e em certos períodos esteve precariamente guardado. Hoje ele se encontra finalmente organizado em espaço à altura de sua significação e importância e é uma das principais

atrações culturais de nossa cidade, com uma grande visitação de turistas e estudantes de Manaus. 119

Como bem lembrou o Geraldo dos Anjos, lá não se encontra somente um dos mais valiosos acervos numismáticos do mundo, mas de um conjunto de obras raras sobre numismática. Pensando no surgimento de novos e necessários museus na Amazônia, esse deve ser tomado como um exemplo bem sucedido de um sonho, quase um delírio de Bernardo Ramos.

Seguindo o mesmo procedimento de utilizar estudos atuais para abordar as diferentes facetas de Bernardo Ramos, estamos aqui nos valendo de passagens do artigo de Hilton Aparecido Magri Lúcio, diretor de divulgação da sociedade Numismática Brasileira.

Ele relata que a coleção de numismática de Bernardo Ramos teve início no final do século XIX, quando, seguindo sua vocação de colecionador, prosseguiu adquirindo moedas raras do Brasil e de outros países. Vemos que o interesse pela numismática não pode ser separado de seu interesse pelas antigas civilizações, pois de suas viagens pela Europa e Oriente Médio resultam aspectos fundamentais de sua vocação científica arqueológica e:

para poder compreender as legendas das moedas que adquiria, Bernardo tornou-se ainda um profundo conhecedor das línguas bastante incomuns, como o hebraico, o fenício e o sânscrito.

Em 1898, adquiriu a valiosa coleção numismática de e biblioteca do pernambucano Manoel Cícero Peregrino da Silva, tornando assim ainda mais valioso o seu acervo, o que veio a despertar o interesse do Estado do Amazonas, que, através da lei nº 296 de 6 de outubro de 1899, autoriza a aquisição pelo Estado, através de compra, da Coleção de Bernardo d'Azevedo da Silva Ramos.

... e pelo Decreto nº 402, de 20 de fevereiro de 1900, "abre um crédito de trezentos contos de réis para ocorrer as despesas com a aquisição da Coleção (p. 4).

Em 1900, por ocasião das festividades do Quarto centenário do Descobrimento do Brasil, realizadas no Rio de Janeiro, então capital da República, a Coleção Numismática foi exposta, no período de 5

a 31 de maio de 1900, no salão nobre do Externato do Ginásio Nacional, hoje Museu Nacional.

A exposição ao ser visitada pelo então presidente da República, Dr. Campos Salles, despertou neste um grande interesse devido ao valor histórico e raridade das peças levando-o a fazer uma oferta de compra da coleção para que ela integrasse o acervo do Museu Nacional”, oferta recusada pelo amazonense.

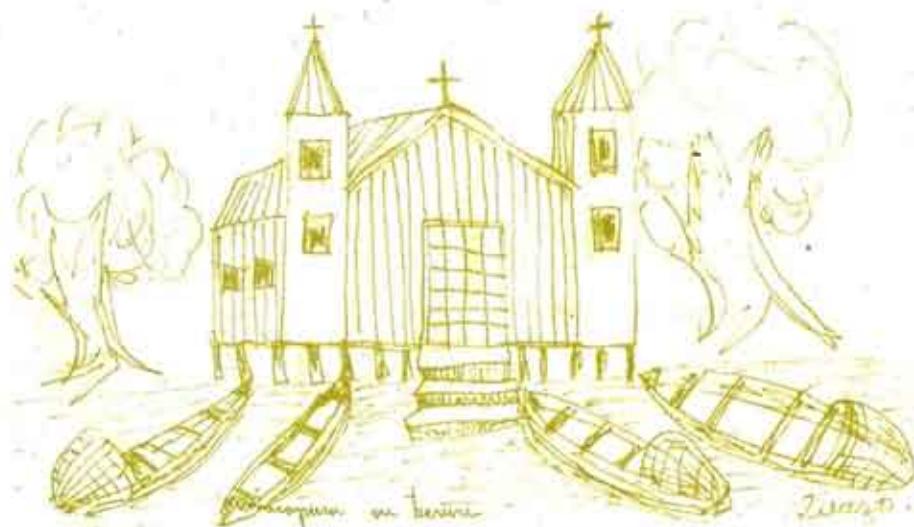
Ao vendê-la para o Governo do Amazonas, Bernardo Ramos perdeu a importância de cem contos de réis, visto que o preço ofertado por Campo Salles era de quatrocentos contos de réis. Mas assegurou que o acervo permanecesse em sua terra natal, onde se encontra até hoje.

Uma coleção numismática jamais está completa, portanto ela recebeu novas peças para enriquecer e também atualizar seu acervo, o que demonstra que ela se encontra viva.

Não poderíamos concluir esta apresentação sobre as várias facetas de Bernardo Ramos sem comentarmos brevemente a homenagem que lhe foi prestada por seus dois filhos Mário e Julião Ramos com o livro que escreveram e assinaram juntos e cujo título *Um Caboclo Amazônico*, de uma certa forma esconde o rico conteúdo que ele encerra. Diríamos que é esse pequeno livro publicado no bojo do importante feito editorial do então governador Arthur César Ferreira, as Edições do Governo do Estado do Amazonas, em sua série Torquato Tapajós, volume 1, de 1965. Obra que completa este ano, portanto, seus cinquenta anos e assim, com mais essa razão para ser comemorada neste momento.

Através da leitura desse livro, que tomei emprestado da Biblioteca do Museu Amazônico da Ufam foi que verdadeiramente conheci um pouco mais de perto o homem de ação e o homem de ciência que foi Bernardo Ramos a partir das revelações privilegiadas e únicas que os seus filhos fornecem aos seus leitores. A impressão que eu tive ao conhecer esse livro é que ele passou e continua passando despercebido, em particular para a nova geração de leitores interessados em conhecer a formação e o desenvolvimento cultural do Amazonas.

Vou concluir, fazendo um comentário brevíssimo sobre o livro 121
de Getúlio Alho, *Nem tudo é memória* que foi vencedor do Prêmio
Cidade de Manaus conferido pela Prefeitura da Cidade e publi-
cado em 2010 como autobiografia. São as lembranças do menino
da rua em que morava, a Bernardos Ramos, apresentando assim
mais uma referência à memória do cotidiano de um certo espaço
da cidade cuja lembrança está impregnada de vários significados.
Assim encerramos esta breve notícia sobre Bernardo Ramos con-
vidando os leitores interessados em nossa história a lerem esses
autores aqui mencionados, que contribuem para lembrar a ne-
cessidade de estudos mais detalhados sobre esse amazonense que
protagonizou como nenhum outro o espírito de seu tempo.



{ ORATÓRIA }

— Presidência da Academia Amazonense de Letras¹

DISCURSO DE POSSE

Em 1993, pela benevolência dos membros desta Casa, especialmente, do seu presidente à época, Dr. Oyama César Ituassú, meu eleitor e cabo eleitoral, como ele mesmo me disse, fui eleita para Membro deste Silogeu e ocupar a cadeira nº 6, sob o patronato de Adriano Jorge que o presidiu por longos trinta anos.

1. Pronunciamento feito em 15 de janeiro de 2016

Permitam-me que vos diga que a cabocla que ocupará o sólio presidencial da Casa de Adriano Jorge no biênio 2016/2017, veio do Paraná da Saudade no Seringal Sumaúma e do duro trabalho da roça e das estradas dos seringais, nos confins do Juruá, o rio serpente ou rio de muitas voltas. Em Manaus não poupou trabalho nem pena, realizando na idade dos sonhos e prazeres mais ingênuos, árdua peleja na superação de dificuldades materiais e barreiras culturais, ânimo e crença sempre renovados a cada pequena conquista, num fazer e refazer constante de objetivos e metas.

Impulsionada por uma força interior jamais perdida, realizei sem fadiga os mais modestos ofícios. Após inúmeras pelejas, contemplo aos 69 anos de idade, a trajetória de 47 anos dedicados à educação, seja no ensino fundamental e Médio, seja na graduação e pós-graduação na Universidade Federal do Amazonas.

Hoje, 15 de janeiro de 2016, após 22 anos de Academia e apaziguada pelo dever cumprido passo a ocupar, alçada a unanimidade dos Membros votantes, a Presidência da Casa de Adriano Jorge, para dirigi-la juntamente com o Vice-Presidente Abraham Baze, demais membros da Diretoria, Conselho Fiscal e tantos outros confrades colaboradores. Que este momento seja de compromisso, não apenas meu, mas de todos os membros desta Casa, que a ninguém é dado caminhar e realizar sozinho.

Por escolha que me sensibiliza e honra, serei décima nona presidente a ocupar tão honroso cargo e o recebo com humildade e compromisso das mãos operosas do confrade Armando de Menezes. Antes dele Adriano Jorge, Péricles Moraes, João Leda, Waldemar Pedrosa, André Araújo, Salignac e Souza, Álvaro Maia, Djalma Batista, Gene-sino Braga, Mário Ypiranga, Mendonça de Souza, Oyama Ituassú, Ró-bério Braga, Max Carpentier, Elson Farias, José Braga, Arlindo Porto, foram luzeiros a nos orientar. A todos as minhas homenagens, em especial homenagem aqueles que aqui se encontram: Max Carpen-thier, José Braga, Arlindo Porto e Armando de Menezes.

Senhoras e Senhores, na dinâmica do mundo e da vida, o homem reformula e transforma constantemente o seu projeto existencial porque o amadurecimento biológico e intelectual lhe permite vis-lumbrar novos horizontes e pretender novos caminhos. Nessa dinâ-mica tive o privilégio de ser a segunda mulher a transpor os umbrais deste Silogeu e a grande honra de ser, a unanimidade dos Membros votantes, a primeira mulher a presidi-lo! No entanto não me escu-sarei de dizer-vos que estas conquistas jamais constituíram para mim uma ambição consciente, tão distante a vida me colocara, que meus olhos sequer podiam alcançar estas alturas.

Como cada ser humano, cada comunidade, cada sociedade, cada instituição, cada nação caminha ou viaja em busca de conquistas e realizações, carregando nos ombros ou nas costas a sacola com so-nhos, esperanças, aspirações e intranquilidades, escassos pertences que aquecem a vida, norteiam os rumos e irrigam nossas veias com o sangue da aventura nesta interminável errância pela terra. Nas er-râncias das Academias, a ausência duradoura e o número reduzido de mulheres é fenômeno que merese ser estudado.

Na Academia Amazonense de Letras, a presença da primeira mu-lher ocorreu em 1944, com a eleição de Violeta Branca, 26 anos após a sua criação (1918). Cinquenta anos mais tarde, 1994, aos 76 anos de existência, a Casa de Adriano acolhe a mim e Carmen Novoa. Em 2011, 93 anos do Sodalício e 17 anos após a acolhedida da segunda e terceira mulher, transpõem os umbrais da Academia, Mazé Mourão e Marilene Corrêa e, em 2013, aos 95 de sua fundação, nos chega Már-

cia Perales. Das 40 Cadeiras do Silogeu, contamos hoje com a presença de cinco mulheres, o que equivale a 12,5% das cadeiras.

Esse fenômeno social e cultural não é privilégio da nossa Academia, aconteceu também na Academia Brasileira de Letras. Somente 80 anos (1897) após a sua fundação elegeu, em 1977, Rachel de Queiroz. Nélide Piñon, quarta mulher a compor os quadros da Academia Brasileira, eleita em 1989, foi a primeira mulher a ocupar, em 1997, a sua Presidência, justamente quando o Silogeu completou cem anos de existência. Essa distinção é concedida 15 anos mais tarde, a Ana Maria Machado que presidirá a Casa de Machado de Assis no biênio 2012/2013. É provável que algo semelhante tenha acontecido em outras Academias.

Como disse, é de Armando Andrade de Menezes que tenho o privilégio de receber, juntamente com os confrades que irão integrar a Diretoria e o Conselho Fiscal no biênio 2016/2017, a Presidência da Casa de Adriano. O nosso caminhar deve buscar, cada vez mais, a realização de sua missão porque, como guardião do saber, a Academia deve ser movida, acima de tudo, por aspirações, compromisso e dedicação. Não obstante as dificuldades que enfrenta, não temos nós da Academia Amazonense de Letras decaído pelo desânimo ou pelo negativismo, ao contrário, temos buscado superá-los com esforço e otimismo.

Senhoras e Senhores, a Diretoria que vai administrar aos Acadêmicos no biênio 2016/2017 está assim constituída:

Rosa Mendonça de Brito, *Presidente*

Abrahim Sena Baze, *Vice-Presidente*

Marilene Corrêa da Silva Freitas, *Secretária Geral*

Carmen Novoa Silva, *Secretária Adjunto*

José Geraldo Xavier dos Anjos, *Tesoureiro*

Arlindo Augusto dos Santos Porto, *Tesoureiro-Adjunto*

Mazé Mourão, *Diretora de Patrimônio*

Márcio Gonçalves Bentes de Souza, *Diretor de Promoções e Eventos*

Euler Esteves Ribeiro, *Diretor de Edições*

Membros do Conselho Fiscal

Marcus Luiz Barroso Barros

Antonio José Souto Loureiro

Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto

Suplentes

Lafayette Carneiro Vieira

Luiz Maximino de Miranda Corrêa Neto

Moacir Couto de Andrade †

Esta a Diretoria, contudo, temos certeza que contaremos com a inteligência e o trabalho de todos os confrades, cada um contribuindo com sua inteligência e competência, para que possamos dar continuidade as ações que vêm sendo realizadas e, se possível, alavancarmos outras mais.

Com a simbologia do abraço que diz do respeito, da amizade e do nosso reconhecimento, a todos que nos honram com suas presenças homenageio!

Obrigada senhoras e senhores!

§ ROSA MENDONÇA DE BRITO

— Academia de Medicina do Estado do Rio de Janeiro¹

DISCURSO DE POSSE

Senhor presidente, acadêmico Alcir Chacar, autoridades que compõem a mesa, nobres pares acadêmicos, senhoras e senhores. 1. Cadeira nº 23

É com muita alegria que na data de hoje ascendo mais um degrau na Casa que imortaliza o pensamento da Medicina no Estado do Rio de Janeiro, entidade essa da qual já integrava os seus quadros como membro honorário, há mais de dez anos.

Se já era honroso ser honorário, há cerca de uma década, deste Sodalício, a lisonja passa ser ainda maior, a partir de hoje ocupar uma das poltronas de titulares da Academia de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (ACAMERJ).

Início a minha locução enfatizando pontos de convergência tanto com o patrono da cadeira quanto com os dois titulares que me antecederam.

Luis Palmier, médico, político, acadêmico também das letras e escritor, que dá a patronímica à poltrona 23, vejo parte do seu correr de vida com alguma semelhança comigo como protagonista de histórias médicas, lente do magistério da Medicina, membro de Academia de Letras e como partícipe de atividades parlamentares.

Henry Cury, fundador da poltrona, seu primeiro ocupante e atual emérito, a Oftalmologia, notadamente a saúde ocular dos escolares, modéstia à parte, muito me identifica com esse centenário e insigne médico e professor brasileiro.

Renato Luiz Nahum Curi, último ocupante da cadeira 23 e ex-presidente desta Academia de Medicina, que se assentou como titular na elevação do seu genitor quando da sua emergência, além de amizade muito próxima, o magistério médico e a obtenção, por concurso, do título de professor titular na Faculdade de Medicina da

128 Universidade Federal de Minas Gerais, tornaram nossas vidas muito assemelhadas, o que solidificou ainda mais os laços de amizade e fraternidade entre nossas famílias, notadamente entre a minha Maria Fernanda e a Ângela de Renato.

A ACAMERJ tem tido uma participação muito importante em minha vida, como dão provas os fatos que descrevo a seguir:

1999. O Acadêmico Waldemir de Bragança, um de seus fundadores, à frente da Federação Brasileira de Academias de Medicina (Febam), me estimulou a juntar-me a colegas da Medicina amazonense para fazermos no Estado do Amazonas um Sodalício Médico, o que ocorreu neste mesmo ano, que é a Academia Amazonense de Medicina.

2002. Como presidente da Febam, toda a organização e planejamento do 9º Conclave da entidade foram realizados em Niterói com a ajuda imperiosa dos acadêmicos Waldemir de Bragança, José Ermínio Guasti, José Antônio Carvalho, Alcir Chacar e da secretária senhora Maria Helena.

2006. Por proposição de Waldemir, na presidência de Guasti, tive a grata satisfação de adentrar os umbrais da ACAMERJ na condição de membro honorário.

Vejam, senhoras e senhores quantas felizes coincidências! É como diz sempre o meu amigo-irmão José Bernardo Cabral, aqui presente neste Silogeu, que “Deus quando não quer assinar suas obras as identifica como acasos ou coincidências”, de quem eu peço a devida *vênia* para fazer minhas essas palavras neste momento tão importante de minha vida.

Tendo feito todos os meus estudos de teses em temas de comprometimento ocular de doenças infecciosas, como oncocercose, tracoma, malária, dentre outras, em indígenas da Amazônia, e estando neste momento na terra que produziu o maior dos indígenas da história do Brasil – o cacique Termiminós, de nome Araribóia –, home-nageio, neste momento, a sua saudosa memória.

É como se fosse um pequenino índio do país das Amazonas prestando a sua reverência ao ícone da causa indígena brasileira!

Também se faz mister destacar nesta solenidade a contribuição que membros da ACAMERJ têm dado também à imortalização do pensamento no tocante às letras.

Refiro-me à rica poesia do médico, escritor e imortal da ACAMERJ Carlos Tortelly com a sua obra magistral “O mar é meu encanto”:

*Ao poeta trovador,
o que posso lhe ofertar?
são trovas do meu amor,
no belo canto do mar.*

*Ouço o barulho do mar,
as ondas beijando a areia,
lá no alto o luar,
refrescando minha ideia.*

*Se o mar é o meu canto,
gosto de ouvi-lo cantar,
pois na vida meu encanto,
está no canto do mar.*

Gostaria de enfatizar neste momento que o meu ingresso, como membro titular dessa augusta e respeitável Academia, é a realização de um sonho que hoje se materializa no correr da minha sexta década de vida.

E, por que não sonhar, sonhos com vida!

Declamando o sábio poeta baiano Bráulio de Abreu na sua consagrada obra *Vida e Sonhos*, com a qual vos saúdo, agradeço-lhes pela indulgência em me ouvir, ao mesmo tempo em que rogo a Deus para que continue a manter sob a Sua Guarda a Academia de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, dedico-lhes essa linda poesia:

Vida e Sonhos

*Eu quero a vida com sonhos,
eu quero os sonhos com vida.*

*Não quero a vida sem sonhos,
não quero sonhos sem vida.*

*Nos dias de grande lida,
os instantes mais risonhos
são sempre cheios de vida,
são sempre cheios de sonhos*

*Esta vontade mantida
com muita vida, com sonhos,
é porque os sonhos têm vida
e porque a vida tem sonhos.*

*Que viva a vida com sonhos,
que vivam sonhos com vida,
e morra a vida sem sonhos,
e morram sonhos sem vida.
Tenho dito, muito obrigado.*

§ CLÁUDIO CHAVES

— Monumento ao presidente Getúlio Vargas¹

HOMENAGEM

A Municipalidade de Belém, determinou que fosse erigido o monumento ao Presidente Getúlio Vargas. O monumento em tela, encontra-se localizado em um complexo turístico, com áreas de lazer, restaurantes e uma bela paisagem da baía de Guajará, o busto de Getúlio Vargas, marca um momento de grande importância para o Pará e Amazônia. O busto em bronze, representa uma homenagem pela comemoração do ingresso da Amazônia no campo econômico da nação, proclamado pelo Presidente Vargas. O local, é carinhosamente conhecido como “praça da escadinha”, e ponto de encontro das pessoas para tomar uma água de coco, pescadores amadores, pegar uma brisa, vinda da baía, e aproveitar os demais pontos históricos do local. Em frente, inicia a mais importante avenida de Belém: Avenida Presidente Vargas. O Monumento é uma forma de mostrar a “Amazônia Agradecida”.

Sob uma peanha de pedras lavradas, em estilo marajoara, assenta o busto do presidente, modelado em bronze, onde está escrito:

A

GETÚLIO VARGAS

A

AMAZÔNIA AGRADECIDA

Essa a face que faz parte para a baía do Guajará. A face posterior, estão gravadas numa placa de bronze, os seguintes dizeres:

A AMAZÔNIA COMEMORA, NESTA DATA O PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DO SEU “INGRESSO DEFINITIVO NO CORPO ECONÔMICO DA NAÇÃO COMO FATOR DE PROPRIEDADE E DE ENERGIA

Essa placa aposta no monumento no dia em que era solenizado em todos os país, o primeiro aniversário do famoso e profético “Discurso do Rio Amazonas”, proferido pelo presidente Vargas, na capital amazonense no dia 9/10/1940, no Ideal Clube, em Manaus:

Eis o inteiro teor do discurso:

Senhores, ver a Amazônia é um desejo de coração na mocidade de todos os brasileiros. Com os primeiros conhecimentos da pátria maior, este vale maravilhoso aparece ao espírito jovem simbolizando a grandeza territorial, a feracidade inigualável, os fenômenos peculiares à vida primitiva e à luta pela existência em toda a sua pitoresca e perigosa extensão. É natural que uma imagem tão forte e dramática da natureza brasileira seduza o povo e as imaginações moças, prolongando-se em duradouras ressonâncias pela existência em fora, através dos estudos dos sábios, das impressões dos viajantes e dos artistas, igualmente preso aos seus múltiplos e indizíveis encantamentos. As lendas da Amazônia mergulham raízes profundas na alma da raça, e a sua história, feita de heroísmo e viril audácia, reflete a majestade trágica dos prélios travados contra o destino. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta foram as nossas tarefas. E, nessa luta, que já se estende por séculos, vamos obtendo vitória sobre vitória. A cidade de Manaus não é a menor delas. Outras muitas nos reservam a constância do esforço e a persistente coragem de realizar. Do mesmo modo que a imagem do rio-mar é, para os brasileiros, a medida da grandeza do Brasil, os vossos problemas são, em síntese, os de todo o país. Necessitais adensar o povoamento, acrescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes. Até agora, o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico viessem os contingentes humanos de que carece a Amazônia. Vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização. Os fatos e as conquistas da técnica provam o contrário e mostram, com o nosso próprio exemplo, como é possível, às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar, rica de elementos vitais e apta a crescer e prosperar. Apenas – é necessário dizê-lo corajosamente – tudo

quanto se tem feito, seja agricultura ou indústria extrativa, constitui realização empírica e precisa transformar-se em exploração racional. O que a natureza oferece é uma dádiva magnífica a exigir o trato e o cultivo da mão do homem. Da colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energias com escasso aproveitamento, devemos passar à concentração e fixação do potencial humano. A coragem empreendedora e a resistência do homem brasileiro já se revelaram, admiravelmente, nas "entradas e bandeiras do ouro negro e da castanha", que consumiram tantas vidas preciosas. Com elementos de tamanha valia, não mais perdidos na floresta mas concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado. É tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico. Nos aspectos atuais, o seu quadro ainda é o da dispersão. O nordestino, com o seu instinto de pioneiro, embrenhou-se pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre para deslocar-se logo, segundo as exigências da própria atividade nômade. E ao seu lado, em contato apenas superficial com esse gênero de vida, permaneceram os naturais à margem dos rios, com a sua atividade limitada à caça, à pesca e à lavoura de vazante, para consumo doméstico. Já não podem constituir, por si sós, esses homens de resistência indobrável e de indomável coragem, como nos tempos heroicos da nossa integração territorial, sob o comando de Plácido de Castro e a proteção diplomática de Rio Branco, os elementos capitais do progresso da terra, numa hora em que o esforço humano, para ser socialmente útil, precisa concentrar-se técnica e disciplinadamente. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto. O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do Regime de 10 de Novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora. Vim para ver e observar de perto as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte,

com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros, também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias, e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro. O vosso governo, tendo à frente o interventor Álvaro Maia, homem de lúcida inteligência e devotado amor à terra natal, há de aproveitar a oportunidade para reerguer o estado e preparar os alicerces da sua prosperidade. O período conturbado que o mundo atravessa exige de todos os brasileiros grandes sacrifícios. Sei que estais prontos a concorrer com o vosso quinhão de esforço, com a vossa admirável audácia de desbravadores para a obra de reconstrução iniciada. Não vos faltará o apoio do governo central para qualquer empreendimento que beneficie a coletividade. Nada nos deterá, nesta arrancada, que é, no século vinte, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da Terra, e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização. As águas do Amazonas são continentais. Antes de chegarem ao oceano, arrastam no seu leito degelos dos Andes, águas quentes da planície central e correntes encachoeiradas das serranias do Norte. É, portanto, um rio tipicamente americano, pela extensão da sua bacia hidrográfica e pela origem das suas nascentes e caudatários, provindos de várias nações vizinhas. E, assim, obedecendo ao seu próprio signo de confraternização, aqui poderemos reunir essas nações irmãs, para deliberar e assentar as bases de um convênio em que se ajustem os interesses comuns e se mostre, mais uma vez, com dignificante exemplo, o espírito de solidariedade que preside às relações dos povos americanos, sempre prontos à cooperação e ao entendimento pacífico. Senhores, o acolhimento afetuoso que tenho encontrado entre vós não só me toca o coração, porque já vos sabia leais e hospitaleiros, como fortalece, ainda mais, o meu sentimento de brasilidade. Passou a época em que substituíamos pelo fácil deslumbramento, repleto de imagens ricas e metáforas preciosas, o estudo objetivo da realidade. Ao homem moderno está

interdita a contemplação, o esforço sem finalidade. E a nós, povo jovem, impõe-se a enorme responsabilidade de civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados. Aqui, na extremidade setentrional do território pátrio, sentindo essa riqueza potencial imensa, que atrai cobiças e desperta apetites de absorção, cresce a impressão dessa responsabilidade, a que não é possível fugir nem iludir. Sois brasileiros, e aos brasileiros cumpre ter consciência dos seus deveres, nesta hora que vai definir os nossos destinos de nação. E, por isso, concito-vos a ter fé e a trabalhar, confiantes e resolutos, pelo engrandecimento da pátria.

Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Belém, estiveram presentes na cerimônia várias autoridades civis, militares, eclesiásticas, federais, estaduais, municipais, tendo a Marinha Mercante dado guarda de honra ao momento histórico.

■ SARAH RODRIGUES¹

¹ Membro correspondente da AAL

{ *alguma POESIA* }

— Minha Lenda

VIOLETA BRANCA

À sombra de um igapó escuro e parado,
branca como as areias e as espumas,
e mais triste que um gesto de adeus,
com a forma de uma vitória-régia imensa,
desmaiada de indiferença
eu florescia...

Tupã, uma noite,
olhou-me com os olhos de luar
e se enamorou de mim.
E, numa fala que lembrava a suavidade
do riso das águas,
correndo sobre pedras, disse:

“És triste e bela. E por isso
terás a glória suprema,
que é maior que o triunfal poema
que canta o uirapuru em voz tão clara.
Toma a pedra muiiraquitã,
desde ao fundo dos rios:
vai ser lara”.

Depois...

Numa hora de encantamento e beleza,

com os cabelos enfeitados de aguapés
e no corpo o fascínio dos mistérios,
prendi a alma ingênua de um marujo incauto.
E o deus lendário da Amazônia,
sentindo o amor palpitar no meu canto,
voltou a me falar.

Nesse dia os seus olhos
tinham lampejos de sol
e a voz o ressoar da pororoca:

“- Não mereces mais a glória de ser Iara,
Não ficaras aqui um dia sequer.
Vais receber o teu castigo...

...e transformou-me em mulher.

— Ode à palavra

ELSON FARIAS

1

Vale a palavra,
o áspero som das letras já não conta,
só a palavra.

O ralho e o relho, parelhas do medo,
nossas façanhas,
nossa ronha, a soberba que nos laça,
a tábua de salvação do afogado,
não valem nada.

O prato diário com o copo d'água,
os adereços de ouro,
a blusa e os brincos,
os sapatos de plumas,
tudo o que adorna o corpo
bem pouco servirá à caminhada.

2

Um dia, bem cedo, o pobre homem segredou
ao próprio umbigo,
único amigo:

– hoje vou mudar a face da terra
e com duas palavras farei a guerra!

Mas o mundo amanheceu mais lindo,
os peixes nadando nos rios,
os pássaros brincando no ar,
os bois comendo no campo
e a terra clara.

Noutro dia deitou condenação ao próximo
degradando-o com as cinzas infernais,
mas não vingou também essa praga,
só ficou um odor de feitiço inútil no ar
e mais nada.

3

Vale a palavra límpida lavada
no luar e nas trevas,
venha a chuva ou a luz se faça,
a graça entre os amigos,
flor que aproxima as mãos dos namorados,
pura palavra,
fogo do amor que muda a cor dos olhos
e não se apaga,
porque somos o âmago,
o verbo e a terra,
mel dos bens do mundo,
espelho do sol contra a cegueira.

— Soneto para Juarez Leitão

JORGE TUFIC

Se meu dia foi triste, para quê mudá-lo?
Antes se alongue mais no verso alexandrino,
este em que vi nascer, a bordo de um menino,
as solidões do mar e o jeito de enfrentá-lo.

Muito tempo rolou e o tempo que hoje escalo
já não tem mar nem porto; o porto é meu destino,
este enigma que sou em tudo quanto ensino,
pesar que nunca, ao menos, saiba decifrá-lo.

Me fiz também de barco, azul, na correnteza
dos eventos banais aos ritmos da mesa,
onde amor e palavra desconversam briga.

Então foi bom viver, tem sido boa a viagem.
Negrumes, desencantos, fugas na paisagem?
Seja lá como for, não sei mais o que diga.

— Venho do rio

JOSÉ BRAGA

Venho do rio, da mata,
pisando várzeas e terá firme,
no duro trabalho da roça,
e estradas dos seringais.

Canoa, remo, tarrafa;
tigela, balde e poronga;
terçado, enxada e cambito;
teto de palha e de ubim
e piso de paxiúba
nos confins do Juruá.

Menina tecendo sonhos...
Promessa de um novo dia;
amanhã sempre amanhã!
Quilhas cortando os rios.
Esperança, liberdade!
Vida é recomeçar...

— **Soneto à Rosa Mendonça de Brito**

MAX CARPHENTIER

A Rosa que chegou veio do rio.
Veio da solidão de águas perdidas.
Com um rosto de menina aberto ao frio
E um sonho de mulher aberto à vida.

A Rosa que chegou veio cantando,
Como as ramagens cantam pelos ninhos.
Veio por entre rosas caminhando
A Rosa que cresceu por entre espinhos

A menina talvez tenha crescido,
Como o lago que viu crescer na enchente
Até chegar aos pés do seu vestido...

A Rosa que nasceu dessa criança
Seja pra nós, sua terra e sua gente,
Rosa de amor, de sonho, de esperança!

— Minha mãe

LAFAYETTE VIEIRA

Minha mãe tinha o riso frouxo:
um riso luminoso, incontrolável,
espontâneo como gota de orvalho.
Um riso que lhe ruborizava o rosto
e até estremecia
seu corpo frágil.

Não era, enfim, uma gargalhada,
dessas gargalhadas sonorizadas
que, de longe, identificam
o autor delas.

Há pessoas que gargalham,
outras que sorriem
e outras que soltam o riso.

Minha mãe tinha o riso frouxo,
fácil, espontâneo, luminoso
e incontrolável.

Certa vez convidaram-na e a uma amiga
a participar de uma reunião política
na casa do “Seu Pafúncio”.

Este, lá pelas tantas, ergueu-se da cadeira,
adiantou-se e sapecou o verbo.

Palmas: Viva “Seu Pafúncio” Já ganhou;
Aparvalhado, vaidoso, recuou e, estreptosamente,
desabou no chão... um chão de paxiúba nobre.

Alguém desavisado tirara a cadeira do orador.
Mamãe não conseguiu conter o riso; e depois,
pela vida em fora, sempre que se lembrava do episódio,
ria, ria, desbragadamente...

Mamãe deixou de rir em 1982; e eu que a censurava
conclui que a vida sem riso dela
nunca mais seria a mesma.

E não foi mesmo. E não é, mesmo.



— **Abrem duas janelas para a rua**

BERNADINO DA COSTA LOPES

Abrem duas janelas para a rua,
com trepadeiras em arcos de taquara;
a cortina de renda, larga e clara,
alveja ao fundo da vidraça nua.

Em frente o mar, e sobre o mar a lua,
a estrelejar a onda que não pára;
aflam asas por cima e solta a vara,
n'água brilhante, o mestre da falua.

Ecos noturnos e o rumor estranho
da meninada trefega no banho
voam da praia ao chalezinho dela;

Move-se um corpo de mulher, no escuro;
gira, após, o caixilho; e o luar puro
ilumina-lhe o busto na janela!

— Imortalidade

MITHRIDATES CORRÊA

A Péricles Moraes

Não morre aquele que, em sendo bom, semeia
e, em sendo justo, colhe as belezas da Vida.
E, por ser justo e bom, de todo o Mal se alheia
enchendo de rosais a estrada percorrida.

Não morre aquele que, de amor, a alma nutrida,
a ninguém nunca fere e a ninguém nunca odeia.
E, se magoado, esquece a dor então sofrida
e mais de amor se anima e mais no Amor se alteia.

Não morre o que transforma em força o pensamento
e dele arranca a vida e a cor e o movimento
e tudo o que de belo o pensamento encerra.

Desfeito o corpo em pó, porque a matéria é lama
eternamente acesa há de ficar a chama
da brilhante luz que se deixou na terra.

{ ENAATOE }

— Como a filosofia brasileira reage ao virtual desaparecimento dos sistemas

ANTONIO PAIM¹

Tudo indica que o ciclo da Filosofia Contemporânea vivenciado desde o último pós-guerra experimenta uma certa exaustão. Notadamente desde a última década do século passado, a filosofia ocidental estaria ingressando num novo período, embora os dados disponíveis ainda não permitam indicar quais seriam precisamente as suas características. São visíveis seus sinais no que respeita ao ambiente filosófico brasileiro, com a peculiaridade de que, na ausência de sistemas dominantes, tradições seculares ocupariam inteiramente a cena, o que dificulta uma previsão quanto a uma provável configuração futura.

¹ Membro correspondente da AAL

No plano internacional sobressaem o fim do predomínio de sistemas filosóficos dotados de universalidade e o avanço da contra-cultura, em especial na internet.

No plano nacional, o principal efeito da ausência de sistemas de projeção internacional parece ter sido a inusitada visibilidade, na esfera correspondente do ensino superior, das tradições contra-reformista e cientificista. O culto da meditação filosófica propriamente dita circunscreve-se a uns quantos núcleos dispersos. Nesse ambiente, a filosofia brasileira busca sobreviver marcando presença na internet, visivelmente prejudicada pelo falecimento do prof. Miguel Reale, em 2006, de que resultou a perda, pelo Instituto Brasileiro de Filosofia, da capacidade de continuar exercendo o papel aglutinador que desempenhou ao longo de meio século. Tenha-se presente que o IBF buscou educar as novas gerações de estudiosos da filosofia no aprendizado prático da convivência das diversas correntes, na contramão

150 das tradições consagradas no país, empenhadas no estabelecimento de samba de uma nota só.

Os indícios comprobatórios do quadro antes esboçado são reunidos nesta breve nota.

— AUSÊNCIA DE SISTEMAS PREDOMINANTES
E AVANÇO DA CONTRA-CULTURA

Adotamos aqui a forma encontrada, pela historiografia filosófica, para estabelecer uma clara distinção entre Filosofia Moderna e Filosofia Contemporânea. Nesta, o eixo principal de desenvolvimento é impulsionado pelo propósito de superação do positivismo. Basicamente, consistia em restaurar a inquirição metafísica, abolida por essa corrente.

O propósito em causa foi alcançado, plenamente, entre a década de oitenta do século XIX e a época da Primeira Guerra Mundial. Naquela altura, o neokantismo tornara-se a principal corrente filosófica na Alemanha, estimulando o surgimento de duas outras vertentes que iriam ajudá-la a restaurar o pensamento filosófico em sua plenitude, isto é, não confinado apenas a esse ou aquele país, mas abrangendo as diversas nações do Ocidente. Temos em vista a fenomenologia e o existencialismo. O quadro se completa com a vivacidade e abertura de espírito reveladas pelo empenho dos católicos em restaurar o tomismo, escoimando-o do precedente empenho dogmático e repetitivo. Tal era o quadro vigente nas décadas subsequentes à Segunda Guerra.

Tratava-se contudo, num ou noutro dos países, do predomínio de um ou outro dos sistemas apontados. A esse tempo, pensadores dos mais representativos já se tinham dado conta de que a perenidade da filosofia era assegurada não pelos sistemas mas pelos problemas que inevitavelmente suscitavam. Para dizê-lo na palavra de um dos mais eminentes historiadores da filosofia da época: Rodolfo Mondolfo (1877/1976) na obra tornada clássica que intitulou de *Problemas e métodos de investigação em história da filosofia* (1949):

Como sistema é evidente que o pensamento filosófico, apesar de sua pretensão, sempre asseverada, de uma contemplação sub specie aeterni,

não consegue na realidade afirmar-se senão sub specie temporis, isto é, vinculado necessariamente com a fase de desenvolvimento espiritual própria de sua época e de seu autor, destinado a ser superado por outras épocas e outros autores sucessivos. Ao contrário, no aspecto dos problemas que coloca, ainda que subordinado sempre ao tempo de sua geração e desenvolvimento progressivo, o pensamento filosófico mostra-se não obstante como uma realização gradual de um processo eterno. Os sistemas, com efeito, passam e caem; mas sempre ficam os problemas colocados, como conquistas da consciência filosófica, conquistas imorredouras apesar da variedade de soluções que se intentam e das próprias formas em que são colocados, porque esta variação representa o aprofundamento progressivo da consciência filosófica.

Se considerarmos as décadas mais recentes, parece evidente que a filosofia experimenta um novo ciclo, representado, como os precedentes, pelo fim do predomínio dos sistemas dominantes. As últimas décadas do século XIX e primeiras do novo marcariam, assim, o término do ciclo configurado pela Filosofia Contemporânea.

A distinção que se poderia estabelecer consiste em que tenhamos adquirido a compreensão de que as filosofias nacionais distinguem-se umas das outras justamente pela preferência (histórica) que atribuem a determinados problemas. No que respeita ao Brasil, na ausência de sistemas catalisadores, o mais provável é que venham a sobressair os eixos tradicionais, com maior destaque para as vertentes que orbitam em torno das nossas tradições culturais mais arraigadas, quais sejam, o contra-reformismo e o cientificismo, do que já se dispõe de alguns indícios. A inquirição sobre a pessoa humana, onde a filosofia brasileira revelou-se mais criativa, parece amortecida mas, a médio prazo, é possível que venha a dar o ar de sua graça.

No quadro internacional o que sobressai é o avanço da contracultura. No que respeita à filosofia, dada a influência que exerce entre nós a filosofia francesa, cumpre termos presente que assumiu-se abertamente como demolidora da cultura ocidental, embora não se saiba ao certo o que colocaria no lugar, já que o prenúncio é de um simples vazio.

O papel assumido pela filosofia francesa vem de ser caracterizado por Guillaume le Blanc (nascido em 1966). Professor de universidade em Bordeaux, ocupa a cátedra Foucault no College de France. Trata-se de figura popular nos meios universitários brasileiros, a julgar pelo fato de que acham-se disponibilizados na internet a gravação de 13 de seus cursos no College de France.

Vem de publicar *La philosophie comme contre-culture. Philosophie française contemporaine*. Paris, PUF, 2014.

Entende que a filosofia é crítica por definição. De Sócrates a nossos dias, não cessa de colocar à prova as nossas ideias. É recentemente, de modo singular na França, que se torna voluntariamente contestação, revolução, transgressão, dito de outra forma, **contra-cultura**, em luta ativa contra a dominação sob todas as formas. Desejoso de tornar-se o arauto desse combate, esboça uma vibrante defesa e ilustração desta contra-cultura filosófica sob as diferentes formas de gênero, da razão econômica, do ethos democrático, da via “não-fascista”, apoiando-se sobretudo em Judith Butler, Foucault, Derrida e Deleuze. Depois dessa época, a mudança do papel da filosofia é inevitável, pretendendo para tanto dar a sua contribuição.

No livro que publicou em 2012, com o título de *A civilização do espetáculo* (tradução brasileira Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2013), Vargas Llosa considera que os meios de comunicação colocam em lugar da cultura o empenho de reduzir-se progressivamente a alimentar as paixões baixas do comum dos mortais. Ao mesmo tempo, repetem exaustivamente que o importante é dispor da informação instantânea. Justamente esta tem passado a ser a característica de nosso tempo. Enquanto a obra de cultura que erigimos no passado pretendeu construir algo a ser preservado no tempo, a internet de nossa época cuida de tudo reduzir a fenômenos instantâneos.

— CORRENTES DE FILOSOFIA E TRADIÇÕES CULTURAIS

A documentação reunida sobre a evolução do pensamento filosófico brasileiro – de que considero ter dado conta na *História das ideias filosóficas no Brasil* e nos sete volumes de *Estudos complementares* – permite concluir que nos seus diversos momentos históricos por aqui

repercutem as principais correntes europeias mas somente umas poucas deitam raízes. Como explicar a circunstância? 153

Louvei-me da hipótese de que somente deitam raízes aquelas que se afeiçoaram a tradições culturais que se formaram a partir do século XVIII.

Para a cultura portuguesa, da qual fazemos parte e à época considerada dela não nos distinguíamos, o século XVIII, de um lado, marca a derrota do empreendimento açucareiro que nos colocava na rota que conduziu à Revolução Industrial. Ficamos com os valores que nos foram impostos pela Contra Reforma: o ódio ao lucro e à riqueza. Em termos práticos, opção pela pobreza.

De outro lado, especialmente na segunda metade, graças ao Marquês de Pombal, abrimos as portas ao que a Época Moderna trazia de novo e até então obstinadamente recusado: a física newtoniana. Mas o fizemos de uma forma limitadora dos seus efeitos, graças ao que se chamou de cientificismo.

Falando em nome da ciência moderna, o cientificismo nega o essencial de seu espírito, que consiste no anti-dogmatismo, nutrido pelo que Karl Popper (1902/1994) iria denominar como sendo típico de sua feição: a dependência da **conjectura** (formulação da hipótese, para dizê-lo de outra forma), seguida da aceitação de que os resultados obtidos acham-se sujeitos à **refutação**.

Pombal impôs pela força a incorporação da física newtoniana, não recuando nesse propósito nem mesmo diante do radical enfrentamento da então poderosa Ordem dos Jesuítas. Mas entendeu que se tratava de um tipo de saber **pronto e acabado**. Incumbia tão somente incorporá-lo.

Lançadas assim as bases dessas duas componentes fundamentais da cultura, a valoração fundada no ódio ao lucro e à riqueza e na ideia de ciência pronta e acabada, a partir do século XIX, quando nos tornamos independentes, emergiriam formas poderosas de enraizá-las, tornando-as perenes e, porque não dizê-lo, praticamente insuperáveis.

No primeiro caso, através da pregação incessante da Igreja Católica do princípio de que seria mais fácil a passagem de um calibre (cabo de certa espessura usado em embarcações) pelo fundo de uma agulha do que ocorrer a entrada do rico nos reinos dos céus.

E, no segundo, pelo enraizamento da mencionada noção de ciência, desde os tempos da Real Academia Militar, entendimento que se perpetuaria com a ascensão do positivismo, sob a República, do mesmo modo que a sua simbiose com o marxismo, a famosa versão positivista do marxismo que seria a nossa marca distintiva. Sem embargo da vertente cientificista da versão brasileira do marxismo, sua presença assinala-se, sobretudo, pelo reforço à tradição contra-reformista, ao direcioná-la contra o capitalismo.

No século XIX dá-se ainda a emergência da tradição liberal, que não deve ser entendida como limitando-se à doutrina política. Esta esbarraria com uma outra tradição herdada de Portugal, que lhe é limitadora e a tem impedido de florescer plenamente. Temos em vista o patrimonialismo. Contudo, tem uma outra parcela que poderia ser agrupada sob a denominação de **educação liberal**, à qual incumbe, justamente, opor-se e tratar de derrotar, no plano cultural, as tradições contra-reformista e cientificista.

Vejamos, como o término do predomínio dos sistemas filosóficos, emergentes no Período Contemporâneo, reflete-se no panorama filosófico brasileiro destas últimas décadas.

— O CONTRA-REFORMISMO RECALCITRANTE

Os cursos de filosofia, formalmente destinados a diplomar professores da disciplina – no período considerado reintroduzido no ensino médio – mantêm a média da fase anterior: em 2011 eram em número de 67, com 6.323 alunos matriculados e conclusões anuais de 1087. A expansão deu-se nos cursos de pós-graduação que em 2014 ascendiam a 43.

Em grande número desses cursos, o mais visível consiste no renascimento da propaganda marxista, como se no início dos anos noventa tivéssemos assistido não ao fim do comunismo mas ao prenúncio do fim do capitalismo. Como escrevem Armando Boito (professor da Unicamp) e Luiz Edmundo Motta (professor da UFRJ) “na segunda metade da década de noventa, o modelo capitalista neoliberal começou a apresentar fortes sinais de desgaste”. Na verdade, contudo, tratava-se da simples evidência de quão arraigada é a tra-

dição contra-reformista em nosso meio (ódio ao lucro e à riqueza que se expressa na obstinada recusa do capitalismo).

São ainda os mencionados docentes que enumeram os feitos a seguir.

Em 1988, comemorou-se amplamente os 150 anos do Manifesto Comunista e, logo a seguir, em 2001, os 130 anos da Comuna de Paris de 1871. Em decorrência dessas iniciativas foram criados Centros de Estudos Marxistas (Cemarx) na Universidade Estadual de Campinas (1996), seguindo-se na Universidade Federal Fluminense, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em algumas outras. Coube às novas instituições realizar, em 1999, na Unicamp, o I Congresso Internacional Marx e Engels. Logo esse trabalho desdobrou-se em encontros de pesquisadores marxistas na área de educação. Não tendo cabimento que ficasse de fora, a USP promoveu o Colóquio Marx e Engels. Dizem os autores que estamos seguindo: “esses e outros encontros reúnem, se somados, milhares de pesquisadores, anual ou bienalmente”.

Por fim, mais essa indicação: “Nesses últimos 15 anos de revitalização do marxismo no Brasil, foram publicados aproximadamente trinta livros que trataram diretamente da obra de Marx, em grande parte resultados de pesquisas universitárias, e, em destaque, oriundos das faculdades de filosofia”.

O balanço em causa data de 2010, disponibilizado na internet com a indicação de que a versão em inglês se publicou na revista *Socialism and Democracy*. A versão em português intitula-se “Karl Marx no Brasil”.

A vertente considerada domina a Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), instituição que dispõe de amplo apoio das instituições oficiais, notadamente a Capes. Criada em 1983, realiza desde então congressos bianuais. Assim, para o ano de 2014, convocase o XVI Encontro Nacional de Filosofia. Em média, nesses encontros são apresentados dois mil trabalhos. Como o domínio marxista compreende a recusa da coexistência de múltiplos pontos de vista – que deveria ser a característica dominante da inquirição de natureza filosófica – os núcleos de outra índole são pouco numerosos e não alcançam maior visibilidade, como teremos oportunidade de referir.

Nessa matéria, o fato novo corresponde à amplitude com que editoras e instituições afins mobilizam-se para oferecer alternativas teóricas a essa profusão do que há de típico no marxismo brasileiro, isto é, tratar-se de uma versão positivista, primando por reduzi-lo à mais grosseira simplificação de algumas de suas teses centrais, como se não tivessem sido refutadas pelo próprio processo histórico, a começar do reconhecimento da experiência soviética como a Grande Mentira, para usar o enunciado devido a Leszek Kolakowski (1927/2009). Um único exemplo comprobatório da pertinência da caracterização. Ainda nos tempos de Gorbachov (segunda metade dos anos oitenta), ficou-se sabendo que metade da população soviética vivia na faixa da pobreza. A par disto, que o país não dispunha de nenhum sistema de seguridade. A salvação viria, com o fim do regime comunista, pela mão da renascida Igreja Ortodoxa, que iria incumbir-se de organizar a assistência social.

Em 2011, passamos a dispor de uma edição primorosa da tese que explica a peculiaridade da versão brasileira do marxismo, a cargo do Senado Federal: *A formação do capital e seu desenvolvimento*, de Leônidas de Resende (1889/1950), apresentação de Antonio Paim. Elaborada para concorrer a cátedra da Faculdade Nacional de Direito, em 1932, efetiva amplo confronto entre Marx e Comte (a presente edição tem 666 páginas) para comprovar que, tendo vivido na mesma época tinham as mesmas ideias e uma única diferença: o primeiro era revolucionário e o segundo reformista. Tenha-se presente que o positivismo de Comte tornara-se uma espécie de filosofia oficial da República brasileira. A comprovação de que passou a nutrir a vertente brasileira do marxismo é efetivada neste livro.

Complementada por João Cruz Costa (1904/1978) – a quem coube a tarefa de organizar o Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) –, passou a dispor de tribuna privilegiada de difusão, assegurando a primazia daquela versão de índole positivista, no entendimento do marxismo, que passou a vigorar no país.

Sediada em São Paulo, a Editora É Realizações assumiu a responsabilidade de colocar à disposição, dos eventuais interessados, livros de filósofos que evidenciam – como sempre insistiu o saudoso Miguel Reale – o caráter plural da filosofia, ao contrário da unanimidade

(mesmo compulsória) buscada pelo nosso marxismo positivista. A par disto, dá uma grande contribuição à preservação da cultura clássica.

O catálogo dessa editora reúne hoje grande número de títulos, agrupados em diversas coleções.

Sem pretender referi-los exaustivamente, destacaríamos a presença de importantes filósofos e estudiosos contemporâneos, a exemplo de Charles Taylor, Louis Lavelle, Xavier Zubiri, Thomas Sowell, Gertrude Himmerfarb, Eric Voeglin, Eric Weil e Michele Frederico Sciacca, entre outros.

Em matéria de cultura clássica editou a obra de Mortimer Adler (1902/2001) que, entre outros títulos, figura entre os inspiradores da famosa coleção Great Books, da Britânica.

É Realizações prestígia autores brasileiros como José Guilherme Merquior, Gilberto Freyre, Vicente Ferreira da Silva e Olavo de Carvalho.

Outra editora que vem igualmente contribuindo no sentido e reduzir os efeitos do patrulhamento ideológico estabelecido pela área de humanidades de diversas universidades é a Vide Editorial, de Campinas, São Paulo.

A Vide Editorial inclui em seu catálogo uma interessante coleção do pensador Peter Kreeff que encontrou uma forma original de difusão de textos filosóficos, imaginando que Sócrates dialoga com os principais deles. Apareceram aqueles em que o diálogo se dá com Marx, Sartre, Maquiavel, Kant, Hume e Descartes.

Editou textos fundamentais da Escola Austríaca de Economia, a saber, de Ludwig Von Mises: *A mentalidade capitalista e Caminho da Servidão*; e, de Eugene von Bohm-Bowenk: *Teoria da exploração socialismo-comunismo*; textos filosóficos de Olavo de Carvalho (*Aristóteles em nova perspectiva e A filosofia e seu inverso*); e *Marxismo e descendência*, de Antonio Paim.

— A SOBREVIVÊNCIA DO CIENTIFICISMO

O cientificismo corresponde a uma tradição cultural tão antiga quanto o contra-reformismo porquanto é cultuado desde os tempos de Pombal. Acabou impondo-se à sociologia brasileira, em que pese, nessa

158 matéria, tenhamos produzido notável grupo de pensadores independentes, a exemplo de Sílvio Romero, Oliveira Viana, e, em nossos dias, a obra criativa de Roberto da Matta.

No período recente, basicamente, nutre-se da tradição sociológica francesa que, pela mão de Emile Durkheim (1858/1917), atribui à sociologia a função de contribuir para a instauração do socialismo, enquanto equipara o fato social ao fato natural. Ao privá-lo do valor, retira-lhe toda especificidade, como se pode evidenciar dos que deram continuidade a tais ensinamentos e criaram autêntica tradição durkheimiana.

Ademais, no período considerado, tivemos uma herança pesada. O endurecimento dos governos militares levou à mais brutal perseguição de numerosos intelectuais. Em diversas universidades, foram criadas comissões de inquérito, integradas por militares. O resultado não poderia ser mais desastroso. Sobretudo no ciclo de vigência do AI-5, quando o empenho consistia em eliminar toda e qualquer oposição, cometeram-se toda sorte de arbitrariedades, difíceis de serem sanadas quando a alta hierarquia do Exército impôs o que passou à história como abertura (demasiado) “lenta e gradual”.

Do combate às idéias pela força resultou sobretudo que professores que não tinham méritos para sobressair, vítimas de perseguição, tornaram-se mártires. Aqueles que teriam condições de derrotá-los no plano ideológico sentiram-se inibidos, porquanto não concordavam com a perseguição política de que estavam sendo vítimas. E assim, a emenda ficou pior que o soneto.

Exemplo edificante do imbróglio criado é a notoriedade alcançada pela profa. Maria Yeda Linhares (1921/2011), professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da UFRJ, resultante do desmembramento dos cursos mantidos pela Faculdade Nacional de Filosofia, determinado pela reforma universitária de 1968. Presa, processada e demitida em decorrência do AI-5, mais tarde viria a alcançar notoriedade inusitada, sem dispor de obra que justificasse tais deferências. Com a anistia decretada pelo último governo militar, foi readmitida.

Ainda no governo Geisel, passou a dirigir grupo de estudos da Fundação Getúlio Vargas destinado a reconstituir a história da agricultura brasileira. Desse trabalho resultaria, na UFRJ, a criação em

1977 do CPDA (Ciências Sociais em Desenvolvimento da Agricultura) que viria a tornar-se o principal centro irradiador da hostilidade ao agronegócio, dispondo de ampla cobertura internacional. Como curso de pós-graduação, iria constituir uma ampla rede integrada por diversas universidades, dispondo da possibilidade de assegurar bolsas de estudo tanto no país como no exterior.

Pessoalmente, Maria Yeda Linhares tornou-se professora emérita da UFRJ, mereceu homenagem patrocinada pelo CNPq. Ao completar 80 anos, em 2001, a Faperj incumbiu-se de organizar publicação em sua homenagem.

Em vão procurar-se-á em sua bibliografia o que explicaria tal notoriedade. Consta dois livros, um como organizadora (*História geral do Brasil*, Editora Campus, 1980) e outro em parceria com Francisco C.T. da Silva (*História da Agricultura Brasileira*, Ed. Civilização Brasileira, 1981).

Dispomos de amplo quadro do desenvolvimento alcançado pelos cursos universitários dedicados às ciências sociais, devido ao prof. Enno d. Liedke Filho, do curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), publicado na revista *Sociologia* (Porto Alegre, ano 7, nº 14; julho/dezembro, 2005).

Em 2002, achavam-se em funcionamento, nas áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia, 51 cursos de pós-graduação, com um corpo docente de 901 professores em sua quase totalidade dispondo de doutorado, e possuindo um total de 1.742 alunos de mestrado e 1.476 de doutorado. A julgar pelos dados disponibilizados pela USP, em torno da metade desses alunos são absorvidos pelas próprias instituições gestoras dos cursos, destinando-se os demais para outras universidades.

O levantamento do professor gaúcho refere que uma das questões a que deve dar conta essa proliferação de cursos refere-se à própria utilidade da sociologia. Enumerando as respostas, vê-se que o entendimento predominante diz respeito à orientação de determinada atuação política. Senão vejamos: identificação dos instrumentos de dominação racial e de dominação de fração de classe; disciplina auxiliar do que denomina “progressismo pedagógico” (que se pode perfeitamente imaginar o que seja, no ambiente considerado); ins-

160 trumento de modernização societária; instrumento de libertação nacional; elemento de apoio aos espaços de democratização da sociedade brasileira.

Levando em conta que núcleos constituídos nas principais universidades tornaram-se a fonte do mais aguerrido combate ao agro-negócio, fica claro o que entendem por “modernização societaria.” O desenvolvimento experimentado pela agricultura brasileira nas últimas décadas, levando-a a figurar entre as maiores fornecedoras de alimentos do mundo, corresponde a um tipo de modernização (capitalista) que recusam liminarmente. O patrulhamento ideológico que se instaurou nos mencionados centros universitários, por sua vez, demonstra o que entendem por “democratização”.

Ainda segundo o estudo em apreço, a principal influência é francesa, com destaque para Pierre Bourdieu (1930/2002). Tive oportunidade de examinar amplamente suas teses no livro *Marxismo e descendência* (Vide Editorial, 2009, p. 382/385). Apontarei brevemente tais considerações, para termos presente o grau de simplificação a que se resume o seu entendimento da vida social.

A representatividade desse autor é demonstrada pelo fato de que, como professor da École Normale Supérieure alcançou notoriedade suficiente para ganhar uma cadeira no Collège de France. Em 1993, foi homenageado com a Medalha de Ouro do Centre National de la Recherche Cientifique (CNRS).

Seguindo o exemplo de Durkheim, ao criar o *L'Année Sociologique* como meio de organizar uma rede internacional difusora de sua sociologia, Bourdieu editou a publicação periódica *Actes de la recherche em sciences sociales*, ao que tudo indica (à luz do exemplo brasileiro) com pleno sucesso.

Em sua numerosa bibliografia estudou detidamente o que denominou de “reprodução das classes sociais” e de “formas do capital”. A este último desagregou em capital econômico (detém o controle dos recursos econômicos); capital social (relações de grupos, redes de influência); capital cultural (conhecimento; educação, entendendo que a escola é um instrumento de preservação de privilégios e sua reprodução), e finalmente, capital simbólico (prestígio, honrarias) A partir desse tipo de análise, estruturou a difusão da tese de que o

capitalismo engendraria uma teia diabólica, exigindo contrapor-lhe um “savoir engagé”. Empenhou-se decididamente, desde os anos oitenta, em tornar-se um dos principais artífices da luta contra as elites políticas e o capitalismo “neoliberal”, ao qual atribui todos os males do mundo.

Bourdieu chegou a um exagero tal na demonização da vida social, por esse monstro chamado globalização capitalista (neoliberal), que afirma que basta ler os relatórios da Organização Mundial do Comércio (OMC) para conhecer a política educacional que teremos em cinco anos. “O ministro da educação nacional, escreve, somente reproduz as diretrizes elaboradas pelos juristas, sociólogos, economistas que, uma vez formuladas, são postas em circulação”. O intelectual engajado pode mudar esse quadro.

Como se não dispusesse de toda a liberdade para expressar a convicção de que vivemos num clima de opressão sob o capitalismo que compara literalmente o Estado Liberal de Direito ao Estado Totalitário, de que os soviéticos nos deram uma amostra.

À pessoa não intoxicada por esse tipo de pregação, a catilinária de Bourdieu parecerá algo de alucinatório. Como explicar que a sociologia ensinada na universidade brasileira se haja ajustado a esse tipo de pregação se não tivermos em conta a crença arraigada numa ciência social fornecedora de um saber equivalente ao conhecimento difundido pelas ciências exatas?

— SOBREVIVÊNCIA DE APROPRIADA MEDITAÇÃO FILOSÓFICA

Nos dois séculos de vida independente como país, no ensino superior brasileiro formaram-se importantes centros de investigação científica, primeiro nas Escolas Politécnicas bem como nas Faculdades de Direito e Medicina, núcleos estes que foram abrigados por universidades, quando finalmente se constituíram, ou em estabelecimentos estruturados para funcionar isoladamente. Tais centros não poderiam sobreviver apoiando-se no conceito oitocentista de ciência, sustentado pelo positivismo e pela versão marxista que a este se fundiu. A busca de familiaridade com o conceito de ciência que se forma a partir de fins do século XIX e começos do seguinte seria bus-

162 cada, desde o seu surgimento, pelas Escolas Politécnicas do Rio de Janeiro e de São Paulo. O próprio movimento em prol da Universidade seria devido a esse grupo, do mesmo modo que a organização da Academia Brasileira de Ciências, fundada em 1916.

O cerne da questão reside no adequado entendimento da relação entre desenvolvimento tecnológico e pesquisa científica. Os estudiosos da história da ciência assinalam que embora a investigação científica possa conduzir – e tenha conduzido – a aplicações de ordem tecnológica, sempre que estas são colocadas como seu objetivo primordial a ciência entra em declínio. Portanto, a realização da aspiração magna das gerações que vivenciaram os desdobramentos da Revolução de 30 – que consistia na realização de nossa revolução industrial – pressupunha a superação da ideia de que a ciência achava-se pronta e conclusa, o que nos privava de participar do seu incessante desenvolvimento, motor do progresso material das nações líderes do Ocidente.

Exemplo edificante da promissora relação existente entre pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico encontra-se no que tem sido denominado de “modelo de desenvolvimento tecnológico da Aeronáutica”. Tivemos oportunidade de proceder a uma ampla caracterização dessa experiência, no estudo que leva essa denominação e pode ser acessado no site www.institutodehumanidades.com.br, razão pela qual vou aqui limitar-me a assinalar o essencial.

É certo que o impulso básico provinha da compreensão da necessidade de modernização de nossas Forças Armadas. No documento que se encontra à base da Revolução de 30 – **Plataforma da Aliança Liberal**, divulgada a 2 de janeiro de 1930 – assinala-se a necessidade de “desenvolver-se entre nós a indústria militar (assinalando-se que sobretudo no que se refere à artilharia e à aviação) libertando-nos, tanto quanto possível, dos mercados estrangeiros na compra de material bélico”. O propósito de implantar indústria siderúrgica é relacionado diretamente a essa necessidade.

O notável é que, na criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) se haja começado por desenvolver a pesquisa científica. Desejava-se criar quadros capazes de estar a par do desenvolvimento da pesquisa nos grandes centros, em especial dos Estados Unidos.

Criado em 1945, toma por modelo o famoso Technological Institute of Technology (MIT) de Massachusetts. Seu primeiro reitor seria o prof. Richard M. Smith, do Corpo Docente daquele Instituto, que se incumbiu diretamente de sua implantação, de 1946 a 1949. Depois dessa data, continuou exercendo as funções de consultor. Nessa última condição, escreveria no relatório que elaborou em 1952: “A capacidade de pesquisa em uma nação depende mais dos pesquisadores com que conta do que dos meios e facilidades para pesquisa. Especialmente no campo da pesquisa pura, bons pesquisadores, livres de burocracia, alcançam bons resultados com orçamentos reduzidos e modestos recursos de laboratório”.

Cumpra, pois, na consideração do sucesso da Embraer, ter presente o modelo que lhe deu origem.

O ITA proporcionou um modelo que se revelou como uma forma criativa de incorporar à nossa meditação um importante segmento da filosofia ocidental, modelo esse que, pelos indícios de que se dispõe, tem sobrevivido.

A par das disciplinas diretamente relacionadas à engenharia, com destaque para a engenharia aeronáutica, o ITA passou a dispor de Departamento de Humanidades, contando com duas cadeiras: Lógica Matemática e Filosofia da Ciência. Implantou-as Leônidas Hegenberg (1925/2012) que, além de preparar o material didático requerido, popularizou no país a obra dos principais estudiosos contemporâneos das duas disciplinas.

Preservado no ITA, o modelo em apreço veio a ser adotado em outros centros, a exemplo do que adiante se refere.

Na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), o prof. Francisco Caruso (nascido em 1959) – do Instituto de Física da UERJ e editor da revista *Ciência Hoje* – ocupa-se da disciplina Aspectos Epistemológicos e Históricos do Espaço Físico. Paralelamente, desenvolve atividade sistemática de vulgarização científica. Pertence à Academia Brasileira de Filosofia.

Iniciativa análoga, desta vez na Universidade Federal do Paraná, confirma a hipótese difundida pela profa. Creusa Capalbo, segundo a qual a fenomenologia não deveria ser entendida como um sistema, mas como método destinado a ocupar-se da fundamentação (filosó-

164 fica) das Ciências Humanas. Temos em vista o trabalho desenvolvido, na citada Universidade, pelo prof. Adriano Furtado Holanda, no Departamento de Psicologia, a que pertence. Doutor em Psicologia pela PUC de Campinas (2002), a simples menção de alguns de seus livros indica a natureza da atividade acadêmica que desenvolve: *O campo das psicoterapias. Reflexões* (2012); *Gestalt-terapia e contemporaneidade* (2005); *Fenomenologia e humanismo. Reflexões* (2004); *Psicologia, religiosidade e fenomenologia* (2004).

Ao que parece, a forma indicada de aproximar-se da filosofia da ciência parece ser o modo apropriado de enraizá-la e permitir que prospere, vindo a ocupar-se de temática que não se limite a dar conta do que faz o centro correspondente da London School of Economics. Este é parte de uma tradição filosófica secular, consistindo numa autêntica filosofia nacional e não se acha fadado a desaparecer em seu próprio país de origem, mas apenas como um sistema a ser imitado e copiado.

A maneira como se estruturou o sistema de ensino da filosofia em nossas universidades, atribuindo-lhe a exclusiva função de formar professores da disciplina, condena os estudiosos dessa ou daquela disciplina a não deixar herdeiros. A filosofia deveria ser ensinada a todos que ingressam nesse nível de ensino e teria que ser adaptada ao desempenho da nova função. A insistência no modelo atual a condena a tornar-se instrumento de grupos políticos (ou religiosos), caudatários das tradições culturais arraigadas. Para a formação de especialistas a pós-graduação teria que reduzir-se a uns poucos institutos de pesquisa, onde as pessoas vocacionadas para esse mister pudessem ser devidamente aproveitadas.

— EXPERIÊNCIAS DE PRESERVAÇÃO DA FILOSOFIA BRASILEIRA

A filosofia brasileira, para criar “elos e derivações” – e se quisermos usar a expressão consagrada pelo prof. Miguel Reale – não precisou que o país dispusesse de universidades. Ao longo de nossa história como país independente mentes criativas defrontaram-se com problemas concretos que exigiam ser considerados do ângulo filosófico. Progressivamente alguns temas teóricos acabaram impondo-se. A

começar da pergunta pela natureza da pessoa humana, mas também o problema de identificar seu papel em face do prestígio crescente e da vocação imperialista da ciência. Como aproximar-se dessas categorias de forma a dar-se conta de suas peculiaridades essenciais? Nessa inquirição, a filosofia brasileira produziu textos admiráveis. Nessa matéria, o grande mérito do prof. Reale consiste em ter-nos facultado um método capaz de superar as antigas preocupações com originalidade e outros aspectos, na matéria, de fato irrelevantes. E, por essa via, documentar a reconstituição de tal trajetória.

A tarefa que se colocava para a geração que nos substituiu consistia em preservar as conquistas alcançadas, como condição primordial de seu ulterior desenvolvimento. Ter-se-ia de fazê-lo mesmo diante da circunstância de que, na medida em que se consolidava no país a universidade limitada à profissionalização, menores as possibilidades de, em seu seio, prosperar atividades relacionadas à cultura geral. Esta, ainda que figure entre as funções do sistema de ensino, é completamente ignorada.

As experiências que parecem mais afeiçoadas ao nosso tempo consistem naquelas que repousam na utilização dos meios de comunicação que emergiram e passaram a ser dominantes em nosso tempo. Temos em vista a difusão mediante o recurso à computação.

O Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), estruturado como uma biblioteca detentora do acervo disponível de livros e publicações periódicas, relacionadas à filosofia, ao pensamento político, à sociologia e à antropologia, organizou um site destinado a torná-los acessíveis na internet. O projeto consiste em digitalizar todos os estudos realizados no período recente, sob a ótica do método que aplicamos na elaboração da *História das Ideias Filosóficas no Brasil*, bem como textos de autores relevantes.

Presentemente, no site em apreço – www.cdpb.olrg.br – a matéria disponibilizada acha-se estruturado desta forma:

ESTUDOS DESTACADOS

BIBLIOGRAFIAS E ESTUDOS CRÍTICOS

DICIONÁRIO BIOBIBLIOGRÁFICO

ÍNDICE DE REVISTAS

OS ESTUDOS DESTACADOS abrigam os estudos dedicados à filosofia brasileira no período recente bem como a obra de autores de destaque, subdivididas assim:

Obras gerais sobre o pensamento brasileiro (16 títulos)

Silvestre Pinheiro Ferreira (3 títulos)

Tradicionalismo (6 títulos)

A meditação ética brasileira (3 títulos)

Escola Eclética (6 títulos)

Escola do Recife (7 títulos, entre estes os *Estudos de filosofia*, de Tobias Barreto e os *Ensaio de crítica*, de Artur Orlando)

Farias Brito; reação espiritualista e correntes afins (2 títulos)

Movimento fenomenológico e existencial; Culturalismo (8 títulos)

Estética; Filosofia do Direito, da Educação e diversos (8 títulos)

Pensamento político (10 títulos)

Lógica e filosofia da ciência (4 títulos)

TOTAL: 73 títulos

BIBLIOGRAFIAS E ESTUDOS CRÍTICOS. Além das biografias e bibliografias, reúne estudos dispersos, de difícil acesso, sobre pensadores destacados. Até o presente acham-se acessíveis: Jackson de Figueiredo; Ubiratan Borges de Macedo; Leonel Franca; Antonio Carlos Vilaça; Ivan Lins; Roque Spencer Maciel de Barros; Silvestre Pinheiro Ferreira; Sílvio Romero; Miguel Reale; Tobias Barreto; Djacir Menezes e Alceu Amoroso Lima. Insere ainda a *Bibliografia Filosófica Brasileira (1808/1985)*.

DICIONÁRIO BIOBIBLIOGRÁFICO. Contém verbetes de cerca de 400 autores brasileiros de obras de filosofia; pensamento político; sociologia e antropologia.

ÍNDICE DE REVISTAS. Acha-se digitalizado o Índice da Revista Brasileira de Filosofia (1945/2000) e estudo sobre a revista *Convivium*, da autoria de Ronaldo Polletti.

O trabalho desenvolvido pelo CDPB tem sido secundado por outras iniciativas. Entre estas, destacaria as que têm sido patrocinadas por Ricardo Vélez Rodriguez.

Ao tempo em que pertencia ao corpo docente da Universidade Federal de Juiz de Fora (Minas Gerais) experimentou o patulhamento da Capes ao promover o descredenciamento do Curso de Pós-Graduação em Filosofia Brasileira, em que pese tenha sido uma iniciativa muito bem sucedida, contando com grande acolhimento de parte da intelectualidade local, já que não se limitava a aceitar alunos oriundos da filosofia, mas figuras representativas daquele grupo social, notadamente médicos e engenheiros.

Diante desse desfecho, Vélez passou a ocupar-se da disciplina para a qual, desde então, fora designado pelo Departamento de Filosofia. É interessante destacar que a retomada daquele empreendimento caberia a alunos da Universidade, nem todos provindos do curso de Filosofia. Tal se deu uma década depois da mencionada extinção do estudo da filosofia brasileira na UFJF. Sua disposição era a de organizar o estudo da filosofia brasileira de forma independente do Departamento, inicialmente designado como Núcleo de Estudos. A formalização deu-se em 2003.

O mérito de iniciativas desse tipo advém do fato de que o estudo autônomo da filosofia brasileira livra-a dos humores dos responsáveis pela disciplina Filosofia Contemporânea – onde, segundo o programa oficial, figura a Filosofia Brasileira – nem sempre dispostos a atuar segundo o espírito acadêmico, preferindo a linha do proselitismo.

A atividade básica desenvolvida pelo Núcleo de Estudos correspondeu à efetivação de seminários. A par disto, editou revista (impresa e eletrônica) destinada a divulgar o trabalho realizado. Promoveu ainda Colóquio de Pesquisadores da Filosofia Brasileira em Minas Gerais (2006); Semana de Estudos sobre os duzentos anos da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil (2008); participação dos integrantes do Núcleo de Estudos no Colóquio em Homenagem a Miguel Reale, realizado em 2009, em Lisboa, pelo Instituto de Filosofia Luso-Bra-

168 sileira; análise dos escritos de Silvestre Pinheiro Ferreira e estudo da concepção ética em autores luso-brasileiros no decorrer do século XIX.

Por iniciativa dos alunos, o Núcleo de Estudos ampliou o escopo de suas atividades para abranger pensadores espanhóis e ibero-americanos. A extensão tornou-se possível à vista de que Ricardo Vélez é especialista na matéria.

Sem embargo dessa extensão, fornece um modelo interessante de sobrevivência do estudo da Filosofia brasileira na Universidade, independentemente do que pensem eventuais responsáveis pela disciplina Filosofia Contemporânea. Nesta suposição, vamos concentrar-nos no detalhamento dos seminários, forma principal e permanente de funcionamento do Núcleo de Estudos.

Para fazer-se uma ideia dos estudos desenvolvidos na matéria, o Núcleo de Estudos adotou como fonte o ordenamento produzido por José Maurício de Carvalho, acessível no site do CDPB. O material de que se trata acha-se subdividido em cinco partes, a saber: I – Principais autores plenamente estudados; II – Problemas e estudiosos contemporâneos; III – Outros autores de destaque; IV – Contribuições em torno de problemas específicos; V – Bibliografia.

Os seminários, principal atividade desenvolvida pelo Núcleo de Estudos tiveram por objetivo o estudo conjunto de determinada obra. Dispondo da informação relativa ao método empregado no estudo da Filosofia Brasileira (centrado nos problemas teóricos enfrentados pelos autores), bem como da indicação das obras mais destacadas que os espelham, é fácil efetivar uma seleção de tais textos. A título de sugestão, poder-se-ia iniciar com duas obras capazes, desde logo, de comprovar a fecundidade dessa meditação: os *Estudos de Filosofia*, de Tobias Barreto (acessível no site do CDPB; a par disto, em 2013, o governo de Sergipe promoveu uma nova edição) e *Experiência e Cultura*, de Miguel Reale, de fácil aquisição notadamente da 2ª edição (reproduz a primeira, sem alterações).

No modelo implantado por Ricardo Vélez, a obra escolhida é subdividida para estudo em determinado número de sessões, tomando por base os capítulos ou temas que seriam centrais. Sua discussão dá-se a partir de uma apresentação do relator, designado na oportunidade da aprovação do programa de sessões. Deve conter os temas

que, a seu ver, deverão ser obrigatoriamente debatidos. Naturalmente, 169
cabe a todos os participantes proceder ao estudo respectivo de forma
independente para que possam ter participação ativa no debate.

Outro aspecto digno de ser destacado diz respeito a que a escolha
da obra seja sempre consensual.



— A Panamazônia em foco

IRMÃ MARÍLIA MENEZES¹

1. Membro correspondente
da AAL

Como pessoa ligada à Comunicação pela poesia e a escrita, e tendo servido muitos anos na Rádio, apraz-me apresentar este fato atual e de grande importância, que explico para a nossa *Revista da AAL*:

Na Panamazônia está sendo tecida uma grande teia de comunicação e de integração, que, de acordo com o pensamento contemporâneo em que tudo é baseado na Conexão, recebeu o nome de REDE. É Eclesial porque foi idealizada na Igreja Católica (Eclesia). E tem o sufixo PAN porque buscará envolver toda (Pan) a Amazônia. Essa teia é a Repan, que significa: Rede Eclesial Panamazônica, ponto básico deste artigo, o qual dividi em três partes, em que todas são conectadas.

— 1. PANAMAZÔNIA – UMA COSMOVISÃO

Panamazônia é o nome dado à região banhada pelo rio Amazonas e seus afluentes, estendendo-se por nove países: Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa. Cerca de 85% de sua área está no Brasil, em mais de cinco milhões de km², ou seja 10% do país é ocupado pela Amazônia Brasileira, que nesta crônica chamamos simplesmente Amazônia.

Amazônia – Este maior dos seis biomas brasileiros – com seu conjunto de ecossistemas interligados pela floresta e os rios da bacia amazônica – é um espaço colossal, alvo de cobiçados interesses geopolíticos e econômicos. Com sua riqueza estupenda em flora e fauna, seus povos tão diversos e a vastidão de suas águas, a Amazônia é um paradigma de vida, um esplêndido painel da natureza, superlativo em tudo. Só para dar um exemplo, a Amazônia tem 2.500 espécies de árvores conhecidas.

A ameaça da destruição –

Esta obra-prima da Criação corre o risco de ser destruída pelo homem, devido ao acelerado processo predatório principalmente da floresta, para o cultivo das “monoculturas enlouquecidas” – expressão famosa de Márcio Souza, famoso escritor amazonense, em *Folias do Látex*), e para o pasto do gado. O ritmo veloz da destruição já era denunciado em 1960 por amantes da Natureza amazônica, como o demonstram poetas como meu pai, Bruno de Menezes, poeta paraense, em seu poema “Árvore, amiga do homem”, do qual cito este trecho:

*Ó Árvore, perdoa os teus loucos algozes
que te golpeiam friamente,
imolando-te no bárbaro holocausto das queimadas!
Árvore boa! Faze que te saiba amar o Homem americano,
o pigmeu rural do Brasil,
que te destrói num ritmo de inconsciência pela riqueza que representas,
fomentando a aridez e as secas flagelantes
das populações migradoras.
Seja, pois, divinizada a mão laboriosa e digna
que te agrupa em pomares e contigo arboriza!
Seja, pois, abençoada a mão que sempre levantar
o teu caule lenhoso da terra para o céu!
E que te ame, proteja e aprenda na alma da Natureza
que és tu, além da morte, a grande amiga do Homem!”*
Bruno de Menezes *Obras completas – Poética*, vol. I – Belém, 1993

— 2. A REPAM – ALGUNS DADOS

ORIGEM

O quadro acima já nos dá uma ideia da necessidade que os pastores da Amazônia sentem de ficar mais próximos uns dos outros e a viver em “rede” para resistir à devastação e à violência contra a terra. Esta necessidade fez surgir a Repam – fundada na sede da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em Brasília, entre os dias 9 a 12 de setembro de 2014, em um encontro de representantes das Igrejas dos países da Panamazônia, institutos de vida consagrada, insti-

172 tuições eclesiais da Amazônia e colaboradores da Europa e dos Estados Unidos. Alguns de seus principais organizadores entregaram o documento explicativo da Repam, em 2015, ao Papa Francisco, que abençoou a grande iniciativa, desejando-lhe pleno êxito.

Sumário dos Objetivos:

1 – Ser um ponto de apoio aos Bispos que dirigem Dioceses em áreas panamazônicas, sacerdotes e missionários/as de congregações atuantes junto aos povos indígenas e as ONGs presentes na Amazônia.

2 – Atuar como organismo de articulação entre diversos órgãos, procurando uma visão comum do trabalho evangelizador na Região.

3 – Estar a serviço dos povos da Amazônia e defender seus direitos diante de todas as políticas implantadas na região e dos impactos causados por projetos macroeconômicos, como as hidrelétricas, as imensas plantações de soja e campos de gado. Muitos desses projetos ameaçam a fauna e a flora, e põem em risco a vida dos povos indígenas, agora e no futuro.

4 – Dar visibilidade à Repam através da Mídia, especialmente entre os membros da Rede, definindo ações prioritárias, envolvendo nesse processo AS PESSOAS DE BOA VONTADE, inclusive grupos acadêmicos, animando-os ao anúncio profético.

5 – Procurar unir todas as forças vivas da Igreja e da sociedade, em uma solidariedade inculturada, buscando o diálogo e a união com outras igrejas, para acompanhar, promover e defender o campo dos Direitos Humanos – como sinal do Reino de Deus na Amazônia.

6 – Procurar concretizar opções apostólicas conjuntas à luz do Evangelho e da opção preferencial pelos pobres, em defesa da vida no bioma amazônico, buscando consolidar um movimento popular ecológico.

7 – Tornar mais vigorosa a ação que a Igreja Católica realiza na Panamazônia, partindo do trabalho em conjunto, feito com membros das Igrejas locais, Congregações religiosas e movimentos sociais.

8 – Fortalecer a luta dos povos indígenas e grupos mais vulneráveis das populações amazônicas.

Vê-se que a tarefa da Repam é gigantesca – como a própria Panamazônia –, porém desde a sua criação estão sendo dados passos firmes para dinamizá-la, aproveitando também eventos grandiosos,

como o XVII Congresso Eucarístico Nacional, de 15 a 21 de agosto, em Belém do Pará, o II Encontro da Amazônia Legal, o Encontro de Povos Indígenas da Panamazônia, em Tabatinga, AM, e outros.

Do mesmo modo, a Campanha Ecumênica da Fraternidade 2017 – uma das forças da Igreja no Brasil – está ligada aos ideais da Repam, com seu tema: “Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida” e o lema: “Cultivar e guardar a Criação”.

Fontes para este trabalho: Apostilas preparadas pela Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB – Regional Belém); estudo enviado, a meu pedido, por Dom Erwin Krautler, secretário da Comissão Episcopal para a Amazônia (CNBB) e então Bispo da Prelazia do Xingu, Pará; palestras preparadas por Monsenhor Raymundo Possidonio Carrera da Mata, Coordenador de Pastoral da Arquidiocese de Belém.

Cartazes da Repam – Abaixo do nome “Repam – fonte de vida no coração da Igreja”, vê-se uma paisagem amazônica e uma grande flor de 9 pétalas multicoloridas (representando os nove países da Panamazônia) tendo ao meio, em cor branca, a cruz de Cristo. Acima, esta frase pungente: “O gemido da mãe terra se une ao gemido dos abandonados do mundo” e mais abaixo, em letras bem grandes, as palavras LAUDATO SI’ e uma frase deste documento.

— 3. LAUDATO SI’

O Papa Francisco – profeta dos nossos tempos – deu em 2015 um maravilhoso presente ao mundo: uma Encíclica belíssima, de fundo ecológico, a qual se tornou um *best-seller*, que deve ser lida e meditada por todas as pessoas que desejem o bem da humanidade.

Este documento que tem o nome de LAUDATO SI’ – título de uma encantadora canção italiana, escrita pelo próprio São Francisco de Assis, místico e poeta – significa LOUVADO SEJAS, e nela o Santo deixou-se transbordar de admiração e louvor ao Senhor por todas as Suas criaturas. Essa joia da literatura mundial e mística, cujo original tem o nome de “O cântico do irmão Sol”, merece ser relida sempre:

*Louvado sejas, meu Senhor, com todas as tuas criaturas,
especialmente o senhor irmão Sol,*

que clareia o dia, e com sua luz nos alumia
 e ele é belo e radiante com grande esplendor:
 de Ti, Altíssimo, é a imagem.
 Louvado sejas, meu Senhor,
 pela irmã Lua e pelas Estrelas,
 que no céu formaste claras e preciosas e belas.
 Louvado sejas, meu Senhor,
 pelo irmão Vento,
 pelo ar, ou nublado ou sereno, e todo o tempo
 pelo qual às criaturas dás sustento.
 Louvado sejas, meu Senhor,
 pela irmã Água,
 que é mui útil e humilde, e preciosa e casta.
 Louvado sejas, meu Senhor,
 pelo irmão Fogo
 pelo qual iluminas a noite.
 e ele é belo e jucundo
 e vigoroso e forte.

No documento “Laudato Si’”, após a transcrição do Cântico acima, o Papa Francisco nos diz: “Os Bispos do Brasil sublinharam que toda a natureza, além de manifestar Deus, é lugar da sua presença. Em cada criatura habita o seu Espírito vivificante, que nos chama a um relacionamento com Ele. A descoberta desta presença estimula em nós o desenvolvimento das “virtudes ecológicas” (nº 88).

Alguns pontos deste documento:

– É escrita em estilo acessível, e tem um conteúdo holístico (do grego “holos”) que significa totalizante, procurando explicar os fenômenos que afetam o mundo em sua inteireza, na interdependência de tudo. Por exemplo: o efeito estufa atinge céu, terra e mar. Por isso, o Papa envolve nesse quadro grandes questões de hoje como a poluição, escassez de água, a perda da biodiversidade, o aquecimento global, a saúde, a extinção da miséria, a migração desordenada e outros (Aliás, em termos de Panamazônia, verifica-se uma migração desenfreada, que tem causado grande preocupação aos pastores).

- O Papa afirma que os grandes congressos mundiais sobre Ecologia tem perdido força, devido aos problemas políticos e diversidades de opinião dos dirigentes das nações que neles tomam parte, os quais não agem com as medidas firmes e adequadas, necessárias para lidar com os imensos problemas que afetam o mundo de hoje.

- Pela primeira vez uma encíclica valoriza a contribuição da obra do grande cientista francês, o jesuíta Teilhard de Chardin, que foi censurada por Roma em toda a primeira metade do século passado, por não ter sido entendido o grande desejo de Chardin de eliminar o conflito entre Fé e Razão.

Nos dias de hoje saboreamos estas frases impressionantes, contestadas anos atrás, mas Chardin em seu famoso livro *O Meio Divino*, já nos dizia, por exemplo: "Pensamos talvez que a Criação acabara já há muito tempo... mas ela continua cada vez mais ativa... mesmo por meio do trabalho mais humilde...".

"O amor é a mais universal e a mais mística das forças cósmicas...".

"Cristo tem um corpo cósmico que se estende por todo o universo".

"Quanto mais o homem for grande, tanto mais a Humanidade será unida, consciente e senhora de sua força, e quanto mais cuidada for a Criação, tanto mais a adoração a Deus será perfeita ...".

Laudato Si' insiste que é preciso buscar uma ecologia integral e que procure abranger todos os aspectos de um ambiente e de uma vida digna do ser humano - aspectos que afetam sobretudo as nações mais pobres e as pessoas mais abandonadas de nações ricas, como a luta pela higiene e a ordem, por uma habitação digna para as famílias, a diminuição da poluição e da violência, melhores condições de trabalho, a extinção da miséria, etc.

A Encíclica mostra as bases bíblicas da Criação oferecidas pela nossa Fé e cheias de sabedoria sobre o mistério do universo, a procura de comunhão entre as pessoas e a busca do equilíbrio e de uma ecologia integral, para resolver os dramas que nos assolam: ambiental, econômico, social, cultural e enfim - HUMANOS.

Nestes tempos de forte ateísmo, muitos se vangloriam de dizer que não crêem em Deus, e isto tem consequências terríveis, bem patentes nos descabros causados à natureza e à pessoa humana.

176 Porém, diz Francisco no número 99: “Segundo a compreensão cristã da realidade, o destino da criação inteira passa pelo mistério de Cristo, e nela está presente desde a origem: “Tudo foi criado por ele e para ele” (Cl 1,16).

— O OLHAR DE JESUS

O Papa nos introduz a meditar nesse OLHAR olhar, com estas palavras do número 96 da Encíclica: “Em colóquio com seus discípulos, Jesus convidava-os a reconhecer a relação paterna de Deus com as criaturas, e recordava-lhes com comovida ternura, que cada uma era importante aos olhos d’Ele: “Não se vendem cinco pardais por duas moedas? No entanto, nenhum deles é esquecido por Deus” (Lc 12,6). ...“Olhai os pássaros do céu... o vosso Pai do céu os alimenta” (Mt 6,26).

A educação na Ecologia humana nos faz ver brevemente o olhar e as atitudes de Jesus, desejando que o imitemos, olhar de admiração pelo que vemos fartamente, sobretudo nós, habitantes desta Amazônia exuberante: “Olhai os lírios do campo” (Lc 12,27) Esse olhar tem consequências de cuidado e de respeito pela Criação – olhar de amor, que leva à Oração e ao zelo.

Jesus é aquele a quem os ventos e o mar obedecem (Mt 8,27).

É visto como aquele que valoriza os alimentos: “É um comilão e um bebedor...” (Mt 11,19).

Sobre a ecologia humana, Jesus é visto como “o carpinteiro, filho de Maria (6,13); é “a Palavra que se fez carne” (Jo 1,14). É o amigo querido e íntimo, que converte as pessoas com um olhar: (“Jesus se voltou e olhou para Pedro” (Lc 22,61). Enfim, é um olhar cheio de consequências práticas.

Finalizando, coloco algo do início de *Laudato Si'*: O APELO – Nas páginas 13 e 14 o Papa Francisco pede mais amor à CASA COMUM, que é o universo:

Desejo agradecer, encorajar e manifestar apreço a quantos, nos mais variados setores da atividade humana, trabalham para garantir a proteção da casa que partilhamos. Uma especial gratidão é devida àqueles que lutam, com vigor, para resolver as dramáticas consequências da degra-

dação ambiental na vida dos mais pobres do mundo. ...Lanço um convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos construindo o futuro do mundo. Precisamos de nova solidariedade universal. 177



— Como um livro se torna um clássico? Acheegas a um velho tema

NEWTON SABBÁ GUIMARÃES

— COMENTANDO UM ARTIGO DE ADLER

Em um velho número das *Seleções do Reader's Digest*, na sua edição alemã,¹ encontro artigo de Mortimer J. Adler, o humanista que se preocupou a vida inteira com a formação da educação liberal, ou seja, o humanismo através das belas letras e deixou livros excelentes sobre a matéria, além de haver compilado grandes enciclopédias do que existia de melhor na Literatura Universal. Artigo excelente como todos os que o Dr. Adler escreveu, este aborda com muita simplicidade, as maneiras como um livro pode atingir à *classitude*, o que é, possivelmente, da maior relevância e constitui-se no maior galardão para um autor e sua obra, mesmo que *post-mortem*...

O assunto interessa-me sobremaneira e já tenho mesmo tentado deixar algumas opiniões acerca do que acho sobre a matéria. Aliás, muitas das minhas mais que modestas impressões de leitor que ama enternecidamente os livros, coincidem, para minha justificada vaidade, com as de Adler, cujos livros são, como dizem os americanos, estimulantes. Mas o assunto não é dos mais fáceis. Já dezenas de críticos e historiadores da literatura, um dia tentaram definir o que seria um clássico e que livro poderia aspirar a esta denominação. Gira sempre controvérsia em torno da classificação e há muita discordância entre os estudiosos de quem seja um clássico e que livro possa assim ser designado. O presente artigo é mais uma dessas tentativas, ou como o subintitulei, uma chega a um velho tema.

Gosto de Adler, os seus livros são bons e muito úteis e ele parece ser um dos derradeiros humanistas, desses que realmente amam os livros e os veem como um tesouro inestimável. Faz muitos anos, ele lançou um livro que foi êxito de livraria e logo traduzido para diversas línguas. Era um dos melhores manuais de leitura que se possa desejar: *How to Read a Book*, tão bom e prestimoso quanto *On the Art of Reading*, de Arthur Quiller-Couch, ou *Books and You*, de W. Somerset Maugham, ou *Literary Taste*, de Arnold Bennett. Até hoje, leio-o com tanto interesse como quando o li pela primeira vez, anos atrás. A lista de livros universais que anexa no final do volume, é das mais representativas e, acredito, uma pessoa poderá com os livros ali enumerados formar a sua própria (e seletíssima) biblioteca. Tão apreciada é a introdução a grandes autores que o mesmo Adler selecionou e organizou com a ajuda de Robert Hutchins, em 1963, *Gateway to the Great Books*, em dez volumes. Tão boa quanto a que John Erskine sugere na sua seleção, por sinal muito elogiada, é a obra monumental dirigida por Mortimer J. Adler e Robert Hutchins, ambos da Universidade de Chicago, *Great Books of the Western World*. Esta abrangia as grandes obras universais, e é, possivelmente, mais completa do que a bem mais recente lista apresentada por Harold Bloom no seu *Gênio. Os 100 Autores mais Criativos da História da Literatura*.³ Não é demais ressaltar que a obra dirigida por Adler e Hutchins – este, no discurso de entrega, considerou aquele verdadeiro monumento da Literatura Universal, “an act of piety” –, teve as primeiras duas coleções apresentadas, respectivamente, a S. M. a Rainha Elizabeth II e ao então Presidente Harry S. Truman, dos Estados Unidos, e constava de início, de 54 grossos volumes, muitos deles em primorosas e bem cuidadas traduções ao inglês, foi aumentada, mais tarde, para 60 volumes. Tive oportunidade de ver alguns volumes dessa magnífica seleção. Traduções feitas por nomes conhecidos, uma apresentação impecável, encadernada e os melhores textos que um apaixonado leitor poderia desejar. A expressão de Hutchins toca-me até hoje: “an act of piety”. Por quê? Pelo pioneirismo? Pela grandeza da obra?

Adler, que muito leu e muito estudou, esteve sempre preocupado com o assunto e sobre clássicos e literatura universal escreveu e publicou em revistas acadêmicas ou não muitos artigos, como o seu aqui

180 citado das *Seleções*, por sinal envolvente, como todos os outros sobre o mesmo tema, prega uma volta aos estudos clássicos na educação do estudante universitário americano – a chamada “liberal education”, como ele frisa e as universidades americanas pregam! –, contudo há alguns pontos que merecem atenção e comentários. Talvez por isso, procurava escrever os seus livros de maneira muito clara e sem artificialismos estilísticos. Achava, seguindo na esteira de Sainte-Beuve, que um clássico é aquele que é lido por todos com proveito sempre. Escrevia muito simplesmente e a tal ponto que o maledicente Dwight Macdonald, escritor e editor, um dia escreveu com muita maldade que como Adler havia escrito a obra *How to Read a Book*, devia ler, também, um chamado *How to Write a Book*. Pura maldade e picuinha! O que procurava Adler era despertar nos estudantes universitários e nas pessoas que já haviam deixado os bancos escolares, a vontade de continuar na leitura de grandes livros, agora através do próprio estudo. O resumo que as *Seleções* apresentam é parte desse sincero interesse e os ensinamentos são sempre úteis. É ao mesmo tempo, um como elogio da leitura e sugerindo livros excepcionais, ele incentiva a arte da leitura. Dir-se-ia que, ao fim e ao cabo, aprender a ler é já o primeiro passo para a busca do bom livro e ao aprender a escolher livro, é o meio caminho para a seleção suprema – ou seja, a descoberta da classicidade, tarefa não das mais fáceis. Parece que tudo se resume à leitura e Émile Faguet há muitos anos já repisava a questão da leitura, alertando que é impossível ser bom crítico sem ser um bom leitor. Arrematava: “...saber ler é uma arte, e existe uma arte de ler”.³ É verdade, existe uma arte de ler que exige paciência e tenacidade, e muita sensibilidade. E o mesmo Faguet insistia:

Para aprender a ler é preciso, antes de mais nada, ler atentamente, e ainda, ler muito lentamente; e sempre, até o último livro que mereça ser lido por vós, ler muito lentamente. É preciso ler lentamente um livro, tanto para deleitar-se como para instruir-se ou criticá-lo.⁴

E se se trata de uma obra literária de nomeada, a recomendação de que deva ser lida lentamente é ainda de maior importância. Os clássicos, por exemplo, requerem meditação durante a leitura e é possí-

vel que esta exigência seja uma de suas qualidades. Os pensamentos, os ensinamentos, a beleza que existe nas suas páginas virão à tona com essa leitura repassada e atenta. Holbrook Jackson, em belíssima página sobre a leitura, comparou-a com o saborear de uma fruta e sugere também a calma para a leitura e a própria vida. As palavras de Holbrook Jackson devem ser meditadas, pois tocam diretamente na questão da leitura e ele chega ao requinte de estabelecer uma estranha, mas de qualquer modo indiscutível dicotomia ao salientar a importância da leitura para a vida, um ensinamento para a vida, que relê modernamente o ensinamento latino do “non scholæ sed vitæ, discimus”, que todos os professores de Literatura deveriam fazer seu motto, pelo que existe de sério nestas palavras. Eis as palavras de Jackson:

*Read, in short, as you taste fruit or savor a wine, or enjoy friendship, or love, or life. All of which presumes that you know how to live for you cannot read well until you know how to live and to live well is to hasten slowly.*⁵

Diria mesmo que merece alguns reparos porquanto existem pontos que me parecem obscuros. Em primeira mão resposta a estas perguntas, inquietantes e que muitos leitores se fazem: O que é um clássico? Como se conhece um clássico? Os autores clássicos morrem? Como descobrir se um autor pode ser chamado de clássico? É a idade fator marcante para que um livro ou um autor sejam vistos como clássicos? Sainte-Beuve, que lera muitíssimo e escreveu muitíssimo, tinha um gosto apurado. Deixou-nos lições sobre os livros que até hoje precisam ser meditadas. No seu estudo *Qu'est-ce qu'un classique?* Ele tem conceitos que continuam atuais. E que podem ser usados por quaisquer um de nós nestes dias, com proveito. Entre outras coisas ele alia o clássico ao humanismo e à beleza da escrita, pois salienta que o clássico é aquele que enriquece o espírito humano, que aumentou o tesouro literário e que tem forçado o leitor a dar um passo a mais e que consegue tornar o seu pensamento, a sua observação ou a sua invenção mais vasta e forte, ao mesmo tempo, mais refinada e racional, mais sã e mais bela em si. Enfim, ser clássico é manter-se facilmente contemporâneo de todas as idades, ou seja, reafirma o

182 sinfronismo goetheano. Eis um ponto importante: o clássico é aquele que atravessa todas as idades e é compreendido por todos, com maior ou menor dificuldade.

— ALGUMAS DIVAGAÇÕES SOBRE CLASSITUDE

Sim, prefiro escrever que estas são “divagações”, ideias vagabundas que me chegam à cabeça quando tomo de um bom livro nas mãos. Ideias ociosas no que de bom e meditativo a ociosidade pode ter. Lorde Russell elogiava a ociosidade produtiva em belo livro cheio de sabedoria e ironia. Este tipo sonhador de ociosidade que leva o autor magnífico de *Jahre und Zeiten. Erinnerungen*, a criar um personagem na sua obra mais conhecida, *Das Einfache Leben*,⁶ que se encosta ao parapeito da janela perdido em pensamentos com um livro pequeno e velho que seguro entré as mãos, mas não lê. E este debruçar-se perdidos em pensamentos sobre o parapeito de uma janela alta, com um livro nas mãos é a metáfora da persistência do livro nos momentos mais delicados e solitários do homem de pensamentos. O livro está presente, como a dizer que ele se preparava para lê-lo. Mas o livro é apenas pretexto para divagações, para vagabundagens do pensamento. Que livro era? Sobre quê? Wiechert não diz por quê o livro está aberto, nem qual livro é, nem se realmente pretendia ler. Mas é a presença do livro sem a qual o homem culto está mais solitário do que nunca e sem o seu amparo silencioso para os seus momentos de melancolia. Infere-se que sim, mas logo vem o pensamento, envolto nas suas asas douradas, e voa para longe, para momentos felizes, para velhas recordações, para momentos de amor e paz e glória e alegria, coisas que merecem ser sempre recordadas. É divagar isto. Eugeni d’Ors i Rovira, o catalão universal, era doutor nesse tipo de divagação, ociosidade gloriosa e produtiva, como o demonstra por acaso em *Oceanografía del Tedio*. Fruto dessa bendita ociosidade é *La Ben Plantada*, do mesmo mestre catalão e por muitos considerada a sua obra-prima. Digo, bendita ociosidade, pois esse estado de coisa parada e meditada, está em cada página do romance de d’Ors i Rovira. Clima de bochorno, como dizem os espanhóis. O leitor chega a sentir o clima de imobilismo, de descanso, quase tanto quanto do

outro livro citado. Isto é profundamente proveitoso. E agradável. Páginas feitas de divagações da vida tal como ela é. E a vida é muitas vezes este livro-divagante, que nós seguimos.

Falamos tanto de clássicos e *classitude*, sobretudo no âmbito algo artificial e pedante da sala de aula. No âmbito da Universidade, que nem sempre tem a palavra precisa sobre tantos temas, ainda que pela sua imponência institucional seja ouvida e acatada. O que é ser clássico? Usa-se até para modas: fulano veste-se de forma clássica, dizem, entre admirados e invejosos. O que é, porém, vestir de forma clássica? A própria moda é o que existe de mais oscilante e mutável, complexa e instável, que o diga Roland Barthes na sua obra sempre elogiada sobre o assunto. Se pensamos em amplos calções de veludo, como os *cavalieri* da idade renascentista vestiam nas festas grã-ducais, nas recepções papais e nas solenidades em que poetas ocupavam um posto que jamais voltaram a ocupar depois, como modelos de vestir-se clássico, e então queremos, em os nossos dias, que alguém se vista classicamente, isto significa que esse alguém terá de entrar nos *shopping centers* usando os ditos calções para espanto dos demais. Seria a coisa mais estranha que se pudesse imaginar, agora. Contudo o modelo clássico dos calções, que Wilde inocente e corajosamente quis reimplantar em plena Londres conservadora e censora das últimas décadas do século XIX, era clássico... Clássico seria: lembraria uma época de esplendor cultural, quando artes e saberes renasciam, mas isto teve o seu tempo. Mas para os renascentistas, clássicos eram os estudados em aulas nos bancos das universidades, dados nas classes. Clássico era o que se ensinava em classe. E eram os gregos e os romanos: César, Cícero, os discursos *Pro Archia* e *Pro Milone*, Virgílio, Ovídio e os *Tristia*, Horácio, Tácito, Homero, Platão, Aristóteles, Hesíodo, Tucídides, Safo, Heródoto, e muitos outros. É um termo ambíguo, escreve Carmelo M. Bonet no seu *Escuelas Literarias*.⁷ Na verdade é dos mais ambíguos e a própria adjetivação da palavra, torna-o ainda mais ambíguo. O que quer dizer “aquela senhora é uma mulher clássica?” Já ouvi esta expressão sem perceber muito bem no que consistia o seu estado de clássica... Mas esse conceito que envolvia idade, já não pode mais ser considerado como índice taxonômico do que seja um livro ou um autor clássico. Passou, como passou a Renascença. Para os renascen-

184 tistas, ser humanista e ser clássico era estar ligados aos velhos valores do passado, era estar dominado pelos conceitos de *Latinitas*, de leituras e estudos românicos, de apego à língua latina e aos seus grandes autores, como, aliás, ensina o Padre António Freire, S. J., ao escrever que “em vez da reação extremista dos humanistas da Renascença, podemos com maior serenidade aproveitar a lição do humanismo medieval, enquadrando a nossa visão humanística da vida em moldes mais amplos e mais cristãos”. De onde a expressão de descontentamento de Bonet, ao salientar a ambiguidade da expressão. Um erudito judeu, Moses Hadas, nega que para o clássico se faz necessária a fundamentação das línguas clássicas, do grego e do latim e tanto assim que defendeu no seu pequeno grande livro *Old Wine, New Bottles. A Humanist Teacher at Work*, o ingresso na grande Biblioteca do Universo, no mundo da cultura clássica através do benefício da tradução. Extraordinário linguista, senhor de um número assombroso de línguas, entre elas o grego e o latim, Hadas lançou-se a traduzir obras dos maiores e mais respeitados escritores clássicos e a dá-los aos alunos, durante as suas aulas, gesto recebido com verdadeiro encantamento pelos jovens estudantes universitários e pelo público em geral que desejava enriquecer a sua cultura, mas via-se impedida pela falta de conhecimento das línguas clássicas. Se ele quebra a barreira da língua, não esquece, porém, a importância da antiguidade, *conditio sine qua* para a *classitude*. Nem todos são tão ortodoxos quanto à questão da idade. Que tal se alguém se pusesse a escrever como a Marquesa de Coionna ou fizesse o elogio da monarquia como Dante e assim *ad infinitum*. É lindo, e até se pode continuar a escrever assim, mas será que o arremedo entraria na *classitude*? Cada época, escola, cada período político, tem os seus tiques, as suas maneiras próprias de existirem e vingarem. Uma Vittoria Colonna de hoje em dia, se não tivesse um talento excepcional, nada mais seria que máscara, *persona*, de uma Vittoria Colonna... Contudo lemos os seus sonetos com agrado e encantamento. E os sentimentos que eles expressam rasgaram as idades. São para sempre clássicos, defendidos e apoiados no sinfronismo. Então vemos raiar uma pálida conceituação do que seja clássico: a sua atemporalidade. A sua intangibilidade e o seu sentido de humanidade e de beleza que se esparrama na leitura.

Eis aqui um dos grandes problemas para o estudo do assunto. Pode o texto contemporâneo, atual, vivo, fazer parte do grupo dos clássicos? Tem havido muita controvérsia a respeito, especialmente por parte daqueles que insistem em que a classicidade requer a forte marca do tempo, o julgamento das gerações, o crivo seletivo das idades. Penso diferentemente e prefiro colocar-me entre aqueles para quem o que mais importa é a densidade da escrita, a sua profundidade, os encantos da leitura, o pensamento que serve e enriquece o homem enquanto leitor. Reafirma-se, pois: um autor, ou um livro, não precisa ser velho para ser encarado como clássico, há outros fatores importantes, quiçá mais importantes que este da idade. Há vezes em que autores contemporâneos, podem ser motivo de estudos como autênticos futuros clássicos e cujas obras não desaparecerão tão cedo, ou pode ser que fiquem esquecidos por algum período de tempo, mas ressurgirão mais tarde, descobertos por novos leitores interessados na boa leitura e nos autores de bom nível, ou redescobertos pela crítica – esta nem sempre justa. Da mesma forma, nem todos os autores velhos podem ser considerados bons e merecedores de releituras e estudos. Há muita bobagem escrita no passado e em os nossos dias. É preciso saber o que ler e como ler. Sensibilidade para a leitura. Lembro um desses leitores de enorme sensibilidade e com alma de arqueólogo dos tesouros perdidos, o professor emérito da Universidade de São Paulo, Silveira Bueno. Mestre de muitas leituras, era desses que conseguem com olhos de lince vislumbrar o que existe de bom em um texto aparentemente simples. Autor de vasta obra de irregular valor, Silveira Bueno foi, contudo, dos mais proficientes antologistas que as nossas letras já tiveram. E inventou para as suas magníficas antologias literárias figuras de autores inteiramente desconhecidos do grande público e pouco louvados da crítica oficial, e obras, de edições restritas, livros que, muita vez, nem sequer passaram da primeira edição, mas que surpreendem o leitor que toma contacto com eles pela primeira vez e, depois dessa primeira leitura, certamente jamais os esquecerá. E lembro, de raspão, o nome de Vieira da Silva

186 e seu livro de crônicas, aliás, belas crônicas, *Consolação*; César Martínez, de origem espanhola, encantado pelo Brasil, e o seu livro de viagens *Sertões de Iguaçu*, hoje raridade bibliográfica; Mário de Melo, um jornalista que sabia escrever com arte e elegância e o seu *Como Vi Portugal*, que é um hino de amor à terra portuguesa;¹¹ Amadeu de Queiroz e *A Voz da Terra*, dos mais lindos idílios da nossa literatura; Arlindo Drummond da Costa e o seu bem pensado e bem escrito *Pro Una Patria Libera Pugnavi*; Paulo Gonçalves e *As Mulheres não Querem Alma*; o português Antero de Figueiredo e comovedor *O Último Olhar de Jesus* e outros autores e outros livros. Pouca gente fala nestes livros, talvez muito bom leitor nem sequer os conheça, mas não podem ser desprezados. Bem escritos e atuais, humanos e capazes de aumentar a própria concepção de arte e vida nos seus leitores. Sobre tudo, podem atravessar facilmente as idades e serem lidos com proveito. A antologia cheia de notas e comentários, como que encaminha o leitor para bons livros e bons autores que jaziam esquecidos até ao comando à vida: Levanta-te e anda!

Nem todos os prognósticos saem verdadeiros quanto aos contemporâneos. A amizade pessoal do antologista, a sua simpatia, a sua falta de uma crítica mais imparcial podem resultar em prognósticos falhados. E lembro alguns nomes apresentados como revelação das letras nacionais que o malogrado Estêvão Cruz incluiu nas suas antologias e que hoje em dia ninguém lê, ninguém cita, e pior ainda, que ninguém conhece sequer de citação. Também ele dos maiores antologistas que a nossa cultura já teve até hoje, homem de sólido conhecimento do vernáculo e de muitas leituras, apressadamente incluiu no seu Programa de Vernáculo.¹² Ernani Fornari, Dâmaso Rocha, Castilhos Goycochêa e outros dados como grandes esperanças das letras nacionais são inteiramente desconhecidos e mesmo nos seus lugares de nascimento ninguém deles mais se lembra. E o curioso é que Estêvão tinha tanta confiança nos seus vaticínios que os incluiu nas páginas das suas crestomatias enquanto jovens nos seus vinte e poucos anos, alguns mal saídos da Universidade... Até alguns deixaram obras vastas, mas que poucos lembram ainda, como Castilhos Goycochêa. Este era um bom investigador e escrevia de maneira leve e agradável, mas passou, salvo para alguns arqueólogos das letras gaúchas.

Também é verdade que a força midiática, o poderio das grandes editoras, o prestígio de um círculo, pode tentar propagar a obra de um autor, tornando-os, o autor e seu livro, sucesso de vendagem. Ou há casos de maus vaticínios, em que grupos de escritores, clubes de livros, editoras e jornais elaboram listas dos, por exemplo, 100 *Melhores Livros da Década*, ou coisa semelhante. Possuo várias dessas listas, até mesmo as mais ambiciosas que falam dos melhores livros do século, ou os livros de todos os tempos. Algumas misturam de cambulhada livros consagrados pelas gerações, com livros de autoajuda ou de receitas, ou absurdas novelas policiais sem pés nem cabeça e é claro, essas listas tendem a se tornar obsoletas e desautorizadas em pouco tempo. O clássico resiste naturalmente, mas se me perguntam como ocorre essa resistência, confesso com humildade que não sei como ocorre. Por mais bem elaboradas que sejam, há casos de falhas e omissões imperdoáveis. E o pior: muitos desses livros indigitados como entre os melhores do mundo, são, em pouco tempo, esquecidos, ou são lançados para o cesto dos momentaneamente esquecidos. Acontece isto. O clássico há de ser sempre lembrado, ainda que, por algum momento, possa ficar abandonado. É comum e profundamente humano o esquecer. Tudo se esquece na vida, por que não esquecer um livro e um autor? Mas existe a ressurreição, se se trata mesmo de um clássico. Tem-se a impressão muita vez que o livro clássico ressuscita sempre. O livro eterno relê, incansavelmente, o mito da Fênix. Renasce sempre, quando menos se espera. Todas as coisas estão submetidas ao tempo e Mac Iver no seu clássico e belíssimo *The Challenge of Passing Years*, escreveu um dia que “all created things exist in time and space. They all move in space or through space, and they all move in time or through time”.¹³ As obras de arte e seus autores não escapam à tirania do tempo, para bem e para mal. Nenhum tirano mais forte que o tempo.

— OS CONCEITOS DE CLÁSSICO

O que é um livro clássico? Quem é um autor clássico? Os conceitos de clássicos mudaram muito, mas acredito que foram os ensinamentos de Sainte-Beuve, nas *Causeries du Lundi*,¹⁴ quem, abrindo um

188 capítulo especial, ao fazer-se esta pergunta, lançou as bases de novos conceitos sobre *classitude* que vêm sendo seguidos através dos anos, afastando, por deslocado, aquele que se fazia antes e que tinha muito a ver com os estudos das antiguidades greco-latina, o aprendizado do grego e o latim, e muita filologia. E todas as vezes em que se faz a pergunta, o longo e trabalhado conceito de Sainte-Beuve surge logo, válido e sempre prestes a ser discutido e seguido e que posso resumir em poucos itens. Encimei-os justamente para que servissem de amparo a estas notas. Todos os seus conceitos são indiscutíveis, mas há quatro que me tocam principalmente e aqui resumo:

1. Devem ser passíveis de enriquecer o espírito humano;
2. Tem que trazer uma contribuição decisiva ao tesouro cultural do leitor;
3. A sua escrita não pode deixar de ser *fine* e racional, *sã* e bela; e
4. O clássico é aquele que pode atravessar todas as idades e estar sempre atual em todãs elas.

Os ensinamentos de Sainte-Beuve são de 1850, e muito coisa mudou, desde então, na Literatura Universal, mas eles continuam válidos e, diria mesmo, atuais. Está preso à discussão do seja *sinfronismo*, ou seja, o livro que pode falar a todos, e de todos ser apreendido, livro que é novo e antigo, contemporâneo de todas as idades, de todos os tempos. Alguns escritores e críticos famosos, partindo da definição de Sainte-Beuve, elaboraram-na mais como T. S. Eliot, para quem o clássico é aquele capaz de universalidade e amplitude, projetando-se acima do tempo e do espaço, como escreve no seu ensaio sobre = “What is a classic?”, que vem nos seus *Select Essays*.⁵⁵ Deixaram de ser aquela coisa rígida, um apego aos estudos latinos e gregos, uma volta aos grandes autores do mundo greco-romano ou do período renascentista e das escolas que se lhe seguiram, tinha muito a ver com o estudo das línguas grega e latina, e um comércio intenso com os velhos autores nacionais. Por exemplo, conhecer latim e alguns autores romanos, e ter boa leituras de Rabelais, Bacon, Shakespeare, Milton, Marot, Racine, Corneille, Dante, Boccaccio, e outros, era estar dentro dos estudos clássicos, aos quais se juntava o estudo da teologia, da patrística, dos ensinamentos de Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Santo Ambrósio e outros, era ser um

latino, o que na linguagem dos nossos antepassados equivaleria a ser um estudioso dos clássicos. E todos esses autores que haviam morrido há mais de duzentos ou trezentos anos, eram clássicos... A velhice era importante para que se fixassem as normas do que era ou não clássico, como o era a aproximação com os romanos e gregos, método, temos de convir, um tanto ingênuo esse da idade. Mas não era só isso. Sempre ouvi falar de clássico, quando menino, como de algo distante, imponente, quase hierático. E em certo ponto, era-o. meu Pai deu-me a ler um dia *Os Lusíadas*. Era uma ediçãozinha feia, cartonada, mas ricamente cheia de notas e um retrato abominável do Poeta. De noite, quando nos reuníamos na sala de jantar (naquele tempo não havia televisão e as famílias conversavam. Não havia ainda baixado o silêncio sobre as pessoas!), e perguntado se lera alguma coisa, eu disse-lhe que tentara, mas que era um livro cansativo e bastante difícil. “Continua. Relê cada estrofe e vai às notas de rodapé”, disse. “Não esquece: é um clássico. Não é um livro comum”, arrematou. E, menino, tirei logo duas ilações: que clássico é um livro difícil e cansativo; e que o clássico jamais é comum. É provável que aquelas palavras de meu Pai me tivessem ajudado para bandear-me para sempre para os clássicos. É preciso reler. Eles não são comuns, os clássicos. Depois, fui crescendo e vi que não é só o clássico que precisa de ser relido: toda e qualquer página requer uma releitura, nem que esta seja formal. Pode ser uma meditação sobre o texto lido, que ele ressurgir, belo e limpo. E que tudo precisa de uma explicação. É provável mesmo que a filosofia da leitura se resuma em uns poucos itens: releitura, meditação sobre o texto lido, a busca do que se acha por detrás de cada palavra, de cada frase, de cada pensamento. Em parte, aqueles diálogos com um homem que sempre leu muito até pouco antes de morrer, me tenha levado para o mundo das leituras mais seletas. E não me arrependo. Esqueço a questão da idade do autor para o enfileirar entre os que considero clássicos. Existem livros velhos que não servem para nada, que ninguém se dá ao trabalho de os ler, como existem livros relativamente novos que todos leem com encanto e proveito. Um dos fatores da *classitude* do livro é o de apresentar um leitura proveitosa, além de a sua perenidade enquanto obra. A obra sinfrônica é clássica, pois atravessa as idades e é sem-

190 pre lida como se tivesse sido lançada no mercado um mês atrás. Chego a pensar que é o sinfronismo uma das marcas mais presentes no livro que se pretende clássico, porquanto desta maneira ele é eternamente jovem. Deve haver ainda uma forte simbiose entre autor e obra para que ela possa parecer verdadeira, pensa V. S. Pritchett no seu admirável *The Myth Makers. Literary Essays*,¹⁶ analisando a trágica existência pessoal de Tolstoy, cujos remorsos e danação espiritual ele passava para os seus personagens, assim criando algumas figuras que serão eternas, lidas, apreciadas, odiadas, execradas ou amadas pelo leitor. E pôde assim construir uma obra eterna e clássica. E sinfrônica a sua vasta galeria de personagens.

— A MERA QUESTÃO DA IDADE E A SUA SIGNIFICAÇÃO
PARA A TAXONOMIA

Vimos acima que simplesmente ser velho não indica, metodologicamente, a *classitude* de uma obra, nem crisma um autor como clássico. Mas a simples questão da idade do autor e livro já não importa tanto assim. Penso que a sinfronia serve para marcar com uma certa intensidade que livro pode ser considerado clássico. A coincidência de sentidos, de módulo, de estilo, entre homens o entre circunstâncias espalhadas por todos os tempos, como ensinava Ortega y Gasset.¹⁷ O romance de Boris Pasternak, *Dr. Jivago*, com as vicissitudes por que passou, as perseguições, censura e proibição imposta pelo regime totalitário do Kremlin, transformaram-no em um vibrante *best-seller* que mostrava os horrores da queda da monarquia na Rússia e a criação de uma república sangrenta e truculenta “a república dos trabalhadores”, que por dezenas de anos escravizaria toda uma nação como jamais um czar o fizera do alto de todo o seu poder majestático. O livro é efetivamente um épico, mas passaria mais calmamente se não fossem os motivos apontados. Os russos são grandes ficcionistas e mesmo na época de forte censura à liberdade de escolha dos temas, proibição a quaisquer críticas ao regime imposta pelos órgãos do Estado e secundados pela União dos Escritores, houve grandes romances. É inegável que poesia e romance sempre existirão na Rússia e sempre do melhor nível. Mas calhou

de a censura vislumbrar crítica à revolução sanguinária de 1917 no enredo de *Dr. Jivago* e então perseguir o autor, com o quê o livro, de mais a mais publicado em tradução italiana fora do país (sabe-se lá com quantos cuidados levados os originais para fora da União Soviética!), tudo isso ajudou na mitificação do livro. O mito em torno do romance, deu-lhe uma aura de grande romance épico e de um dos mais importantes romances da segunda metade do século xx. Ajuntando-se a estas questões, que chamaria de circunstanciais, havia o poder da escrita de Pasternak. A sua força poética. Todos queriam ler o romance-símbolo de Pasternak, inicialmente conhecido através da tradução italiana e edição da Feltrinelli, logo chegou a outros países que o retraduziram e o difundiram *urbi et orbi*. O livro era devorado literalmente pelos leitores e o autor era perseguido internamente pelas autoridades comunistas, pelo partido único. Pasternak era visto como um dissidente e um subversivo, um inimigo do regime, quando, na verdade, nada disse pretendeu como explicou em uma rara entrevista. Quisera, sim, narrar um período doloroso da história do seu país, não fazer campanha contra um regime. Ele era um perfeito literato e pouco se lhe dava a tremenda luta pelo Poder dentro do Kremlin, as delações, as suspeitas, as ameaças da polícia secreta, sempre disposta a torturar e a humilhar os intelectuais que não rezavam pela cartilha do partido e seus mandarins. Logo houve estudos críticos, outras retraduições e adaptações para línguas do Ocidente que, pela primeira vez, tinha um retrato do que fora a tomada do Poder pelos bolcheviques e seus métodos truculentos de firmar-se à frente do antigo Império. Transformado em filme, com a belíssima Julie Christie, a talentosa e discreta Geraldine Chaplin e Omar Shariff nos papeis centrais, *Dr. Jivago* passou a ser encarado como uma obra-prima do romance universal e, com o perpassar dos tempos, virou um clássico. Livro de longa gestação, acredita-se que o autor tenha começado a escrevê-lo em 1910, prosseguindo até 1920 e só concluindo-o em 1957. No ano seguinte é publicado em italiano, logo mais em francês e inglês e daí então a glória do autor, que chega ao Nobel em 1958 e, dois anos depois, precocemente envelhecido, cansado e amargurado, fecha os olhos, em Peredelkino, em 30 de maio. Tinha setenta anos, mas aparentava bem

192 mais. Nem de longe sabia que estava a deixar ao mundo um novo clássico que muitos leriam, que seria traduzido nas principais línguas do mundo e estudado nas Universidades. O livro é bom e verdadeiro. *Gedichte und Wahrheit*, como queria Goethe. Escrito de maneira agradável, com bons diálogos e descrições inesquecíveis. Nascia um clássico! Se como dizia Borges do alto do seu grande saber literário, somente merece ser lido o livro com mais de cem anos (pelo menos ele costumava dizer que não gostava de ler os livros que tivessem menos de cem anos!), o *Dr. Jivago* ainda está longe de completar um século de sua publicação, mas já está nas listas dos grandes livros universais. *L'Amant*, de Duras, é outro que caminha a passos largos para a *classitude*. Foi lançado em 1984, em França, e logo se tornou um *best-seller*, transformado em filme, esse romance confidencial e com tinturas autobiográficas, foi lido e apreciado por todos. Depois, vieram as traduções e os estudos críticos e hoje é dado como um dos livros mais lidos do final do século xx. Para muitos, já é um clássico moderno que não pode faltar na biblioteca do leitor mais exigente. Pergunta-se: nos dois casos, poder-se-ia invocar a questão que tantos defendem para que um livro seja clássico, a idade? Acho que não. Nem o de Pasternak, nem o de Duras são o que se pode considerar livros velhos: o da romancista francesa, tem apenas 32 anos, enquanto o do russo, apenas passou a casa dos cinquenta. Pode ser que no caso de Duras, tanto quanto no de Pasternak, a magia do cinema tenha dado seu empurrãozinho para que esses romances tivessem maior saída, fossem *best-sellers* em várias línguas e afinal, aspirassem ao ingresso na galeria seletíssima dos livros clássicos, ou dos que caminham a passos rápidos para a *classitude*...

Existem livros que é lugar comum dizer-se que nascem clássicos. Nascem mesmo. Todos os leem, todos comentam, todos os elogiam e são *best-sellers* no bom sentido da expressão, não naquilo que ela tem de derogativo e desprezível. Podem até render muito dinheiro para o autor e para a editora, mas a sua vitória maior é a celebridade que advém dessas leituras continuadas, é a sua marcha em direção à universalidade. O *best-seller* pode ser um toque na sensibilidade do leitor.

Graças à avidez das editoras, criou-se a indústria do *best-seller*. Não estou aqui a defender este tipo de livro feito para ocasiões, supostamente destinado a sumir rapidamente. Nem tampouco o ataco. O *best-seller* é uma desses complexos que surgem na universo dos livros e que podem surpreender. Citei alguns exemplos de romances, por exemplo, que tiveram o seu momento de êxito e que transformou seus autores em homens famosos e ricos. O romance de dona Margaret Mitchell é um deles, mas como este há dezenas, centenas de outros nomes que cumprem maravilhosamente a sua missão de difusão. Ela jamais sonhou que o seu romance da Guerra de Secessão viesse a ser lido, estudado, querido. Só que por um desses azares da sorte, eles seguem uma trajetória que talvez surpreenda o livreiro e, mais ainda, o autor, quando leitores e críticos se manifestam elogiosamente sobre o mérito do livro. Dir-se-ia que ele medrou na América e dali se expandiu gloriosamente para todos os países e todas as línguas. Por causa de muito livro tolo e mal escrito, que promovia a ação a enredo e motivo único, algumas vezes esse tipo de publicação passou a ser negativamente encarado. Era o tipo de livro que se lia no ônibus, no trem, na sala do dentista, no consultório médico enquanto se esperava a vez, livro quase sempre barato que uma vez terminada a leitura, era abandonado. Cheguei a ver livros deixados nos bancos de trens: eles mostravam naquele abandono que haviam sido lidos, serviram por algumas horas e cumprido o seu papel eram deixados esquecidos. Mas outras vezes calhava de um livro nessas condições ia além da simples leitura do seu proprietário de momento. Talvez fossem escritos com a intenção de se tornarem muito vendidos e de trazerem para os seus autores e seus editores muito lucro. Era, porém, um livro bem pensado e bem escrito, com um plot que seduzia, personagens axiais bem delineados e um estilo palatável que faziam com que o romance (era quase sempre um romance!) caía no gosto do leitor, que de tão deliciado, guardava-o após ter terminado a leitura. Outros leitores tinham a mesma atitude para com esse livro e o que era para ser tristemente descartável, ia-se perenizando na simpatia dos leitores. O êxito assustava o seu autor, que jamais pen-

194 sara ver a sua obra traduzida, discutida, transformada em bons filmes e, pouco a pouco, universalizada. Se adregava de repetir-se-lhe o êxito por muito tempo e as demonstrações de apreço continuavam por mais tempo, e em outros lugares, o livro caminhava, aos poucos, para a celebridade, sem deixar de ser muito vendido e continuar a dar lucro aos editores e ao seu autor. O tempo iria encontrá-lo e determinar-lhe a caminhada através do espaço e dentro do próprio tempo, tiranicamente. Margaret Mitchell ao publicar o seu *Gone with the Wind* – que a tradução brasileira chamou de ...*E o Vento Levou*, em uma das mais felizes traduções que conheço –, jamais sonhou com tamanha ventura para o seu romance. Tempo e espaço combinaram e sabe-se o que depois aconteceu e como este, tantos outros mais. E futuramente se-lo-á *The Kite Runner*, de Khaled Hosseini.

— PALAVRAS FINAIS

Logo ao começar este artigo, lembrei a dificuldade que é em situar-se um clássico, ou em responder à pergunta: O que é um clássico? Volto-me, então, aos vários pontos discutidos pelo Dr. Adler, que merecem a atenção pela sua profundidade, ainda que nem todas suas conclusões sejam completamente aceitáveis. Há alguns pontos que, acredito, merecem reparos. E um dos primeiros reparos seria o de que ele não apresenta os livros significativos de cada item apontados, mas fala em tese ou afirma algo que fica tão genérico quão enigmático. Escreve que todos os grandes livros são verdadeiramente dignos de serem lidos. Que se não devem abandonar os verdadeiros grandes livros. Mas isto é uma obviedade, pois se se trata de um grande, é certo que ele jamais será abandonado e já discuti acima que alguns podem ficar algum tempo fora das luzes das propagandas, contudo jamais serão abandonados ou não seriam grandes livros. Quem jamais abandonou *A Eneida*, ou os poemas de Homero, as peças e poemas de Shakespeare? Quem jamais abandonou *Don Quijote de la Mancha*? Assegura que os grandes livros são provavelmente os mais lidos. São eternos, mas nem sempre são os mais lidos de todos. O ser clássico já é a constituição de uma barreira para o vulgar, para o “para todos”, mesmo que exista uma contradição muito grave quando se

trata de livro que, ao tornar-se um *best-seller*, se torna, conseqüentemente muito lidos por todas as classes sociais e dos mais diferentes níveis educacionais. O *best-seller* pode vir a ocupar listas de livrarias durante semanas e até meses e esse êxito de vendagem nem sempre significa que o será para sempre. Há clássicos que criam pó nas estantes sem que deixem de o serem. Neste aspecto, atendo-me ainda ao ensinamento de Sainte-Beuve e estreito a proximidade entre clássico e humanismo. O livro clássico é aquele que enriquece o espírito humano, ou seja, aquele que, pondo o homem no centro do seu arcabouço estético, serve a esse homem, como parte da grande natureza e só assim ele toma uma posição central no mundo do seu tempo e em a natureza. Estes ensinamentos, apreciáveis, encontram-se no seu *Sterwende Christendom?*.¹⁸ É a lição de um sábio e desventurado teólogo e filósofo africano, Johan Admas Heyns (1928-1994), um bom humanista que se perdeu por enveredar pela ideologia política e suas perigosas paixões quando a sua pátria, a África do Sul do Partido Nacionalista e dos descendentes dos voortrekkers que ali, naqueles sertões inóspitos, souberam criaram uma pujante civilização, ainda enfrentava graves problemas para a transição de governo. Neste livro, ele tem palavras sobre a importância do humanismo para quaisquer situações, religiosas, políticas, sociais, literárias. Era a válvula de escape.

São as proposições de Mortimer J. Adler no seu artigo aqui glossado. Há algumas afirmações ingênuas neste humanista de projeção. Escreve por exemplo que, proporcionalmente, menos leitores leram ...*E O Vento Levou* ou *Don Quixote*, do que a *Ilíada*. Mas esta é uma obviedade que raia pela inocência mais inocente que se possa imaginar. Nem parece o pensamento de um humanista de reconhecido valor como o nosso. O poema de Homero tem mais de 2.700 anos, enquanto o de Cervantes é do século XVII e o da sra. Mitchell do século passado. Se mais de vinte e cinco milhões de leitores o leram, em tantos séculos, é talvez quantos lerão com o mesmo tempo decorrido os dois livros citados em comparação. Os clássicos não são livros que fiquem jogados a um canto pegando poeira. Não. Até podem passar algum tempo esquecidos, mas ressurgem sempre. Quando menos se espera. Há-os, porém, os que são sempre lidos, e Shakespeare é um exemplo patente. Não devemos esquecer que os

196 cursos de Língua e Literatura inglesa em todas as grandes universidades, nos país anglófonos ou não, os incluem nos seus currículos. O mesmo acontece com Homero, Virgílio, Cervantes, Goethe, Cícero, Dostoievski, Tolstoy, Balzac, Molière, Racine, Corneille, etc. estão sempre na ordem do dia, sempre reeditados, sempre comentados, sempre lidos não apenas nas escolas mas pelo leitor comum.

E servem sempre de ponte entre as idades e os homens. Nisto a sua maior qualidade!

— REFERÊNCIAS

- BONET, Carmelo M. *Escuelas Literarias*. Colección Esquemas. Buenos Aires: Editorial Columba, 1953.
- BLOOM, Harold. *Gênio. Os 100 Autores mais Criativos da História da Literatura*. Tradução de José Roberto O'Shea. Revisão de Marta M. O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Páginas Literárias*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1943.
- CASTAGNINO, Raúl H. *¿Qué es Literatura? Naturaleza y Función de lo Literario*. Buenos Aires: Editorial Nova, 1954.
- CRUZ, Estêvão. *Programa de Vernáculo*. Antologia, subsídios literários e gramaticais. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936.
- DAICHES, David. *A Study of Literature. For Readers and Critics*. Sussex: University of Ssex, 1967.
- FADIMAN, Clifton; MAJOR, John S. . *The New Lifetime Reading Plan. The Classic Guide to World Literature*. Revised and expanded. Fourth edition. Nova Iorque: HarperCollinsPublishers, 1997.
- FAGUET, Emile. *A Arte de Ler*. Tradução de Pinto de Aguiar. Salvador, Bahia: Livraria Progresso, 1958.
- FREIRE, S. J., António. *Estudos de Cultura Greco-Latina*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1960.
- HADAS, Moses. *Old Wine, New Bottles. A Humanist Teacher at Work. Credo Series*. Nova Iorque: Giant Cardinal, 1963.
- HEYNS, Johan Adam. *Sterwende Christendom? 'n Teologie in die greep van die tydgees*. Elsierivier, K.P.: Tafelberg-Uitgewers, 1969.

- MAC IVER, R. M. *The Challenge of Passing Years. My Encounter with Time. The Credo Series.* Nova Iorque: Giant Cardinal, 1963.
- PRITCHETT, Sir V. S. *The Myth Makers. Literary Essays.* Nova Iorque: Random House, 1979.
- WIECHERT, Ernst. *Das Einfache Leben.* Munique: Verlag Kurt Desch, 1950.

— NOTAS

1. Vide: Das Beste aus Reader's Digest, nr. 2 - Februar 1979. Art. von Mortimer J. Adler: Wie wird ein Buch zum Kassiker?. De págs.105 usque 109. Trata-se de um resumo do livro mais famoso de Adler, *How to Read a Book*, da ed. de 1972, que contou com a colaboração de Charles van Doren.
2. Bloom, Harold. *Gênio. Os 100 Autores mais Criativos da História da Literatura.* José Roberto O'Shea. Revisão Marta M. O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
3. In: Faguet, Émile. *A Arte de Ler.* Tradução de Pinto de Aguiar. Salvador, Bahia: Livraria Progresso, 1958, p. 5.
4. Op. cit., p. 9. Grifos meus.
5. In: Jackson, Holbrook. "The Joy of Reading" in: Sterferud, Alfred (Ed.). *The Wonderful World of Books. Illustrations by Robert Osborn.* Nova Iorque: A Mentor Book/Published by The New American Library, 1953, p. 31. Mais adiante o mesmo autor escreve: "If, however, it is not possible to prescribe an exact formula for the enjoyment of books, there is a considerable accumulation of opinion and fact among the recors of literature which afford some guidance, if a full dress defense were necessary. **But interesting as the arguments and the citations would be, such elaborate persuasion is not essential, for those who need it are probably deficient in the faculty of enjoyment and therefore inconvertible.** Nor is favorable bookish opinion always helpful, and interesting though it can be, there is often a tendency to sentimentalize or to press predilection into the fantastic and the whimsical. Such characteristics are to be circumvented rather than condemned. Emphasis should be laid upon the sound and incisive opinions which are plentiful, for it is from them that

- a common-sense basis for the pleasures of reading can be deduced". - *ibid*, p. 31. *Grifos meus*.
6. Wiechert, Ernst. *Das Einfache Leben*. Munique: Verlag Kurt Desch, 1950. O romancista escreve: "... ein Mann an einem der Westfenster seines Hauses und hob, in Gedanken verloren, den Blick von einem alten und unansehnlichen Buch, das er in den Händen hielt", p. 7.
 7. Bonet, Carmelo M. *Escuelas Literarias*. Colección Esquemas. Buenos Aires: Editorial Columba, 1953.
 8. Freire, S. J., Padre António. *Estudos de Cultura Greco-Latina*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1960, p. 145.
 9. Hadas, Moses. *Old Wine, New Bottles. A Humanist Teacher at Work*. The Credo Series. Nova Iorque: Giant Cardinal, 1963.
 10. Bueno, Francisco da Silveira. *Páginas Literárias*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1943. Cito apenas este para que o leitor se dê conta de como procedia mestre Silveira Bueno em a escolha de seus autores. Escolhendo-os e dando-lhe entrada nas suas antologias, apressava, de certo modo, o reconhecimento de livros e autores por parte de leitores. Na verdade, ele inventou vários autores...
 11. Mello tudo observava e com tamanha acuidade que ia buscar coisas que os próprios filhos da região pareciam não ver. Ao visitar a parte nordeste do país, faz referência à língua mirandesa e chega a citar-lhe pequeno trecho. E aqui cabe, acredito, uma confissão pessoal: foi em parte graças a essa pequena citação no livro *Como Vi Portugal, por sinal altamente irônica, em mirandês, que despertou em mim a curiosidade mais funda de vir a estudar a língua, de que resultou uma de minhas maiores satisfações culturais com a escrita do meu Um Tesouro da România: O Mirandês, ainda inédito*.
 12. Cruz, Estêvão. *Programa de Vernáculo. Antologia. Subsídios Literários e Gramaticais*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936.
 13. Mac Iver, R. M. *The Challenge of the Passing Years. My Encounter with Time*. The Credo Series. Nova Iorque: Giant Cardinal, 1963. P.6.
 14. Sainte-Beuve, Charles Augustin. *Qu'est-ce qu'un classique?* (In: *Causeries du Lundi*, vol. III, p. 38, usque 55, da ed. parisiense de 1850).
 15. Apud: Castagnino, Raúl H. *¿Qué es Literatura? Naturaleza y Función de lo Literario*. Buenos Aires: Editorial Nova, 1954, p. 26.

Random House, 1979.

17. Apud: Carmelo M. Bonet in *Escuelas Literarias*, ed. cit. acima, p. 47. A palavra *leva-nos à fonte grega* Σὺμ-φρων, ον, adjetivo, é quem pensa o mesmo, que, por sua vez, nos leva ao advérbio Σὺν, todos juntos, ao mesmo tempo, juntamente, etc. Ora, a explicação é perfeita e a obra sinfrônica seria aquela que apresenta as mesmas características que outras, mesmo estando separadas pelo tempo. Realmente, o clássico apresenta esta qualidade: continua a ser visto de igual maneira em épocas distintas, não fica adstrito ao seu tempo unicamente: *Emma Bovary* não existiu apenas nos meados do século XIX, e sim é a mulher de todos os tempos, com os seus encantos e fraquezas, a sua malícia e defeitos, mas também a mesma vontade de amar e de ser amada. Um retrato eterno, como a nossa *Capitu*, a dos olhos de ressaca. *Jude Fawley* na sua ânsia de amar, de estudar, de vir a ser alguém na vida, e, também, nos seus seguidos fracassos, venha a ser uma personagem eterna. As cenas pintadas por Hardy, ainda que mudadas para outros ambientes e já adaptadas a outras circunstâncias, pode ser um magnífico exemplo de sinfronismo, e por isso mesmo fazer com que este romance, *Jude the Obscure*, de que *Jude* é o protagonista trágico, seja incluído na galeria dos romances eternos e clássicos. Descrevendo uma época determinada, transcende, porém, a essa época, a vitoriana e ao fenômeno social do vitorianismo, para chegar a ser compreendido pelo leitor dos nossos dias. A tragédia de *Ivan Ilich*, do romance de Tolstoy, é uma das mais dolorosas personagens da ficção russa de todos os tempos e a sua tortura e sofrimentos físicos e morais, a sua tremenda solidão, serão compreendidos e sentidos pelo leitor de todas as épocas e todos os lugares. O livro na sua armação sinfrônica é perfeitamente clássico. O romancista constrói toda uma tragédia que se desenrola após a enfermidade do protagonista: amigos e comensais que desaparecem, a indiferença das pessoas, o próprio descaso dos familiares, da sua fútil mulher e da filha casadoira e festeira, e, no Tribunal, depois, a luta pelo seu posto de juiz, mesmo antes de ele fechar os olhos, tudo isto é de um realismo atroz a que assistimos, infelizmente, todos os dias de uma vida. Não esqueçamos que muitas daquelas torturadas personagens de Tolstoy são o contraditório e trágico Conde Tolstoy lui-même, quase como que copiado a papel carbono, ainda que o escritor o negasse veementemente.

Em geral o romancista tem vergonha de dizer que se retrata em determinada personagem, mas quando se lhe conhece a vida e os dramas interiores, já não há como negar. Depois, poucos romancistas existem que se não coloquem em uma transformação bovarista nas páginas de um romance, vivendo um enredo que gostariam de ter vivido intensamente. Se o sinfronismo é um fenômeno literário, o bovarismo é-o profundamente humano!

18. Heyns, Johan Adam. *Sterwende Christendom? 'n Teologie in die greep van die tydges*. Elsierivier, K.P.: Tafelberg-Uitgewers, 1969. Chamo a atenção do leitor para algumas observações de Heyns que aproximam do que venho defendendo aqui nestas páginas. Escreve o teólogo: “Die mens is deel van die groot natuur, maar dan tog dié deel wat al die aspekte van die cosmos in hom verenig. Só kry die mens 'n sentrale posisie in die wêreld van die tyd en die natuur. Maar as dit waar is dat die mens die universele natuur in hom verenig, dans is daar binne die mens – na analogie van die universele natuur – ook tussen lag en hoog, tussen aards en hemels te onderskrei”, p. 46. *Grifos meus*.
19. O Dr. Johan Adam Heyns era um bom homem. A ele devo o incentivo para o estudo do afrikaans. Mandou-me revistas e livros, e todas as vezes que visitei o país, recebeu-me e conversamos muito. Era um tipo alegre e expansivo, amistoso desde o primeiro momento. Gozava de muito prestígio na sua comunidade branca, de africâner e foi professor em Stellenbosch e mais tarde em Pretória. Era um humanista às direitas, um pregador dos melhores e as suas obras de Teologia escritas em uma linguagem extremamente sedutora, como esta que aqui cito. Apressou-se na História. Foi o seu erro. O país vivia em transição do governo ordeiro e extremamente disciplinado do Nasionaal Party, aquele que dera estabilidade e independência política à África do Sul. Fiel aos seus princípios humanistas, tomou os pés pelas mãos como se diz vulgarmente e passou a defender o fim do apartheid, o casamento misto, o casamento gay e outras atitudes que chocaram profundamente a sociedade conservadora, ordeira e tradicionalista da Nederduitse Gereformeede Kerk, que tanto o apoiara antes, passou a hostilizá-lo. Declarou que o apartheid não tinha amparo na Bíblia e que ser gay não era pecado. Foi um verdadeiro tsunami em Pretória e em outros lugares sul-africanos. Ninguém conseguia entender por que uma virada tão radical em um líder conservador. No dia 5 de no-

vembro de 1994 foi assassinado nos jardins de sua bela e ampla morada, nos arredores de Pretória. Lamentei muito, pois fui seu amigo sincero, mas jamais aceitei a precipitação com que mudava de comportamento, adotando uma postura subversiva que era o anti-humanismo, substituído por atitudes anárquicas. O tempo não estava ainda maduro para tamanha alteração e humanismo queria dizer também moderação e bom senso. Faltaram a Heyns em um momento em que ele era tão importante e útil para a transição da sua bela pátria.

20. Seguindo a lição do filósofo holandês P. van Overzee, no seu clássico *Het Humanisme ald levensbeschouwing in de Nederlanden*. Amsterdam: Hafcamp, 1948, p. 11, o infelizmente teólogo africâner escreve, em uma tentativa de definir o que seja Humanismo na sua visão: “Wat die humaniste gesoek het in die kerkeleer van hul tyd hulle nie kon bied nie, maar die klassieke wêl, was ‘n lewensbeskouing wat aan die mens met al sy skeppende geestesfunksies reg sou laat geskied. Die Humanisme wil die mens sentraal plaas, want dit glo in die waardigheid van die mens-syn”, p. 47. *Grifos meus*.

— Raymundo Palhano: um pouco de história e herança¹

ROBÉRIO BRAGA

Viver é um combate perpétuo, e na luta os fortes são sempre os vencedores.

Charles Richet²

— INTRODUÇÃO

1. Palestra proferida no dia 24 de outubro de 2013, em Manaus, durante o III Seminário da FAN, realizado pela Fundação "Allan Kardec".

2. O Paiz, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1916.

Vem de muito tempo a busca pela Amazônia. A região na qual a presença do homem é referenciada há milênios de anos, com civilizações bem constituídas e em evolução, em cujo corpo se insere o antigo Lugar da Barra do Rio Negro, pequeno aglomerado de povos tradicionais de diversas etnias reunidas muito antes da edificação da casa forte sob a invocação de São José no meado dos anos seiscentos.

A Amazônia seduz. Muito maior foi a sedução quando no século XIX representava um mundo por descobrir. A fantasia, o sonho e a imaginação dos viajantes, sobretudo dos estrangeiros que penetraram pelos seus rios interiores deixaram a sensação de um local mágico, indecifrável e indescritível. Ainda que para alguns pudesse representar mistério e por isso mesmo algo assustador, havia sobre ela, um ardoroso desejo de conhecê-la e descrevê-la. E em outros tantos o de habitá-la e nela realizar projetos de vida. Com esse intuito revelado ou nem tão a descoberto, para ela acorreram brasileiros dos mais diversos lugares, particularmente do Nordeste que sofria com a seca; famílias inteiras deixaram suas terras de origem para uma aventura na Amazônia, e, neste contexto, a cidade de Manaus que brilhava em modernidades e tilintava em libras esterlinas acolheu a muitos desses brasileiros e estrangeiros também apaixonados pelas águas e pela floresta densa.

Dentre os vários pesquisadores, médicos, juristas, farmacêuticos, químicos, professores e profissionais das mais diversas áreas, e dos milhares de trabalhadores anônimos que se dirigiram para a capital amazonense em busca de novos e ardorosos dias de venturoso progresso pessoal, esteve Raymundo de Carvalho Palhano, nascido no Piauí, ao que se sabe em 1868. Tendo estudado na sua terra onde fez também os cursos preparatórios, deve ter-se formado em Farmácia na Escola da capital do império e da República: o Rio de Janeiro.

Sabidamente há de ter sido colega de vários jovens que se tornaram notáveis na vida brasileira, afinal o Rio de Janeiro era campo fértil para a prosperidade intelectual. Afastamos, entretanto, a hipótese de haver sido colega de Bezerra de Menezes, ainda que ambos tenham sido formados na mesma escola de nível superior, certamente porque foram de épocas diversas. Bezerra de Menezes nasceu em 1831. Vinte anos depois estava no Rio de Janeiro, doutorando-se em 1856, portanto, bem antes do nascimento de Palhano. Pode ter sido aluno (?) de Bezerra de Menezes, visto que em 1886 Palhano dava ingresso no curso de farmácia da Academia do Rio de Janeiro, quando Bezerra já era membro honorário da secção de cirurgia da escola.

O curso que Palhano fez era desenvolvido em três anos, conforme a chamada Reforma Saboia, de 1882,³ que resultou em mudança completa dos métodos e técnicas de ensino, criação de laboratórios de apoio à prática médica, transformação do currículo e adoção do modelo germânico que pregava o ensino prático e livre.

Formando-se, Raymundo retornou a sua terra para o exercício da profissão e convivência social, saindo do Rio de Janeiro.

— NA TERRA NATAL

Encravado em um Brasil monárquico, de governo centralizado, o Piauí vivia uma intensa atividade política. Bastante ativo na campanha republicana desde antes de 1870. A partir de 1880 aumentaria o ânimo republicano na capital muito em razão do empenho dos bacharéis da Escola do Recife, em cujo grupo se incluía Rego Monteiro e Joaquim Ribeiro Gonçalves. A resistência dos conservadores não

³ Trata-se do cearense Vicente Cândido Figueira Saboia, médico formado em 1858 pela Academia do Rio de Janeiro, professor e diretor da faculdade, e que foi encarregado pelo governo imperial de propor uma reforma do ensino que acabou estabelecendo o ensino livre.

204 seria menor, em cuja linha partidária se encontrava Coelho de Rezende, um dos fundadores do jornal *A Reforma*, em 1887.

Importante registrar que, tempos depois, Rego Monteiro, Coelho de Rezende e vários dos irmãos Palhano, inclusive Raymundo, estariam atuando em Manaus e no interior, ao lado de outros piauienses que se tornaram ilustres.

Diante do clima de animação republicana Raymundo Palhano se interessou pela vida política e partidária e conseguiu eleger-se deputado ao primeiro Congresso Constituinte do Estado do Piauí. Palhano participou das reuniões legislativas e constituintes de abril de 1890 a maio de 1891, sendo a Carta por ele assinada promulgada sob a presidência do deputado Simplício de Souza Mendes.

Uma reviravolta no Governo Federal modificaria o cenário político em todo o País. No Piauí o Congresso do Estado foi dissolvido em fins de novembro de 1891 em razão do novo governo revolucionário chefiado por Floriano Peixoto. Depois disso foi composto novo Congresso de Representantes, e editada nova Constituição em 1892.⁴ Fórmula, aliás, que se efetivou também no Amazonas com a eleição de Eduardo Gonçalves Ribeiro cuja vida se entrelaçaria com a da família Palhano em algumas circunstâncias.

Os registros conhecidos dão conta de apenas esta experiência política de Palhano no Piauí, visto que ele não mais integrou o Congresso seguinte, recomposto para atender às ordens florianistas, não tendo firmado, por isso mesmo, a segunda Constituição do Estado.

— CAMINHANDO PELA FLORESTA

Ao que se depreende dos fatos conhecidos, logo após a experiência parlamentar e constituinte em sua terra natal Palhano se transferiu para Manaus, a capital da hévea, interessado na vida regional e aproveitar o período de bastante econômica, em viver a *belle époque* amazonense. Outro aspecto motivador dessa migração deve ter sido o fato de que havia em Manaus grande comunidade maranhense e piauiense, parte dela com expressiva influência política, social, cultural e econômica.

4. Igual processo sucedeu no Amazonas com o afastamento de Thaumaturgo de Azevedo e nomeação, eleição e posse de Eduardo Ribeiro, que exerceu o mandato até 1896.

No exercício da profissão de farmacêutico já o encontramos atuando na capital amazonense em 1891,⁵ época de acirrada disputa política entre Eduardo Ribeiro e Thaumaturgo de Azevedo. Vale considerar, que em 1893 deu-se o nascimento de seu primeiro filho, Fábio Martins Palhano, do casamento com dona Perpétua Martins e que este era piauiense, o que exige admitirmos que possa ter promovido uma transferência gradativa para a capital amazonense.

Sua permanência em Manaus foi longa e frutífera. Exerceu o magistério ginásial, enveredou pela política partidária, ingressou na maçonaria, participou ativamente do movimento espírita, atuou na Universidade Livre de Manáos, foi jornalista, e tudo isso desempenhando funções como farmacêutico, não só em Manaus como em Parintins, localidade de grande influência judaica e da igreja católica de base italiana, e, ao mesmo tempo campo de prática de fenômeno espíritas.

— O FARMACÊUTICO

A profissão de farmacêutico foi determinante na vida da Raymundo no Amazonas, seja na atividade pública ou privada. Os negócios eram prósperos em Manaus. Havia grande número de farmácias e boticas aviando remédios para um grupo expressivo de médicos, muito deles de renome e com formação e experiência relevante, até no exterior, e em centros de grande qualidade e renome da Europa.

Sabe-se, que, no exercício da sua atividade profissional em 1896 havia constituído uma sociedade com Serapião de Aguiar Mello, adquirindo a Farmácia Humanitária, que passou a ser gerida pela empresa Aguiar Palhano & Cia.⁶

O ano de 1897 no qual ele era o farmacêutico responsável pela Farmácia Calmont, foi de penúria para a cidade de Manaus no campo da saúde pública. A varíola grassava. Várias comissões foram compostas para combater a doença. Raymundo atuou como vacinador na Colônia Oliveira Machado, juntamente com Astrolábio Passos e Segismundo Garcez.⁷ No mesmo ano submeteu ao laboratório oficial do Estado para testes um produto elaborado sob sua responsabilidade farmacêutica denominado *Antipaludosas*, que foi amplamente

5. Deve ter chegado a Manaus após maio de 1891, período em que foram encerradas as atividades constituintes das quais participou no Piauí.

6. Constituída em 16 de março de 1896.

7. Diário Oficial do Estado, Manaus, 11 de maio de 1897.

comercializado em Manaus.⁸ Estaria aí o cientista? Ou terá sido apenas mais um dos farmacêuticos experimentados em laboratório de manipulação capaz de constatar a necessidade de medicamento sob o ponto de vista clínico e econômico?

Naquele mesmo ano (1897) dona Perpétua Martins, sua esposa, iniciou a sociedade comercial em farmácia com Júlio Verne de Mattos Pereira,⁹ constituindo a empresa M. Pereira & Cia, cujo prestígio era reconhecido na cidade, e, além de outros remédios, desenvolveu e vendia desde 1902, o vinho febrífugo.

Em novembro de 1900 outro farmacêutico passou a exercer a responsabilidade técnica pela Farmácia Palhano: Miguel Lino de Menezes Macedo, substituindo a Archimino Pereira da Fonseca, mas, Raymundo não deixou de desenvolver a atividade comercial que se tornou tão próspera a ponto de em 1910 ser incluído entre os quinze maiores contribuintes do imposto de indústria e profissão arrecadado pelo Estado.¹⁰ É possível cogitar que tal condição econômica tenha sido propiciada pelos produtos destacados de sua farmácia, precisamente o Vermicina Palhano, e a Antipaludoza Palhano, além das atividades pessoais que possa ter desenvolvido. Era uma fase de grande concorrência. Vários remédios de farmácia, eram vendidos na praça manauense. As boticas ganharam fama e prestígio desde os fins do século XIX na capital amazonense, e costumavam trazer o nome da farmácia ou do farmacêutico como forma de adquirir crédito junto ao consumidor, exatamente como sucedeu com Palhano.

Após exercer essa atividade em Manaus; Raymundo foi farmacêutico no Rio de Janeiro, na Rua do Catete, vinculado ao sistema de Laboratório Nacional de Análises. Mais tarde foi um dos químicos do Laboratório de Análises de São Paulo.

A tradição familiar no ramo farmacêutico se ampliou além de Raymundo Palhano, merecendo prêmios em Manaus e em São Luís. Em 1905, por exemplo, Anísio Palhano de Jesus recebeu prêmio na categoria de produtos químicos e farmacêuticos, com medalha de bronze e Palhano & Passos, com medalha de ouro em artigos de viagem.

8. É possível encontrar em jornais da época, inclusive do Estado do Maranhão, vários agradecimentos de usuários do remédio, ressaltando a qualidade e eficácia do tratamento.

9. Trata-se do farmacêutico e político Júlio Verne, avô materno do político amazonense Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto.

10. Certidão passada por J.B. Faria e Souza, em 2 de janeiro de 1911. O Correio do Norte, Mandos, 10 de julho de 1910.

O interesse de Raymundo pela política ficou demonstrado pela sua participação na primeira constituinte de seu estado natal. Quando de sua transferência para Manaus a cidade fervilhava em disputa de líderes civis e militares nos primeiros anos da República, em particular do Maranhão e Piauí. Natural, portanto, que, sendo pessoa influente e bem relacionada em uma cidade ainda pequena, se voltasse para a luta política ou a ela fosse convocado por amigos e companheiros de profissão.

Para este fim foi inscrito como eleitor de Manaus em 23 de julho de 1896, ao fim do governo de Eduardo Ribeiro. Seu irmão Anísio experimentaria a política amazonense antes dele, no governo de José Cardoso Ramalho Júnior.

Desde sua inscrição eleitoral em 1896 até 1910 não foi possível palmilhar a trajetória política de Raymundo. Em 1910 a capital amazonense vivia período de grave conturbação e renovação política. O bombardeio e a deposição do governador Antônio Bittencourt deixaram a cidade em reboição. No mesmo ano foi realizada a primeira eleição para prefeito, juntamente com a de vereadores da capital. De um lado Bittencourt comandava os republicanos e de outro os remanescentes da ala do vice-governador Sá Peixoto. Em meio à agitação, estavam Guerreiro Antony, Adriano Jorge, Silvério Nery, Jorge de Moraes, Ephigênio de Salles na disputa e pelo poder. As urnas, ou as atas, não há como precisar ao certo, escolheram Jorge de Moraes para prefeito de Manaus, para o mandato de 1911 a 1913.¹¹ O que ficou evidenciado foi o afastamento do grupo de Sá Peixoto do poder, ele que fora influente e vice-governador e que depois de ter armado o clima e a crise que culminaram com o bombardeio de Manaus foi obrigado a ausentar-se da cidade.

Na mesma eleição de Jorge de Moraes para prefeito foram eleitos para a Câmara Municipal os vereadores: Marçal Ferreira (presidente), Eusébio Caldas, José Liberato, Aprígio de Menezes, Anselmo Mendes, Sérgio Pessoa, Joaquim Sarmiento, Domingos Queiroz e Raymundo Palhano para o mesmo triênio até 1911/1913.

¹¹. Jorge era até então senador da República, e muito bem posicionado no senado.

Na sessão de 15 de maio de 1911, quando da apresentação do primeiro relatório de governo municipal, Palhano foi da comissão de recepção ao prefeito, na companhia dos vereadores José Liberato e Aprígio de Menezes. De forma efetiva, integrou a comissão de Fazenda, Patrimônio e Orçamento da Câmara. Era um período de muita dificuldade financeira. Época de Guerra Mundial, queda abrupta da exportação da borracha, empobrecimento de todos. O prefeito desenvolveu esforços para contrair empréstimo externo para fazer frente às despesas da comuna e promover investimentos que a cidade reclamava. Ainda não havia a consciência que a decadência da economia se tornaria uma realidade irreversível. Havia políticos que apoiavam as intenções de Jorge de Moraes. Outros nem tanto, outros se posicionavam contrários ao empréstimo, e até de forma agressiva e ofensiva. Palhano, vereador da cidade, estava entre os que apoiavam a contratação de empréstimo externo, portanto, dentre aqueles aos quais Jorge de Moraes ao fim do mandato classificou de “Meus amigos,” em contraposição aos que designou de “cães”.

Teria sido esta e somente esta a sua experiência política no Amazonas? Este aspecto reclama pesquisa e esclarecimento, mas é possível encontrá-lo, em 1918 integrando o Partido Republicano Amazonense, por Maués, época na qual o maior esforço de todos os partidos era promover o alistamento eleitoral dos cidadãos: moderna exigência da lei. Em 1920 apoiou a candidatura do Dr. W. Ferreira juiz e político que enfrentou o governador Pedro Bacellar com seu candidato, Rego Monteiro, afinal vitorioso. Quatro anos depois, fiel à mesma linha política, apoiou a intervenção federal diante da crise do governo reguista e da revolução de 1924.

E de que forma terá contribuído ainda mais na vida política estadual? Fica a indagação à espera de pesquisadores que sejam capazes de desvendar essa trajetória cuja pista é agora oferecida. Terá sido motivado à luta por Carlos Teodoro que integrava o grupo de Adriano Jorge?

— NA UNIVERSIDADE LIVRE DE MANÁOS

A efervescência econômica e cultural no Amazonas e de modo particular em Manaus e nas cidades polo da produção de borracha como

Humaitá, Borba e Lábrea, permitia ousadias utilizando instrumentos modernos de transformação social. Nesse cenário, decorrente da escola de instrução militar surgiu a Universidade Livre de Manáos que teve grande influência na formação e animação política, social e intelectual daquela geração. Foi iniciativa singular de várias personalidades, especialmente Pedro Botelho da Cunha, Astrolábio Passos, Antônio Bittencourt e Eulálio Chaves. Raymundo de Carvalho Palhano teve participação ativa na instituição, sob vários aspectos.

A Escola Universitária ao ser inaugurada fixava em seu estatuto a criação dos seguintes cursos: Três Armas; Engenharia Civil, Agrimensura, Agronomia; Ciências Jurídicas e Sociais; Farmacêutico e Bacharelado em Ciências Naturais e Farmacêuticas; Ciências e Letras.

Nesse contexto Raymundo Palhano foi professor, preparador, vice-diretor de escola e aluno da Universidade Livre de Manáos, destacando-se na liderança dos estudantes do curso que escolheu para aprimorar sua formação: ciências jurídicas e sociais, da mesma forma que vários outros bacharéis.

Na escola de Ciências Jurídicas e Sociais passou a ser colega de aula de outros farmacêuticos como Arthur Studart, Hermes Tupinambá e Germano Guerreiro, e de Adriano Jorge, o médico e pensador, no primeiro ano da faculdade.

Nessa condição (aluno de Direito), foi o orador oficial da solenidade comemorativa do segundo ano de criação da entidade, quando “numa oração de folego, mostrou a inquebrantabilidade do caráter, a força da vontade e a grandeza da alma estudantina. Salientou os méritos moral e intelectual da comissão que foi ao Pará, e terminou saudando a ciência nas pessoas dos Drs. Astrolábio Passos e Eulálio Chaves”.¹² Foi uma festa de grande destaque na época.

Diverso de Adriano que abandonou os novos estudos, Palhano colou grau na primeira turma ao lado de: Sadoc Pereira, Arthur Studart, Domingos Queiroz, Hermes Tupinambá, José Chevalier, Manoel de Miranda Simões e Temístocles Gadelha.¹³

Ao deixar a Universidade, formado em Direito, participou do grupo de fundação e direção da Associação Vulgarizadora do Ensino, organizada por antigos alunos da instituição, em 17 de janeiro de

¹². Correio do Norte, Mandos, 30 de agosto de 1911.

¹³. Na foto da solenidade, conhecida e editada na revista da Universidade, em primeiro plano, Raymundo Palhano

210 1918. Participou da diretoria no período de 1920-21, como 2º vice-presidente, à época da presidência de Gentil Bittencourt.

*aparece ao lado de
Hermes Tupinambá,
Isidoro Maquiné e
Temistócles Gadelha, e dos
professores Marrocos e
Souza Rubim.*

— O PROFESSOR

O magistério amazonense naqueles anos foi campo fértil para vários profissionais da área do direito e das ciências médicas e farmacêuticas. São vários os professores dessas categorias notadamente nos colégios públicos mais importantes: o Ginásio Amazonense Pedro II, e, a Escola Normal. Raymundo Palhano ofereceu sua contribuição ao magistério que também era um emprego bastante desejado.

Inicialmente foi professor substituto do Ginásio Amazonense Pedro II, paralelamente à função de preparador de laboratórios na Escola Normal, atividade que exerceu em largo período sob a direção dos professores Júlio Nogueira, Benjamin Ferreira Valle e Benedicto Sidou. Também foi preparador de física e química do Ginásio Amazonense Pedro II, e mais tarde do curso de Agronomia da Universidade Livre de Manaus.

Mediante aprovação em concurso público foi nomeado preparador efetivo da cadeira de física e química do mesmo Ginásio Amazonense,¹⁴ em 14 de janeiro de 1897. Pouco tempo depois, em março de 1897 foi designado para reger a cadeira de Geografia e Astronomia do Ginásio.¹⁵ Também integrou bancas de concurso público para seleção de professores, especialmente na cadeira de História Natural.

Foi professor efetivo da Escola Agronômica, antiga Escola Média de Agricultura, da qual foi diretor do Aprendizado Agrícola, e depois vice-diretor da Escola Agronômica ao tempo do diretor Antônio Telles de Souza. Depois foi elevado a professor catedrático da Escola Agronômica, cargo no qual foi colocado em disponibilidade.

Esteve presente na sessão de instalação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas a 25 de março de 1917. Naquele ano, mesmo morando e trabalhando em Parintins, mas frequentando com certa assiduidade a capital, foi membro da Liga da Defesa Nacional no Amazonas, ao lado de Pedro Bacellar, Esmeraldo Coelho, Ramalho Júnior, Crespo de Castro e um grande número de pessoas, todas de relevância na sociedade da época.

14. Diário Oficial do Estado, Manaus, 3 de janeiro de 1897.

15. Diário Oficial do Estado, Manaus, 17 de março de 1897.

Na maçonaria amazonense, iniciada em 1871 com a instalação da Loja Esperança e Porvir nº 1, Raymundo Palhano ocupou lugar de destaque. Em 1910, ano fatídico para as liberdades e a segurança da cidade de Manaus, foi eleito Grande Orador do Grande Oriente Estadual, na Assembleia Geral da entidade, então presidida pelo ex-governador José Cardoso Ramalho Júnior. Tempos depois integrou o Tribunal de Justiça da mesma potência. Na ocasião atuava ao lado de Feliciano Lima, Antônio Krichanã da Silva, Pedro Henrique Cordeiro Júnior e Venâncio Igrejas Lopes, dentre outros.

— O PROPAGADOR DO ESPIRITISMO

Dentre as muitas facetas que ressaltam de sua vida, Raymundo Palhano se dedicou ao estudo e prática do espiritismo, especialmente na função de propagador. Para tanto editava o jornal *O Guia*, cuja circulação teve início em 15 de dezembro de 1905 com distribuição preferencial em Manaus. Somá-se à trilha de outros jornais de cunho espírita publicados na capital amazonense como *Mensageiro*, *O Semeador* e *A Luz da Verdade*. É que a imprensa escrita era o melhor e mais eficiente caminho de comunicação com a sociedade, por isso mesmo os jornais se multiplicavam em Manaus, sob os mais diversos matizes e objetivos. Neste particular vários pesquisadores vão ofertar apreciações as mais variadas analisando o conteúdo, objetivos e mensagens do jornal, portanto, cuidando da inspiração que orientava Palhano.

Tendo estado atuando em Parintins, segundo consta, terá tido conhecimento das vivências espíritas que ali sucederam a família Prado?

Uma faceta especial de sua vida se reporta ao embate jornalístico a que se propôs em relação ao respeitável escritor e cientista francês Charles Richet, escritor e poeta, polêmico, sobretudo pelas teorias que apresentava e defendia desde quando começou a publicar seus estudos em 1877, com *Os venenos da inteligência*. Seguiu na mesma esteira ainda em 1930, aos 80 anos de idade, quando dirigia a revista *Revue Scientifique*, e presidiu o Congresso Nacional da Paz, em Paris,

como membro do Instituto de França e da Academia de Ciências de Paris. Escreveu também o *Tratado de Metafísica*, clássico ainda nos dias que correm e objeto de inúmeros estudos e considerações. Antigo e inveterado materialista, que jurava não acreditar na vida extraterrena,¹⁶ acabou por promover, ele mesmo, uma ponte entre o materialismo e o espiritismo, com sua importante obra. Esteve ao lado de William Croock, Geley, Lodger, Russel Wallace, Bozzano, Cesar Lombroso, cientistas e pesquisadores que foram atraídos e vencidos pelos fenômenos espiritistas.

Esteve no Rio de Janeiro,¹⁷ em conferência na Sociedade de Geografia do Rio e Janeiro, em novembro de 1908, fez conferência no Palácio Monroe, ao lado de Enrico Ferri e Olavo Bilac tendo como tema central a unidade da civilização e o espírito latino. Richet negou ser fatalista, confiava que o “homem tem uma intervenção decisiva na orientação da vida (...) precisando olhar o passado, ver de onde vem, (...) estudar o passado, mergulhar nele um olhar inteligente e agudo e dirigir para o futuro sua atenção e seu esforço”.¹⁸

Na mesma viagem Richet visitou Manaus em janeiro de 1909. Foi então que se deu o célebre embate patrocinado por Raymundo Palhano pelas colunas do jornal *O Correio do Norte*, editado sob a liderança de dois grandes tribunos: Adriano Jorge e Huascar de Figueiredo,¹⁹ ao lado dos quais esteve Carlos Teodoro, cuja relação pessoal com Palhano há de ter sido rica e proveitosa.

— A FAMÍLIA

Família de piauienses, os Palhano se deslocaram para Manaus em grande número, exercendo várias atividades. Em princípio é possível afirmar que descendiam de tronco liderado por Fábio Alexandrino Mattos Palhano e Luiza Benigna Carvalho Palhano. Estes eram os pais de Raymundo de Carvalho Palhano, Anísio,²⁰ Delfina,²¹ Isabel, Antônio, Octaviano, Joaquim,²² Luiza,²³ Maneco (?) e Fábio.²⁴

Vários deles exerceram atividades em Manaus e no interior, e pelo menos ao que se pode comprovar, Fábio, Anísio, Joaquim, Antônio e Raymundo.

16. O Paiz, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1926.

17. Morou no Hotel dos Estrangeiros, no Rio de Janeiro, com o filho.

18. O Paiz, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1908.

19. O Correio do Norte, Manaus, 28 de agosto de 1909.

20. Engenheiro da Comissão de Prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana. Morou no Rio de Janeiro (RJ), Sorocaba, Tatuí (SP) e Barbacena (MG).

Fábio de Carvalho Palhano casado com Inês de Almeida Palhano atuou nos anos do governo Ramalho Jr., na direção do Observatório Meteorológico. Deslocando-se de Manaus trabalhou no Maranhão, desencarnando em Penedo a 6 de maio de 1933.

Anísio de Carvalho Palhano, casado com Maria Amália Quadros Palhano, foi chefe do departamento da Indústria, no governo de Fileto Pires Ferreira e depois Secretário dos Negócios da Indústria. Nesta função, a cumprimento do dever ou por razões políticas, envolveu-se em embate na imprensa e na justiça com o deputado Miguel Ribas, com troca de acusações de obras mal executadas e fraudes em livros de contratos.²¹ O fato é que, Anísio levou o acusador às barras da justiça e o denunciou à própria Assembleia Legislativa. Tais fatos o indispuseram grandemente com Eduardo Ribeiro.

Mas seu trabalho era reconhecido na construção da capela católica da colônia Campos Salles, no projeto de construção do novo hospital da Santa Casa de Misericórdia, no desenho da nova igreja de Nossa Senhora dos Remédios, encomendado pela esposa do governador, dona Leonarda Ramalho.²² Deslocando-se de Manaus deve ter residido em São Luís, seguindo para o Rio, Sorocaba, Tatuí e Barbacena. Ao que consta de registros esparsos, em 1912 residia na cidade de Nova Friburgo.

Joaquim de Carvalho Palhano foi agrimensor no interior do Amazonas, registrado em 1897,²³ especialmente no rio Juruá, na região de Envira. Trabalhou na construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, em cuja atividade veio a desencarnar vítima de beribéri.

Isabel residiu em Manaus, em cuja cidade correu os proclamas de seu casamento com Luiz de Azevedo Cadaval.²⁴

Antônio de Carvalho Palhano, médico que atuou em Manaus, possivelmente até antes de 1895. Em 1897 compôs comissão especial para examinar as condições de higiene e salubridade, juntamente com Jonathan Pedrosa, Astrolábio Passos, Nemésio Quadros, Ribeiro da Cunha e Alfredo da Matta,²⁵ recomendando medidas especialmente relativas ao combate à varíola.

Era cirurgião da Marinha do Brasil, tendo atuado na Escola de Aprendizes de Marinheiros de Terezina em 1896, de onde passou ao

²¹ Nasceu em 1873. Não se casou e faleceu com 91 anos. Morava com a irmã Isabel Palhano Cadaval, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

²² Agrimensor. Engenheiro. Inspetor de Obras contra as secas, do governo federal. Casou-se com Dulcina Gonçalves Palhano e tiveram dez filhos. Os homens foram agrimensores e atuaram no Paraná, especialmente em Londrina. Demarcações por ele realizadas foram utilizadas por Ruy Barbosa na célebre questão do Amazonas/Acre, para demonstrar o direito do Amazonas a área.

²³ Luíza era a mais velha dos irmãos, e foi mãe de José Palhano de Jesus, escritor e autor do livro *Farrapos de Tempos Idos... Teve dois casamentos*.

²⁴ http://www.myheritage.com.br/person-1000041_122082031_122082031/-x/anisio-carvalho-palhano, disponível em 5 de outubro de 2013.

²⁵ Correio do Amazonas, 13 de abril de 1899.

²⁶ Correio do Amazonas, Manaus, 27 de setem - bro de 1899.

²⁷ Diário Oficial do Estado, Manaus, 2 de novem - bro de 1897.

²⁸ Diário Oficial do Estado, Manaus, 21 de julho de 1896.

²⁹ Diário Oficial do Estado, Manaus, 9 de julho de 1897.

214 Batalhão Militar de Segurança do Amazonas. Três anos depois (1899) estava lotado na Flotilha do Amazonas.

Foi médico legista da Chefatura de Segurança Pública, atual Polícia Civil do Estado, em 1899, depois substituído pelo Dr. Segismundo Garcez. Naquele mesmo ano atendia na Santa Casa de Misericórdia. Colaborou na Revista Médica, editada pela Sociedade de Medicina e Farmácia do Amazonas. É autor de: Elogio Histórico do Dr. Machado de Aguiar.

Aquela sociedade se reunia com alguma regularidade e discutia temas do momento, inclusive algumas experimentações levadas a efeito em Manaus, cirurgias consideradas de alta complexidade como uso de “embriotomia”, pelo Dr. Carlos Grey, com auxílio de Astrolábio Passos e Alves Pinto, em 1899, classificada como “altamente deprimente de credito científico.”³⁰ A indagação pública era: houve crime, desídia ou incompetência. Ou a de “tarsectomia”, na qual foi auxiliado por Astrolábio, Palhano e Jorge de Moraes, com o objetivo de tratar um “pied-bof”. Antônio foi um dos médicos que debateu pela imprensa a causa mortis do ex-governador Eduardo Ribeiro, e que o inspecionaram por ordem da justiça à vista do alegado abandono que teria ficado com o possível descaso do seu médico assistente, Dr. Antônio de Figueiredo. A polêmica foi grande, abordando as providências adotadas pela junta e que poderiam ter sido responsáveis pelo propalado suicídio de Ribeiro. Verdade é que a conduta foi suficiente no mínimo para provocar dúvidas. A junta era composta por Carlos Grey, Jorge de Moraes, João Coelho de Miranda Leão, além de Palhano.³¹

Fábio de Carvalho Palhano foi auxiliar de escritório da comissão de Saneamento do Estado, nomeado por Fileto. Em fins de dezembro de 1899 requereu afastamento do serviço por motivo de saúde.

— SEUS DESCENDENTES

Do casamento de Raymundo de Carvalho Palhano com dona Perpétua Martins ao que se sabe nasceram os filhos: Fábio, José, Antônio, Selvita.

Perpétua Martins Palhano foi comerciante em Manaus, respondendo por farmácia, a Rua Sete de Dezembro. Conforme autorização

30. Comércio do Amazonas, 7 de junho de 1899.

31. BRAGA, Robério. Eduardo Ribeiro. Vida e obra. Manaus: Academia Amazonense de Letras, 2011, p. 262.

requerida em 1897.³² A sociedade era regida pela empresa M.Pereira & Cia., constituída com Júlio Verne de Mattos Pereira, e foi transformada em comandita em 25 de julho de 1900. O nome popular era Farmácia Palhano. Interessante ressaltar que a farmácia se transformou em ponto de reunião de intelectuais e professores, servindo de referência para anúncios de trabalho, como no caso do professor Vicente Telles de Souza que, lecionando ciências físicas e naturais, e português, indicava a Farmácia Palhano como ponto de referência.³³

O primogênito deve ter sido Fábio Martins Palhano, nascido em 1893, no Piauí, e que com ele veio para o Amazonas. Deve ter feito sua formação escolar em Manaus, onde exerceu o cargo de veterinário do Serviço da Indústria Pastoril, órgão do Governo Federal em 1924, e o de subinspetor de Saúde dos Portos, em cuja função se encontrava em março de 1934. Casou-se com Laura Freitas Raulino, que veio a desencarnar em janeiro de 1923 no Rio de Janeiro, deixando filhas. Em segundas núpcias casou-se com Maria Rita Candiota, filha de Oralavel e Georgina Freitas, tendo os filhos Ênio, Mário e Mauro.

Outro filho de Raymundo foi José Martins Palhano que também estudou em Manaus, sendo colega de turma de Arnaldo Peres, Ruy Araújo e Theodoro Gonçalves Neto no Ginásio Amazonense Pedro II. Saindo de Manaus nos primeiros anos de 1920, possivelmente em fins de 1922, foi prefeito municipal de Viçosa, Minas Gerais, na condição de interventor, a partir de 2 de dezembro de 1945 até junho de 1946. Foi professor no Instituto Metodista Izabela Hendrix³⁴ da capital mineira, lecionando francês e economia política. Desencarnou em São Luís do Maranhão em 1980. Uma de suas filhas, portanto, neta de Raymundo Palhano é Sílvia Palhano Braga, nascida em Manaus em 1922, a qual logo depois seguiu para o Sul do País com a família.³⁵

Outro dos seus filhos, o Dr. Antônio Martins Palhano, juiz municipal em Manaus, e juiz de Direito no Maranhão, foi chefe de Polícia, no governo Dorval Porto, em 1930. Cargo de grande envergadura e desempenho difícil naquele período. Envolvido por dever de ofício e imprudência de seus assessores na revolução dos estudantes do Ginásio, Antônio se transformou em alvo preferencial do movimento. Mário Ypiranga o chama de “figura anêmica”,³⁶ logo acrescentando: “não era um homem de temperamento mau, mas permitia que den-

32. Diário Oficial do Estado, Manaus, 27 de junho de 1897.

33. Quo Vadis? Manaus, 14 de março de 1903.

34. O Instituto Metodista Izabela Hendrix foi criado em 1904, pela missionária norte-americana Martha Watts. Foi fundado em 5 de outubro de 1904. Ela era missionária da Igreja Metodista do Sul dos Estados Unidos. No início, era um colégio destinado à educação de mulheres, o primeiro de Minas Gerais a reconhecer seus direitos e compreender a importância da atuação feminina na sociedade.

35. É sogra do Dráuzio Varella e mãe da artista de

televisão Regina Braga, e de Rita Braga, além de ser avó do artista Gabriel Braga Nunes.

36. MONTEIRO, Mário Ypiranga. Mocidade viril. 1930. Motim ginásiano. Manaus. 1996, p. 110.

37. *Idem, idem.*

38. AMAZONAS. Mensagem do presidente do Estado. Dr. Doryal Pires Porto, apresentada a Assembleia Legislativa do Estado, em Manaus, 1930, p. 23.

tro da Polícia Civil a sua pessoa desaparecesse obscurecida pela vontade maquiavélica do delegado Dr. Cruz Camarão”.³⁷ A opinião do governador Dorval Porto divergia desta. Considerava elogiável o serviço policial preventivo que ele realizava, conseguindo manter a ordem em momentos agitados, como os das eleições e festas, inclusive.³⁸ Foi período de luta e intriga com os ginásianos a moleza de Palhano em fazer cumprir sua palavra, provocou o seu enterro simbólico, motivo pelo qual o Ginásio teria sido invadido por policiais civis e militares. O movimento dos estudantes tinha um alvo ainda mais importante: a deposição do governador Dorval Porto, que, aliás, se configurou, porém em razão da revolução getulista que dominou o País.

Selvita Martins Palhano, filha de Raymundo, foi química e trabalhou em Manaus no Laboratório de Análises Clínicas com Galdino Marques Ramos. Depois foi do Laboratório Nacional, nomeada em março de 1927 pelo ministro da Fazenda para a Alfândega de Santos.

— OUTROS PALHANOS

Não tendo conseguido estabelecer elo familiar entre todos os Palhano que atuaram em Manaus, ou de alguma forma devem ter relação com Raymundo de Carvalho Palhano e outros, e com o intuito de contribuir para novos estudos a respeito registro outras anotações.

Anísio Palhano de Jesus atuou em Manaus na comissão de Saneamento do Estado.³⁹ Era agrimensor com Samuel Pereira, Adolpho Radice, Benedito Lima, dentre outros. Em 1898 era contratante de obras em Manaus, trabalhando em aterros e desaterros de vias públicas.

Herbert Palhano, professor e autor de diversos títulos de Língua Portuguesa, como: *Língua e Literatura*, 1957; *Nos domínios da boa linguagem*, 1958; *A língua popular*, 1958; *Gramática da Língua Portuguesa*, com Carlos Góes, 1965, todos com várias edições. Foi professor do Ginásio Amazonense Pedro II. Dá nome a uma escola na cidade de Manaus, a Rua Djalma Dutra, bairro Nossa Senhora das Graças, na qual minha irmã Ana Maria dos Santos Pereira Braga atuou como professora primária nos primeiros anos de sua vida profissional e até formar-se em Medicina pela Universidade Federal do Amazonas.

39. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Manaus, 1 de setembro de 1897.

Luiz Pinto Palhano, era tenente e membro da Sociedade Cosmopolita de Benefícios Mútuos Previdente Amazonense, em Manaus, nos anos 1906.

José Amazonas Palhano aluno do ginásio e fez parte da revolução ginasiana em 1930. Fui depois conhecê-lo como médico da Secretaria de Estado de Saúde, ao lado de quem trabalhava a minha tia Maria Wanderley. Foi secretário de saúde várias vezes e desportista.

Benedicto Palhano residia em Manaus em 1903.

José Palhano de Jesus, engenheiro da Companhia das Águas do Piauí, em 1905.

Padre Palhano de Jesus, líder da Liga do Bom Jesus, na década de 1930, em Cuiabá.

J. Martins Palhano, chefe do cooperativismo da Prefeitura Municipal de Aiuruoca, Minas Gerais, em 1940.

Anísio Palhano de Jesus, farmacêutico no Maranhão, e detentor de prêmios profissionais naquele Estado, possivelmente integrante da empresa Palhano & Passos.

José Martins Palhano Jr. músico em Minas Gerais. José Martins Palhano, advogado atualmente em Minas Gerais.

— O DESENCARNE

Faleceu no Rio de Janeiro, com 80 anos, em 1948. Cabe-nos reacender a sua história de vida e valorizar a sua herança.

— O advogado na construção da Constituinte

BERNARDO CABRAL

Impõe-se, na feitura deste trabalho, um pouco de história sobre a criação das nossas Universidades, a fim de que se torne compreensiva a longa caminhada na construção da Constituinte. E seria injusto não reconhecer que a inteligência brasileira só teve abertas as suas perspectivas com o desembarque de D. João, Príncipe Regente, quando criou ele a vasta série de atos que iniciaram a derrubada do sistema colonialista e, com isso, a ampliação dos diplomados em Coimbra.

É que ao contrário da América Espanhola, nunca havia o governo português permitido a instalação no Brasil de instituições de ensino superior. Da mesma forma, os que se batiam por nossa emancipação política defendiam arduamente a necessidade de aqui criar-se uma Universidade. Com o movimento pela independência, aumentaram essas pressões. José Feliciano Fernandes Pinheiro, o futuro Visconde de São Leopoldo, regressando ao Brasil para assumir sua Cadeira na Constituinte de 1823, recebeu apelo dos estudantes brasileiros em Coimbra para que atuasse em prol da criação de um curso jurídico em nosso país, recém-independente.

Tal preocupação deu origem a projeto de lei apresentado por ele em julho de 1823, propondo a criação de um curso jurídico em nosso país, recém-independente, propondo a criação de uma Universidade em São Paulo. Argumentava Fernandes Pinheiro que muitos dos formados em Coimbra não se haviam decidido voltar para o Brasil, onde sua contribuição era altamente necessária para o país nascente, em virtude da inexistência de instituições de ensino superior em nossa terra.

Feita a Independência – para a qual tanto concorreram – os diplomados em Coimbra puseram à prova os seus conhecimentos,

redigindo os textos legais necessários, notadamente a Constituição de 1824. 219

Atualizados com as novidades democráticas e liberais que surgiam mundo a fora, os juristas verificaram que as necessidades do país não se detinham apenas na elaboração de textos legais, uma vez que a formação de suas elites, tanto em qualidade e quantidade, fazia-se imperiosa para a continuidade da Pátria.

Assim é que em nossa primeira Assembleia Constituinte, a maioria dos parlamentares era familiarizada com a literatura clássica, mas eram poucos os que tinham conhecimento das instituições políticas dos países que estavam na vanguarda do movimento liberal do início do século XIX. Uma das razões para isto, além da censura régia, havia sido o pouco conhecimento de idiomas estrangeiros. Vale lembrar, neste contexto, a figura de Tiradentes, à procura de alguém que, em Ouro Preto, lhe pudesse ler a Constituição americana no original.

Apesar desta desvinculação cultural com as fontes do pensamento liberal, a ordem constitucional que se pretendia aqui estabelecer era liberal. Todavia, o era mais no sentido de opor-se ao absolutismo do que seguindo um programa específico de organização do Estado e da sociedade.

Entre as teses liberais que influenciaram decididamente nossos legisladores estavam a de que o homem realiza a sua felicidade terrena através do exercício político da liberdade. Trata-se do preceito, entronizado na Constituição americana, dos direitos fundamentais do homem à vida, à liberdade e à “procura da felicidade”.

A doutrina liberal havia sofrido a perseguição do poder político português, tanto dentro como fora da universidade.

A reforma do Marquês de Pombal, de 1772, havia posicionado a universidade no sentido da formação de novas elites modernizantes, mas sua ênfase era técnica e instrumental e não política e filosófica. As obras de John Locke, por exemplo, foram proibidas em Coimbra, embora conste que o próprio Pombal tinha escritos do pensador inglês entre os livros de sua biblioteca.

Outro cânone liberal, a noção da igualdade natural, embora estabelecido em textos legais, estava todavia em conflitos com nossa realidade de país escravocrata. Esta situação criava igualmente obstáculos

220 à aceitação da ideia, tão cara aos liberais clássicos, da necessária inter-relação, entre a liberdade e a propriedade.

No Brasil da época da independência, um terço da população era composta de escravos, ou seja, pessoas que eram consideradas propriedades de outrem e para quem havia uma contradição evidente entre a liberdade e a propriedade.

A relação entre o Estado constitucional e a sociedade na qual se pretendia implantá-lo, entre o País legal e o País real, foi uma das principais tônicas do debate que se travou na Constituinte de 1823 sobre a criação dos cursos jurídicos. Para o Visconde de São Leopoldo, a universidade era necessária devido ao fato da instrução ser a “sólida base de um governo constitucional”. O Visconde de Cairú, igualmente deputado constituinte, argumentava que, sendo a defesa da nova Nação sua primeira prioridade, imediatamente depois teria de vir “a instrução superior do Império”. O argumento da maior parte dos liberais da época era ser impossível a instauração do Estado constitucional sem uma população culta. Ao mesmo tempo, outra corrente, conservadora, via no fortalecimento do Estado o pressuposto para o progresso material e social.

Neste contexto, a fundação dos cursos jurídicos é um primeiro passo para a formação da própria nacionalidade. Serviram eles uma dupla e importantíssima função para a construção da Nação brasileira. Eram ao mesmo tempo os guardiães do pensamento liberal e instituições formadoras da burocracia estatal, operacionalizando assim o projeto de Estado nacional de nossa elite política.

A Assembleia Constituinte de 1823 não pode efetivar a criação da Universidade, atropelada pela reação autocrática do Imperador. A tentativa liberal, todavia, como sói acontecer entre nós, deixou uma semente que germinaria mais tarde, com nossa primeira Legislatura ordinária, que tomou posse em 1826.

No novo Parlamento era predominante a presença de bacharéis em Direito: 44 entre os 106 Deputados e 25 entre os 50 Senadores eram advogados, o que permitiu, de imediato, fossem apresentados projetos no sentido de serem criados cursos jurídicos em nosso País.

Embora a ideia da necessidade de implantação do ensino superior fosse incontroversa, travaram-se acesos debates acerca de uma

série de pontos, entre os quais a localização da escola e o curriculum a ser adotado. Quanto à localização, Francisco Gê de Acaiaba Montezuma defendia arduamente a Bahia como sede da futura Universidade.

Outros, como Campos Vergueiro, argumentavam da importância de mantê-la longe da Corte, já que a presença de estudantes poderia significar pressões sobre o “bom andamento dos negócios de Estado”. Encontramos aqui ecos de que ocorreria mais tarde nos debates sobre a criação da Universidade de Brasília. A decisão final previa dois centros de estudos universitários, uma Faculdade em São Paulo e outra em Olinda.

Na importante questão do conteúdo a ser ensinado, o Visconde de Cairú defendia a posição de que a Assembleia deveria manter sob seu controle o curriculum, já que, segundo ele, ideias como as de Rousseau não deveriam corromper a juventude acadêmica. De qualquer forma, a lei de 11 de agosto de 1827 previa que os professores teriam autonomia para escolher o material didático, desde que esse não opusesse a filosofia política aceita pelo Império.

A mesma ingerência do poder de Estado sobre a atividade acadêmica se pode identificar no cuidado como são definidos, na lei, tanto os cursos a serem ministrados nas duas faculdades, quanto à forma de sua organização administrativa. Descia a lei ao pormenor da distribuição das cadeiras por semestre, e dos títulos das disciplinas. Tínhamos no Brasil, então como agora, a busca do controle do governo sobre os pormenores da vida em sociedade.

Dentro desse quadro, inauguram-se os cursos jurídicos no Brasil. Em São Paulo a 1º de março de 1828, com uma aula intitulada “O Direito Divino do Povo” e proferida pelo Dr. José Maria de Avelar Brotero. Instalava-se a Faculdade no prédio da Província Franciscana da Imaculada Conceição.

Em Olinda, noutro convento, o Mosteiro de São Bento, abre-se a atividade acadêmica a 15 de maio do mesmo ano, com aula do Dr. Lourenço José Ribeiro.

Terminava assim a etapa da criação dos cursos jurídicos, mas a vinculação da profissão das leis às causas democráticas havia de permanecer. Não se tratará aqui, por falta de espaço, da longa história

222 das lutas desta escola em prol das mais importantes bandeiras da Oposição ao arbítrio dos governantes. Esta narrativa se encontra cheia de momentos heroicos, da luta pela abolição da escravatura, pela República, pela democracia durante o Estado Novo, contra o autoritarismo após 1964.

Por essa razão, quando o Brasil foi mobilizado para a tarefa de elaborar uma nova Carta Magna e reordenar o país após a ruptura da ordem constitucional, não se pôde ofuscar de que a independência política da Nação Brasileira complementou-se com a instalação dos Cursos Jurídicos em São Paulo e Olinda, porque neles os filhos dos grandes proprietários rurais, ainda os senhores do “baraço e cutelo” das decisões políticas, iriam fazer a sua formação e, conseqüentemente, preparando-se para o comando da nação.

Faculdades e a Ordem dos Advogados do Brasil lideraram a defesa do Estado de Direito, apoiando a feitura de leis que não ferissem a dignidade humana. Estiveram sempre os bacharéis nas barricadas de defesa da democracia e essa tem sido uma luta permanente, profissional e política, dando prova de que a Ordem dos Advogados do Brasil vem sendo altaneira na sua missão de vincular os anseios da classe aos reclamos democráticos da sociedade civil, porque não se tem batido apenas nas pugnas que são possíveis – mas, e principalmente – por não ter nunca cedido no sustentar os princípios que lhe garantem a posição de estuário de todos os que lutam em favor do fortalecimento das instituições democráticas e a de vanguardeira na devolução do poder político à Nação.

Por oportuno, relembro do brutal episódio ocorrido no Riocentro, na cidade do Rio de Janeiro, ocorrido no final do mês de abril de 1981, do que resultou um Inquérito Policial Militar que “apurou” o caso com uma descarada inconclusão. Isso motivou que, na qualidade de Presidente da OAB, à época, na 1.426ª Sessão Extraordinária da 51ª Reunião do Conselho Federal, em 30/06/1981, formulasse uma vigorosa reação, nestes termos:

A Ordem dos Advogados do Brasil, como toda a nação, diante de mais um atentado terrorista, vê-se novamente frustrada em seu reclamo no sentido da efetiva apuração da responsabilidade daqueles que pretendem,

através da violência, inviabilizar o compromisso de transformar este país numa democracia. Mesmo sem o exame dos quatro volumes do inquérito policial-militar, ainda resguardado por um injustificável sigilo, fácil seria à luz dos mais elementares princípios da criminalística, evidenciar a inconsistência e a parcialidade da maioria das conclusões a que chegou o senhor encarregado do IPM em seu relato difundido pela imprensa. As lacunas e os ilogismos geram perplexidade de ordem técnica, que apenas relevam o açoitamento em confirmar hipótese preordenada e impõem a necessidade de prosseguir-se e aprofundar-se nas investigações, visando esclarecer os pontos fundamentais deixados na obscuridade, como por exemplo, a explicação do local e a oportunidade em que o artefato explosivo teria sido ardilosamente colocado no interior do carro, ou a falta de explicação para o fato de supostos subversivos de esquerda terem logrado descobrir que aqueles dois homens, vestidos à paisana, no interior de um carro esporte particular, camuflado com secreta chapa fria, seriam militares integrantes do DOI-CODI. Entretanto, acima da evidenciação de ordem criminalística, ressalta um denominador comum a unir os atos de violência política que inquietam, ultimamente, o país. Desde as bombas contras as bancas ou oficinas de jornais, aos atentados a personalidades defensoras dos direitos humanos, ao crime que enlutou a Ordem dos Advogados, com sacrifício de D. Lyda Monteiro da Silva, até o episódio das explosões do Riocentro, todos estes fatos têm em comum o mesmo timbre que os caracteriza. Constituem eles o produto de pensamento obscurantista que tem em mira impedir a manifestação soberana do povo, fonte única do poder, num regime democrático. A ninguém mais do que aos inimigos da implantação de um autêntico Estado de Direito aproveita o clima de insegurança e de intranquilidade. Embora encapuzados pelo sigilo das investigações os semeadores do terror já estão identificados pela sociedade brasileira. De lastimar que os outrora eficientes órgãos especializados na repressão aos crimes contra a segurança nacional, tenham, nos dias de hoje, quando o projeto democrático está em risco mais uma vez, tenham fracassado em sua tarefa investigatória, embora se trate de um caso que, pelas circunstâncias de que se revestiu, não pareça de difícil solução. Os advogados brasileiros – e a história registrará o acerto desta posição – não aceitam os resultados do inquérito. A impunidade dos grupos geradores da violência continuará a estimular o terrorismo. No exer-

cício de sua competência legal e defesa da ordem jurídica, a ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, superando esta nova frustração, reafirma que continuará vigilante e proclama que mais danoso que o poderio explosivo das bombas, é o descumprimento dos deveres de tranquilizar a nação e possibilitar ao povo a escolha livre de seus governantes.

Por igual, na IX Conferência Nacional da OAB, realizada em Florianópolis, SC, em 2/5/1982, coloquei em relevo que os participantes da Conferência, durante a sua duração, mais uma vez darão prova de que a Ordem dos Advogados do Brasil vem sendo altaneira na sua missão de vincular os anseios da classe aos reclamos democráticos da sociedade civil, porque não se tem batido apenas nas pugnas que são possíveis – mas, e principalmente – por não ter nunca cedido no sustentar os princípios que lhe garantem a posição de estuário de todos os que lutam em favor do fortalecimento das instituições democráticas e a de vanguardeira na devolução do poder político à Nação.

E rematei:

A OAB não se atrela a partidos políticos – muito embora sejam integrantes de seus quadros profissionais das mais diversas tendências partidárias – assim como não se subordina a qualquer dos poderes, mantendo a sua filosofia, qualquer que tenha sido ou venha a ser a sua diretoria, comprometida apenas com a participação no processo institucional brasileiro. E o faz com tolerância no julgar; compreensão no discernir, com capacidade e firmeza no decidir.

Por isso mesmo é que nas teses a serem discutidas e votadas não aparecem as naturais divergências; existirão as inconformações, ou mesmo, quem sabe? – até rebeldias nas conciliações. Mas estou certo de que a figura de advogados nos vinculará e obrigará a todos a uma única finalidade: a da democracia”.

E fiz lembrada a lição de Maurice Duverger (*Ciência Política – Teoria e Método*, p. 15, Editora Zahar, 1962): “O poder legítimo não tem necessidade da força para se fazer obedecer... Se a legitimidade é sólida, o poder pode ser suave e moderado”.

Se não há necessidade de força, como atingir a legitimidade do Poder e, em decorrência, o indispensável reencontro conciliatório de governantes e governados?

Com uma simples reforma constitucional?

É esse o caminho que nos conduzirá à democracia?

Ora, a Nação está de joelhos... É imperioso que se levante... ponha-se de pé, posto que de pé terá mais condições de receber o abraço de legitimidade do povo brasileiro.

Legitimidade que só tem um único caminho: o da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Tenho reiterado, amiúde, a sua necessidade. Livre e soberana, com representantes eleitos para esse fim, já que a Constituição de um país não pode ser um documento abstrato, com o objetivo de adulterar a realidade social para situá-la dentro dos desejos de eventuais detentores do Poder.

Ademais, não aceita a OAB uma Constituição elitista, e sim aquela que restaure a Federação, reduzida nos últimos tempos a uma ficção jurídica e implodida pelos abusos cometidos sucessivamente pelo poder central.

Por igual, também não aceitamos a transformação do atual Congresso Nacional em Assembleia Constituinte, porque lhe falta legitimidade para tanto, eis que não eleito para esse fim e porque – deplorável reconhecer – composto numa época em que significativas parcelas da opinião pública estavam proscritas e silenciadas.

Ter-se-ia, no caso, uma Constituinte estrábica, do que resultaria uma Constituição capenga.

Ao contrário, exige a OAB uma Constituinte eleita livremente, com convocação específica para esse objetivo, em que os seus postulantes a ela tenham chegado através da utilização de todos os meios de comunicação, e que sintam que a sua participação não se reduziria apenas a um mero exercício de intelectuais e de políticos bem intencionados.

Sei que a luta por esta causa não é fácil, como também não desconheço que não é ela causa para os filhos da omissão... ou para os enteados da ambição.. ou para os netos da corrupção”.

Foi a constante luta da OAB – através de todos os presidentes que me antecederam ao longo do regime ditatorial – pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que gerou e sufragou a bandeira das mudanças. O Advogado foi o mais presente na construção da Constituinte, até porque o seu Relator Geral – coincidência ou não – era egresso dos seus quadros e posso afirmar que a memória da História presente não permite a quem quer que seja – nem ao mais competente, nem ao mais arguto – agredir essa verdade, ou amesquinhar a eficaz atuação dos advogados nesse momento tão importante para a nação.

É evidente que a OAB vem indicando que o país ainda mostra as marcas de grave deformação jurídica, em que não há regras estáveis, com a figura do Executivo cada vez mais forte, destruindo a harmonia e independência dos poderes, impondo a quebra da autenticidade da representação popular e dificultando a alternância do poder, características basilares do regime democrático.

Por isso mesmo, decorridos quase 189 anos de sua existência, os bacharéis em Direito continuam defendendo a Ordem Constitucional, através desse seu notável e independente órgão de classe – a OAB – já que a análise dos atos dos governantes pelo povo, seja para aplaudir ou repudiá-los, representa verdadeiro estado democrático. E deste, sempre fiel às suas tradições, o verdadeiro Advogado não se afasta, não se omite e não faz a mais leve concessão.

Prova maior dessa assertiva é a consagração que registra o art. 133 da Constituição de 1988: “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.

— Quinhentos anos da Filosofia no Brasil

ROSA MENDONÇA DE BRITO

Filosofar é compreender o homem como um ser situado numa época que se sente perplexo com a realidade vivida e se interrogar sobre a realidade, buscando uma razão fundamental para tudo que existe.

Sílvio Galo

No texto serão destacados quatro itens considerados de vital importância para o entendimento da questão do pensamento filosófico brasileiro: as filosofias nacionais; nascimento da consciência filosófica; momentos do pensar filosófico; reflexão sistematizada do pensamento nacional.

— INTRODUÇÃO

Sabemos todos que é grega a palavra *filosofia* e que é formada por duas outras: *philo* (amor, amizade) e *sophia* (saber, sabedoria, respeito pelo saber). O ato de filosofar teve seu início nas comunidades primitivas que recorriam a mitos – explicações simbólicas e sobrenaturais – para entender o mundo e dar sentido à vida humana. Contrária ao mito, a filosofia exige que busquemos um conhecimento verdadeiro, fundamentado racionalmente e que não se contente com explicações imediatas e definitivas.

Nesta perspectiva, filósofo é aquele que ama a sabedoria, que deseja saber. Esse entendimento aponta para um estado de espírito, o da pessoa que ama, que estima, que deseja, que procura o conhecimento porque, como nos ensina Jaspers (2011, p. 139), movida pelo desejo de verdade a filosofia rompe os quadros do mundo para lançar-se ao infinito e refletir sobre a problemática em questão para, em

228 seguida, retornar ao finito, ao real e aí encontrar o seu fundamento histórico porque “nem mesmo a mais profunda meditação terá sentido se não se relacionar à existência do homem, aqui e agora”.

A filosofia não é para mim, como para vários pensadores, um conjunto de conhecimentos prontos, um sistema acabado, fechado em si mesmo é, antes de tudo, um modo de ver e refletir sobre a realidade, uma postura diante do mundo, ou seja, uma prática de vida que procura refletir sobre os problemas, os acontecimentos para além da sua pura aparência, buscando descobrir seus significados mais profundos com vistas a indicar soluções. Filosofar é, antes de tudo, reaprender a ver o mundo em benefício do homem.

A partir do que existe, ela critica, coloca em dúvida, faz perguntas, abre a porta das possibilidades, fazendo-nos entrever outros mundos e outros modos de compreender a vida. Quem se dedica à filosofia, afirma Jaspers (1965:140), “põe-se à procura do homem, escuta o que ele diz, observa o que ele faz e se interessa por sua palavra e ação, desejoso de partilhar, com seus concidadãos, do destino comum da humanidade”.

Levando em consideração a evolução da Filosofia, podemos dizer com Antonio Paim (1996), que no seu desenvolvimento é possível destacar três planos: o dos sistemas, o das perspectivas e o dos problemas. Os sistemas são transitórios, enquanto as perspectivas que a eles antecedem e a eles sobrevivem, são inelutáveis, perenes e irrefutáveis, por isso mesmo o sustentáculo da universalidade da Filosofia. Mas, em todos os tempos, são os problemas que se apresentam como seu elemento impulsionador.

A ideia de sistema como a organização do saber em sua totalidade tem sua origem, como sabemos, em Aristóteles e chega por alguns pensadores até o século xx. A partir de então a ênfase nos grandes sistemas é substituída pela ênfase nos problemas. Deste momento em diante, afirma Paim, onde a filosofia permaneceu fiel a si mesma, desenvolveu-se em torno de problemas.

A descoberta da importância dos problemas na história da filosofia pode ser atribuída a Hegel (história). Hartmann proclamará mais tarde que “o mais característico da etapa contemporânea da filosofia consiste na primazia do problema que é assumida em detri-

mento do sistema”. Nesta mesma linha de pensamento, diz Mondolfo (1969):

A autêntica compreensão do curso histórico da filosofia somente será alcançada quando deixarmos de lado a sucessão dos sistemas e nos voltarmos preferencialmente para os problemas. A filosofia desenvolve-se sempre com caráter de continuidade porque, ainda quando um sistema anterior seja demolido pela crítica de outros filósofos sucessivos, não desaparece a consciência dos problemas que aquele havia apresentado e tratado de solucionar. [...] Os sistemas, com efeito, passam e caem; mas sempre ficam os problemas colocados, como conquistas da consciência filosófica, conquistas imorredouras apesar da variedade das soluções que se intentam e das próprias formas em que são colocados, porque esta variação representa o aprofundamento progressivo da consciência filosófica.

Colocadas algumas questões básicas da Filosofia: respeito ao saber; modo de ver e refletir; postura diante do mundo; prática de vida; aparência; colocar em dúvida; perguntas sobre as possibilidades (verdade); reflexão em busca de soluções. Colocado também que a filosofia se desenvolve nos planos dos sistemas – de Aristóteles até o século xx; dos problemas – a partir do século xx, como impulsionador do fazer filosófico, e que o plano das perspectivas é perene e perpassa toda História da Filosofia, passemos agora para a questão das Filosofias Nacionais, lugar em que se insere a Filosofia Brasileira.

— A QUESTÃO DAS FILOSOFIAS NACIONAIS

A questão da Filosofia Brasileira ou Pensamento Filosófico Brasileiro insere-se numa questão maior, a das Filosofias Nacionais que surge com a Filosofia Moderna. Para os estudiosos brasileiros, em especial Antonio Paim, o problema que angustiou, por exemplo, a Filosofia Alemã parece ter sido a questão do sistema como algo de imperativo e forma adequada de expressão da filosofia. Na filosofia Inglesa a preocupação recai sobre a experiência. Na Francesa, o foco é o conceito de razão. Na Portuguesa, a conceituação da divindade e da idéia

230 de Deus. Na Brasileira, a questão do Homem. É Braz Teixeira (1997:23) que nos diz:

Universal no seu anseio e destino, como busca plural e convergente da verdade, sempre e a cada momento recomeçada e posta em causa, interrogação cuja resposta não esgota nem capta de uma vez por todas o peregrino sentido do existente e suas razões, a filosofia, enquanto tal, isto é, enquanto pensar no homem e do homem, participa da sua própria condição de ser situado no mundo, numa pátria, numa língua, numa cultura, num culto. Individual e nacional no seu ponto de partida e em sua raiz, múltiplo na venturosa variedade dos caminhos especulativos que se lhe abrem, o filosofar é também e simultaneamente, universal no sentido último da sua indagação e finalidade.

No curso da filosofia é, segundo Paim, o reconhecimento da magnitude e da importância dos problemas que permite solucionar satisfatoriamente a questão das filosofias nacionais. Estas irão distinguir-se umas das outras pela preferência que atribuem a determinados problemas. No caso brasileiro a singularidade e a originalidade do caminho que trilhamos, consiste em:

1. Privilegiar o tema da pessoa humana como liberdade e, posteriormente, como consciência;
2. Buscar fundamentar uma filosofia política;
3. Estabelecer as relações entre filosofia e ciência.

Estas as questões essenciais que levaram o pensamento filosófico brasileiro a defrontar-se com as questões magnas, resultantes do aprofundamento da consciência filosófica ocidental, por uma via de acesso muito peculiar. Do que nos foi possível compreender, de um modo geral, os diversos estudiosos estão convencidos de que as filosofias nacionais nascem da quebra da unidade linguística resultante da época moderna e, especialmente, da formação das nações. Estando no desenvolvimento das línguas nacionais e na tradição cultural que é própria de cada nação, a origem das filosofias nacionais.

Em todo lugar e também em nossa pátria, a filosofia é impensável sem o diálogo e a diversidade de pontos de vista. Só pode florescer onde vigorar o respeito mútuo, por mais distanciadas que sejam

as respectivas posições filosóficas. Por conta disso, a relação entre as filosofias nacionais não pode ser, concordamos com Braz Teixeira, a do estabelecimento de subordinações hierárquicas, mas da busca de um diálogo verdadeiro. Como diz Reale (1976:125):

Quando vivermos realmente inseridos na problemática de nossas circunstâncias, natural e espontaneamente, sem sentirmos mais a necessidade de proclamá-la a todo instante, quando houver atitude nova, saberemos conversar sobre nós mesmos e entre nós mesmos, recebendo ideias estrangeiras como acolhemos uma visita que nos enriquece, mas não chega a privar-nos da intimidade do nosso lar.

No curso da História da Filosofia formaram-se, a rigor, duas perspectivas: a transcendente e a transcendental. A perspectiva transcendente remonta a Platão. A perspectiva transcendental a Kant. A filosofia Brasileira parece afeiçoar-se à perspectiva transcendental e à ideia de vincular a filosofia a determinados problemas.

— FILOSOFIA BRASILEIRA:

1. Conceito e Significado

A expressão “filosofia brasileira” ou “pensamento filosófico brasileiro” designa, conforme Severino (1999:27),

O processo e o produto da atividade filosófica desenvolvida no contexto cultural da sociedade brasileira, por pensadores que desempenharam [desempenham] seu trabalho teórico nessa sociedade e que assim contribuíram [contribuem] para marcar a expressão filosófica dessa cultura, qualquer que tenha sido sua ligação com formas de expressão filosófica não geradas nas fronteiras geográficas e culturais do país.

De início, o pensar filosófico no Brasil foi guiado por algum modelo filosófico já constituído. Nossos pensadores estão sempre dialogando com algum autor, ou seja, buscam filosofar a partir de outros pensadores. Nas últimas décadas, no entanto, não se pode caracterizar

232 como mera retomada mecânica o relacionamento do pensador brasileiro com seus modelos inspiradores.

Superada a necessária dependência pedagógica frente ao processo de aprendizagem, o relacionamento com os modelos-guias vem se tornando mais crítico e criativo, testemunhando assim maior amadurecimento e autonomia do trabalho filosófico entre nós (Severino, 1999:25).

2. Pressupostos

A teoria hilemórfica, explicação da natureza mediante o concurso de quatro causas (material, formal, eficiente e final) herdadas de Aristóteles, foram erigidas em Portugal sobre os pilares das concepções escolásticas. Em decorrência disso, em nome de princípios religiosos, as concepções da nova física, seja cartesiana ou newtoniana, eram combatidas pelo pensamento oficial português. As novas ideias discordantes chegariam a Portugal, na perspectiva de Antonio Paim (1996), através de homens de espírito arejado, em especial com Luiz Antonio Verney (1713/1729) que tendo vivido na Itália a partir dos 23 anos de idade, irá influenciar sobremaneira a evolução do pensamento de sua pátria ao criticar, em suas famosas cartas, todo o sistema pedagógico dos jesuítas (problema) levando, com isso, a intelectualidade portuguesa a reflexões e debates prolongados (atitude) que culminariam com a reforma pombalina da Universidade (solução).

Também de vital importância para a mudança da mentalidade portuguesa será Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Tendo vivido na Inglaterra na condição de embaixador de Portugal e convivido com a intelectualidade e com os fazeres daquele país, desenvolveu a convicção de que a riqueza da Inglaterra provinha não apenas das Companhias de Comércio, mas, sobretudo, da nova ciência. Retornando a Portugal e alçado a condição de ministro do rei de Portugal, D. José I, decidiu introduzir as novas ciências na velha Universidade de Coimbra.

No embate com os jesuítas que detinham o controle da instituição, o poderoso ministro de D. José acabou por retirar deles o poder e efetivar, em 1772, a Reforma da Universidade. A partir de então os

institutos mais influentes do ensino em Portugal passaram a dedicar-se à formação de naturalistas que, de posse do conhecimento das novas ciências, iriam desbravar o caminho para a exploração de suas riquezas naturais visando restaurar a antiga opulência do país.

Contudo, não se contentou Pombal na sua reforma da Universidade, apenas em introduzir o conhecimento da nova física e seus desdobramentos. Também cuidou de proibir toda e qualquer forma de aristotelismo (base da Escolástica) e impôs a adoção do filósofo italiano, Antonio Genovesi (1713/1769), para substituí-lo. Com a morte de D. José I, em 1777, Pombal caiu em desgraça e D. Maria I, que ascendeu ao trono, se propôs trazer de volta ao Paço os jesuítas e apagar da história de Portugal a figura do marquês. Porque Pombal havia conseguido mudança na mentalidade portuguesa, este fato que passou para a história com o nome de *Viradeira de D. Maria I*, fracassou completamente.

Com o enloquecimento da rainha e o estabelecido da Regência do futuro D. João VI, ascendeu ao poder D. Rodrigo de Souza Coutinho (1755/1812), filósofo seguidor das ideias pombalinas e chefe do primeiro governo de D. João no Brasil quando da transferência da Corte para o Rio de Janeiro. Sua atuação dirigida, especialmente, para o desenvolvimento de uma nova mentalidade através de instituições de ensino e de pesquisa o transforme em figura marcante da nossa história.

— NASCIMENTO DA CONSCIÊNCIA FILOSÓFICA BRASILEIRA

Com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, novas condições foram criadas para o desenvolvimento da cultura nacional. Além da abertura dos portos que se constituiu num passo gigantesco no sentido de estabelecer vínculos com outros possíveis focos de influência, foram criadas algumas instituições, tais como: a Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional, as escolas superiores destinadas à formação de cirurgiões e engenheiros militares etc. que possibilitaram ampliar e dar maior consistência à intelectualidade nacional. As décadas posteriores prepararam e deram forma à elite intelectual que guiaria os destinos da Nação brasileira:

Do ponto de vista da consciência filosófica, o fenômeno mais característico é a adesão quase universal do professorado, tanto nas aulas régias como nas instituições religiosas, à espécie de empirismo que a posteridade denominaria de mitigado. Escrevendo em 1836, Gonçalves de Magalhães diria que 'a filosofia ensinada nas escolas à mocidade é a das sensações [...] geralmente abraçada como um dogma, como uma verdade incontestável, enfim, como a última expressão da filosófica' (Paim, 1996, p. 223).

Em tal contexto, destaca-se a figura de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769/1846) – professor substituto da cadeira de Filosofia Racional e Moral, do Colégio das Artes de Coimbra que viveu durante sete anos na Alemanha (1802/1809) acompanhando de perto a evolução do kantismo e assistido às conferências de Fichte e Schelling. Chegando ao Brasil com a Corte Portuguesa, aqui permaneceu por doze anos, de 1809 a 1821. Nesse tempo preparou várias inteligências para a adoção do “ecletismo esclarecido”, sob cuja inspiração seriam concebidas as instituições políticas e todo um projeto existencial do Brasil Independente. Em nome da própria coerência, Silvestre Pinheiro Ferreira será o primeiro pensador a atacar frontalmente o empirismo mitigado e, graças ao magistério de filosofia que exerceu no Rio de Janeiro, lançou as bases para o debate dos temas modernos que iriam empolgar parte da intelectualidade nas décadas de trinta e quarenta daquele século.

Entendendo que a filosofia é uma espécie de arquitetura do saber, cujo conhecimento seria imprescindível a todo homem de letras, em que pese à enorme diversidade de temas abordados no seu curso de filosofia é possível apreender os aspectos essenciais das concepções filosóficas de Silvestre Pinheiro a partir de teses, implícitas ou explícitas, encontradas nas *Preleções Filosóficas*:

1. Os fundamentos últimos de todas as ciências repousam na experiência sensível;
2. Embora extremamente complexo, lento e perfectível, o processo de elaboração e sistematização dos conhecimentos empíricos tem sua unidade assegurada:
 - a) pela identidade da razão humana;
 - b) pela correspondência existente entre linguagem e realidade.

3. A filosofia é a disciplina que comanda e assegura o êxito do aludido processo. 235

A grande ambição de Silvestre Pinheiro Ferreira consistia

não apenas em estruturar um sistema de base empirista, mas, sobretudo, em permitir que o liberalismo político (o direito constitucional, como preferia denominar) encontrasse seu lugar num todo coerente. Para tanto, não podia ocorrer que a ideia de liberdade se reduzisse a um simples postulado. [...] No ambiente cultural luso-brasileiro, o liberalismo não podia simplesmente sobrepor-se e ignorar os moralistas do século XVIII, cuja pregação tornar-se-ia parte integrante da ideologia criada pela Segunda Escolástica, calcada na ideia de que “o homem é um vil bicho da terra” (Nuno Marques Pereira). Era necessário assegurar que o homem podia constituir, através da representação, o necessário contraponto ao poder do Monarca (Idem, p. 269).

Ao fazer isso, encaminhou muitos de seus discípulos a buscarem a coerência do empirismo, o que os colocaria diretamente em contato com a problemática filosófica que lhe era contemporânea. Por conta disso, pode-se dizer que sua obra representa a ante-sala da primeira corrente de filosofia estruturada no ciclo posterior à Independência, o Positivismo.

— MOMENTOS DO PENSAR FILOSÓFICO NACIONAL

O primeiro momento do pensar nacional, vigente no momento dos jesuítas, foi denominado de *Segunda Escolástica Portuguesa* e tem como característica o *saber de salvação*. Esse período foi orientado pelos ensinamentos dogmáticos da Escolástica e consistia, fundamentalmente, numa meditação de cunho ético-religioso. Com a Reforma Pombalina de 1772, que introduziu na Universidade as novas Faculdades de Matemática e Filosofia incumbidas de formar naturalistas, botânicos, mineralogistas, metalurgistas, ou seja, homens familiarizados com a ciência de seu tempo, tem início o segundo momento do pensar nacional caracterizado pelo *Empirismo Mitigado* e o *Radicalismo Político* que irá efetivar uma ruptura radical com o pensamento

236 escolástico, abrir as portas da Universidade para a meditação ético-política e para a ciência até então proibida em Portugal e no Brasil, por motivos religiosos.

Com Silvestre Pinheiro Ferreira a cultura luso-brasileira integra-se à Época Moderna. Na prática, como chefe do último governo de D. João VI no Brasil, faz o trânsito da monarquia absoluta para a constitucional e, na teoria, apresenta um caminho para a superação do *Empirismo Mitigado* levando o pensamento brasileiro a fazer a transição para o *Eclétismo*.

Nesse mesmo período, o pensamento brasileiro passa a conhecer e adotar algumas ideias de Kant (1804-1810) através, principalmente, de Martim Francisco e Diogo Antonio Feijó. Tal período, denominado de *Primórdios do Kantismo*, envolve as duas primeiras fases, identificadas por Miguel Reale, da influência alemã no Brasil.

Na primeira fase Kant é recebido mais como filósofo da Ilustração, aberto aos problemas do liberalismo e, sobretudo, por sua posição intermediária, visto o criticismo como uma terceira posição entre a atitude dogmática, de um lado, e a atitude cética, de outro. A segunda fase da influência da filosofai kantiana é representada pelo krausismo (Reale, 1974, p. 32).

Na corrente Eclética, ou Eclétismo Espiritualista, primeira corrente filosófica rigorosamente estruturada no país, a partir de 1833, que logrou a adesão da maioria da intelectualidade é possível distinguir três ciclos bem distintos: formação, apogeu e declínio. No ciclo de apogeu, que abrange as décadas de cinquenta a oitenta, o Eclétismo como filosofia oficial torna-se obrigatório no colégio Pedro II e nos liceus estaduais, passa a desfrutar de incontestável prestígio no seio da intelectualidade e da elite política. Das atividades desenvolvidas pelos seus componentes é possível perceber

que o culto da filosofia em nosso país, fora das instituições religiosas, começa valorizando a contribuição nacional e dispondo-se a participar do debate que se travava na Europa. Acreditavam que o espírito humano jamais chegaria a uma situação de plenitude e, simultaneamente, apostavam na possibilidade infinita de seu aprimoramento. Entendiam ainda

que a filosofia estava vinculada a um determinado tempo histórico, achando-se, portanto, as convicções que nutriam condenadas à inevitável superação (Paim, 1999, p. 8). 237

A fase final do Eclétismo confunde-se com o período de emergência das correntes científicas, a partir do movimento que Sílvio Romero denominou de “surto de ideias novas”, iniciado na década de setenta do século 19, que aponta para a formação da Escola do Recife e da Corrente Positivista.

O movimento intelectual denominado por Sílvio Romero de Escola do Recife teve início com a meditação filosófica de Tobias Barreto, do desejo de renovação no campo da filosofia, do rompimento com o Eclétismo Espiritualista de Victor Cousin e da diferenciação do chamado “surto de ideias novas”. Caracterizou-se, em seu ciclo inicial, pelo combate aos suportes teóricos da monarquia e ao Eclétismo visando a uma reforma da ideologia dominante. Buscou apoio inicialmente no Positivismo, embora o abandone e mesmo a ele se oponha mais tarde.

Seu período de apogeu, do ponto de vista filosófico, acontece quando as novas Faculdades de direito adotam os *Estudos de Direito*, de Tobias Barreto. Notabilizou-se pela mudança na compreensão do direito, pela elaboração sistemática da história da cultura brasileira, pela modernização de instituições, como é o caso do Código Civil. A elaboração teórica que iria impulsionar inicia-se em 1875 quando Sílvio Romero proclama a morte da metafísica, num concurso na Faculdade de Direito do Recife.

Desenvolvido no seio da Escola do Recife, o neokantismo irá fundamentar o pensamento filosófico apontando caminhos para a superação do Positivismo e dando nascedouro à fenomenologia, ao existencialismo e ao culturalismo. Nascida da meditação de Tobias Barreto a Corrente Culturalista tornou-se uma das mais fecundas da meditação brasileira contemporânea. No empenho em retirar a sociedade da subordinação aos esquemas positivistas de análise (problema), Tobias Barreto é levado a considerar as ideias de liberdade e de finalidade (perspectiva). Ao fazê-lo, circunscreve uma esfera de investigação, a cultura, entendida como “um sistema de forças erigidas para humanizar a luta pela vida” (solução).

Mas na medida em que a República se consolida e o Positivismo ascende e se afirma, inicia-se o seu declínio e vários de seus membros abandonam virtualmente a Filosofia e refugiam-se no Direito, na Sociologia e na Crítica Literária. A ascensão do Positivismo corresponde, ainda segundo Paim, ao fenômeno mais significativo da República, tanto assim que as instituições republicanas seriam plasmadas segundo a vontade de seus partidários.

O grande sucesso alcançado pelo Positivismo decorre do fato de inserir-se numa das tradições da cultura brasileira, o cientificismo, difundido no Brasil pelo Seminário de Olinda e pela Real Academia Militar que manteve o espírito da Reforma de 1772, elaborada sob a égide do entendimento de que o “núcleo do saber encontra-se nas ciências experimentais”. É na Real Academia Militar e, posteriormente, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que os intelectuais brasileiros entram em contato com a obra de Comte.

O cientificismo preservado na Real Academia Militar irá adquirir forma acabada com Benjamin Constant, professor da escola a partir de 1873 e chefe militar do movimento republicano. Naquele momento reforma-se o ensino para adequá-lo à hipótese comteana de que o real se esgotaria na série hierárquica das ciências. Seu predomínio estende-se durante toda a República Velha e tem como principais características: o surgimento do autoritarismo republicano; o repúdio e abandono da tradição liberal do Império; sucessivas reformas do ensino primário e secundário; aceitação pela elite dirigente da interdição positivista à Universidade a fim de conservar o ensino superior adstrito à formação profissional; adesão do professorado ao entendimento comteano da ciência como algo de conclusivo; transferência do magistério moral, tradicionalmente exercido pela Igreja Católica, para a Igreja Positivista.

O declínio do comtismo, como nos ensina Paim, não erradicou o cientificismo de nossa cultura. Paulatinamente esse lugar passa a ser ocupado pelos marxistas a partir dos concursos de Leônidas de Rezende e Hermes Lima, no início dos anos trinta do século xx, para as cátedras da Faculdade Nacional de Direito no Rio de Janeiro. Pela primeira vez em nossa história estrutura-se um grupo marxista num estabelecimento de ensino de incontestável prestígio. No novo ciclo

cientificista podem ser destacadas duas vertentes: o marxismo acadêmico e o marxismo político.

Como sabemos, o critério geral que distingue a Filosofia Moderna da Contemporânea é o surgimento de tomada de posição frente à tese do Positivismo de que, diante dos progressos da ciência a filosofia é impossível.

Por mais distanciados que se encontrem os diversos fundadores de escolas, como Bergson, Cohen, Husserl e Heidegger, eles tratam, à sua maneira, de enfrentar aquele desafio. O espiritualismo, o neokantismo, a fenomenologia e o existencialismo reconstróem, em nosso século, o saber filosófico e logram superar a interdição positivista (Paim, 1999, p. 44).

Na contemporânea meditação brasileira, a superação do Positivismo tem início após a Revolução de 30, mas só irá desenvolver-se plenamente no pós-guerra quando o culturalismo assume plena configuração; o neotomismo torna-se uma simples corrente filosófica sem intenções hegemônicas ou políticas; o existencialismo encontra temática própria; a fenomenologia segue determinado rumo e a filosofia da ciência floresce.

No livro *Problemática do Culturalismo*, entre outros, Antonio Paim (1995) afirma que o arcabouço fundamental do culturalismo brasileiro foi delineado, sobretudo, por Miguel Reale e Djacir Menezes. Na Filosofia do Direito, conseguiu reunir grupo dos mais expressivos onde sobressaem Paulo Dourado de Gusmão, Luiz Luisi, Luiz Washington Vita; Roque Spencer Maciel de Barros, Paulo Mercadante; Evaristo de Moraes Filho, Ricardo Vélez Rodrigues e Nelson Saldanha.

No que se refere ao Tomismo, a publicação de duas obras de Leonardo Van Acker: *A Filosofia Contemporânea* e *O Tomismo e o Pensamento Contemporâneo*, nos possibilita uma melhor compreensão da natureza do diálogo que deseja manter. Para ele, o tomismo deve aspirar à condição de uma filosofia como tantas outras, viva e atuante. O livro *Rumos da Filosofia atual no Brasil*, publicado em 1976 por Urbano Zilles, demonstra a superação da fase em que o tomismo expressava uma verdade acabada e o momento em que passa entendê-lo como fonte inspiradora, aberta à compreensão da obra dos moder-

240 nos. Alguns dos seus representantes procuram conciliar tomismo com existencialismo (Alvino Moser), com o Personalismo de Mounier (Antônio Joaquim Severino), com a Fenomenologia (d. Beda Krause) ou com o kantismo (Evaldo Pauli). Há também os mais ortodoxos (Yulu Brandão, d. Odilão Moura e, também, os fiéis ao maritanismo (d. Irineu Penna e Gerardo Dantas Barreto).

O segundo grande seguimento do pensamento católico busca fora do tomismo outras inspirações. Entre estes os partidários de Maurice Blondel (Alcântara Silveira e João Scantimburgo); os orteguianos (Ubiratan Macedo e Gilberto de Melo Kujawski); os heideggerianos (Mac. D. Owell, Arcangelo Buzzi e Maria do Carmo Tavares de Miranda); os que se inspiram em Hegel (Henrique Lima Vaz e outros). A questão do neopositivismo brasileiro, no presente, consiste em adquirir consciência da problematicidade do tema e participar de seu aprofundamento. O magistério de filosofia das ciências, muito disseminado na Universidade, segue essa orientação.

Mas a questão nuclear no pensamento contemporâneo brasileiro é a noção de *mundo da vida* husserliana, isto não apenas para os fenomenólogos como também para os existencialistas e culturalistas. Creuza Capalbo (1971) nos aponta a enorme repercussão da fenomenologia entre os médicos e psicólogos (Nilton Campos, Antonio Gomes Pena, Isaías Paim).

O Existencialismo heideggeriano tem como principais adeptos Emmanuel Carneiro Leão, Gerd Bornheim, Ernildo Stein. Também possui inspiração heideggeriana a obra de Farias de Brito, Vicente Ferreira da Silva, Otávio Mello Alvarenga, Emanuel Carneiro Leão, Beneval de Oliveira, Wilson Chagas, Eduardo Portela. Tão amplo pluralismo filosófico na meditação contemporânea brasileira não significa que as vertentes herdadas da cultura portuguesa (cientificismo e tradicionalismo) tenham desaparecido.

— A REFLEXÃO SISTEMATIZADA NO PENSAMENTO BRASILEIRO

A prática da filosofia no Brasil, enquanto esforço de reflexão sistematizada, revela-se, segundo Severino (1999), mediante linhagens de

pensamento vinculadas a quatro grandes tradições: a metafísica, a positivista, a hermenêutica e a dialética.

A tradição metafísica ainda marca profundamente a nossa cultura atual impregnando a vida cultural brasileira, sobretudo no plano ético, em decorrência da formação cristã da coletividade nacional. E, mesmo na elaboração teórica sistemática, ela ainda se faz presente através do pensamento neotomista e na teologia católica. Entre os seus representantes mais significativos podemos citar: Alceu Amoroso Lima, Leonardo Van Acker, Alexandre Corrêa, Geraldo Pinheiro Machado, Francisco Leme, Leonel Franca, Carlos Lopes de Mattos, Ubiratan Borges de Macedo, dom Beda Kruse, Fernando de Arruda Campos.

A tradição positivista se impõe, ainda hoje, como presença marcante na filosofia brasileira. Forjada no seio do projeto iluminista da época moderna, se caracteriza pelo radical empirismo, no que se refere a sua concepção da realidade. Chegando ao Brasil ainda no Império, se transforma, com a República, em ideal nacional. Instala-se em todos os recantos do pensar e do fazer nacional: na Bandeira (Ordem e Progresso), na Educação (Reforma Benjamin Constant), na Política, no Governo. Impregna a nossa cultura de tal forma, que ainda hoje, mesmo inconscientemente, agimos quase sempre guiados por ela. Atualmente, constitui-se de tendências, vertentes e subvertentes científicas, neopositivistas e mesmo transpositivistas. Além dos pensadores consagrados pela História do passado, tais como: Benjamin Constant, Miguel Lemos, Oliveira Guimarães, Álvaro de Oliveira, Raimundo Teixeira Mendes, Luiz Pereira Barreto, Quintino Bocaiuva, podemos, na atualidade, colocar em destaque os neopositivistas e transpositivistas: Hilton Japiassu, Constância Marcondes César, Marly Bulcão, Elyana Barbosa, Milton Vargas, Porchat, Leônidas Hegenberg, Lafayette de Moraes, Ayda Arruda.

A tradição hermenêutica, representando o conjunto das tendências que valorizam a subjetividade, a atividade simbolizadora do sujeito, destaca-se como seu elemento básico o subjetivismo. Esta tradição é herdeira de Descartes, Kant e Hegel e se manifesta nas tendências: fenomenológica, culturalista, existencialista, antipositivista e arqueogeneologia. Nesta tradição podemos destacar na tendência cul-

242 turalista os nomes de: Tobias Barreto, Sílvio Romero, Arthur Orlando, Clóvis Beviláqua como introdutores desta problemática. Miguel Reale, Antonio Paim, Tércio Sampaio Ferraz, Nelson Saldanha e Irineu Strenger como continuadores. No existencialismo fenomenológico, o destaque vai para Vicente Ferreira da Silva, Maria do Carmo Tavares de Miranda, Gerd Bornheim e Gilberto de Mello Kujawski. Na tendência fenomenológica-hermenêutica podemos falar entre outros de: Creusa Capalbo, Salma Muchail, João Carlos Nogueira, Antonio Muniz de Rezende, Newton Aquiles Von Zuben e José de Anchieta Corrêa.

A *tradição dialética*, caracterizada pelo esforço de entender a realidade humana a partir de sua construção histórico-social e de sua atividade prática, tem como elemento essencial o *praxismo*. Nela o homem é visto como sendo produzido pela sua história da qual é também o agente construtor. Três grandes tendências podem ser identificadas nesta tradição: aquela que dá continuidade à *dialética hegeliana*; a que se desenvolve na linha da *dialética marxista*; e a *dialética negativa* que está diretamente associada à teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Nesta tradição sobressai as figuras de Cruz Costa, Leôncio Basbaum, Leandro Konder, Caio da Silva Prado Júnior, Marilena Chaui e Moacir Gadotti. Esta classificação, segundo Severino, visa tão somente construir uma organização mais sistemática das várias manifestações de nossa cultura filosófica visto que, na realidade, as várias tendências e orientações se entrecruzam, se entrecortam, se influenciam mutuamente. Diante disso, parece acertado afirmar com Paim que

A cultura brasileira ainda vive sob o efeito do impacto do positivismo, que a marcou profundamente, obrigando assim todo pensamento a se posicionar frente a ele. O positivismo impregnou a própria mentalidade das pessoas, passando a incorporar o seu senso comum, moldando assim a cosmovisão cultural como um todo. Assim, a própria tradição aristotélico-tomista e platônico-agostiniana, matriz originária de nossa amoldagem cultural, se vê forçada a rever sua direção intelectual, dada essa interferência histórica do positivismo. Mas, por outro lado, não se pode negar a existência de tendências que procurarão delinear seus caminhos e construir seus próprios universos temáticos (Paim, 1996, p. 589).

A partir do século XX o poder industrial estendeu sua suserania por todo o globo terrestre fazendo nascer, como nos ensina Morin (2011, p. 3), a segunda industrialização, ou seja, a industrialização do espírito, assim como a segunda colonização que passa a dizer respeito à alma humana.

Através delas, opera-se esse progresso ininterrupto da técnica, não mais unicamente votado à organização exterior, mas penetrando no domínio interior do homem e aí derramando mercadorias culturais. Não há dúvida de que já o livro, o jornal eram mercadorias, mas a cultura e a vida privada nunca haviam entrado a tal ponto no circuito comercial e industrial, nunca os murmúrios do mundo [...] haviam sido ao mesmo tempo fabricados industrialmente e vendidos comercialmente.

Os novos problemas colocados se constituem em elos da corrente da civilização, fazem parte dos Terceiros Problemas que emergem rapidamente da periferia para o centro das interrogações contemporâneas entre estes aquele que pode ser considerado como uma Terceira Cultura ou Cultura de Massa, oriunda da imprensa, do cinema, do rádio, da televisão, das redes sociais, que surge, desenvolve-se, projeta-se ao lado das culturas clássicas e nacionais, produzida segundo as normas maciças da fabricação industrial e propagada pelas técnicas de difusão maciça.

Em 1983, em um Congresso Internacional de Filosofia no Rio de Janeiro, onde realizava o meu doutoramento, ouvi de um filósofo conferencista da França esta indagação: “Como alguém que não sabe como pensa a sua nação pode dizer que sabe, que conhece o pensamento de outras nações?”

Naquele momento um grupo de estudiosos e pesquisadores do pensamento brasileiro estava desenvolvendo estudos e debates sobre a questão das filosofias nacionais e a pergunta nos incitou a continuar refletindo sobre esse problema, de vital importância para a Filosofia Brasileira e de grande parte dos filósofos e estudiosos da filosofia que,

244 a nosso ver, desconhecem quais e em que perspectivas, ao longo da história, os problemas nacionais foram pensados e teorizados.

Refletindo sobre o momento histórico que estamos vivendo, entendendo que, mais do que nunca, nós brasileiros precisamos buscar conhecimentos que possibilitem refletir sobre os nossos problemas, suas causas e consequências afim de que possam iluminar o caminho para a solução dos mesmos e indicar novos horizontes. Mas que nunca precisamos do diálogo, de restituir a experiência esquecida da reflexão a fim de evitar novas modalidades de manipulação de opinião em detrimento do conhecimento e da defesa da verdade. A experiência da reflexão, induzida pelo esclarecimento, é, por sua vez, o ato pelo qual o sujeito justamente se desliga de uma posição no interior da qual se tornou objeto. Tal operação tem de ser exigida do próprio sujeito, não pode haver para tanto nenhum substituto. Por conta disso se faz necessário que desenvolvamos uma consciência, uma atitude filosófica que leve a superação dos achismos, da consciência de rebanho, da ação baseada apenas em informação, sem conhecimento e sem a busca da verdade.

— OBRAS CONSULTADAS

ARENDDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRITO, Rosa Mendonça de. *O Neokantismo no Brasil*. Manaus: Edua, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e Interesse*. São Paulo: Unesp, 2014.

JASPERS, Karl. *Introdução ao Pensamento Filosófico*. São Paulo: Cultrix, 19865.

MORIN, Edgar. *Cultura de Massas no Século XX*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

PAIM, Antonio. *História das Ideias Filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1996.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *A Filosofia Contemporânea no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

— Uma pergunta e duas afirmações: a crítica exógena ao Clube da Madrugada

ZEMARIA PINTO

— PRA COMEÇO DE CONVERSA

Este texto procura mostrar a crítica feita de fora do Clube da Madrugada. Talvez o mais sensato seja dizer depois do Clube da Madrugada, porque em seu auge – quando todos pertenciam ao Clube... – toda crítica era endógena, isto é, feita a partir de dentro da própria agremiação. Aliás, este é um problema que se impõe: até quando, do ponto de vista cronológico, vai o Clube?

Feita a pergunta, vamos às afirmações, que, por serem absolutamente afirmativas, delas não nos restando nenhuma dúvida, é mais fácil por elas começar.

O movimento que convenciamos chamar de Clube da Madrugada jamais foi um movimento estético no sentido que o léxico dá a palavra, como “padrão ou corrente de pensamento buscando a evolução de uma ou mais áreas do conhecimento humano”. Antes, o Clube da Madrugada começou como um movimento no sentido de “conjunto de ações visando, explicitamente, mudanças políticas e sociais”.¹ A partir desta acepção, afirmamos que o Clube da Madrugada começou como um movimento político, que só muito depois enveredou pela trilha estética, mesmo assim, de forma desorganizada, sem se constituir em uma trilha uniforme, mas se multifacetando em vários caminhos. Ponto.

De maneira bem objetiva, reafirmamos, pois já afirmamos isso tantas vezes, que o Clube da Madrugada, mesmo após se impor como movimento estético, não foi o Modernismo no Amazonas. Outro ponto.

1. Definições adaptadas do Dicionário Houaiss eletrônico da língua portuguesa, versão 1.0, junho de 2009, Editora Objetiva.

Assim como o Modernismo não começou naquelas noites de fevereiro de 1922, o Clube da Madrugada também não começou na manhã do dia 22 de novembro de 1954. Se a origem do movimento modernista remonta a 1917, a gênese do Clube se dá entre 1949 e 1952, nas reuniões realizadas na rua Dr. Moreira, 239, onde residia o futuro escritor e aspirante a artista plástico Anísio Mello. Jorge Tufic, Alencar e Silva, Antísthenes Pinto, Farias de Carvalho e Guimarães de Paula eram alguns dos frequentadores habituais daqueles saraus.

Essas reuniões para discutir arte, hoje difíceis de imaginar, eram muito comuns à época, especialmente dentro dos grêmios literários, que se formavam para o estudo da retórica, reflexo de uma época em que não havia alternativa aos jovens que concluíam o correspondente ao ensino médio: ou a Faculdade de Direito ou nada. Com o fim da Segunda Guerra, quando o mercado internacional da borracha passou por um período de aquecimento, fazendo brotar as lembranças do fausto de meio século antes, Manaus voltou a sua realidade banal: luz elétrica precária, saneamento básico pífio e dificuldades de abastecimento generalizadas, pois aqui muito pouco ou quase nada se produzia. A dobradinha Getúlio Vargas/Álvaro Maia não deixaria saudades. Na área da literatura, refletindo a indigência político-social, vicejavam os cultores de um passadismo que o Modernismo enterrara de vez havia mais de 30 anos, e que tinham como principais referências o que havia de pior em Coelho Neto, Euclides da Cunha e Olavo Bilac. Asilados na Academia Amazonense de Letras, viviam com a cabeça na Grécia e os pés na França. Djalma Batista cunhou uma expressão singela para nomear a busca de oportunidades em outras paragens: “êxodo anual”. Ainda em 1951, Jorge Tufic, Antísthenes Pinto, Alencar e Silva e Farias de Carvalho viajam pelo Brasil, com destino ao Rio de Janeiro, e acabam chegando a Porto Alegre, fazendo contatos e respirando outros ares. Em 1953, o mesmo grupo, acrescido de Guimarães de Paula, faz uma nova viagem da “caravana”, como ficou conhecido o *tour* (Pinto, p. 11-30).

Essas condições históricas explicam o fel destilado no *Manifesto Madrugada*, divulgado em novembro de 1955, comemorando um ano de fundação do Clube.³

A Bossa Nova, o Cinema Novo, o Teatro Oficina e o Tropicalismo (permito-me as maiúsculas por questões de isonomia nomenclatural) são todos filhos do Modernismo. São todos caules da mesma raiz antropofágica que mudou a maneira de ver a arte no Brasil. Por este viés histórico, o Clube da Madrugada é o Modernismo no Amazonas, por ser a primeira manifestação coletiva e organizada da aplicação dos princípios básicos modernistas: reação contra o passadismo, o conformismo estético e o academicismo.

Esqueçamos Octavio Sarmiento, Pereira da Silva, Violeta Branca – além das revistas de Clóvis Barbosa, tão citadas quanto desconhecidas. O Clube da Madrugada organiza-se em torno de um ideário contra a “apatia criminosa” dos “grupos de caráter negativo anacrônicos, divorciados da realidade brasileira e defensores de posições cômodas e de princípios apátridas” (Pinto, p. 33).

Pessoalmente, ouvi de vários remanescentes do Clube a confirmativa dessa filiação. A questão que se impõe é outra: quando o Clube da Madrugada acontece em 1954, 32 anos após a eclosão modernista, o que se produzia no Brasil – em termos de literatura, especialmente – já não tinha mais nada a ver, do ponto de vista estético, com as manifestações da primeira e da segunda gerações modernistas. A Geração de 45 até se opõe ao Modernismo – e é a esta geração que o Clube da Madrugada toma por modelo estético.

Os movimentos enumerados três parágrafos acima – música, cinema, teatro – ligavam-se ideologicamente ao Modernismo, mas não eram, nunca pretenderam ser, sua continuidade. Uma esquecida canção de Caetano Veloso sintetiza isso:

*Eu, você, nós dois,
já temos um passado, meu amor
um violão guardado, aquela flor
e outras mumunhas mais...³*

O violão e a flor, símbolos da Bossa Nova, entre outras “mumunhas”, como o barquinho e a Rolleiflex, por exemplo, faziam parte do pas-

² Em 2014, dois livros foram publicados simultaneamente trazendo a íntegra do “Manifesto Madrugada”: *Lira da madrugada*, de Zemaria Pinto, com atualização ortográfica; e *Clube da Madrugada – presença modernista no Amazonas*, de Tenório Telles, em fac-símile. Para mais informações, veja Referências.

³ “Saudosismo”, gravada em 1968, por Gal Costa, no LP que tem o próprio nome da cantora.

248 sado. O Tropicalismo superara a Bossa Nova na linha evolutiva da música popular brasileira e logo seria superado, também, num trancado dialético que é a própria essência da história.

Ainda na década de 1970, Márcio Souza comentava, referindo-se aos escritores do Clube:

Ligados à literatura da Geração de 45 e imbuídos de todas as aspirações políticas do pós-guerra, esses jovens renovadores, engajados e combativos, fizeram uma frente única contra a estagnação cultural vigente. Se o Movimento Modernista havia sido no Amazonas um desastre breve e inexpressivo, O Clube da Madrugada, encontrando terreno mais fértil, desenvolveu-se com a diretriz de se impor a uma cidade entorpecida, que logo seria agitada pelo integracionismo da Zona Franca. Alguns talentos ganharam renome nacional e em Manaus, cidade desacostumada a ler e a pensar, um grupo lia e debatia com paixão. Numa cidade sem livrarias e com jornais de circulação restrita, o Clube da Madrugada inaugurava páginas literárias e editava livros, invadindo o amortecimento, com vigor, como jamais a província havia experimentado (Souza, p. 150).

Tenório Telles inverte essa visada, dando maior ênfase no geral, o Modernismo, relegando a influência da Geração de 45 ao específico. Após discorrer sobre as experiências modernistas anteriores ao Clube, ele conclui:

Essas ressonâncias modernistas tiveram um caráter assistemático. As ideias e fundamentos estéticos que enformam o Modernismo, no Amazonas, só vão adquirir uniformidade e se constituir como proposta estética predominante – um grupo comprometido com a renovação e a pesquisa – com a fundação do Clube da Madrugada. Que ficou sendo, em termos regionais, o marco formal dessa ruptura com o passado. Percebe-se, entretanto, na poesia de vários autores do Clube evidentes influências do ideário da Geração de 45 (Telles, p. 27).

Ecoando Márcio Souza, Luciane Páscoa é objetiva quanto a essa à questão:

Ligado à literatura da Geração de 45 e impregnado de todas as aspirações políticas do pós-guerra, o Clube da Madrugada tinha como propósito transformar o estilo da produção literária local. Com isso, buscava coesão com outras tendências literárias que predominavam em outros lugares. O Clube, porém, não se restringiu apenas ao âmbito literário, mas também possuiu uma atuação rica e diversificada na área das artes plásticas. Desempenhou um papel importante na cidade ao opinar sobre questões vigentes na época, pois debruçou-se sobre assuntos sociais, econômicos, políticos, filosóficos, artísticos e literários. O movimento madrugada interpretava a arte como uma manifestação cultural e educativa, relacionada aos acontecimentos sociais e políticos de seu tempo (Páscoa, p. 95).

Também sem fazer menção ao Modernismo e relacionando ideologia com as vanguardas situadas à esquerda do espectro político, Marcos Frederico Krüger abona a filiação do Clube à Geração de 45:

Comprometia-se a ideologia do Clube da Madrugada, a grosso modo, com as vanguardas políticas da época. Se em sua primeira fase, possível de situar entre a data de fundação e 1960, predominou a estética neossimbolista da Geração de 45, o golpe militar de 1964 desencadeou vozes libertárias da qual a mais expressiva se cristalizou na Cartilha de bem sofrer com lições de bem amar, de Farias de Carvalho, datada de 1967 (Krüger, p. 73-74).

Entre essas vozes libertárias, destaco também a de Alcides Werk, cujo *Da noite do rio*, que depois passou a se chamar *Trilha d'água*, é repleto de referências ao momento histórico, sem nunca enveredar pelo panfletário.

Podemos concluir este ponto, afirmando que, ideologicamente, o Clube da Madrugada é, sim, o Modernismo no Amazonas, inclusive quando pensamos nas vanguardas referidas. Mas, esteticamente, a literatura praticada pelos membros do Clube da Madrugada é ligada à Geração de 45. E isso é extraordinário, porque a literatura amazonense, pela primeira vez, num tempo de comunicações ainda precárias, estava em perfeita sintonia com o eixo Rio-São Paulo –

250 sem dúvida, para o bem ou para o mal, a referência para qualquer análise que se faça da época.

— O PÃO ANTES DO CIRCO

Em 23 de novembro de 1955, época em que o *Manifesto Madrugada* já deveria estar circulando, a Academia Amazonense de Letras elege, para a cadeira de Castro Alves, o poeta Thiago de Mello, consagrado pela crítica nacional com seus dois primeiros livros, mais ou menos com a mesma idade do pessoal do Clube, à época, 29 anos. Thiago, que tomaria posse meses depois, não se candidatou: recebeu um amável convite para integrar o sodalício... Seria aquele convite uma movimentação política no tabuleiro do jogo entre a Academia e o Clube? Uma forma de mostrar que a Academia, afinal, não estava assim tão ultrapassada? A verdade é que somente em 1969, 14 anos depois, com a entrada de Elson Farias e Jorge Tufic, eleitos conforme as regras ordinárias, as duas instituições fizeram as pazes. Ou não, afinal, muitos madrugadenses morreram sem receber o véu da imortalidade acadêmica. Alguns foram sumariamente rejeitados. Matéria para estudos é o que não falta.

Marcos Frederico Krüger, analisando o conflito de gerações que o Clube promove, diz que ele “equivale, *mutatis mutandis*, à Geração de 1870 em Portugal” (Krüger, p. 72). Ele se refere à “questão Coimbra”, que opôs os jovens Eça de Queirós, Guerra Junqueiro e Antero de Quental à velha guarda que dominava então a literatura portuguesa. Atacar, sem meios termos, a literatura que se agasalhava na Academia de Letras era uma estratégia política do Clube. Nesse sentido, ainda é Marcos Frederico quem afirma:

[O Clube da Madrugada] *cumpriu funções semelhantes às das academias do Brasil colonial, no sentido de que os membros, ao se agruparem, faziam-no para se interprotegerem da hostilidade do meio e da indiferença da Metrópole* (Krüger, p. 73).

O Manifesto Madrugada tem cinco pontos bem definidos: Literatura; Escultura, Pintura e Arquitetura; Sociologia; Economia; Filosofia.

Nada sobre História, Etnografia ou Antropologia; muito menos sobre Música, Teatro ou Cinema. Mas a conclusão esbanjava otimismo e pretensão:

Esposando os princípios encimados e refutando o conservantismo ranco-roso, o Clube da Madrugada tem por escopo plasmar uma nova consciência pertinente à realidade brasileira (Pinto, p. 38).

Se em vez de brasileira essa realidade fosse amazônica, caberia melhor a carapuça. Lendo os itens referentes à Sociologia e à Economia, observamos que, antes do circo, os rapazes do Clube queriam mesmo era o pão na mesa farta. Hoje, quando falamos no Clube da Madrugada, nos atemos à literatura e às artes plásticas, quando o objetivo era bem mais amplo. Mas ficou, sobretudo, a célebre assertiva, com a qual se inicia o item Literatura: “Não há literatura no Amazonas” (Pinto, p. 35). Era o começo do começo.

— UM MOVIMENTO DE MÚLTIPLAS FACES

Quando se impõe como movimento estético – na literatura e nas artes plásticas –, o Clube da Madrugada busca agregar seus participantes, sem obrigá-los a seguir uma linha que possa identificá-los enquanto um grupo coeso. Nas artes plásticas, temos a predominância expressionista, especialmente em Álvaro Páscoa, Hahnemann Bacelar e Afrânio de Castro, convivendo com o *naïf*, do qual a grande expressão é Moacir Andrade, e o paisagismo acadêmico de Anísio Mello, que, de repente, explode em cores fauvistas num lírico abstracionismo geométrico, sem qualquer relação com a técnica anterior. Óscar Ramos e Van Pereira destacam-se também; o primeiro, explorando as impossibilidades geométricas; e o segundo, ilustrador excepcional, forjando um simbolismo singular que em nada lembra a obra dos demais. Na literatura não foi diferente.

Tomemos como paradigma a *Pequena Antologia Madrugada* (Tufic, 1958), por reunir a poesia mais representativa da primeira geração. São sete poetas, todos diferentes entre si. Nem o formalismo, a característica mais óbvia da Geração de 45, os une, posto que ignorado

252 por Norões, Ruas e Antísthenes, que já estavam um passo à frente em relação aos demais no quesito forma.

Lendo-os, um a um: Luiz Bacellar, surrealista e erótico; Jorge Tufic, dos sonetos ora líricos e intimistas ora metalinguísticos; Farias de Carvalho, entre o místico e o confessional; L. Ruas, um simbolista dilacerado; Sebastião Norões, paradoxalmente, minimalista e elegíaco; Alencar e Silva, romântico e simbolista; Antísthenes Pinto – o mais incompreendido poeta daquela geração, ainda a ser desvendado –, destilando existencialismo e tédio.

Fora da *Pequena Antologia Madrugada*, podemos identificar ainda mais três vertentes para a poesia praticada dentro do Clube: o telurismo de Elson Farias e Alcides Werk; o engajamento de Farias de Carvalho e do mesmo Alcides Werk; e a religiosidade, que não pode se confundir com misticismo, de L. Ruas e Max Carphentier. Dez poetas e dez caminhos diversos, ora imbricados, ora paralelos, ora cruzados. Se buscarmos, entretanto, um mero didatismo simplificador – quantos crimes se cometeram em teu nome! – veremos uma tênue tendência para alguma coisa que, à falta de melhor definição, vamos chamar de Neossimbolismo. Não, não – esqueçam esta última frase. Não podemos simplificar a aparência do que é complexo em sua própria essência.

A contística do Clube segue no mesmo diapasão. A temática pode ser urbana, rural, memorialística e até mesmo religiosa. Na expressão, o neorealismo convive com narrativas surrealistas, expressionistas, fantásticas e intimistas. Novamente, a falta de padrão é o padrão.

O Clube da Madrugada configura-se, portanto, menos como um movimento estético, e mais como um lugar – um clube! – onde as coisas acontecem. Não à toa, ainda hoje, o poeta Jorge Tufic, um dos fundadores, edita livros com o selo do Clube, dentro de uma Coleção de Textos Madrugada, nem sempre relacionados com a inspiração original. De Antísthenes Pinto, mais de uma vez, contrariado com a ideia de que o Clube já cumprira sua missão, ouvi que “enquanto eu viver, o Clube da Madrugada continuará vivo”.

Voltamos à pergunta inicial: até quando, do ponto de vista cronológico, vai o Clube? Esta pergunta engendra em seu bojo uma outra, quando falamos em gerações: são, afinal duas ou três gerações no Clube da Madrugada?

Se separarmos por décadas, teremos a geração dos anos 50, formada pelos fundadores, mais um ou outro que aderiu de imediato ao Clube, como L. Ruas. Na geração dos anos 60, surgem, na literatura, nomes como Astrid Cabral, Elson Farias, Francisco Vasconcelos e Carlos Gomes. Mas aqui nos deparamos com as primeiras dissensões: Márcio Souza, Aldisio Filgueiras e Anibal Beça, até onde eu sei, mantinham distância do Clube. Nos anos 70, Max Carpentier, Erasmo Linhares e Alcides Werk lançam seus primeiros livros, sob a égide do Clube da Madrugada. Me parece que respondemos à questão relacionada com as gerações: são mesmo três. Por mais que, ao longo dos anos 80, e até dos 90, o Clube festejasse a entrada de novos membros, recrutados, especialmente, entre os candidatos a escritores, pois se até este que vos escreve... Mas essa é uma outra história.

— REFERÊNCIAS

- KRÜGER, Marcos Frederico. *A sensibilidade dos punhais*. Manaus: Edições Muiraquitã, 2007.
- PÁSCOA, Luciane. *As artes plásticas no Amazonas – o Clube da Madrugada*. Manaus: Valer, 2011.
- PINTO, Zemaria. *Lira da madrugada*. Manaus: Coreli e Jiquitaia, 2014.
- SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense – do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- TELLES, Tenório. *Clube da Madrugada – presença modernista no Amazonas*. Manaus: Valer, 2014.
- TUFIC, Jorge (org.). *Pequena Antologia Madrugada*. Manaus: Sérgio Cardoso, 1958.

{ Medalha VEÍCULOS MORAIS 2016 }

— Abertura¹

ROSA MENDONÇA DE BRITO

Esta sessão solene que tem por finalidade precípua a outorga da Medalha do Mérito Cultura Péricles Moraes, evoca o sentido da vida de um dos luminares desta Casa, seu fundador e presidente e, simultaneamente, homenageia personalidades e instituição que se destacaram no cenário cultural de nossa terra.

¹ Cerimônia realizada em Manaus, 25 de abril de 2016.

Ao ocupar o sólio presidencial e presidir este ato, permitam-me uma palavra inicial de homenagem às eminentes confeitarias Carmen Novoa, Mazé Mourão, Marilene Corrêa, Márcia Pereales que hoje abrilhantam com suas inteligências e conhecimentos, na alvorada do centenário da Casa de Adriano Jorge, os quadros deste sodalício.

Como instituição guardiã de saberes através das vozes antigas e novas, a Academia transcende a afirmação do hoje e a memória do ontem, porque se nutre da matéria intemporal que anima a História das letras, das artes, das ciências, das culturas. Identificando contribuições ao desenvolvimento intelectual, social e cultural ao homem amazônico e, condecorando o mérito, a Academia preserva, proclama e incentiva a riqueza de inspiração e de vida com que as letras, as artes e seus patrocinadores, sustentam indispensáveis fazeres da civilização.

Este ano, a distinção da Medalha, no campo das letras, ou seja, da palavra, do trabalho intelectual, será outorgada à escritora e professora doutora Neide Gondin. No campo das Artes, cujo valor máximo é a beleza, a Medalha será outorgada a violinista Maria Grigorova Georgieva, com grande parte de sua vida dedicada a arte da música, na combinação de sons nas cordas do seu violino, seja como professora, seja como concertista aqui no Amazonas. Na categoria Mecenate, expressão da solidariedade, da proteção, será a Marinha do Brasil que receberá a consagração pelo apoio a cultura e a manuten-

256 ção da vida dos povos anfíbios da Amazônia, dos centros e das barrancas dos rios.

Para interpretar os significados desta solenidade, o ofício da palavra revestida de sentimentos, nesta noite de evocação e homenagens aos ilustres AGRACIADOS, caberá ao confrade José dos Santos Pereira Braga, homem público que muito tem contribuído para a sociedade amazonense no exercício de altos cargos públicos, na magistratura trabalhista, no magistério, nas letras e nas artes, como violinista. José Braga é membro ilustre deste Silogeu ocupando a cadeira de Machado de Assis desde de 1984. Foi seu presidente no período de 2008 a 2011. A ele deve-se a restauração da beleza desta Casa.

A fala autorizada dos agraciados nos chega pela voz do vice-almirante Luís Antônio Rodrigues Hecht, comandante do 9º Distrito Naval da Marinha do Brasil no Amazonas.

Além do brilho dos acordes da Banda do 9º Distrito Naval, na interpretação dos hinos oficiais do Brasil e do Amazonas, a violinista e homenageada Maria Grigorova Giorgieva brindará a todos com a beleza dos sons e acordes do seu violino solo e, em duo, com o violinista Fernando Lima, da Amazonas Filarmônica.

Sejam todos bem-vindos!

Está aberta a Sessão!

— Agradecimento

LUÍS ANTÔNIO RODRIGUES HECHT, *vice-almirante*

Em nome da Marinha do Brasil e de toda a tripulação do Comando do 9º Distrito Naval gostaria de agradecer à Academia Amazonense de Letras por nos conceder esta nobre Medalha do Mérito Cultural Péricles Moraes, na categoria Mecenato. Agradeço, de forma especial, a Senhora Rosa Mendonça de Brito, Presidente da Academia Amazonense de Letras, pela sensibilidade em nos ofertar tamanha honraria.

É uma alegria poder receber esta Medalha, instituída em 12 de maio de 2004 e que congratula, anualmente, personalidades e instituições envolvidas no campo das Letras, das Artes e do Mecenato.

Em 2015, o Comando do 9º Distrito Naval resgatou o Salão de Artes, exposição que reuniu 34 obras em nosso Salão Nobre, valorizando os artistas locais e a arte amazônica, bem como nos aproximando da comunidade artística da cidade.

As Forças Armadas têm o constante compromisso de estarem preparadas para a Defesa da Pátria, mas também estão, sempre que possível, lado a lado com a sociedade para estimular boas práticas, valores e bons costumes. O estímulo às artes e ao desenvolvimento cultural é, sem dúvida, uma iniciativa que muito nos alegra e engrandece, afinal, a produção artística e intelectual faz bem à alma e nos torna cidadãos melhores e mais felizes.

Nesta ocasião, gostaria de externar as congratulações da Marinha aos demais homenageados da noite. Na categoria Artes, a homenageada é a violinista Maria Grigorova Georgieva e na categoria Letras, a honraria está sendo concedida à escritora Neide Gondim.

As homenagens são a prova do protagonismo da mulher em diversas áreas do conhecimento, inclusive nas artes. A violinista Maria Grigorova emociona a cada nota que toca com suas mãos suaves e domínio firme do instrumento. Com uma trajetória artística sólida,

258 já integrou diversas orquestras na Bulgária e no Brasil, entre elas a Sinfônica Hascovo, Filarmônica Vidin, Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto e a Amazonas Filarmônica.

E tanto talento não poderia ficar guardado só para ela, sendo assim, a homenageada já compartilhou seus conhecimentos lecionando em diversas instituições de ensino, bem como participou de espetáculos e gravações de CDs e DVDs de música popular e foi membro do grupo "Violinata", realizando uma série de concertos dedicados à popularização do gênero sonata. Neste dia de homenagem, prezada Maria Grigorova, faço votos de que nunca lhe falte sensibilidade e intuição para continuar tornando a vida mais bela, afinal sentir a vibração de uma boa música é o melhor alimento para a alma.

Gostaria também de saudar a escritora Neide Gondim, que também recebe esta distinção no dia de hoje. Destacada pelos seus livros que retratam temas variados da Amazônia, além de interpretações psicanalíticas, a artista é uma profunda estudiosa e apaixonada pela região amazônica.

O seu livro *A Invenção da Amazônia*, de 1994, é um dos marcos da carreira da escritora e retrata o cenário de grande curiosidade e especulação do homem europeu sobre a região amazônica.

Prezada Neide, em nome do Comando do 9º Distrito Naval, parabéns a senhora pela homenagem, fazendo votos de que o prazer em escrever esteja presente a cada nova página que sua inspiração redigir.

Para não me alongar, gostaria de reiterar meu sentimento de gratidão pela lembrança da Marinha do Brasil pela Academia Amazonense de Letras, instituição fundada em janeiro de 1918 e que reuniu grandes nomes da literatura amazonense, promovendo a cultura em todos os aspectos.

O Comando do 9º Distrito Naval, que cumpre a desafiante missão de fiscalizar mais de 22 mil quilômetros de extensão de rios na Amazônia Ocidental, nos Estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia, sente-se profundamente honrado com esta distinção. Estaremos sempre de portas abertas para recebê-los em nossas instalações e meios navais.

Muito Obrigado!

— Saudação

JOSÉ BRAGA

Estamos aqui, nesta noite de afetos, de celebração, de reconhecimento, para exaltar e homenagear o Saber, a Beleza, a Benemerência.

A Medalha do Mérito Cultural Péricles Moraes, que a Academia Amazonense de Letras confere à escritora Neide Gondin, à violinista Maria Grigorova Georgieva e à Marinha do Brasil guarda no seu simbolismo e significado a inspiração e síntese dessa tríade de valores universais que dignificam e enobrecem o espírito humano.

Nascida na Itália renascentista dos séculos 15 e 16, a medalhística surgiu como manifestação de pintores retratistas que desenvolveram uma técnica inovadora de transposição em discos metálicos, de traços fisionômicos dos nobres da época.

A tradição de cunhar medalhas, acolhida no mundo inteiro, constitui um meio importante de eternizar acontecimentos e personalidades, transmitindo para o futuro um testemunho perene esculpido artisticamente em metal.

Medalha pode significar prêmio, ordem ou condecoração. Sua concessão destina-se ao reconhecimento de pessoas e instituições por suas realizações em áreas específicas do conhecimento e do fazer humano.

No Brasil, o interesse pelas medalhas dá-se com a chegada de D. João VI, em 1808, e a renovação promovida pelos artistas da Missão Francesa.

Nos idos de 1918, em meio ao estado de desânimo que se abatera sobre a nossa cidade pela derrocada da borracha, um grupo de intelectuais reuniu forças para criar, indiferente ao insucesso de tentativas anteriores, uma associação cultural destinada a abrigar vocações devotadas ao cultivo do pensamento e das letras: Péricles Moraes, Adriano Jorge, Benjamin Lima, José Chevalier são nomes emblemáticos dessa hora germinal.

A Medalha do Mérito Cultural Péricles Moraes é, pois, símbolo e memória. Símbolo de uma instituição que caminha para o centenário acesa no seu mister, cumprindo o seu papel em favor das línguas nacionais, do pensamento, das letras e do reconhecimento do mérito daqueles que se destacam nos vários campos da erudição humana. Memória que nos inspira e une em torno do ideal acadêmico.

Esta, senhoras, senhores, a honraria cuja outorga vindes prestigiar. Mas do que simples homenagem a Medalha Péricles Moraes, instituída em 2004, inspiração e iniciativa da acadêmica Carmen Novoa Silva, é reconhecimento, mérito, dignidade.

O rito solene de entrega dá-se hoje acrescido de um fato que muito nos orgulhece e honra: a presidir esta sessão solene, com erudição e brilho, a acadêmica Rosa Mendonça de Brito, escritora, professora, pós-doutora em Filosofia, primeira mulher a ocupar, em 98 anos de história deste silogeu, o sólio presidencial.

Nas errancias das Academias, a ausência duradoura e o número reduzido de mulheres é fenômeno que merece ser estudado. A Academia Brasileira de Letras, fundada nos idos de 1897, no Rio de Janeiro, somente 80 anos mais tarde elegeu, em 1977, a escritora Raquel de Queiroz, abrigando, já se vão 119 anos de existência, apenas sete mulheres.

Fincada na selva, 26 anos depois de sua criação a Academia Amazonense de Letras daria assento a uma mulher nas poltronas azuis deste salão, conferindo em 1944 à poetisa Violeta Branca as insígnias da imortalidade acadêmica.

É certo que esta Academia antecipou-se à Casa de Machado de Assis no reconhecimento do valor intelectual da mulher, mas somente em 1994, 50 anos após o ingresso da primeira acadêmica, Rosa Mendonça de Brito e, a seguir, Carmem Novoa Silva transporiam os umbrais da Casa de Adriano Jorge.

Em seu discurso de posse, Rosa não silenciaria diante da histórica ausência do saber feminino nesta instituição cultural e reverberou da tribuna, com elegância: "Setenta e seis anos de existência da Academia! Quarenta espaldares dourados; quarenta luminárias do saber: uma única mulher! Fez silêncio esta Casa à obra de outras mercedas inteligências femininas? Deixaram-se as mulheres reprimir

pelo determinismo cultural? Ou terá sido o recolhimento em que muitas se acomodam?”

Quase 20 anos se passaram para que festejássemos, em 2011, a chegada de Mazé Mourão e Marilene Corrêa da Silva Freitas e, em 2013 celebrássemos a presença de Márcia Perales Mendes Silva. Luzes que esplendem, saberes que diversificam, vocações que enriquecem a interminável obra de construção do pensamento na amável convivência acadêmica.

Dar voz à tribuna nesta noite para dizer, em nome da Academia Amazonense de Letras, do merecimento dos agraciados ganha em mim uma dimensão reverencial tamanha a dignidade desta hora e tão expressivos os méritos que vimos celebrar. Cumpro o honroso encargo pleno de recordações e júbilo diante dos vínculos espirituais e afetivos que me aproximam dos homenageados.

Particpei ao lado de Neide Gondin da primeira turma do curso de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Estado, mais tarde incorporada a Universidade do Amazonas. Ali já se antevia, diante da sua erudição e devotamento aos valores do espírito, a saga que haveria de empreender.

Licenciada em Letras na Universidade Federal do Amazonas, Neide Gondin doutorou-se em Comunicação e Semiótica – Literaturas, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Obteve o grau de Mestre em Teoria Literária (1982), de Especialista em Literatura Infanto-Juvenil (1979) e de Literatura Infantil Brasileira (1980) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

É de mister mencionar-se, no extenso rol de seus fazeres intelectuais, fundados em pesquisa cuidadosa e textos bem elaborados e es-correitos as suas publicações:

Livros: *A Invenção da Amazônia*, pela Marco Zero, em São Paulo, e em 2ª edição, pela Editora Valer, em Manaus. *Simá, Beiradão e Galvez, Imperador do Acre. Ficção e História*, pela Edua, em Manaus.

Prefácios: Dos Bamburrais aos Beiradões, na edição de *Beiradão*, Edua, 1999. *Em Memória de Stradelli*, de Luís da Câmara Cascudo. Valer, 2001. *Lourenço da Silva Araújo e Simá, Romance Histórico do Alto Amazonas*. Valer, 2003. *Na Encruzilhada do Pescado*, de Graça Barreto. Edua,

262 2007. *Ficções do Ciclo da Borracha A Selva, O amante das Amazonas*, de Lucilene Gomes. Edua, 2009.

Artigos: *A Bolsa Amarela – Uma Interpretação Psicanalítica; Do Paleolítico ao Moderno: Mad Maria; A Amazônia de Jules Verne; Conferências no Brasil e no estrangeiro em congressos científicos e literários. Les européens, de Carvajal à Jules Verne, Grenoble – França. Oriente e Ocidente se Encontram nas águas do grande rio das Amazonas – Universidade de Santiago de Compostela. Contribuição portuguesa para literatura do Amazonas – nos 75 anos de A Selva, Portugal. A Literatura no Amazonas – Universidade do Acre. O Trágico em Hamlet e Simá – na Ufam. A mulher e a Literatura – na Ufam. A Invenção da Amazônia pelos Europeus – na Universidade Federal de Roraima. O Mito de Jurupary e as Amazonas – Encontro de Escritores do Amazonas, em Manaus. A Amazônia no século XXI, na Ufam. A Invenção da Amazônia, na Fundação Djalma Batista, em Manaus. Visões da Amazônia: Viagens, expedições e o Cenário Amazônico entre os séculos XVI e XX – na Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. Amazônia e o Brasil do século XXI – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Os 500 anos e os Povos da Amazônia – na Ufam. Literatura e História na Amazônia, no Fórum Pan-Amazônico de Cultura, em Belém.*

Esta, em síntese, a presença e contribuição da escritora, professora doutora Neide Gondin às letras e à construção do pensamento amazônico.

Celebremos!

— A MÚSICA FAZ PARTE DA MINHA FORMAÇÃO.

Iniciei em Manaus, ainda menino, os estudos de violino, concluídos muitos anos mais tarde – já declinara o sol do meio-dia – ao bacharelar-me no Conservatório Brasileiro de Música no Rio de Janeiro.

Essa afinidade com a violinista Maria Grigorova Georgieva, a fraterna amizade que nos aproximou e o permanente interesse pelas iniciativas no campo cultural, fizeram-me acompanhar de mais perto a sua contribuição às conquistas ocorridas nos últimos 20 anos no cenário musical de Manaus.

Foram várias as tentativas de se criar e manter com regularidade e excelência uma orquestra sinfônica, mas a falta de profissionais e cursos de formação frustraria o sonho de muitos abnegados, devendo-se especialmente aos maestros Dirson Costa e Nivaldo Santiago importantes e persistentes iniciativas. Isso, no entanto, só se tornou possível no final da década de 90 quando o governo do Estado, através da Secretaria de Cultura, priorizou a formação dos quadros estáveis do centenário Teatro Amazonas. A contratação de músicos de altíssimo nível profissional, na sua maioria do leste europeu permitiu criar a Amazonas Filarmônica e o Liceu de Artes Cláudio Santoro.

Maria Grigorova Georgieva faz parte do seletto grupo de músicos búlgaros que participou da concretização desse processo de valorização e aprimoramento da arte musical no Amazonas. Encontrando-se em Manaus, aderiu de logo à iniciativa e fez-se referência desde a primeira hora catalisando o interesse de muitos profissionais de seu país que vieram para a selva orquestrar com os pássaros.

A Medalha Péricles Moraes, a ser entregue à violinista Maria Grigorova Georgieva é homenagem que se estende aos seus compatriotas e a todos que, ao seu lado, construíram esse novo tempo.

Formada pela Escola Nacional de Música de Plovdiv e Academia Musical Nacional de Sofia, Bulgária, atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Música na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integrou e atuou como solista na Sinfônica Hascovo, Filarmônica Vidin, Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto, Orquestra de Câmara do Amazonas e Amazonas Filarmônica, na qual também exerceu as funções de spalla e concertino. Participou como violinista do festival Amazonas de Opera em Manaus, Festival do Teatro da Paz em Belém, Festival da Canção de Itacoatiara (Fecani), Festival Folclórico de Parintins.

Como professora lecionou na Sociedade Litero Musical de Ribeirão Preto-SP, Centro de Artes da Universidade do Amazonas, Liceu de Artes e Ofícios Cláudio Santoro, em Manaus, e Universidade do Estado do Amazonas. Desde 2010 integra o corpo docente do Curso de Música do Departamento de Artes da Ufam. Participou em espetáculos e gravações de CDs e DVDs de música popular (grupo Raízes

264 Caboclas, Tiago de Mello, Arlindo Júnior, Boi-Bumba Garantido, projeto Pela Margem).

Como intérprete de música de câmara atuou como membro do grupo Violinata e realizou o projeto História da Sonata, uma série de concertos dedicados a popularização do gênero sonata. Como pesquisadora direciona seu trabalho aos assuntos da vida musical do Amazonas. Em 2013 o projeto da sua equipe sobre o músico itacoatiarense Mestre Didico foi premiado pela Funarte, Prêmio de Música Brasileira, que resultou em publicação de livro e CD “Seu Dídico, um Mestre do Beiradão”, em 2015. Pesquisa atual em andamento, no curso de doutorado na PUC do Rio Grande do Sul, versa sobre a presença dos músicos búlgaros na vida musical de Manaus, partir de 1994.

A virtuose Maria Grigovora Georgieva logo nos brindará com sua arte e suas interpretações musicais.

Filho de marinheiro, o privilégio da dicção acadêmica para saudar a Marinha do Brasil, toca-me profundamente o espírito e o coração. Relevai Comandante Luís Antônio Rodrigues Hecht, Senhora Vânia Mara Martins Hecht, Senhores e Senhoras, relevai este momento de evocação, de recordações e de saudade. Pareço ver, ainda menino, o mastro embandeirado da esperança apontando no horizonte, quilha firme na direção do porto. Na proa, quepe e traje branco engomado, o garboso marinheiro a acenar de longe para o abraço da chegada, ele que cedo me ensinou a navegar com a liberdade dos mastros e a determinação das quilhas.

Por certo me compreendeis, vós que experimentais a mesma emoção da chegada para a alegria dos que vos são caros e daqueles com quem compartilhais em cada porto, nas barrancas e nos rios da Amazônia, a missão de servir e a renovada esperança no milagre da vida.

Região continental, a Amazônia é um mundo em si mesmo. Esse universo de rios e de florestas representa $1/20$ da superfície terrestre; $1/5$ das disponibilidades mundiais de água doce; $1/3$ das florestas latifoliadas; $1/10$ da biota universal; $4/10$ do continente sul-americano; $3/5$ do território brasileiro.

A despeito dessa grandeza física e da riqueza potencial de recursos naturais, a Amazônia permanece economicamente pobre, onde

a diversidade geográfica, as distâncias, a dispersão humana fizeram acumular problemas e carências de difícil superação.

Mais de três séculos presente na Amazônia, a Marinha do Brasil tem contribuído para minimizar esse quadro de necessidades, canalizando esforços e investimentos na expectativa de que, a partir desse ponto de germinação, se irradiem novas ações. A par de prover a proteção do litoral e das hidrovias, realiza operações ribeirinhas utilizando-se dos seus meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, bem como, atividades de patrulha e de inspeção na extensa malha hidroviária onde trafegam cerca de 35.000 embarcações. Para além desse trabalho de fiscalização e segurança, promove importantes ações humanitárias assistenciais através de serviços médico e hospitalares, atividades sociais e de cidadania com seus navios-patrulha, e embarcações das Capitânicas Fluviais, Agências e Delegacia.

A atuação da Marinha na Amazônia estende-se, também, ao incentivo às Artes e a Cultura com o objetivo de estimular e divulgar o talento e os dons de antigos e novos artistas. Destaque-se a criação do Salão de Artes, a realização de concursos e premiação de artistas. Ao impulsionar as atividades do Salão realizou em 2015 uma exposição de artes sobre os temas “A Marinha na Amazônia” e “Amazônia”, com um total de 34 obras de grande valor sob a curatela de Ruy Machado, artista plástico laureado por esta Casa, e homenagem a Moacir Andrade, membro ilustre da Academia. Ainda em 2015, promoveu a 1ª Edição do Concurso de Fotografias alusivo às Comemorações do Dia do Marinheiro com 124 trabalhos fotográficos nas categorias “Amazônia”, “Amazônidas” e “A Marinha na Área Amazônia”.

Que exemplo maior de solidariedade poderíamos exaltar nesta noite de afetos, de celebração e de reconhecimento para outorga da Medalha do Mérito Cultural Péricles Moraes?

Seja a presença da Marinha do Brasil, amanhã como hoje, luz alvíssima a iluminar como as estrelas os rios e as noites, as esperanças e a vida dos povos da floresta.

Senhoras, Senhores!

A viagem está concluída. Juntos fizemos a travessia, cumprindo a “carta de navegação” traçada por Neide, Maria e pelos Cisnes.

A voz que ouvistes, Presidente Rosa Mendonça de Brito, eminentes confrades e confreiras, foi a que me emprestastes para dizer do vosso, do meu, do nosso sentimento nesta noite de dignidade e jubilo para a Casa de Adriano Jorge.



É hora de ancorar o barco. Desçamos juntos, na companhia de 267
tantas presenças queridas, para alegria do abraço!
Festejemos!



{ PORTFOLIO }

— Xilos de Zuazo registram memórias da floresta

LEYLA LEONG, *jornalista*

Há mais de uma década Auxiliadora Zuazo deixou Manaus. Aposentou as goivas passando a dedicar-se a outras vertentes do seu talento múltiplo.

Desenha, produz aquarelas e escreve, no apartamento que divide com o pai no bairro do Catete, no Rio de Janeiro.

No Rio moram também os filhos já adultos, Marcelo e Miguel Gustavo, razões do seu viver.

Sem expor já há algum tempo, o volume da sua obra como gravadora, à qual dedicou os seus melhores anos, fala por si. São xilogravuras de traços fortes, particularmente belas, com temáticas amazônicas e humanas.

Nas xilogravuras, principalmente, técnica à qual mais se dedicou, Zuazo espalha as imagens do Amazonas guardadas nas memórias de uma infância à beira de um rio que passava na frente da sua casa no Seringal Santa Vitória, onde papagaios, periquitos azuis e verdes, araras, tucanos de bico preto voavam em bando anunciando fartura no repiquete do rio Purus e seus afluentes.

À noitinha, pousados nos jambeiros e mangueiras dos quintais, pássaros de várias espécies se agasalhavam e dormiam sob o olhar da proprietária do seringal, Dona Quitéria, tataravó da artista, que os observava da varanda enquanto fumava com uma piteira de ouro.

A convivência íntima com a natureza ainda intocada e seus personagens enriquecem a obra da artista sem, no entanto, cair na banalidade do regionalismo.

Outro elemento constante em suas xilos são as festividades do interior do Estado: desobrigas, bênçãos, batizados, casamentos...

A artista diz receber em sonhos as imagens em preto e branco dos desenhos que depois colore.

Ao longo dos anos, Zuazo produziu algumas séries de gravuras memoráveis: igrejinhas do interior, embarcações, curumins e cunhantãs, mulheres urbanas e amazonas guerreiras, estas últimas transpostas para tapeçaria em pontos arraiolos.

Uma outra característica da sua obra são os textos escritos por ela, a reforçar o conceito das imagens impressas na fragilidade do papel arroz ou de seda.

Feminista de primeira linha, a artista se refere com uma certa crueza, muitas vezes dramaticamente à condição da mulher, representando as limitações que lhe são impostas, por imagens de cabeças cortadas, posturas de submissão e outras mutilações físicas e psicológicas.

A artista começou a desenhar ainda criança, ilustrando os trabalhos escolares das suas colegas do colégio Santa Dorotéia, em Manaus.

Na década de 1960 viajou para o Rio de Janeiro com a intenção de fazer o vestibular para Psicologia, porém uma visita ao Museu de Belas Artes mudou o seu destino.

Passou em sexto lugar no vestibular da Escola Nacional de Belas Artes, onde teve como mestres Amés de Paula Machado (gravura), Carlos Magno (pintura mural), Aluizio Zualar e Mário Barata (História da Arte), entre outros.

Depois de formada trabalhou durante três anos na Escolinha de Arte do Brasil, com o seu fundador, Augusto Rodrigues.

Voltou a Manaus em 1968, expondo pela primeira vez na Pinacoteca do Estado, ocasião em que foi agraciada com o prêmio Menção Honrosa outorgado pela Fundação Cultural do Amazonas.

Em 1979 expõe na Antuérpia (Bélgica) e faz parte da coletiva "Amazônia 79" no Paço das Artes, em São Paulo. Em 1993 expõe na Partners of Alliance Amazon/Tennessee (EUA).

Passa uma longa temporada na Espanha, na capital Madri e na cidade de Alicante.

Cria a Escolinha de Arte Pequeno Polegar, em Manaus, seguindo o espírito do projeto de Augusto Rodrigues.

É membro do Clube da Madrugada. Fundou, com outros artistas, a Associação dos Artistas Plásticos do Amazonas – AMAP.

Suas obras podem ser vistas no acervo da Pinacoteca do Estado.

— O NASCIMENTO DE AUXILIADORA ZUAZO DARIA PARA DESENVOLVER UMA BOA HISTÓRIA.

Seus pais, Angélica Bastos de Alencar Zuazo e Euclides Sobreira Zuazo se conheceram no município de Codajás na década de 1940. Apaixonaram-se e meses depois casaram-se com as bênçãos dos pais, Pastora Bastos de Alencar-Cristóvão Albuquerque de Alencar e Francisca Sobreira Zuazo-Ismael Aguirre Zuazo.

O casal escolheu passar a lua-de-mel no Seringal Santa Vitória, no rio Purus, que pertencia à tataravó da artista, chamada Quitéria Bernardino de Almeida, uma mulher de muitas histórias, entre elas a de que teria acolhido Plácido de Castro em sua casa, quando este ficou doente, fato narrado pelo escritor Cláudio de Araújo Lima no livro *Plácido de Castro, um Caudilho contra o Imperialismo*, da Cia. Editora Nacional, de São Paulo. Além de recebê-los na sede do seringal, Dona Quitéria tinha um presente para o jovem Euclides: o cargo de guarda-livros das suas propriedades que se estendiam aos seringais Monte Verde e Nazareth.

Enquanto Euclides se dividia entre os três seringais, Angélica aprendia a costurar com Ana Teixeira, a filha de Dona Quitéria. Da máquina de costura saíam as roupas que eram fornecidas aos seringueiros e aos índios Jamamadis e Apurinãs que viviam às margens do Purus.

Ao chegar o sétimo mês de gravidez de Dona Angélica, o casal aguardava a passagem da chatinha que os levaria a Manaus para o parto marcado para dali a dois meses na Santa Casa de Misericórdia.

“Na manhã do dia 22 de setembro de 1945 mamãe estava tomando café na cozinha, os olhos grudados nas águas do rio Purus, que corriam no horizonte da sua janela. De repente ouviu a buzina do navio. Levantou-se abruptamente e saiu correndo em direção da porta. Ao fazê-lo pisou em uma tábua de paxiúba que estava solta, ficou presa por alguns minutos, o que precipitou o parto” – lembra a artista.

A ajuda de um enfermeiro que viajava na chatinha garantiu o milagre da vida à mãe e à filha que passou a ser amamentada por uma índia jamamadi chamada Brazilina, “cria da casa”, como se dizia.

— OS LIVROS

Publicado em 1978 o livro *Made in Amazonas*, feito a seis mãos por Auxiliadora Zuazo, Elson Farias e Roberto Evangelista vive atualmente nas bibliotecas de poucos privilegiados.

A primeira (e única) edição teve o apoio de uma empresa de iniciativa privada, a S.Monteiro Ltda. que bancou uma tiragem de mil exemplares.

Ao contrário do que acontece normalmente com os livros que costumam nascer a partir de um texto, *Made in Amazonas* fez o percurso inverso.

Voltando de uma temporada na Espanha, Zuazo pediu ao poeta Elson Farias que fizesse poemas para as xilos que havia produzido na sua temporada europeia, com a intenção de expô-las em Manaus.

O resultado foi tão bom que resolveu transformá-lo em livro.

Há 38 anos essa obra-prima que reúne três talentos incontestáveis está à espera de uma reedição. Em 2012 em uma visita a Manaus a artista reuniu-se com seus parceiros para uma tentativa (frustrada) de uma nova publicação.

No texto de apresentação do livro, Elson Farias diz: “escrevi estes textos a partir de gravuras. Por isso acho que nasceram juntas imagem e palavra. As gravuras foram feitas por Auxiliadora Zuazo contando os episódios da vida da nossa gente, humanidade molhada, humanidade serena, sol”.

Por sugestão do poeta, Zuazo convidou o artista plástico Roberto Evangelista para o projeto gráfico.

“Entre nós o livro teve boa repercussão pela originalidade de tudo o que ali está, principalmente as belas gravuras da Zuazo e o seu projeto gráfico” – resume Farias.

Considerando o conteúdo ultra amazônico do trabalho e o processo técnico artesanal da xilogravura, o artista plástico Roberto Evangelista, autor do projeto, criou uma embalagem nessa linha.

Projetou um invólucro feito de aniagem, material usado nos fardos que continham os produtos extrativistas exportados pelo Amazonas. Usou também uma fonte vazada igual à que era usada à época da economia do extrativismo. O livro foi impresso em papelão simples, segundo ele “sem nenhum preciosismo”. “Procurei fazer um trabalho à altura da obra da artista” – diz Evangelista.

Em 1982, Zuazo reúne vinte e nove trabalhos cuja temática é a infância circulante das ruas da já falida Zona Franca de Manaus, em um livro folder publicado pelo Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos com o título de *Curumins e Cunhantãs de Manaus*.

Dessa vez as imagens são traduzidas em palavras pela própria artista, com a colaboração de um texto do poeta Dori Carvalho e outro de minha autoria.

A artista dedica o livro às crianças de Manaus que ainda tem, segundo ela, a felicidade de brincar apesar da barriga vazia, dos limões que têm que vender para ajudar no sustento da casa.

“(...) o grande homenageado é o picolezeiro, o cascalheiro, o bananeiro, o jornaleiro, o menino dos barrancos, do papagaio, o fazedor de cerol, o engraxate, o pivete.

É dedicado também a todas as crianças que morreram e continuam morrendo a cada enchente dos nossos grandiosos rios” (...) diz a artista no texto de apresentação.

Atuou ainda nas edições de *O Poema*, de 1988, texto Regina Lúcia de Azevedo Mello e ilustrações Auxiliadora Zuazo; *Toras caboclas*, texto de Luiz Vitalli e ilustrações Auxiliadora Zuazo; e *Caboclas nuas*, texto Luiz Vitalli.

{ CRÔNICAS }

— Mário Ypiranga Monteiro

ARMANDO DE MENEZES

— REVOLUÇÃO E MOTIM GINASIANO

Revelo, de logo, que muito me ajudaram, na difícil tarefa de cuidar da figura singular de Mário Ypiranga: Almir Diniz de Carvalho, jornalista, poeta, escritor e acadêmico, por intermédio do seu *Dicionário dos Imortais da Academia Amazonense de Letras* e da doutora Marita Socorro Monteiro, filha de Mário Ypiranga, advogada e vice-presidente deste Instituto, que, carinhosamente, me cedera livros e o *curriculum vitae* do homenageado.

Na tarde de 6 de agosto de 1930, alguns veteranos ginasianos, dentre os quais Mário Ypiranga (5º ano), Francisco Benfica (4º), Davi Fortunato Benarrosh (5º), Lauro Zany dos Reis e Eduardo Angelim Bentes Guerreiro dirigiram-se, em comissão, ao dr. Chefe de Polícia do Estado, Antônio Martins Palhano, e solicitaram permissão para realizar comício de protesto contra o assassinato do Presidente da Paraíba, dr. João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, ocorrido no dia 26 de julho.

A tertúlia foi autorizada, porém logo depois desfeita.

Diante disso, os ginasianos resolveram aglomerar-se na avenida Eduardo Ribeiro, contando com grande número de “bichos” – alunos que haviam ingressado recentemente e, contrariando a proibição, seguiram para a Praça da Saudade onde, pelas 17:30 horas iniciaram o comício, logo desmontado pela interferência de integrantes da Polícia Militar que, com antecedência, tivera notícia da manifestação e que, para tal, ali chegara disparando tiros de revólver com o avanço de sua cavalaria.

No dia 12 de agosto, quando ainda era mantida a ira policialesca contra os estudantes, em frente do ginásio, na atual Praça Heliodoro

276 Balbi, haviam pelotões da Polícia Militar e membros da Polícia Civil que, acintosamente, revistavam e agrediam os estudantes, quando Mário Ypiranga “foi atingido por coronhada de revólver na cabeça, onde conservo a moça”, conforme registra às páginas 242/243 do seu livro *Mocidade Viril – 1930 – Motim Ginásiano*.

Diante das violências ocorridas e como prevendo novas investidas policiais, os ginásianos levaram, na noite anterior, para o colégio, fuzis com balas de festim.

Portanto, na manhã daquele dia em que os alunos chegavam à escola recebendo bordoadas e com os civis e militares devidamente armados e postados na Praça da Polícia Militar, a atual Heliodoro Balbi, o máximo que conseguiram fazer foi fechar os portões da escola, que amarraram com cordas.

Contra os disparos dos militares, os ginásianos se defendiam com os tiros de festim e até que as balas de seus fuzis acabassem.

Foi daí que o diretor do Ginásio, Professor Marciano Armond, chorando e rogando a que não matassem “os meus meninos”, dirigira-se ao Palácio Rio Negro e, narrando sobre o que acontecia, pediu ao Governador Álvaro Maia demissão do cargo.

O Governador Álvaro Maia não somente o atendera como nomeara, para substituí-lo, o Professor Agnello Bittencourt, na companhia de quem se dirigira ao Ginásio e, após entendimento com os agitadores, principalmente os civis e militares, fez terminar a contenda, que, muito de propósito, fora denominada de Motim Ginásiano.

— O PROFESSOR DE GEOGRAFIA GERAL DO BRASIL

Conheci Mário Ypiranga Monteiro como professor de Geografia Geral do Brasil, no Ginásio Estadual do Amazonas que, no passado tinha e até agora mantém no seu frontispício, sobre Colégio Estadual do Amazonas, gravado “Gymnasio Amazonense Pedro II”.

Suas aulas eram ministradas na sala do primeiro andar, com as três janelas frontais à avenida Sete de Setembro.

Bem vestido e de paletó, como acontecia comigo quando professor de História do Brasil no Instituto de Educação do Amazonas – IEA, fui seu aluno no curso ginásial, entre 1941/1944.

Sequer se ouvia mosca voar, diante de sua erudita exposição. Seus alunos, não tinham necessidade de estudar, pois ficávamos empreguinados do seu saber.

Além de mim, lembro de outros amazonenses, seus alunos e ainda vivos: Almir Diniz de Carvalhos, jornalista, escritor, poeta, acadêmico e funcionário público aposentado; Agnello Balbi, promotor e Procurador do Estado aposentado; Adrino Aragão, escritor, contista e Membro Correspondente da Academia Amazonense de Letras, em Brasília; e Francisco Marques de Vasconcelos Filho, acadêmico, escritor, funcionário aposentado do Banco do Brasil, do qual foi seu 1º Superintendente no Amazonas.

— NOSSO ENCONTRO NA ACADEMIA DE LETRAS E TÍTULOS EDITADOS

Anos mais tarde voltamos a nos encontrar. Ele antigo integrante da Academia Amazonense de Letras e eu, em 12 de maio de 1988, ali adentrando.

Somente por seu falecimento, em 09 de julho de 2004, aos 95 anos de idade, é que se dera o seu afastamento da Academia Amazonense de Letras, vindo sua Cadeira de ser ocupada por Mário Ypiranga Monteiro Neto, eminente Procurador do Estado.

Foi homenageado e festejado no mundo todo. Com seu nome e seus livros integrando Institutos e Bibliotecas.

Escrevendo como dever/obrigação, Mário editara 200 títulos, entre palestras, conferências, poemas e, principalmente, história.

Destes, os mais lidos e procurados até hoje, são: *Fundação de Manaus* – 1948; *O Espião do Rei* – 1950; *A Capitania de São José do Rio Negro* – 1955; *A Catedral Metropolitana de Manaus* – 1956; *Teatro Amazonas* (3 volumes) – 1965/1966; *Fases da Literatura Amazonense* – 1977.

— LIVROS LANÇADOS E AINDA A SEREM LANÇADOS

No dia 18 de setembro de 2010, foi lançado, aqui no Instituto, *Escravidão Indígena*, produzido pela Editora da Universidade do Amazonas – Edua, sendo o IGHA presidido, ao tempo, pelo Senhor José

278 Geraldo Xavier dos Anjos, tendo a doutora Marita Monteiro como sua Secretária Geral.

Segundo me informara a doutora Marita, que, no momento, é Vice-Presidente da Instituição, será lançado brevemente mais outro trabalho - *As Amazonas e o Matriarcado*, que também está sendo produzido pela mesma Edua.

— MÁRIO YPIRANGA NO IGHA E HOMENAGEM

Mário Ypiranga ingressara no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas no dia 31 de janeiro de 1948 na Cadeira 10, de patronato do Barão do Rio Branco.

Foi recepcionado por Huascar de Figueiredo e era presidente da Instituição o doutor Adriano Jorge.

Teve admirável atuação aqui no IGHA, principalmente como seu Presidente, em três períodos:

De 1974 a 1976: de 1/1 a 1/1/1976

De 1977 a 1980: de 1/1 a 1/1/1980

De 1987 a 1990: de 1/1 a 1/1/1990

Mário Ypiranga nasceu em 23 de janeiro de 1909 e morreu em 09 de julho de 2004, aos 95 nos de idade.

E como justa e merecida homenagem, a Prefeitura de Manaus dera seu nome - como Av. Mário Ypiranga, em substituição à antiga Recife, indo da frente do Departamento de Trânsito do Amazonas - De-tran até à avenida Boulevard Álvaro Maia.

— O cronista Waldemar B. de Salles¹

ALMIR DINIZ

Corria o ano de 1956.

Na redação da casa de Archer Pinto uns poucos repórteres e redatores: Phelippe Daou, Bento de Oliveira, Irisaldo Godot, Manoel Otávio... Eu, entre as “feras”.

Entra o cronista Waldemar Baptista de Salles. Cumprimenta-nos. E simples como era, bom e autêntico como sempre foi, dá-me um exemplar de seu *Pétalas rubras*, livro de crônicas, que acabara de sair daquele forno de sonhos que era a gráfica e editora de Sergio Cardoso. Sim, em 1956 já tínhamos uma editora. Abro o livro e leio a dedicatória: “Ao particular amigo, jornalista Almir Diniz de Carvalho, com admiração, do Waldemar Baptista de Salles”.

Senti-me envaidecido. Poucas, raríssimas vezes havia recebido um brinde tão importante de um intelectual de renome, com autógrafa e tudo.

Guardei-o ao modo de relíquia.

Hoje, agora, mais de dez lustros decorridos, reabro o volume, com inevitável sensação de perda. E releio as crônicas do meu amigo encantado. São telas sem pinturas de um observador arguto, de um pintor sem pincéis, admirável.

Waldemar aborda, nas suas 46 autênticas fotos escritas, impressas, com precisão e objetividade, as mazelas da vida, as dores do mundo... Mas, também, os sonhos, os anseios e os pendões das esperanças do povo sofrido, nos segmentos que nomeia. E com carinho retrata as conquistas da intelectualidade do Amazonas, do Brasil e do Universo.

Dentre tantos soberbos operários das letras, de todas as latitudes relembra: Péricles, Djalma Batista, Araújo Lima, Áureo Mello, Kideniro Teixeira, Sebastião Norões, Mário Ypiranga, Américo Antony,

¹. Escrito em Manaus, na Academia Amazonense de Letras, no dia do encantamento do acadêmico Waldemar Baptista de Salles, 24.1.2010. E só agora publicado.

280 Jorge Tufic, Thiago de Mello, Djalma Passos, J.G de Araújo Jorge, Euclides, Ferreira de Castro, Humberto de Campos, Machado, Jorge Amado, Graciliano, José Américo de Almeida, José de Alencar, Graça Aranha, Josué de Castro, Monteiro Lobato, José Lins do Rego, Drummond, Jorge de Lima, Álvares de Azevedo, Gregório de Matos, Castro Alves, Bandeira, Cláudio Manuel de Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto, Basílio da Gama, Silva Alvarenga, Santa Rita Durão, Marques Rabelo, Flaubert, Sant-Beuve, Chateaubriand, Wendel, Adam Smith, Gide... Uma galeria interminável de notáveis. Para todos uma lembrança e o mimo de uma palavra amiga.

Waldemar sempre teve por esta Casa um carinho todo especial. E por seus colegas reconhecimento nobre e justo.

Em *Ciranda de neblinas*, por exemplo, tece em seu *Pétalas rubras*, um hino de louvor a Huascar de Figueiredo, autor da famosa crônica do mesmo nome.

Huascar é um príncipe cujo trono é a poltrona 40, de Paulino de Brito, deste palácio real do pensamento.

E quem é Paulino de Brito? É outro acadêmico brilhante, gigante esquecido do nosso mundo das letras, salvo, é claro, no círculo limitado de seus colegas acadêmicos.

Mas, o assunto aqui é a crônica *Ciranda de neblinas*, a do Waldemar, falando da outra, a de Huascar.

Huascar, conheci-o de raspão. Quando entrei na imprensa, em 1948, ele saía, já sentindo as unhas da parca, cravando-se-lhe no corpo.

Faleceu no dia 23.2.1949.

Djalma Batista que acompanhou a trajetória de Huascar na imprensa e fora dela, ressaltou-lhe o humor “contundente e espontâneo”.

Mas foi Manoel Otávio Rodrigues de Souza, meu inesquecível professor e colega de jornal quem traçou de Huascar um retrato preciso, senão precioso. Fê-lo, na abertura de “O pitoresco e o hilariante na imprensa” – um livro de crônicas e relatos, de minha autoria, derredor dos bastidores da imprensa amazonense.

Disse:

Huascar de Figueiredo foi o homem mais inteligente que conheci no Amazonas. Dotado de memória espantosa e servido por opulenta formação

humanística, conseguia, em linguagem simples e castiça, tornar acessível ao leitor os mais intrincados e complexos problemas econômicos, sociais e culturais.

Falo de Manoel Otávio porque, durante longos anos, foi sócio de Waldemar Baptista de Salles em famoso escritório jurídico da Rua Barroso.

Waldemar, no seu *Pétalas rubras*, nos leva a lembrar o voo da última pétala da flor derradeira do formoso buquê de delícias espirituais produzido pelo gênio de Huascar de Figueiredo.

A *Ciranda de neblinas*, a de Huascar, foi publicado na revista 5, da Academia Amazonense de Letras, fls. 30/32.

Na peça analítica de Waldemar, sobre Huascar, depondo sobre a história cultural desta terra, informa o mestre:

...Disse-me Mendonça de Souza que, ao visitá-lo, já no hospital, ele, inteligente e culto, conhecia a gravidade de sua doença e isso demonstrava sem queixume, sem fadiga. Mendonça de Souza tenta iludi-lo, afirmando que aquilo não era nada, uma coisa passageira. Mas ao retirar-se, Huascar de Figueiredo ao vê-lo transpor a porta, ainda dissera: Parece-me Mendonça que não voltarei a escrever a Ciranda de neblinas. E tinha razão. Dias depois falecia...

No trabalho *A ilusão da grandeza*, dedicado a Araújo Lima, Waldemar escreve: Foi Araújo Lima, num formoso trabalho, alicerçado na ciência, quem começou a mostrar ao país a realidade amazônica.

Referia-se, sem dúvida, à obra *A Amazônia: a terra e o homem*, 1ª ed. 1933, do escritor Araújo Lima.

Quando Péricles publicou o livro *Leopoldo Peres, biografia romancada*, a Maurois, Waldemar saudou a obra com a crônica “Reminiscência” na qual afirma:

Apreciando-se, cuidadosamente, pela leitura do formoso livro, a personalidade de Péricles Moraes, logo se nota a influência da literatura francesa no seu espírito, literatura que foi o seu refúgio e a sua glória. E outra não foi, também, a que deslumbrou Leopoldo Peres. A literatura de Flaubert, Saint-Beuve e Chateaubriand fasci-

282 nou-os, como fascina qualquer espírito que deseje, verdadeiramente, compreender a literatura universal.

Em *A lenda da rosa*, vivencia o encontro com Thiago de Mello, quando este no aeroporto, lhe revela que acabara de publicar o livro intitulado *A lenda da rosa*. E faz-lhe o elogio.

Na crônica *Pétalas rubras* que dá nome ao livro descreve viagem fluvial ao Varre Vento, no Careiro da Várzea:

...Das roseiras sacudidas pelo vento, algumas flores ainda orvalhadas, se desfaziam e as pétalas jogadas na terra úmida, iam-se, pouco a pouco, caindo no barranco, rolando para dentro d'água.

Aquelas pétalas vermelhas, que as águas levavam, sintetizavam o esforço do homem amazônico, para libertar-se do meio físico colorindo levemente as águas, perdido entre os obstáculos imersos da vida. Flores de uma literatura ainda sem rumo, na indiferença dos elementos e da natureza.

Era assim Waldemar.

No ano de 1999, dias após Robério Braga haver formalizado convite para eu disputar uma vaga na Academia, decidi procurar meu velho amigo que, 43 anos antes me ofertara o *Pétalas rubras*, para informá-lo da novidade.

Sai de sua residência, no bloco Rio Negro do condomínio Vista Del Rio, em Aparecida, literalmente arrasado. Meu amigo já não reconhecia ninguém. Nem os de sua própria casa, conforme me informaram sua dedicada esposa e sua extremada filha.

Waldemar Baptista Salles, o paraibano de Alagoinha que chegara muito moço ao Amazonas, menino ainda, a tempo de realizar seus estudos primários no Colégio D. Bosco e o secundário no mesmo D. Bosco e no Ginásio Pedro II (Colégio Estadual): que se formara contador, pelo Colégio Solon de Lucena; que conquistara o grau de engenheiro-agrônomo pela Escola de Agronomia da Universidade Livre de Manaus e o bacharelado em Direito pela Faculdade de Direito do Amazonas, com especialização em Manaus e no Rio de Janeiro; o professor assistente da Faculdade de Direito; o procurador da Fazenda estadual; o secretário de Estado da Fazenda; o advogado tributarista;

o cronista. O escritor que fora eleito para a Academia Amazonense de Letras para ocupar, como fundador, a cadeira 40, de Paulino de Brito, e que fora empossado no dia 25.7.1969 sob a presidência de Djalma Baptista e saudado por Mendonça de Souza; o meu amigo e colega de imprensa já não podia me reconhecer. Nem a ninguém.

O seu martírio terminou neste 24.1.2010, sendo velado na sala do Pensamento Amazônico, de nossa Academia, sala que ele, como acadêmico, não teve a satisfação de conhecê-la (em vida).

Este, o esteta que sai do nosso convívio físico, permanecendo, entretanto, e para sempre, no nosso meio, em nossas lembranças e recordações e nos registros desta Casa, graças ao liame espiritual indissolúvel, presentes nas Academias que é o sopro da imortalidade acadêmica.



— O anel de brilhante

ANTONIO LOUREIRO

Dizem que, durante o Ciclo da Borracha, na sua fase áurea, entre os anos de 1890 e 1910, as joalherias da cidade de Manaus venderam mais diamantes, que em qualquer outra localidade do Mundo, o que pode ser um pouco exagerado, mas não tão longe da realidade. Neste período, aqui estavam centralizados 70% dos negócios mundiais de borracha, gerando uma riqueza equivalente a 600 toneladas anuais de ouro puro, pagas por um produto que se tornara uma verdadeira especiaria, indispensável em certos ramos da indústria elétrica e automobilística em crescimento.

Essas 600 toneladas do dourado metal equivaleriam aos preços de hoje, no mercado mundial, a uns U\$25.000.000.000, sendo a metade gerada na sua produção, na Amazônia, e a outra metade, na comercialização, na Inglaterra e Estados Unidos. Isto equivaleria a um PIB de U\$12.500, para a Amazônia, um dos maiores do mundo de então.

A miragem das libras esterlinas reluzindo e dos diamantes faiscando atraiu para Manaus gentes de todas as origens, que aqui procuravam descobrir um novo El Dorado, em plena selva equatorial. Poucos ganharam algum dinheiro, mas muito aqui ficaram presos pela malária, febre amarela e beribéri, com os seus ossos enterrados em algum barranco de rio ou nos cemitérios de Manaus e das pequenas cidades do interior.

Para o Teatro Amazonas, acompanhando companhias líricas ou de teatro em revista, vinham belas coristas, algumas até hospedadas, no próprio teatro, que aproveitavam o seu tempo disponível, fora dos espetáculos, para melhorarem os seus salários divertindo um enxame de jovens e velhos que as cercavam, com galanteios, flores, perfumes e joias, na busca de seus favores.

Meu bisavô, seringalista do Javari, já cinquentão, estava nesse tempo, em Manaus, com a família, quando se encantou por uma bela corista, que vira subindo a Avenida Eduardo Ribeiro, e lhe respondera à passagem com um sorriso e uma piscadela marota. Entusiasmado com aquela situação, preparou-se antecipadamente para a conquista.

Foi a um dos joalheiros da cidade, conhecido da família, desde os tempos em que andara por Remate de Males, e lhe comprou um anel, com um belo e solitário diamante de alto quilate, acomodado em uma caixinha aveludada.

O encontro com a bela artista já fora combinado através de um misógino, seu acompanhante, e tudo estava certo ao cair da tarde daquele dia.

Minha bisavó, por acaso, no mesmo dia, fora até ao centro, e, ao passar pela joalheria, foi inquirida pelo proprietário, com a seguinte pergunta:

- Que tal senhora, gostou do anel?

E ele logo corrigiu:

- Desculpe ter estragado a surpresa.

Na hora do almoço, meu bisavô colocou seu paletó no encosto de uma cadeira e preparou-se para a refeição. A bisavó examinou os bolsos, encontrou a caixinha e perguntou:

- O que é isso João?

- Oh! Que esquecimento Belinha, é um anel que comprei para ti.

E assim o tão planejado encontro, para a tarde daquele dia jamais aconteceu.

Duvido muito que o final desta historinha tenha sido este...

— José Fernandes Gomes Novo, o artista português no Amazonas

ABRAHIM BAZE

O corpo cênico do Luso Sporting Club que nasceu em 1917, como o resultado da produção coletiva, alimentado pela vontade de fazer teatro, dando vida a inúmeros personagens que levaram a efeito no palco ao som de vozes e luzes, em preto e branco ou em cores sob o olhar das platéias.

Segundo a professora doutora Selda Vale na sua obra *Cenário de Memórias Teatral de Manaus – 1944 – 1968* nos relata:

...Todo esse cenário alimentava a época da juventude dos imigrantes lusos, todos possuidores de uma história verdadeiramente sua, trazida com eles da pátria-mãe. Após a criação da Escola de Dança o clube começa a inserir no seu contexto cultural outras atividades e, o teatro tomou forma com uma montagem que produzia cenários, iluminação, figurinos belíssimos e claro muita dedicação nos ensaios.

Toda essa trajetória estabeleceu, na época, que o maior desafio do ser humano era fazer dramaturgia encenando grandes peças, vivenciando a realidade que pairava em sua volta. É como se olhando para trás produzisse uma ação, um sentimento, com a possibilidade de um novo encontro com aquela inusitada época. Na Manaus daquele período os portugueses que frequentavam o Luso Sporting Club traziam consigo o sentimento de fazer teatro com a promoção do bem comum o homem.

Foi um período rico da história do clube português na edificação da arte dramática voltada para o entretenimento em especial na construção da solidariedade humana, cujo ato de fazer

mostrava a alma desnuda do sentimento de vaidade. O escript da fala, a produção do cenário, tudo era feito sem abrir mão de uma realidade, a filantropia, mesmo que tudo parecesse igual, viveram o mesmo tom da emoção da arte de representar.

O fruto do labor coletivo da raça lusitana tem o gosto do saber da vida, em preto e branco e em cores, hoje aparece para a história em tênues lembranças e memórias que recriam um cenário imaginário ou real por onde desfilou homens e mulheres, de sensibilidade indescritíveis, que dedicaram suas vidas a fazer das sombras e da luz um palco de encantamento que construíram a história desta forma de fazer teatro no Amazonas.

O artista, o cantor José Fernando Gomes Novo conhecido na intimidade como Maravalhas permitiu tirar do baú de sua memória pedaços de papel amarelados, delicadamente guardados em seu álbum de recordações momentos importantes de sua vida.

A matéria de que se alimenta sua rica memória lembra os flocos de lembrança da sua infância e juventude, doces fios entrelaçados e encadeados em cores e sabores suaves tão encantadores e reais. A linha que divide a sua vida foi sempre diluída pelo sonho de um Maravalhas poeta, artista cantor de fados e homem inteligente que jamais esqueceu suas origens.

No saudoso Clube Barés, era o cantor de fados preferido, tendo na época inclusive formado um rancho português. Não podemos esquecer o velho Olímpico Clube nas tradicionais festas que homenageavam Santo Antônio de Lisboa.

No embate futebolístico marcou época como jogador no Olímpico Clube e América Futebol Clube. As tardes de sábado os ouvintes da Rádio Baré acotovelavam-se para ouvir os belos fados cantados por ele. Na elite da sociedade amazonense era convidado para cantar no Atlético Rio Negro Clube e no Ideal Clube.

O palco do Luso Sporting Club, embora já desmontado permanece como um fio da memória e nos conduz ao um tempo em que havia tempo para criar e até fazer teatro.

José Fernando Gomes Novo, o popular Maravalhas era natural de Póvoa do Varzim em Portugal, todavia teve uma longa vivên-

288 cia no Amazonas, pois desembarcou no porto de Manaus aos dezenove anos de idade no ano de 1946.

Iniciou seus contatos com as letras dos quatro aos quatorze anos na Escola Primária Pereira Azuzara em Portugal. Desde cedo Maravalhas iniciou-se no trabalho, pois de onze a quatorze anos já labutava como serralheiro mecânico na oficina “Albino Joaquim do Monte” em Portugal.

Durante a Segunda Grande Guerra Mundial, que provocou a escassez de matéria-prima foi obrigado a trabalhar como pescador em alto mar.

Com o efeito da nefasta guerra se prolongou, ele resolveu imigrar para o Brasil, exatamente Manaus e aqui passou a trabalhar com seu pai em transportes portuários, profissão que legou também a seu filho.

O reconhecimento veio com o Projeto de Lei nº 44 de autoria do então Deputado Estadual Manuel do Carmo Chaves, em sessão solene na plenária da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas recebeu o título de cidadão do Amazonas por altos serviços prestados a cultura de nossa cidade.

Foi diretor do Luso Sporting Club, da Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas e da Comunidade Luso Brasileira do Amazonas com relevantes serviços prestados. Foi casado com a senhora Alice Novo, pai dos seguintes filhos: Constância, que exerce a profissão de medicina, Isabel é psicóloga e Frank administrador de empresas. Maravalhas faleceu recentemente quando encontrava-se em férias em Portugal.

VALE, Selda; AZANCOTH, Ediney. *Cenário de Memórias Teatral de Manaus 1944-1968*. Manaus: Valer Editora; Governo do Estado do Amazonas, 2001, p. 253.

BAZE, Abraham. *Luso Sporting Club - A Sociedade Portuguesa no Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2007, p. 73.



{ CONTO }

— Mesmo assim, ainda valia a pena sonhar¹

FRANCISCO VASCONCELOS

O menino cresceu, fez-se homem e envelheceu, sem atentar para o tempo que, sorrateiramente, sempre se disfarçando de presente, não lhe permitiu que se desse conta de que um vultoso passado se formara, todo ele acumulado, assim, de modo imperceptível. Em suas abluções matinais, olhava-se no espelho que, conivente com aquela enganosa situação imposta pelo passar dos anos, nada mais lhe mostrava senão o mesmo rosto de sempre, o mesmo jeito de ser, inclusive o imutável modo de sorrir, como se nenhuma alteração tivesse ocorrido.

Lembrava-se do pai e da inocente e desconcertante pergunta que certa vez lhe fizera: – Pai, você é homem ou velho? – Ao tempo que lhe chegava, no mesmo lance de saudade, sentida recordação do Velho, seu amigo, com quem tanto aprendera. Via, então, que ele também se transmudara, e que havia muito tempo já não era o mesmo. Além das escassas cãs e de alguns sulcos que lhe marcavam o rosto, deixava escapar da alma prolongados ais, quase sempre sem qualquer razão de ser. De tudo, todavia, nada mais desagradável lhe parecia que se ter tornado exatamente igual ao mais comum dos mortais, situação que se lhe afigurava de todo injustificável, ele que sempre tivera a alma livre de indesejáveis escrúpulos que a tantos agrilhoam, advindos, todos, de inconsequentes e até mesmo abusivas convenções. Na verdade, perdera o aguçado poder de sentir, outrora cultivado com zeloso capricho, de tal modo que se tornara indiferente a muitas circunstâncias do dia a dia.

Muito sofreu com aquela tardia percepção de sua realidade interior e, mais ainda, ante a certeza de que não mais lhe seria permitido sequer sonhar, naquela utópica e quase lúdica vivência que tantas

¹ Excerto do livro O Menino e o Velho

292 vezes chegara a experimentar. Não lhe faltavam, entretanto, fortes motivos para reflexões, destacadamente as que lhe traziam desagradáveis lembranças, ocorrência que sempre lhe inundavam a alma de continuadas inquietações.

Vivia, assim, poder-se-ia dizer, em constante *estado de culpa*, sensação que experimentava sempre que refletia sobre quanto deixara de fazer, ou quando concluía que nem sempre fora exato, ou sincero, no trato com seus semelhantes, sobretudo os mais próximos, a quem, até mesmo por transcendentais ensinamentos, lhe cabia dispensar amorosa atenção. De quantas indagações fugira, deixando sem resposta preocupantes dúvidas de muitos que dele se aproximavam na expectativa de haurir seus ensinamentos? Quantas vezes falhara naquele condenável escapismo, escamoteando a verdade ou dela fugindo?

Tal comportamento se fizera mais frequente, exatamente em assuntos de ordem transcendental, quando a dúvida o deixava emparedado entre o que um dia fora e o que passara a ser. Lembrava-se, por exemplo, de pergunta que certa vez lhe fizera o filho, ainda criança, diante da imagem do Crucificado. Queria ele saber o porquê de sua morte.

- Por que, pai? Por que mataram ele?

Lembrava-se, também, de que nada respondera. Ao contrário, simplesmente desconversara. Que dizer? E procurava escapar da culpa que, a partir daquela inquietante indagação lhe ficaria para sempre, admitindo que assim agira, temeroso de que a resposta que viesse a dar não gerasse efeitos positivos. Ou que não tivesse ela suficiente conteúdo capaz de expressar a verdade. Realmente, fosse qual fosse a resposta que desse, estaria presente o conflito entre o amor e o ódio, entre o bem e o mal.

Só muito depois, viria a ter consciência de que, efetivamente, lhe faltara coragem para enfrentar a verdade, curvando-se, covardemente, à dúvida, quase incerteza, vítima que, havia tempo, passara a ser de indisfarçável falta de fé nos dogmáticos ensinamentos que, de forma insipiente, muitas vezes de modo enganoso, lhe firmaram a dúbia personalidade.

Tornara-se, sem dúvida, na exata expressão popular, um “pobre homem”, incapaz de firmar-se, muito menos de admitir que valia a pena viver. A verdade, que tantas vezes procurara, tornava-se mais fugidia do que nunca, e ele, em constantes desatinos e inquietude, sentia-se incapaz de ser útil ou, pelo menos, de servir como referência a quem tanto dele esperasse.

Já era assim fazia muito tempo quando, sem mais nada esperar, e quase em sem mais nada crer, lhe chegou o alento de um sorriso. Vinha-lhe aquele alento da bela neta que, além do enigmático sorriso, lhe trazia também a esperança, quase convicção, de que bem diferente lhe seriam os dias dali por diante. Realmente, não tardou a concluir que profundas mudanças lhe alterariam a vida, antevendo, feliz, que voltaria a sentir a graça de viver. Ser-lhe-ia permitido retomar os sonhos, há tanto tempo interrompidos. A seu lado, ousaria até mesmo andar descalços e brincar na chuva, como muitas vezes fizera; reinventaria os rios e lagos da infância, nos quais faria navegar novamente seus barcos de papel; e se cansados ficassem de tantos sonhos reinventarem, nada mais fácil que pousar em alguma estrela, de onde, se quisessem, poderiam, até mesmo, acompanhar os rebanhos de carneirinhos que, contados um a um, fazem dormir quantos insones se espalham mundo afora, principalmente aqueles que perderam a paz e a graça de viver.

Não sabia exatamente por que, mas aquela menina lhe trazia viva lembrança de outra menina, ao lado de quem tantas vezes sonhara, nos ominosos tempos em que não era permitido brincar, e quando até mesmo uma flor era perigoso oferecer a alguém.

E maior certeza teve de tudo aquilo quando a menina, como se quisesse confirmar a lúdica cumplicidade que havia entre os dois, olhando para o alto exclamou:

– Olha a estrela, Vô! Lá está ela! A estrelinha!

E era verdade. A pequenina companheira não esquecera que certa vez ele lhe mostrara o céu e lhe apontara determinada estrela, que muito se destacava das demais. E era com incontida satisfação que em todos os fins de tarde, mal caía a noite, punha ela em prática o exercício de olhar o céu e, feliz, perscrutá-lo, até que seus olhos alcançassem o brilho de sua estrela preferida.

Foram inúmeros os momentos de alumbramento vívidos pelo agora enternecido ancião e sua sempre animada companheira. Certa vez, quis ela ver de perto os passarinhos que, ao cair da tarde, em ruidosos bandos, passavam perto de sua janela em direção às árvores do pomar mais próximo, onde se abrigavam.

- Vamos ver os passarinhos? - disse ela, correndo em seguida para fora de casa. E de mãos dadas saíram os dois, logo parando ao ouvirem um ruidoso canto que vinha de um arbusto próximo.

- Aqui está bom! - disse o cauteloso e fiel acompanhante, tentando evitar que entrasse pela noite a caminhada que faziam. Foi então que a menina, olhando para o alto, e como se tentasse iniciar um diálogo, disse em voz alta:

- Ei, passarinho, estou aqui! Sou eu, a menina!

Aquele momento de encanto e de ternura enlevou ainda mais o coração do deslumbrado avô. Quanta graça havia naquele inocente e tão coloquial convite ao diálogo, que, se efetivamente houve, não chegou a ser por ele percebido. Naquele instante, lembrou-se, com tristeza que era exatamente dos homens que costumavam fugir as amedrontadas aves. E ele era um deles. Era um deles e estava ali, presente, com toda a sua atávica carga de maldade.

Não foram poucos os momentos de perfeito entendimento. Certo dia, porque muito falara de pescaria, contando à menina façanhas do pescador que tanto gostaria de ter sido, nela despertou inarredável desejo de também pescar.

- Ah! Eu também quero pescar! - disse ela. E tão sonhador quanto fora antes, nenhuma dificuldade encontrou para pôr em prática mais uma animada aventura. Assim, sem qualquer demora, os verdes e amplos gramados onde estavam se transformaram em piscosos rios e lagos, e as amareladas folhas caídas das árvores se tornaram dourados peixes que, em volumosos cardumes se moviam para um lado e para outro, ao sabor dos ventos. Os dois improvisados pescadores, armados de afiados arpões, nada mais que finos gravetos que se desprendiam dos galhos mais secos, aqui e ali "arpoavam" os peixes que previamente escolhiam. E era de ver-se o entusiasmo da menina ao exibir na ponta do "arpão" o resultado de sua feliz pescaria, ao tempo em que, eufórica, gritava:

Peguei, Vô,! Peguei!

Para o experiente pescador, nenhum dos peixes que pescara ao longo de toda a vida tinha tanto significado ou maior valor que aqueles que a menina pescava. Nem mesmo os que conseguira “pegar” na saudosa companhia de seu mais fiel amigo, o Velho, com quem se esforçava por parecer, naqueles momentos de ternura e enlevo como os que vivera com a menina, na gostosa tarefa de reinventar a vida. E por estranho sortilégio parecia repetir, em seus momentos mais felizes, os idos da distante infância.

Ah! Menina, pensou o velho avô, admitindo, com tristeza, a possibilidade de que, passado o tempo, não viesse ela a alcançar o significado daqueles mágicos momentos vividos na mais feliz cumplicidade. Como seria o seu amanhã? Em que portos ancoraria sua nave de sonhos? Ser-lhe-ia permitido sonhar, num mundo tão conturbado e cada vez mais incerto? Que dúvidas a assaltariam, impondo-lhe inquietude e incerteza? E admitindo que ao assim pensar estaria sendo pessimista e, em consequência, nada edificando, foi que resolveu deixar gravado em seu computador a seguinte mensagem:

Seja presente em ti, por toda a vida, a certeza do amanhã. E se porventura te ocorrerem insucessos, jamais te abatam o desânimo e o desalento;

que te seja a esperança, sempre, a certeza da vida, mesmo que te assaltem momentos de dúvida e incerteza;

que tua seja a hora do fazer, do bem fazer, e que jamais te falte o exercício da ternura, da qual hás de ser exemplo para os que precisam de ternura e de exemplo;

que em tempo algum experimentes o amargor dos que desunem e dos que desamam e entristecem a vida;

que jamais esqueças o cantar dos pássaros, que haverão de ser livres em qualquer tempo, e que te insurjas, corajosamente, contra quantos desejarem cortar-lhes as asas, impedindo que a liberdade se cumpra inteiramente;

não te acertem, jamais, as setas da maldade ou do malquerer; ao contrário, e se necessário for, que sejam certos os dardos que ao longo da vida venhas a lançar contra o opróbrio e a injustiça;

não prevaleça o mal contra o saudável ambiente do teu viver. Do teu e de quantos, cultivando o bem, e em harmonia com a Natureza, preservam, com amor e maior zelo, a sua morada;

que jamais fujas da luta contra quantos pretendam, ou ousem, ferir de morte ou comprometer a paz que enseja a vida, nas sadias paragens que, hoje, garantem a certeza do amanhã;

não te seja vexame, em tempo algum, o caminhar descalça; mas que não te falte à consciência o dever de lutar pelos que assim andam por não disporem de condições que lhes permita outra forma de ser;

que jamais te fujam os peixes, mesmo que venham as águas a inundar o mundo em que passes a viver; sejam, assim, sempre fartas, as pescarias que porventura venhas a realizar;

finalmente, menina, jamais te esqueças de olhar o céu e de procurar a estrela que, no lugar onde sempre estive, haverá de guiar-te por tranquilas e seguras veredas.

Naquela noite, o tranquilo ancião dormiu sem que sequer um sonho lhe visitasse ou interrompesse o sono. E por muito tempo seu coração experimentou, como antes, a alegria de olhar o mundo e a ventura de viver.







— Série Amazonas [estudo para tapeçaria em caneta esferográfica]. Zuazo, s/d · Coleção da artista.



— Nu [caneta esferográfica e lápis de cor]. Zuazo, s/d · Acervo da artista.

revista da

AAL

{ ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS }

A geração e difusão do conhecimento, do saber, da arte e da beleza são as principais expressões de nossa Academia.

Assim tem sido feito desde os seus primeiros passos. Sua Revista, como veículo dessa difusão, tem cumprido esse importante papel e tem representado a expressão escrita do pensamento acadêmico.

Em contraposição, a regularidade das publicações, na dependência direta de recursos, tem estabelecido discontinuidades. Grande tem sido o esforço das diferentes administrações para fazer circular pelas instituições daqui e do restante do país este seu veículo de divulgação. Recria-se somente agora a expectativa de produzi-lo e fazê-lo circular com a qualidade e regularidade desejada.

É justo que a Academia Amazonense de Letras, com tamanha produção literária, a disponibilize aos seus leitores, contribuindo e facilitando o diálogo com a sociedade que a estimula e engrandece.

— MARCUS BARROS



MANAUS